

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Trajetória e perfil dos adolescentes em conflito com a lei
atendidos pelo NAI – São Carlos-SP**

Carlos Eduardo Guimarães

São Carlos

2011

Carlos Eduardo Guimarães

**Trajetória e perfil dos adolescentes em conflito com a lei
atendidos pelo NAI – São Carlos-SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS – da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação da Prof.a. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso.

São Carlos

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

G963tp

Guimarães, Carlos Eduardo.

Trajetória e perfil dos adolescentes em conflito com a lei atendidos pelo NAI – São Carlos-SP / Carlos Eduardo Guimarães. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
375 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Sociologia. 2. Periferia urbana. 3. Relações familiares.
4. Sociologia urbana. 5. Violência. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Carlos Eduardo Guimarães

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 14 de junho de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Umaia El-Khatib
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Hélio Sales Rios
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Prof. Dr. Mário Antonio Eufrásio
Universidade de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 24ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 14/06/2011

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

Dedico este trabalho aos que desejam justiça e oportunidades acessíveis a todos e não a poucos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, pelas sugestões acerca da pesquisa e preocupação com nossa formação acadêmica. Em especial, gostaria de agradecer aos professores Jacob Carlos Lima e Cibele Saliba Rizek pelas excelentes aulas e sugestões de leitura.

À Ana, secretária do Programa de Pós-Graduação, sempre pronta a nos auxiliar com os trâmites administrativos e por torcer muito pelo nosso sucesso. Aos colegas de turma pelas trocas de experiências e bibliografias.

Aos funcionários do NAI e dos Salesianos, em especial ao padre Agnaldo, que desde antes do ingresso no doutorado encorajou a pesquisa.

Ao Dr. João Galhardo, Juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos na época do início da pesquisa e que autorizou o acesso aos dados existentes no NAI.

Sou grato ainda aos professores Valter Roberto Silvério e Umaia El-Khatib, pela leitura atenta, quando do exame de qualificação, resultando em importantes sugestões.

Especial agradecimento devo à minha orientadora, Maria Inês Rauter Mancuso, que sempre demonstrou acreditar no meu potencial, pela oportunidade oferecida, pela orientação e principalmente pelo bom convívio nestes cinco anos de trabalho. Com ela tive a oportunidade de enriquecer meu conhecimento, com suas argumentações científicas e sugestões, porém, acima de tudo, a ternura de sua orientação tornou a caminhada muito menos árida.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, Odette, e à minha irmã, Roseli, pelo incentivo ao estudo. Meus agradecimentos póstumos a meu pai, que, mesmo à distância, continua sendo exemplo de conduta. Aos meus sobrinhos, Natan e Tales, com os quais fui muitas vezes ranzinza quando estava concentrado lendo ou escrevendo. À Néia por poder compartilhar a trajetória da pesquisa desde antes do seu início.

Aos amigos de Rio Preto, Valquíria, Magali, Fabíola, Karina, Neide, Kátia, Rodrigo, Regiane, Rodriguinho, Priscila, Mori, Joelson, Hugo, Rodrigão, Iozzi, Ailton, Rosângela, Maristela, Rogério, Tião, Ana Paula, Alessandra,

Mercides pelos momentos descontraídos que passamos juntos antes que cada um seguisse seu caminho. Agradeço especialmente ao amigo Maurão pela ajuda na parte estatística e que juntamente com o Rodrigo, foram meus companheiros de cafofo onde realizávamos os encontros pedagógicos étlicos e futebolísticos após as aulas.

Às grandes amigas Mércia e Malu que sempre torceram e torcem por mim e eu por elas.

Aos colegas do IFSP, Hélio, Camila, Denise, Vagner. Agradeço também aos colegas do NAPNE-IFSP por permitirem levar o aprendido com esta tese à nossa prática profissional.

Este lugar é um pesadelo periférico
Fica no pico numérico de população
De dia a pivetada a caminho da escola
À noite vão dormir enquanto os manos \"decola\"
Na farinha... hã! Na pedra... hã!
Usando droga de monte, que merda! há!
Eu sinto pena da família desses cara!
Eu sinto pena, ele quer mas ele não pára!
Um exemplo muito ruim pros moleque.
Pra começar é rapidinho e não tem breque.
Herdeiro de mais alguma Dona Maria
Cuidado, senhora, tome as rédeas da sua cria!
Fudeu, o chefe da casa, trabalha e nunca está
Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar
O trabalho ocupa todo o seu tempo
Hora extra é necessário pro alimento
Uns reais a mais no salário, esmola do patrão
Cuzão milionário!
Ser escravo do dinheiro é isso, fulano!
360 dias por ano sem plano
se a escravidão acabar pra você
vai viver de quem ? Vai viver de que?
o sistema manipula sem ninguém saber
A lavagem cerebral te fez esquecer
que andar com as próprias pernas não é difícil
nas ruas áridas da selva
eu já vi lágrimas, suficiente pra um filme de guerra

Periferia é periferia
Racionais Mc's

Resumo

As cidades brasileiras têm apresentado parte da população adolescente em situação de risco social e pessoal e alguns, nessa condição, são autores de atos infracionais. Cada município, porém, pode ter um fator específico de vulnerabilidade adolescente como também um fator comum ao verificado em outros municípios, bem como um perfil comum ou específico dos tipos de atos infracionais praticados. Conhecer com maior detalhamento o contexto de uma população específica é fator fundamental para que sejam implementadas políticas públicas que atendam às demandas da mesma. Em São Carlos há o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) que centraliza as ações das instituições oficiais e extra-oficiais no município e é, portanto, um ator importante no campo das políticas públicas para a população em questão. O NAI é uma fonte privilegiada de dados para pesquisas que tenham, como objeto, comportamentos específicos dos adolescentes pois centraliza as informações sobre os adolescentes que praticaram atos infracionais. O acesso a esses dados, portanto, pela pesquisa documental, permitiu responder aos seguintes objetivos: i) identificar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes que os levaram a ser atendidos pelo NAI; ii) analisar as mudanças ao longo do tempo (de 2002 a 2008) da frequência desses mesmos atos infracionais, os dados quantitativos foram organizados por meio do *software Statistica*. A partir de pesquisa bibliográfica, pode-se (e esse é o terceiro objetivo do trabalho), comparar os resultados obtidos em São Carlos e em outros municípios – São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto – e com São Carlos mesmo em períodos anteriores à implantação do NAI. A revisão bibliográfica abordou questões envolvendo relações sociais presentes no universo do adolescente focando as vulnerabilidades que os colocam em situações de risco como a violência, o envolvimento com as drogas, seja de forma ativa ou passiva. Essas pesquisas, e especialmente a documental, deram margem à realização de pesquisa de campo, observação não participante, centrada em entrevista orientada por questionário pré-definido e submetido ao Comitê de Ética da UFSCar. As entrevistas permitiram atender um quarto objetivo: identificar os elementos de vulnerabilidade da população adolescente que a levaram a praticar os atos infracionais e caracterizar os sujeitos entrevistados.

Palavras-Chave: Estudos Urbanos. Periferias Urbanas. Adolescente em Conflito com a Lei. Políticas Públicas. Violência. Relações Familiares.

Abstract

Segments of the teenager population in Brazilian cities are in situations of personal and social risk and some of these young people are involved in illegal activity. Each district, however, while sharing common factors of teenager vulnerability with others, can have specific factors affecting the kind of infractions committed. Detailed knowledge of the context of a specific population is crucial to the implementation of public policies that answer the needs of that population. In São Carlos there is a Center for Integrated Procedures (Núcleo de Atendimento Integrado – NAI) that channels centrally all the juvenile actions taken by official and unofficial institutions in that city. The Centre is, therefore, an important agency in the field of public policies toward the teenager population and a privileged source of data for those aiming to research the behavior of the adolescent population, since it collects all information about teenagers who break the law. Therefore, accessing these data by document analysis allowed the following objectives to be attained: i) to identify the infractions that led to teenagers being seen by NAI; ii) to analyze the changes over the years (from 2002 to 2008) in the incidence of these infractions; by surveying the literature, it will be possible (and this is the third aim of this study) to compare the results obtained in São Carlos with those in other towns – São Paulo city, Brasília and Ribeirão Preto – and even with those in São Carlos itself in periods prior to the implementation of NAI. The literature review, focused on the question of social relations existing in the teenagers' world, especially the types of vulnerability that put them at risk such as violence and their active or passive contact with drugs. This was an explanatory study and the quantitative data, taken from the period 2002 – 2008, were collected in NAI and organized with the computer package *Statistica*. The results were followed up by field research, based on a predefined questionnaire approved by the Research Ethics Committee of the University of São Carlos. Hence, the fourth objective was achieved: the interviews allowed the identification of the elements of teenager vulnerability, in other words those factors that led the adolescents to break the laws, as well as affording a more complete characterization of the interviewees.

Keywords: Urban Studies. Urban peripheries. Teenager in conflict with the Law. Public Policies. Violence. Family relationships.

Résumé

Les villes du Brésil présentent une partie de la population des adolescents en situation de risque social et personnel et parmi ces adolescents, nous avons des auteurs d'infractions. Cependant, chaque ville peuvent avoir un facteur spécifique à la vulnérabilité des adolescents, ainsi que d'un facteur commun à celui observé dans d'autres villes (municipalités) et aussi un profil commun ou spécifique à certains types d'actes criminels. Savoir plus en détail le contexte d'une population donnée est essentielle pour les politiques publiques qui sont mises en œuvre qui répondent aux exigences de celui-ci. Dans la ville de São Carlos nous avons le Centro Integrado de Assistência (NAI) [Centre Intégré d'Assistance], qui centralise les actions des institutions officielles et non officielles dans la municipalité de São Carlos et est, donc, un acteur important dans le domaine de la politique publique pour la population concernée. Le NAI est une source importante de données pour des recherches qui ont pour objet les comportements spécifiques des adolescents, car il centralise des informations sur les adolescents que ayant commis des crimes. L'accès à ces données c'était fait à partir de la recherche documentaire, laquelle a permis de répondre à les objectifs suivants : i) répertoire des actes criminels par des adolescents qui les ont amenés à être entretenu par le NAI ii) analyser les changement dans le temps (2002 à 2008) de la fréquence de ces actes. À partir de la recherche bibliographique c'était possible (et celui là est le troisième but de la recherche) de faire une comparasion entre les résultats obtenus à São Carlos et dans des autres municipes - São Paulo, Brasília et Ribeirão Preto – et avec São Carlos il même, par rapport à des périodes antérieures à l'implantation du NAI. La revision de la littérature en tant que source de données pour la comparaison, a été focalisé sur les études d'Adorno et Abramovay et aborde des questions que touchent les relations sociales présente dans l'univers, en concentrant sur les vulnérabilités de l'adolescent qui les exposent à des risques comme la violence, la participation à la drogue, qu'elle soit active ou passive. La recherche est définie comme recherche exploratoire des données quantitatives, composée d'une série de donnes du période 2002-2008, lesquelles ont été recueillis au Centro de Assistência Integrada (NAI) et organisé par le logiciel Statistica. Cela a ouvert la possibilité de la réalisation de l'enquête de terrain centré através des questionnaires d'entrevue pré-définie, que étaient soumis au comité d'éthique de UFSCar. Finalement, les entretiens ont permit répondre à un quatrième objectif, a savoir: identifier les éléments de la vulnérabilité de la population adolescente qui l'a amenée à accomplir les actes et de caractériser les sujets interrogés.

Mots-clés: études urbaines. périphéries urbaines. Adolescents en conflit avec la loi. Politique Publique. Violence. Les relations familiales.

Sumário

Lista de tabelas e gráficos	xiii
Lista de figuras.....	xviii
Introdução	19
1 Desvio, crime e delinquência: questões teóricas	23
1.1 A corrente funcionalista	27
A teoria de Émile Durkheim	27
A leitura de Merton	33
1.2 Culturalismo	39
A subcultura delinquente	39
1.3 Interacionismo	48
A contraposição à teoria das Subculturas delinquentes: Whyte e a Sociedade de esquina	49
Rotulagem	52
Becker e os fumantes de maconha	52
Goffman: institucionalização e estigma	61
Interacionismo e Funcionalismo: Elias & Scotson	66
1.4 Teoria da oportunidade	74
1.5 Teoria racional utilitarista	76
2. O adolescente em situação de risco pessoal e social	79
2.1 O jovem em cena	79
2.2 O jovem no Brasil: a visão oficial, legal, institucional e teórica	95
A Constituição de 1988 e o ECA	100
2.3 As Instituições frente ao ECA	106
O Núcleo de Atendimento Integrado	106
A medida sócio-educativa da Semiliberdade	111
A Fundação CASA	117
Duas políticas diferentes para a questão	120
3. Os atendimentos referentes aos adolescentes	122
3.1 A pesquisa bibliográfica e a documental: procedimentos e fontes	122

3.2 Perfil dos atendimentos em outros municípios	126
3.3 Perfil dos atendimentos no município de São Carlos	132
Os registros no período 1984-1996	132
Os atendimentos no período 2002-2008	137
4. Entrando no mundo dos jovens	158
4.1 O campo: procedimentos e primeiros contatos	158
A trajetória para a pesquisa de campo	164
O contato com o mundo do jovem	176
Experiências do campo: a diversidade encontrada	183
4.2 “Fala garoto”: família, a casa, o trabalho, a vida do jovem	188
A vida dos jovens	197
Dimensões sócio-demográficas	197
O bairro onde se mora	197
A casa onde se mora e a família	205
Idade, cor e estado civil	205
As condições de moradia	207
A renda	212
A família	216
Escolaridade dos pais e do jovem	217
A escola	225
A família e as normas de comportamento no contexto familiar	232
Trabalho, inserção no mercado de trabalho e expectativas	237
As lembranças	243
A violência	245
As relações familiares, amizades e as referências dos jovens	251
Lazer e religião	257
Violência e infração	259
Como os jovens se vêem	267
4.3 “Fala garoto”: o ato infracional	274
O futuro	288
Expectativas quanto ao mundo	293
Considerações finais	296
REFERÊNCIAS	311
Anexo I – Instrumento de coleta de dados – questionário	319

Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido	332
Anexo III – Pareceres do Comitê de Ética	334
Anexo IV – Autorização do Juiz da Vara da Infância e Juventude	336
Anexo V – Artigos jornalísticos	337

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1: Crianças e adolescentes segundo ato infracional e situação legal. Brasília. 1998	128
Tabela 2: Distribuição das ocorrências policiais que envolvem adolescentes infratores, segundo a natureza da infração. Município de São Paulo 1988-91 e 1993-96(1).....	130
Tabela 3: Frequência de casos de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude, por grupo etário e sexo. Comarca de São Carlos, SP. 1984 a 1996 (adaptada)	133
Tabela 4: População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de registros de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude do município de São Carlos-SP. 1980–2000	134
Tabela 5: Frequência dos casos ditos infracionais segundo a natureza da infração. São Carlos–SP. 1986/1991/1996 (adaptada).....	136
Tabela 6: Atendimento realizados pelo NAI. São Carlos–SP. 2002–2008.....	137
Gráfico 1: Frequência de atendimentos por ano realizados pelo NAI 2002-2008	138
Gráfico 2: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2002-2008	141
Tabela 9: Atendimento realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2002	142
Gráfico 3 Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2002.....	142
Tabela 10: Atendimento realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2003	143

Gráfico 4: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2003.....	143
Tabela 11: Atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2004.....	144
Gráfico 5: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2004.....	144
Tabela 12: Atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2005.....	145
Gráfico 6: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2005.....	145
Tabela 13: Atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2006.....	146
Gráfico 7: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2006.....	146
Tabela 14: Atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2007.....	147
Gráfico 8: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2007.....	147
Tabela 15: Atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos–SP. 2008.....	148
Gráfico 9: Frequência de atendimentos realizados por mês pelo NAI 2008.....	148
Tabela 16: Frequência absoluta e relativa do número atendimentos no NAI por ano. São Carlos-SP. 2002–2008	149
Tabela 17: Distribuição da frequência de sujeitos segundo número de atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002–2008.....	150
Tabela 18: Idade dos atendidos pelo NAI. São Carlos-SP. 2002–2008	151
Gráfico 10: Frequência da idade dos atendidos pelo NAI 2002-2008	151
Tabela 19: Idade e número de sujeitos com uma passagem pelo NAI	152

Tabela 20: Frequência e tipo dos atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002 a 2008.....	153
Gráfico 11: Frequência e tipos dos atendimentos realizados pelo NAI 2002-2008.....	154
Tabela 21: Seleção dos tipos de maior frequência dos atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002 a 2008	156
Tabela 22: Seleção dos tipos de maior frequência dos atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002 a 2008	157
Tabela 23: Zonas as quais estão distribuídos os sujeitos selecionados para as entrevistas	168
Tabela 24: Distribuição por categorias do número total de Jovens selecionados atendimentos no NAI.....	189
Tabela 25: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram 01 atendimento no NAI.....	189
Tabela 26: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram de 2 a 15 atendimentos no NAI.....	190
Tabela 27: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram de 16 a 22 atendimentos no NAI.....	191
Tabela 28: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram de 23 a 44 atendimentos no NAI.....	191
Tabela 29: Idade do ato infracional dos Jovens selecionados – 1 atendimento	192
Gráfico 12: Idade do ato infracional dos Jovens selecionados – 1 atendimento	192
Tabela 30: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 2 a 15 atendimentos.....	193

Gráfico 13: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 2 a 15 atendimentos.....	193
Tabela 31: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 16 a 22 atendimentos.....	194
Gráfico 14: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 16 a 22 atendimentos	194
Tabela 32: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 23 a 44 atendimentos.....	195
Gráfico 15: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 23 a 44 atendimentos	195
Gráfico 16: Idade dos Jovens entrevistados	205
Gráfico 17: Estado civil dos Jovens entrevistados.....	206
Gráfico 18: Cor declarada pelos Jovens entrevistados	206
Gráfico 19: Moradia dos Jovens entrevistados	207
Gráfico 20: Número de pessoas na moradia dos Jovens entrevistados	211
Gráfico 21: Número de cômodos na moradia dos Jovens entrevistados.....	212
Gráfico 22: Renda mensal da moradia dos Jovens entrevistados	213
Tabela 33: Renda per capita da família dos Jovens entrevistados	214
Gráfico 23: Renda per capita da família dos Jovens entrevistados	214
Gráfico 24: Formação escolar do pai dos Jovens entrevistados.....	217
Gráfico 25: Formação escolar da mãe dos Jovens entrevistados	218
Gráfico 26: Formação escolar dos Jovens entrevistados.....	219

Gráfico 27: Rendimento escolar dos Jovens entrevistados	220
Gráfico 28: Reprovação escolar dos Jovens entrevistados.....	220
Tabela 34: Idade dos jovens entrevistados quando praticaram o primeiro ato infracional.....	274
Tabela 35: Tipos e quantidade de atos infracionais praticados pelos jovens entrevistados.....	275

Lista de Figuras

Mapa 1: Zoneamento detalhado da área urbana do município de São Carlos em que se localizavam os endereços onde seria realizada a pesquisa de campo	169
Mapa 2: Zoneamento geral da área urbana do município de São Carlos em que se localizavam os endereços onde seria realizada a pesquisa de campo	170
Mapa 3: População sem renda do município de São Carlos – 2000	171
Mapa 4: Distribuição dos chefes de família com renda de até 3 salários mínimos no município de São Carlos – 1991	172
Mapa 5: Distribuição dos chefes de família com 15 anos ou mais de estudo no município de São Carlos – 1996	173
Mapa 6: Distribuição dos chefes de família com até 03 anos de estudo no município de São Carlos – 1996	174
Mapa 7: Distribuição dos chefes de família analfabetos no município de São Carlos – 1996	175

Introdução

No presente trabalho propõe-se um estudo do perfil do *adolescente em situação de risco pessoal ou social* no município de São Carlos – Estado de São Paulo. Os objetivos específicos são: identificar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes que os levaram a ser atendidos pelo NAI; analisar as mudanças ao longo do tempo (de 2002 a 2008) da frequência desses mesmos atos infracionais. A partir de pesquisa bibliográfica, pode-se (e esse é o terceiro objetivo do trabalho), comparar os resultados obtidos em São Carlos e em outros municípios – São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto – e com São Carlos mesmo em períodos anteriores à implantação do NAI; identificar os elementos de vulnerabilidade da população adolescente que a levaram a praticar os atos infracionais e caracterizar os sujeitos entrevistados.

Para se debater o tema é necessário contextualizá-lo e relacioná-lo com o momento atual e, conseqüentemente, com as estruturas do Estado e da economia nas quais estamos inseridos.

Fazendo uma breve abordagem introdutória, pode-se dizer que a inserção do Brasil no processo de globalização e as reformas estruturais realizadas a partir da década de 90 geram, como consequência, para um contingente significativo da população, inclusive e, principalmente, para os mais jovens, a diminuição das oportunidades de sobrevivência, inseridos em um sistema econômico, laboral e de amparo social consistente e, dessa forma, um sentimento explícito de expropriação, gerando uma descrença nas instituições sociais. Ao mesmo tempo em que, com tais ajustes, a desigualdade social tende a se elevar, o Estado apresenta-se ineficaz em suas políticas públicas para responder ao avanço das perdas de parcelas significativas da população. Isso ocorre em parte pelos próprios ajustes anteriormente mencionados e, de outro lado, por ações que nem sempre se apresentam de maneira eficaz no trato com os indivíduos de estratos sociais inferiores.

Este trabalho basear-se-á inicialmente no levantamento e discussão de quatro pontos fundamentais para se trabalhar com o tema proposto, quais sejam: o referencial teórico das Ciências Sociais sobre comportamento

desviante, juventude, criminalidade, violência, delinquência, contestação juvenil dentre outros; a visão oficial e as políticas públicas efetivadas relacionadas ao *adolescente em situação de risco pessoal ou social*; os ajustes realizados na estrutura do Estado e da economia bem como suas consequências e relação com a questão juvenil, criminalidade, violência e infração; as políticas alternativas às comumente realizadas pelo Estado, que estão sendo propostas e/ou implementadas, seja por organismos públicos, seja por outros tipos de instituições.

O trabalho está dividido em quatro capítulos sendo que o primeiro visa estabelecer o debate sobre as teorias que versam sobre temas como: desvio, crime, relativismo do termo desvio, anomia, cultura e subcultura desviante, delinquência, gangues, poder e dinâmica em grupos de jovens, grupos de referência, privação relativa, solidariedade social, estigmatização, *outsiders*.

O segundo capítulo apresenta a discussão sobre o processo histórico legal e institucional de trato às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social destacando as características das diversas leis que normatizaram esse grupo etário e os mecanismos estigmatizantes aos quais estavam submetidos as crianças e adolescentes frente a lei e às instituições de custódia. A juventude e sua inserção no mundo atual serão caracterizadas de maneira crítica a fim de se compreender genericamente a realidade objetiva dos jovens na atualidade e em quais dinâmicas estão inseridos. Também será inserido o marco legal atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é fruto da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização. Diante desse novo quadro, legal e da juventude, será apresentada a realidade do município de São Carlos, Estado de São Paulo, onde se implantou, em 2001, o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, visando dar cumprimento às prerrogativas do ECA.

No terceiro capítulo são resgatadas algumas pesquisas sobre adolescentes em conflito com a lei e os dados referentes aos tipos de atos infracionais por eles praticados a fim de que se possa estabelecer um paralelo e comparações com os dados desta mesma realidade do município de São Carlos e dos atendidos pelo NAI.

No quarto capítulo serão apresentados os dados qualitativos e quantitativos coletados e à luz da fundamentação teórica discutida nos dois primeiros capítulos.

O tema em tela, estudo dos adolescentes em situação de risco pessoal e social, está relacionado a um tipo específico de sujeito que é resguardado por legislação própria, a saber – o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Dessa forma, o acesso às informações e também aos sujeitos necessitou a articulação de negociações com a instituição que forneceria as informações primárias, que é o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI do município de São Carlos. Porém, após haver recebido a autorização verbal do responsável pelo NAI, que é funcionário vinculado ao governo do Estado de São Paulo, por meio da Fundação CASA, e quando iria ser iniciada a pesquisa quantitativa o diretor do NAI entendeu por bem que encaminhasse um pedido formal à Fundação CASA informando sobre a pesquisa e solicitando a autorização, pedindo então um prazo para que isso ocorresse. Porém, aquele diretor declinou por duas razões, uma de caráter técnico e outra política.

A primeira foi devida ao fato de que um dos adolescentes em regime de semi-liberdade atentou, com êxito, contra a vida de um dos funcionários da Instituição que aplicava a medida de semi-liberdade. Após esse fato, o responsável pelo NAI solicitou a este pesquisador que aguardasse pois sentia não ser um momento apropriado à realização de uma pesquisa devido a repercussão que o fato gerou interna e externamente e que, certamente, a Fundação CASA não autorizaria a pesquisa, portanto não encaminharia a solicitação outrora combinada.

Passado esse momento, com o arrefecimento dos ânimos, surgiu um outro fator dificultador para a pesquisa que foi o acirramento das disputas entre o governo do Estado de São Paulo e o governo Municipal de São Carlos no que tange à construção ou não de uma unidade da Fundação CASA no município. Estando o diretor do NAI vinculado à Fundação CASA, não achou apropriado naquele momento o encaminhamento à Fundação CASA da solicitação para a realização da pesquisa.

Diante desse quadro, buscou-se um outro caminho para viabilizar a pesquisa que foi a solicitação, em agosto de 2008, ao Senhor Juiz da Vara da Infância e Juventude pela autorização para acesso às informações. Este, após análise do projeto e exposição oral por pesquisador detalhando a pesquisa, concordou em autorizar o acesso às informações.

Resolvida a questão legal do acesso às informações, foi necessário registrar a pesquisa para apreciação pelo Comitê de Ética da UFSCar, compromisso este estabelecido entre o pesquisador e o Juiz da Vara da Infância e Juventude. Encaminhado o projeto em outubro de 2008 e decorrido o prazo para apreciação, o Comitê se mostrou favorável à realização da pesquisa, porém, exigiu algumas adequações na parte documental e também solicitou alguns esclarecimentos. Feitas as adequações e entregues ao Comitê de Ética no início de janeiro de 2009, obteve-se, em fevereiro de 2009, a autorização oficial do Comitê para a realização da pesquisa.

A partir desse momento, foram coletados, no NAI, os dados referentes aos registros de todos dos atendimentos realizados pelo NAI desde sua criação, em março de 2001 até o final de 2008.

Os dados coletados foram organizados para que pudessem ser sistematizados com auxílio do *software Statistica* e após isso se chegou às tabelas e gráficos apresentados no terceiro capítulo. O passo seguinte foi proceder a pesquisa de campo e organizar as informações para que pudessem ser agregadas ao restante do trabalho.

Ao leitor, que as experiências aqui depositadas possam contribuir de alguma maneira ao aprendizado.

1 Desvio, crime e delinquência: questões teóricas

Um referencial figura como um ponto de partida para a discussão teórica sobre o desvio e, por conseguinte, abrir espaço para a análise sobre o comportamento social do adolescente em situação de risco pessoal e social e/ou em conflito com a lei: o trabalho de Émile Durkheim. Posteriormente serão desenvolvidas outras perspectivas cada qual apresentando uma abordagem que enfoca um aspecto específico do comportamento social e, portanto, elementos a serem considerados. Não há uma abordagem teórica única que permita analisar os aspectos multifacetados da questão.

Inicialmente é preciso ponderar que o comportamento desviante é relativo, vez que só se pode considerar desvio ou crime aquilo que não está em consonância com as normas estabelecidas pelo grupo socialmente dominante. (BECKER, 2008; COHEN, 1956, 1968; DURKHEIM, 1973a; GIDDENS, 2005; GOFFMAN, 1988, 1999, 1999a; MERTON, 1970; WIRTH, 1931) Pelo menos em um aspecto há um consenso entre os teóricos deste tema: todos concordam que os indivíduos apresentam, em inúmeras circunstâncias da vida social, diversas ações desviantes e até criminosas, seja uma infração de trânsito, ultrapassando um sinal vermelho na madrugada, não respeitando o limite de velocidade permitido no local etc., normas essas regulamentadas em lei e passíveis de punição formal; seja o comportamento desviante que não se configura crime, como um aluno que passa a resposta da prova ao colega ao lado ou leva uma cola para se sair bem em uma avaliação escolar. Crime ou não, são comportamentos desviantes por infringirem normas socialmente estabelecidas que norteiam um comportamento esperado ou desejado em determinado momento.

A questão que historicamente a teoria sociológica tentou responder é se o comportamento desviante pode ser explicado e em que termos, uma vez que tem caráter relativo. À medida que o comportamento desviante é culturalmente definido, o que é desvio ou um desvio grave em um grupo social pode não o ser da mesma maneira em outro e o que é desvio em um momento pode não ser em outro. Por exemplo, o tabu do incesto varia entre as sociedades e é possível não ser considerado um desvio de grande gravidade

por determinada sociedade. Assim, o sistema de coibição também será proporcional ao parâmetro adotado pelo grupo do que é desvio e das possíveis sanções aos transgressores.

As teorias sociológicas mais relevantes acerca da delinquência estão, de acordo com Dubar (2007, pág. 158), agrupadas em quatro categorias designadas culturalismo, funcionalismo, interacionismo e teoria das oportunidades. O autor elaborou o quadro expresso a seguir que elucida as diferenciações entre os pontos de vistas de cada teoria.

Quadro 1: As teorias sociológicas da delinquência e suas abordagens

ABORDAGENS	ESPACIAIS	TEMPORAIS
DETERMINISTAS	I. CULTURALISTAS “SUBCULTURAS DELINQUENTES” THRASHER THE GANG, CHICAGO, 1927	II. FUNCIONALISTAS “CONTROLE SOCIAL” MERTON SOCIAL STRUCTURE AND ANOMY, 1939
DA AÇÃO	IV. OPORTUNISTAS “VIDRO QUEBRADO” WILSON ET KELLING, 1982	III. INTERACIONISTAS “ROTULAGEM” BECKER OUTSIDERS, 1963

Fonte: (DUBAR, 2007, pág. 158, adaptada)

O autor esclarece que realizou um procedimento de agrupá-las em dois eixos,

teorias *deterministas* versus teorias, em princípio, *da ação*; as primeiras consideram os jovens delinquentes como ‘determinados’ seja pelo meio social, seja por ‘fatores de risco’. As segundas consideram as ações delinquentes dos jovens como ‘racionais’ ou ‘funcionais’, isto é, como condutas orientadas e compreensíveis. O segundo eixo opõe as teorias *espaciais* – aquelas que privilegiam o espaço (‘ecológicas’ ou ‘localizadas’) –, às teorias *temporais* que insistem muito mais sobre as carreiras dos delinquentes ou sobre a evolução das atividades delinquentes no tempo. Estas diferentes ‘visões’ não derivam dos mesmos pontos de vista, mas se dizem todas ‘sociológicas’ – ou seja, supõem que para compreender a delinquência dos jovens (ou os jovens delinquentes) é preciso situá-los (os jovens e suas ações) em seu contexto social. (DUBAR, 2007, pág. 158)

O quadro apresentado anteriormente assim como o direcionamento reflexivo que as teorias permitem ser feito fica mais claro com o roteiro elaborado por Dubar e que é apresentado a seguir. O autor identifica quais são os pontos de acordo e desacordo entre as teorias sociológicas e uma possível síntese entre elas.

Pontos de Acordo: Quem são os delinquentes?

- 1/ Jovens RAPAIZES (10 a 15% de moças)
- 2/ Adolescentes: Entre 8-10 anos e 17-18 anos
- 3/ Moradores em bairros e vizinhanças pobres
- 4/ Imigrantes recentes
- 5/ Famílias com problemas
- 6/ Dificuldades escolares

Pontos de Divergência: Como um jovem se torna um delinquente?

- I/ Por transmissão, aprendizagem cultural e ‘más companhias’;
POBREZA
- II/ Pela falta de controle social e perda das referências morais;
ANOMIA
- III/ Por reação ativa contra a rotulagem das classes médias;
DESVIO
- IV/ Por aproveitar as ocasiões e pela espiral da DESORDEM e omissão dos adultos.

Síntese possível

Pobreza do meio ambiente + Desordem Social (Espacial) + Falta de Controle + Rotulagem (Temporal) = Riscos de Delinquência
(DUBAR, 2007, pág. 159)

Se pensarmos especificamente no Brasil, guardadas as devidas especificidades espaciais e temporais dos estudos sociológicos brasileiros na atualidade e as conjunturas que nortearam as pesquisas e teorizações tanto para Durkheim na virada do século XIX para o XX, na França, quanto para a primeira geração sociológica dos estudos urbanos da Escola de Chicago¹ nos Estados Unidos entre as décadas de 1915 e 1935, pode-se afirmar que o pensamento francês e estadunidense citados depararam-se com um forte processo de transformação social e econômica proveniente da dinâmica de inserção em uma sociedade urbano-industrial. Esse processo representou um rearranjo das relações sociais, dos valores sociais e morais e que poderiam gerar um contexto frutífero para fenômenos observados com possíveis vínculos ao estreitamento do controle social: o crime, a delinquência, o suicídio, formação de gangues juvenis etc.

¹ Para um minucioso e preciso relato sobre os processos pelos quais passam os Estados Unidos que culminam no surgimento da Sociologia da Escola de Chicago ver: EUFRASIO (1999, parte I).

Evidentemente apresentando elementos específicos próprios que diferem da realidade observada por Durkheim ou pela Escola de Chicago, o Brasil, também passa, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, por um processo intenso, mais até mesmo que o verificado na França e nos Estados Unidos – pelo curto espaço de tempo em que procedeu – de êxodo rural, migração, urbanização, metropolização e industrialização que repercutirão nos arranjos das relações sociais, valores morais, novas relações: trabalhistas, de cidadania, de vizinhança, econômicas etc.

Baseado no agrupamento das quatro abordagens sociológicas da teoria da delinquência elaborado por Dubar (Quadro 1) será realizada a seguir uma apresentação das mesmas. Inicialmente será introduzida a teoria de Émile Durkheim, a qual é o fundamento para a perspectiva *funcionalista* como é configurada por Robert K. Merton. Em segundo lugar, o culturalismo e a subcultura – também conhecida como *ecologia humana* – desenvolvida pela Escola de Chicago e que abriu caminho para Albert Cohen em *Delinquent boys* e em *Transgressão e controle* debater o tema. Em terceiro, o interacionismo representado neste trabalho por William Foote Whyte na obra *Sociedade de esquina*, por Howard Becker em *Outsiders* e por Erving Goffman em *Estigma, A representação do eu na vida cotidiana* e *Manicômios, conventos e prisões* (esses dois últimos pertencem a um campo mais específico do interacionismo denominado de rotulagem). Por fim, a teoria das oportunidades será apresentada sem que seja abordado um autor ou obra específicos.

Uma sobreposição entre duas abordagens é apresentada na análise de *Os estabelecidos e os outsiders*, de Norbert Elias e John Scotson, que ordenaram sua pesquisa e análise baseando-se em elementos do interacionismo e do funcionalismo. Indo além das quatro abordagens anteriormente apresentadas, acrescentou-se mais uma denominada racional utilitarista.

1.1 A corrente funcionalista

A teoria de Émile Durkheim

O pensamento sociológico de Durkheim abriu caminho ao que se convencionou denominar teoria funcionalista para a qual o crime e o desvio resultam de tensões estruturais e da falta de regulação social dentro da sociedade. O desvio apresentado por alguns indivíduos em uma sociedade seria decorrente de um processo no qual as aspirações individuais e/ou grupais não são acompanhadas das satisfações ou recompensas possíveis de acordo com a conjuntura em vigor. (GIDDENS, 2005)

A contribuição de Durkheim elucidada, de maneira inaugural no pensamento sociológico, questões como as dinâmicas que regem, por exemplo, a solidariedade social, a consciência e as representações coletivas, a anomia² e o desvio. Comportamentos sociais como o crime e o suicídio foram importantes objetos para Durkheim, que, pela observação e teorização desses tipos específicos de comportamento, tenta mapear as teias inerentes ao comportamento social e suas possíveis regularidades. O viés conceitual desenvolvido em *Da divisão do trabalho social* acerca da solidariedade social pode delinear a análise do processo de urbanização e metropolização pelo qual o Brasil passa a partir da segunda metade do século XX no qual ocorre uma dinâmica de passagem de uma sociedade com características tradicionais (rural) onde havia a predominância da *solidariedade mecânica* – vinculada a uma divisão de trabalho muito mais específica e limitada às próprias características de uma economia do setor primário – para a urbana cujas relações econômicas e sociais adjazem uma outra natureza de solidariedade social, a *orgânica*, inerente a um conjunto mais complexo e segmentado de

² Termo desenvolvido por Durkheim que corresponde ao estado de enfraquecimento ou perda de influência das normas sociais permitindo a ocorrência de comportamentos que possam comprometer a coesão do tecido social. Posteriormente, a teoria sociológica apresentará outras perspectivas ao conceito inicial de Durkheim. Ver Giddens (1978) Norbert Elias (2000) identifica como anomia a relação de tensão social na qual um grupo realiza um julgamento moral de sentido normativo em relação a outro grupo. O grupo nômico identifica-se com um *status* superior e o anômico com um *status* inferior. Essa leitura difere da que entende a anomia como resultado de uma disfunção social, com efeito a anomia para Elias é resultado de uma inter-relação na qual o grupo nômico tensiona-se com o anômico contribuindo para a configuração da situação de anomia.

divisão de trabalho, bem característico das modernas sociedades urbano-industriais, cuja centralidade do universo econômico se configura nos setores secundário e terciário.

O aumento da divisão do trabalho implica em uma interdependência econômica das pessoas e uma dependência a um maior número de pessoas pois elas precisam de bens e serviços supridos por pessoas em outras ocupações. (GIDDENS, 2005, p. 31) Dessa forma, cria-se um conjunto de relações sociais com uma gama variada de indivíduos com a finalidade de se adquirir os elementos necessários à sobrevivência. Contudo, como a relação social é orgânica, ou seja, ela não é pautada pelas semelhanças, crenças e valores em comum, é possível que contradições sejam geradas entre as relações estabelecidas com os diferentes grupos.

A solidariedade social caracteriza-se pela espécie moral que nada mais é que as regras existentes em uma sociedade que ordenam o comportamento social dos indivíduos. Essa moral não se apresenta estática, ela se transforma no decorrer do tempo. Ver-se-á, mais à frente, que isso implicará também em um processo de substituição de uma sociedade em que a pessoa prevalece – personificada – para uma sociedade cuja tônica é o indivíduo.

Essa mudança da solidariedade social da mecânica para a orgânica permite até mesmo que a solidariedade social não se apresente de maneira tão unívoca, porém multifacetada. Ao contrário das sociedades tradicionais – cujos sistemas de controle social eram mais rígidos, gravitavam em torno de valores religiosos e apresentavam um mecanismo diuturno de vigilância contra o desvio – nas sociedades modernas urbanas, o enfraquecimento dos valores tradicionais fortalece o individualismo em detrimento de normas coletivas mais gerais. Da decadência do conjunto normativo da velha ordem tradicional não emerge um novo sistema de controle social com padrões claros capazes de orientar satisfatoriamente os diversos campos da ação humana em uma sociedade com elevada divisão do trabalho. Isso resulta em um desencadeamento da possibilidade de comportamentos anômicos.

Conforme Giddens (1978, p. 80), a noção de anomia de Durkheim apresenta

dois sentidos discretos em que as metas ou aspirações humanas podem ser “irrealizáveis”. Um é o sentido em que as necessidades não têm limites intrínsecos ou “tetos”. O outro é aquele em que as aspirações não podem realizar-se num cenário social ou forma de sociedade definida, porque a sociedade cria possibilidades não passíveis de efetivação dentro da estrutura social existente.

Segundo Giddens (1978, p. 80), a diferença entre os dois significados é dada pelas consequências e pela ênfase que se pode dar a um ou a outro. Se a ênfase recair sobre o primeiro, “somos levados [...] a enfatizar a oposição intrínseca entre o homem e a sociedade, de tal sorte que às normas morais cabe coibir a inerente insaciabilidade dos desejos humanos.” Porém, se a ênfase for atribuída ao segundo significado, a “análise é conduzida à ênfase das tensões ou contradições geradas pelo desenvolvimento social, e à pertinência delas às exigências de uma nova transformação social.”

Com efeito, os autores que sucederam Durkheim e que retomaram o conceito de anomia poderão estruturar seus estudos segundo esses dois significados possíveis.

Dessa forma,

alguns empregaram a expressão “anomia” como equivalente a “ausência de normas”, inclinando-se assim para o primeiro tipo de interpretação do conceito; uma concepção dessa natureza tende a tratar o conflito social como decorrência de um consenso moral incompleto e rastrear as origens da “aberração” até à “socialização imperfeita” ou ao desenvolvimento moral inacabado. (GIDDENS, 1978, p. 80)

Os autores que empregam o segundo tipo de interpretação usam a anomia

mais para significar “tensão normativa” do que “ausência de normas”: isto é, uma situação em que os valores ou normas aceitos pelos membros de um grupo não são igualados pelas possibilidades de realização das metas afirmadas.³ (GIDDENS, 1978, p. 80)

O crime, na teoria durkheimiana, não constituía por si só uma anomia. Poderia sê-lo em determinadas circunstâncias, quando fosse reflexo da efemeridade normativa.

De forma genérica “podemos dizer que um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva.” Essa

³ Giddens cita a obra de Merton (1970) como uma das que se enquadram nesse grupo.

consciência coletiva ou comum foi definida como “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria.” (DURKHEIM, 1999, pp. 50-51). Durkheim conclui que

não se deve dizer que um ato ofenda a consciência comum por ser criminoso, mas que é criminoso porque ofende a consciência comum. Não o reprovamos por ser um crime, mas é um crime porque o reprovamos. (DURKHEIM, 1999, p. 52)

É categórico ao afirmar que o crime ocorre em todas as sociedades. “Não há portanto um fenômeno que apresente de maneira tão irrefutável como a criminalidade todos os sintomas da normalidade, dado que surge como estreitamente ligada às condições da vida coletiva.” Argumenta que a taxa de criminalidade não decaiu com a mudança da sociedade do tipo tradicional, cuja solidariedade era a mecânica, para a moderna, na qual predomina a solidariedade orgânica. O crime pode atingir uma categoria anormal quando, por exemplo, assuma taxas exageradas. (DURKHEIM, 1973a, p. 421). O normal, portanto, tem uma conotação estatística.

Desde *As regras do método sociológico* – publicado pela primeira vez em 1895 – Durkheim esteve preocupado em explicar o campo simbólico o qual torna perceptível a consciência coletiva que denomina de *representações coletivas* afirmando que “traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam.” (DURKHEIM, 1973a, p. 381) Entretanto retomará e aprofundará essa discussão ao publicar, em 1912, *As formas elementares da vida religiosa* afirmando que

as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou a refazer estados mentais desses grupos. (DURKHEIM, 1973b, p. 514)

Com efeito, conclui que as representações coletivas, se são gestadas pelos grupos e refletem estados mentais desses, são consequência das relações sociais e estão elas, portanto, ricas em elementos sociais. Para demonstrar concretamente como isso se processa, exemplifica como as noções de tempo e de espaço são representações coletivas. O tempo, dividido, desde o segundo ao século, faz com que organizemos coletivamente, de forma padronizada, os

acontecimentos e os ritos sociais, assegurando-lhes regularidade. É também em função desse padrão que se classificam os acontecimentos em decorrência de já haver apreendido o tempo a partir de sua dimensão social. Assim também é a noção de espaço coletivamente definida. A noção de norte e sul são referências coletivas aceitas por determinadas sociedades. Classificar algo assim ou estando à direita, à esquerda etc. faz do espaço algo que não lhe é próprio senão um tipo de espaço resultado dos valores afetivos que os homens lhe atribuem. Essa adjetivação do espaço sendo objeto de representação comum às pessoas pertencentes ao grupo pode revelar os valores afetivos e as distinções dadas pelo coletivo a esse espaço. Nela se expressa a representação coletiva.

Disso, pode-se inferir que se a consciência coletiva de um determinado grupo define os comportamentos por ele desejáveis e se, por exemplo, atribui-se ao casamento algo necessário aos indivíduos adultos do grupo, os que se enquadrarem nesta faixa etária deverão procurar pessoas com as quais possam se ajustar à norma socialmente estabelecida. Para se adequar à norma, é preciso convencer as pessoas de que elas são adequadas para efetivar tal empreitada. Porém, esse processo de convencimento envolverá o uso de representações coletivas que, de acordo com a consciência coletiva do grupo, evidenciará aos demais indivíduos, não somente aos possíveis candidatos a cônjuge, sua adequação para o casamento. Como essas categorias de representações coletivas são específicas para cada grupo, o que para um é a força física, no caso masculino, em outro poderia ser a aparência jovem, a inteligência, a honestidade, a cordialidade etc. Contudo, uma vez claro o parâmetro moral que o grupo estabeleceu, as representações coletivas adotadas se incumbiriam de transmitir a mensagem aos demais de quais são seus propósitos.

Durkheim (1973a, pp. 423-24) admitia que o crime apresentava um caráter positivo na sociedade uma vez que, argumenta, permite uma evolução da moral e do direito. Uma ordem estabelecida constitui um obstáculo a uma nova ordem, quanto mais sólida for. O crime demonstra que modificações na estrutura são necessárias: “os sentimentos coletivos estão num estado de maleabilidade perfeita para tomarem novas formas nas regiões em que há crimes, como este pode por vezes predeterminar a forma que eles tomarão.” O

crime, por vezes, pode ser uma antecipação da moral futura. O exemplo emblemático de Sócrates⁴ ilustra essa situação. O ato por ele cometido era crime segundo o direito ateniense e, portanto, sua condenação se mostrou justa tendo como parâmetro a lei.

Contudo, o seu crime, a saber, a independência de pensamento, era útil não só à humanidade como também à sua pátria, pois servia para preparar uma moral e fé novas de que os atenienses necessitavam nesse momento porquanto as tradições em que se tinham apoiado até então já não estavam em harmonia com as condições de existência. (DURKHEIM, 1973a, p. 424)

Analogamente, porém em sentido inverso, pode-se pressupor que a existência do crime denuncia uma eventual necessidade de mudanças não exatamente em seu autor, mas no arranjo social que levou aquela ação a acontecer. Até a lei Áurea de 13 de maio de 1888, por exemplo, não era ilegal a um súdito do Império ser proprietário de um escravo, mas era ilegal auxiliar um escravo a empreender fuga ou lhe dar abrigo. Se o fizesse estaria cometendo um crime previsto em lei e poderia responder judicialmente por esse ato. Todavia o movimento abolicionista questionava essa situação permitida legalmente. A desmoralização dos senhores de escravos e a recusa de muitos súditos do Império a não acatar a proibição de prestar auxílio aos escravos fugidos podem ser um exemplo claro de uma atitude ilegal, como um crime o é, estar denunciando a necessidade de mudanças de cunho legal e também no que diz respeito às relações estabelecidas entre seres humanos de etnias distintas no Brasil. Um escravo que fugisse representava que seu senhor estava sendo lesado e poderia utilizar seu direito de reparar o dano. Porém, a fuga do escravo não denunciava uma situação pretérita de lesão? Lesão dita não legalmente, porém a qualquer moral social que leve em consideração que a dignidade humana não deve conhecer qualquer distinção

⁴ O filósofo Sócrates em suas incessantes indagações, segundo Chauí (1994, p. 38), colocava em dúvida as idéias, valores, práticas e comportamentos que os atenienses julgavam certos e verdadeiros em si mesmos e por si mesmos. Ao fazer suas perguntas e suscitar dúvidas, Sócrates os fazia pensar não só sobre si mesmos, mas também sobre a *polis*. Aquilo que parecia evidente acabava sendo percebido como duvidoso e incerto. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, eles o acusaram de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis. Levado a assembleia, Sócrates não se defendeu e foi condenado a tomar veneno – a cicuta – e obrigado a suicidar-se.

de nenhum tipo fosse étnica, gênero, etária, social, religiosa dentre diversas outras possíveis.

Com efeito, a infração a uma norma legal pode ter esse caráter de denúncia de algo que não está ocorrendo de maneira adequada à integridade do tecido social.

Outro exemplo é o que predizia o artigo 6 da Lei Nº 3.071 (BRASIL, 1916) de 1º de janeiro de 1916, o antigo Código Civil, que atribuía à mulher casada a categoria de relativamente incapaz e pelo artigo 242 não poderia trabalhar sem o consentimento do marido. Essa lei não está mais em vigor em virtude da promulgação do novo Código Civil em 2002, porém até então era direito legalmente constituído do marido algumas prerrogativas sobre a esposa. Muitas esposas agiram em desacordo com a lei não possuindo autorização legal do marido para trabalhar, sendo, portanto, mulheres que cometeram infração à lei em vigor até 2002. Porém, a atitude de muitas mulheres ao longo do século XX de infringir a lei as colocava na linha de frente de um processo de mudanças sociais que culminou na própria reformulação legal dos direitos e obrigações de marido e mulher em um casamento.

A leitura de Merton

Interpretando o conceito de anomia de Durkheim, o sociólogo estadunidense Robert K. Merton (1970) elabora uma argumentação que respalda uma abordagem específica da teoria da anomia original, conformando a teoria da comportamento divergente. Na obra de Merton, o conceito de anomia aparece como resultado de uma tensão entre os valores e normas aceitos pelos membros de um grupo que não são correspondidos pelas possibilidades de atendimento das metas almejadas. Além disso, Merton trabalha os conceitos de *grupos de referência* e *privação relativa* resgatando abordagens inicialmente propostas pelos precursores da Escola de Chicago, como James, Baldwin e Mead e desenvolvidos por Hyman e Stouffer que, em síntese, consiste na constatação “de que o indivíduo toma padrões de outras pessoas significativas como base para uma auto-avaliação.” Com efeito, “as

auto-avaliações dependem das comparações que os indivíduos fazem de sua própria situação com a de outras pessoas com as quais percebem ser comparáveis no momento.” (MERTON, 1970, p. 52) Merton explica que famílias que sofrem perdas severas podem se auto-avaliar minimizando a sensação de perda ao se compararem às quais as perdas foram mais significativas. Relativamente, portanto, a sensação de perda é atenuada segundo o grupo que se utilizou como referência para a avaliação das próprias perdas. Numa situação de catástrofe, a própria ação dos meios de comunicação de focarem sobretudo os que foram mais atingidos, fixando-os como grupo de referência, permite que as demais pessoas atingidas sintam-se em vantagem relativa ao grupo focado. É esse padrão de auto-avaliação que afeta o moral do grupo de sobreviventes e as motivações de ajudar os demais atingidos. Nessa linha, é que se compreende que uma família atingida, vendo-se em melhor condição que outra também atingida, porém com mais intensidade, pode oferecer auxílio e isso representa uma via de mão dupla: a ajuda é benéfica em termos práticos à que a recebe, porém é benéfica em termos simbólicos à que a presta, sentindo-se menos destruída ao ter ainda condições de sair em socorro.

É por isso que, segundo Merton, quando poucos são atingidos na mesma proporção, a sensação de perda de cada um é elevada. Contudo, quando as pessoas são atingidas em proporções e graus diferentes, uma perda grande pode ser considerada menor se comparada com os que sofreram perdas bem maiores.

Na composição da tensão do comportamento desviante, as sociedades devem apresentar uma dinâmica de inter-relação entre dois elementos: os objetivos culturais e os meios institucionalizados para atingir tais objetivos. Um comportamento desviante seria o indício de um tipo de relação entre esses dois elementos. Uma situação de equilíbrio é mantida quando as satisfações provenientes da realização dos objetivos são acompanhadas da satisfação pelo uso que se fez dos meios institucionalizados para atingí-los. Ao não levar em consideração que é necessário e fundamental para inibir um comportamento desviante equacionar um equilíbrio entre os objetivos e os meios e se focar apenas no resultado da competição, sem levar em consideração a significância dos meios, os derrotados podem tentar alterar

as regras ou decidir não mais as seguir. Se uma sociedade der muita ênfase na valorização dos objetivos culturais sem valorizar, nas mesmas proporções, os meios institucionais existentes, a conduta não estará centrada na norma. Não que ela não exista, mas mostra-se enfraquecida pelo desequilíbrio entre objetivos supervalorizados e meios pouco valorizados. Neste caso, a sociedade apresenta-se instável e aparece a anomia. (MERTON, 1970, p. 207)

Assim, na competição de atletismo, quando o alvo da vitória é despojado de suas roupagens institucionais e o sucesso torna-se subentendido em ‘ganhar a partida’ em vez de ‘ganhar segundo as regras do jogo’, estabelece-se implicitamente um prêmio ao uso de meios ilegítimos, porém tecnicamente eficientes. (MERTON, 1970, p. 208)

Baseado nesses dois eixos, os objetivos ou metas culturais e os meios institucionalizados, Merton defende que os indivíduos, quando se deparam com um contexto de meios limitados à concretização das metas culturais, tendem a agir de cinco maneiras distintas como modo de adaptação a essa realidade. Essas cinco categorias podem ser observadas no quadro que segue.

Quadro 2: Tipologia de modos de adaptação individual

Modos de adaptação	Metas culturais	Meios institucionalizados
I. Conformidade	+	+
II. Inovação	+	–
III. Ritualismo	–	+
IV. Retraimento	–	–
V. Rebelião	<u>±</u>	<u>±</u>

+ significa aceitação

– significa rejeição

± significa rejeição de valores predominantes e sua substituição por novos valores

(MERTON, 1970, p. 213)

O modo de adaptação conformista é o adotado pela maioria da população que, independentemente de obter sucesso na tentativa de atingir as

metas culturais, aceita os meios institucionalizados para tanto. Portanto, neste caso, verifica-se que o indivíduo assimila os dois elementos e isso não gera um comportamento desviante. Embora nem sempre seja o melhor para o indivíduo, não compromete o grupo.

A segunda categoria, inovação, apresenta o indivíduo que assimila as metas, porém não utiliza os meios institucionalizados legais ou legítimos para atingir seus objetivos. Alguns dos comportamentos criminosos podem se enquadrar nessa categoria. Numa sociedade na qual o sucesso material é fortemente estimulado, ações ilegais com o objetivo de obter benefícios econômicos podem ser bastante difundidos e não se concentram em uma classe social específica. Merton cita os estudos de Sutherland acerca da criminalidade de colarinho branco nos Estados Unidos da América. Muitos homens bem posicionados que cometeram tal tipo de crime e que foram entrevistados não foram julgados por não terem sido descobertos. Se fossem descobertos, o prestígio e influência inerentes ao seu *status* e a pouca sistemática de atribuição de castigo a esse tipo de crime contribuíram para não haver punição.

Um estudo de aproximadamente 1.700 indivíduos, predominantemente da classe média, revelou que as infrações 'não registradas' eram comuns entre membros inteiramente 'respeitáveis' da sociedade. Noventa e nove por cento das pessoas pesquisadas confessaram ter cometido uma ou mais das 49 infrações à lei penal do Estado de Nova Iorque, sendo cada uma de tais infrações suficientemente séria para ser passível de pena máxima de pelo menos um ano de prisão. (MERTON, 1970, p. 217)

Concluiu-se daí e de outras pesquisas realizadas que o número real de infrações cometidas é muito maior do que o que se tem oficialmente registrado e que atos infracionais não são um comportamento específico de determinado estrato social. Todavia, a pressão para o comportamento desviante pode ser maior nos estratos sociais inferiores se houver a assimilação de um valor de sucesso material sem que haja uma estrutura satisfatória de que esse sucesso seja atingido legal ou legitimamente. Como o trabalho manual é socialmente desvalorizado e as oportunidades de um emprego não-manual para pessoas dos estratos inferiores é menor, daí resulta que

A situação social do trabalhador manual (não especializado) e o conseqüente baixo rendimento não o habilitam a competir *dentro dos padrões consagrados de honestidade*, com as oportunidades de poder e do alto rendimento oferecidos pelos sindicatos do vício, da chantagem e do crime. (MERTON, 1970, p. 218)

Ou seja, a estrutura de classes, excludente e sem oportunidades suficientes às pessoas que ocupam os estratos mais baixos à satisfação das necessidades materiais e simbólicas, estimula o comportamento desviante. Com efeito, isso ocorre quando a mobilidade social vertical apresenta barreiras difíceis ou impossíveis de se transpor e a meta cultural de pujança material for razoavelmente generalizada no corpo social.

A pobreza e a limitação de oportunidades não seriam, então, elementos que geram um comportamento desviante para a criminalidade. A elas deve estar associado o mecanismo de busca por ascensão social ou acúmulo material.

a teoria do controle social continua determinista (são os jovens mais desprovidos de controle que se tornam delinquentes), ela insiste sobre a temporalidade ou, ainda, sobre a relação negativa com o tempo destes jovens, incapazes de se antecipar, de imaginar o longo prazo contra o prazo curto, de se proteger do futuro. A família pouco socializa os futuros delinquentes que, cedo, se encontram na rua. A escola não lhes interessa porque aí se deve preparar o futuro, enquanto eles querem apenas gozar o presente. Mas não nos enganemos: na maior parte dos casos (Matza, 1964), não se trata aí de uma sociologia do ator, como nas abordagens funcionalistas, mas de uma sociologia do sistema. Para a maior parte dos sociólogos da delinquência dos anos 1950-1970, é o sistema capitalista ou a sociedade de consumo, a concorrência desenfreada e o materialismo hedonista que segregam a delinquência daqueles que não têm oportunidades reais de ter sucesso econômico, devendo, de qualquer forma, reprimir a necessidade de ser bem-sucedido para tornar-se alguém. É esta tensão, esta diferença entre os fins impostos (pelas instituições, pela mídia e pelas famílias) e os meios insuficientes para alcançá-los que engendram as condutas delinquentes como respostas ‘normais’ a injunções contraditórias com os meios permitidos” (DUBAR, 2007, pág. 161)

A terceira categoria, a ritualista pode ser compreendida como resultado do processo de

abandono ou na redução dos elevados alvos culturais do grande sucesso pecuniário e da rápida mobilidade social, até o ponto em que possam ser satisfeitas as aspirações de cada um. Porém, embora se rejeite a obrigação cultural de tentar ‘progredir na vida’, embora se tracem os próprios horizontes, quase compulsivamente continuam a ser seguidas as normas institucionais. Seria um jogo de palavras terminológico perguntar se isto constitui um comportamento

divergente. Desde que a adaptação, com efeito, é uma decisão interna, e desde que o comportamento claro é institucionalmente permitido, embora não seja culturalmente preferido, não é geralmente considerado como representativo de um problema social. (MERTON, 1970, p. 223)

Neste caso, mesmo o indivíduo tendo tomado a decisão de assimilar e seguir as normas institucionais, embora não os alvos culturais, ele é estigmatizado como acomodado, preguiçoso, pois segue as normas, mas não busca mudar sua condição social.

Merton argumenta que

Seria de esperar que esse tipo de adaptação fosse bastante frequente numa sociedade que faz a posição social de cada um, largamente dependente das próprias realizações. Pois, conforme tem sido observado com muita frequência, esta incessante luta competitiva produz agudo estado de ansiedade. Um dos recursos para suavizar estas ansiedades é baixar o próprio nível de aspiração permanente. O medo produz a inação, ou mais exatamente, a ação rotinizada. (MERTON, 1970, p. 224)

Ou seja, alguns indivíduos, para fugir à situação de ansiedade ou frustração caso não atinjam as metas desejadas, se forem elevadas, traçam assim metas mais modestas e mais fáceis de serem atingidas, tendo mais certeza de conseguir atingir essas metas e, portanto, a satisfação.

O quarto tipo de adaptação é o retraimento caracterizado pela rejeição dos objetivos culturais e meios institucionais e segundo Merton é provavelmente o menos comum. Essa forma de adaptação faz do indivíduo um verdadeiro estranho na sociedade. Figuram nesta categoria “algumas das atividades adaptativas dos psicóticos, artistas, párias, proscritos, errantes, mendigos, bêbados crônicos e viciados em drogas.” (MERTON, 1970, p. 227) Há renúncia dos objetivos culturalmente prescritos e as normas institucionais não norteiam o comportamento. A própria estrutura social que eles repudiam pode ser o fator gerador desse tipo de adaptação.

Do ponto de vista das suas fontes na estrutura social, este modo de adaptação ocorre com maior probabilidade quando os alvos culturais e as práticas institucionais foram *ambos* inteiramente assimilados pelo indivíduo e embebidos de afeto e de altos valores, sem que os caminhos institucionais acessivos conduzam ao êxito. Daí resulta um duplo conflito: a obrigação moral assimilada, de adotar os meios institucionais, conflita com as pressões para recorrer a meios ilícitos (os quais podem atingir o alvo) e o indivíduo não pode utilizar meios que sejam ao mesmo tempo legítimos e eficientes. O sistema competitivo é mantido, mas o

indivíduo frustrado e que encontra empecilhos que não pode sobrepujar, é excluído do sistema. O derrotismo, o quietismo e a resignação são manifestados em mecanismos de fuga que posteriormente o levam a ‘fugir’ dos requisitos da sociedade. É assim um expediente que resulta do fracasso continuado em aproximar-se da meta por meios legítimos, e da incapacidade em usar a rota ilegítima devido às proibições assimiladas: e *este processo ocorre quando ainda não se deu a renúncia* à concepção do valor supremo atribuído ao atingimento do êxito. O conflito é resolvido, abandonando-se *ambos* os elementos conflitantes: os fins e os meios. A fuga é completa, o conflito é eliminado e o indivíduo é assocializado. (MERTON, 1970, p. 227)

A rebelião constitui o quinto tipo de adaptação. Os indivíduos nessa condição procuram “trazer à luz uma estrutura social nova, isto é, profundamente modificada. Ela pressupõe o afastamento dos objetivos dominantes, e dos padrões vigentes, os quais vêm a ser considerados como puramente arbitrários.” (MERTON, 1970, p. 229) A situação de arbitrariedade deslegitima a estrutura social e desincumbe o indivíduo à sujeição.

1.2 Culturalismo

A subcultura delinquente

Em paralelo e concomitantemente ao desenvolvimento da Sociologia francesa cujo referencial básico foi Émile Durkheim, desenvolve-se nos Estados Unidos da América, com a fundação da Universidade de Chicago e do primeiro departamento de Antropologia e Sociologia daquele país, um grupo pioneiro que se lança a realizar pesquisas referentes à realidade urbana. Ao conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados entre 1915 e 1935 convencionou-se nomear “Escola de Chicago”. (COULON, 1995, *passim*)

Eufrásio (1999, pág. 34 e seg.) aponta a Escola de Chicago se iniciaria mais remotamente, em 1892, portanto, nos primórdios da fundação da universidade de Chicago. Ressalta que, até 1930, o domínio estudado pela Sociologia de Chicago foi bastante amplo e estava exatamente no ecletismo de abordagens e objetos sua marca identitária.

O escopo da escola de Chicago de Sociologia cobre um âmbito amplo, no qual se destaca a orientação ou perspectiva de teorização da ecologia humana, que durante muitos anos foi seguida em seu interior e incentivou grande número de estudos empíricos,

centrados sobretudo na cidade de Chicago; no período em que vigorou, as formulações que contemplaram de modo mais específico a temática da estrutura espacial da cidade – por vezes denominada de “ecologia urbana” e que constitui, hoje em dia, um capítulo próprio da sociologia urbana – formam o núcleo de um desenvolvimento muito inspirado e que levou a descobertas originais; e o estudo das relações entre os diferentes grupos culturais, étnicos e raciais [...] teve grande relevo na sociologia americana. (EUFRÁSIO, 1999, pág. 37)

Várias pesquisas foram realizadas pela Escola de Chicago focando a delinquência. Burgess & Bogue (1964) apontam que Shaw e McKay em pesquisa realizada com jovens notaram vinculações entre delinquência, família e a situação das vizinhanças e das escolas. Afirmam que a situação social produz a delinquência traçando suas origens segundo as características da comunidade, da situação familiar e do papel das más companhias e da integração das *gangs* de jovens na delinquência. Alegam que a carreira da delinquência é resultante de um processo de ajustamento à vida e não um fenômeno individual e independente, resultante de tendências inatas ou de anormalidades psicológicas casuais. Nas áreas de alta delinquência, afirmam haver uma “subcultura” ou “contracultura” de delinquência.

A pesquisa de Shaw e McKay identificou que as áreas nas quais se encontra maior taxa de delinquência eram também as que havia maior deterioração física, maior pobreza e maior desorganização social. Portanto, a taxa de delinquência estaria relacionada aos diferentes tipos de comunidades. A delinquência seria um problema que teria relação direta com um problema da comunidade na qual o indivíduo está inserido. A conduta delinvente se vincularia à totalidade da vida social e da organização da comunidade. Por isso a pesquisa deve utilizar-se de histórias de vida de delinquentes. Pesquisas nesse sentido identificam que a experiência e as disposições de comportamento dos transgressores refletem a cultura e o espírito da comunidade na qual eles têm vivido.

Nem todas as gangues se voltam para a delinquência. Entretanto, nas gangues de delinquentes, o comportamento transgressor é transmitido pelos membros mais velhos aos mais novos. Frequentemente pode-se encontrar gangues que estabelecem, como norma de ingresso, a participação em atividades delinquentes do grupo. O comportamento de um membro de uma gangue pode ser compreendido conhecendo-se as tradições e os valores

sociais do grupo. Shaw e McKay ao analisarem as áreas de alta delinquência identificaram as seguintes características comuns:

1. Predomínio de deterioração física;
2. Pobreza generalizada;
3. Residência em meio à indústria e comércio;
4. Concentração de população nascida no estrangeiro;
5. Alta mobilidade residencial – as famílias se mudando da vizinhança o mais rápido possível;
6. Carência de facilidades para a manutenção de uma organização adequada da vizinhança em apoio a uma vida comunitária convencional;
7. Alta incidência de crimes de adultos.

A falta de ideais e padrões comuns da comunidade pela heterogeneidade e mobilidade residencial alta impedem a ação social cooperativa para impedir ou para suprimir a delinquência. Nos locais de alta delinquência não há coesão na comunidade capaz de nutrir uma ação conjunta e espontânea no sentido de coibir as ações delinquentes. O controle social deixa de ser exercido pela comunidade nesse tipo de área.

Seguindo a linha traçada por Trasher em *The gang* (1927), Shaw e McKay também não consideram a gangue como uma causa do crime, porém um fator auxiliar pois facilitaria a execução de crimes e ampliaria sua viabilização e abrangência.

Em uma gangue há uma “tradição” delinquente que é transmitida de geração a geração entre os membros da gangue. Em algumas gangues há um “código de delinquência”, ou seja, um conjunto de padrões e valores éticos aos quais os membros devem aderir se quiserem manter uma boa participação na gangue.

Os padrões dos valores éticos desses grupos são, regra geral, distintos e inversos dos encontrados na sociedade mais ampla. Uma conduta que diminuiria o status de um indivíduo na sociedade convencional pode ser fontes para elevar o prestígio em um grupo delinquente. Ser pego pela polícia, apresentar-se a uma audiência judicial ou ficar recluso em um reformatório podem ser motivos de orgulho para o delinquente uma vez que isso o identifica mais estreitamente com seu grupo.

Os motivos de um jovem delincente participar das ações de seu grupo não são essencialmente diferentes daqueles apresentados pelos jovens membros de grupos não delinquentes. Desejos de reconhecimento, aprovação e de estima por seus pares, de estimulação, excitação e emoção, de íntimo companheirismo e de segurança e proteção estão presentes entre os membros de grupos de jovens delinquentes e não delinquentes. Nas localidades de delinquência esses desejos são com frequência satisfeitos pela participação nas atividades de grupos de delinquentes.

Influenciado pelas pesquisas da Escola de Chicago, Albert Cohen (1956) também foca o jovem delincente. Segundo ele, o comportamento delincente pode ser caracterizado como manifestação de uma subcultura. A cultura se refere “aos conhecimentos, crenças, valores, códigos, gostos e preconceitos que são tradicionais em grupos sociais.” (COHEN, 1956, p. 12, tradução nossa). Além disso, a noção de cultura não se limita apenas às diferenças de estilos de sobrevivência existentes entre sociedades complexas e tribais. Toda sociedade possui uma gama extensa de subgrupos, cada qual com especificidades de pensamentos e maneiras de agir. Essas culturas dentro de culturas se caracterizam como subculturas.

Segundo Cohen (1956, p. 13) a subcultura delinquente se tornou frequente em gangues de rapazes existentes em grandes centros urbanos dos Estados Unidos. Os membros dessas gangues, quando crescem, podem tornar-se cidadãos com profissões regulares e seguidores da lei ou então galgar graus mais sofisticados e elevados de criminalidade profissional. A tradição delinquente do grupo é transmitida dos mais velhos aos integrantes mais jovens e dessa forma ocorre sua perpetuação. A subcultura delinquente não é apenas um conjunto de normas de concepção diferente ou indiferente ou mesmo em conflito com as normas da sociedade respeitável adulta. Sua característica é exatamente pela polaridade negativa que apresenta em relação a essas normas. Ou seja, a subcultura delinquente tem como parâmetro exatamente as normas da cultura maior dominante, porém em sentido invertido. A conduta do delinquente é correta de acordo com a sua subcultura exatamente por ser errada segundo a cultura maior dominante. (COHEN, 1956, p. 28)

A teoria da subcultura, articulada com a discussão sobre os processos de transgressão e controle de Cohen visa responder a certas questões presentes nas Ciências Sociais: “Por que tanta gente insiste em se comportar de uma certa maneira, apesar de as leis estabelecerem o contrário?” (COHEN, 1968, p. 11). Ou, o contrário “por que, apesar da evidente vantagem e da utilidade de sua violação, na maior parte das vezes tanta gente insiste em cumpri-las?” (COHEN, 1968, p. 11). Ao levantar essas questões, Cohen está preocupado em buscar as razões que expliquem tanto a transgressão quanto o conformismo. Segundo ele, muitos pensadores se dispuseram a tentar explicar esse processo. Por exemplo, Hobbes ao distinguir a vida humana no estado de natureza e, portanto, alheia a normas, da vida em sociedade que é normatizada, estava exatamente debatendo sobre o tema da transgressão e do controle e seus mecanismos.

O comportamento transgressor causa desconforto aos integrantes de uma determinada sociedade mesmo que não ocorra um dano específico ao indivíduo, pois compromete a coesão social ao enfraquecer e até deslegitimar os mecanismos de recompensa aos virtuosos. Ele pode destruir a disposição dos indivíduos em assumir seus papéis sociais que estejam em consonância com a ordem vigente. Os transgressores “‘vadios’, ‘impostores’, ‘simuladores’, ‘parasitas’ e assim por diante, [...] participam, às vezes desproporcionalmente, das recompensas, sem se sujeitar aos sacrifícios e à disciplina dos virtuosos.” (COHEN, 1968, p. 18). Isso dá a sensação de que ocorre uma injustiça e pode gerar um efeito negativo nos demais, seguidores das normas, enfraquecendo sua convicção de que é vantajoso continuar a agir segundo as normas ou, conforme assevera Cohen, “fazer com que a pessoa saia do jogo.” (1968, p. 18).

Da mesma forma que debatido por outros autores (BECKER, 2008; GOFFMAN, 1988), Cohen ressalta que um indivíduo pode apresentar um comportamento transgressor, porém não ter sido identificado pelos demais, e portanto não lhe ser atribuído o adjetivo. Ou seja, uma coisa é mentir, roubar, ter relações homossexuais, consumir narcóticos, beber em excesso, usar meios ilícitos de competição. Ao autor de atos deste tipo não se assegura efetivamente que necessariamente seja identificado como tendo agido de uma dessas maneiras. Diferente “é ser acusado de caráter transgressor e dele ser

investido – isto é, ser definido socialmente como mentiroso, ladrão, homossexual, viciado, bêbado, impostor, desordeiro, larápio, canalha e assim por diante.” (COHEN, 1968, p. 56) Ao não ser apenas o que praticou um ato transgressor, mas identificado pelos demais como ter agido assim, adquire-se um título que significa muito mais que a prática de um determinado ato de transgressão. “Sugere alguém que *normal* ou *habitualmente* pratica determinados tipos de transgressão; de quem se pode *esperar* esse comportamento.” (COHEN, 1968, p. 56). Rotulado dessa maneira, o indivíduo desperta reações de desprezo, rejeição, desconfiança, afastamento, medo, ódio.

Retomando a discussão sobre a delinquência juvenil, Cohen debate sobre as razões de se identificar muito mais comportamentos transgressores entre os jovens de classe social mais baixa que de média ou alta. Constatou que os sentimentos dos jovens delinquentes de classe inferior a seu respeito estão relacionados de maneira acentuada à “maneira pela qual são julgados pelos outros.” (COHEN, 1968, p. 141). Porém, de uma maneira geral, na realidade estadunidense abordada pelo autor, considera-se que os parâmetros que são utilizados para avaliar e julgar o comportamento desses jovens são advindos da classe média. Isso é bem evidente no ambiente escolar.

Aliás, essa constatação apresenta muita semelhança com a ressaltada por Whyte (2005), ao identificar o sentimento de descompasso entre os assistentes sociais e os professores e a realidade dos habitantes do distrito de *Cornerville*. Os valores dominantes de classe média “exprimem o sistema predominante de valores norte-americanos; impregnam os meios de comunicação de massa; e são também aplicados; embora de maneira menos completa, pelo proletariado ‘respeitável’.” (COHEN, 1968, p. 141). Quer dizer, parte da classe inferior absorve e pratica os valores dominantes de classe média, porém isso não ocorre com todos, e os que não os seguem são avaliados de forma negativa segundo os parâmetros da classe média.

Estes padrões incluem alguns critérios – por exemplo, a fluência verbal, a inteligência acadêmica, níveis elevados de aspiração, impulso para a realização, capacidade para o esforço constante a serviço de objetivos longínquos, capacidade para adiar a satisfação, correção, limpeza, maneiras delicadas e outros. (COHEN, 1968, p. 141).

Embora se esteja tomando como parâmetro a classe média estadunidense, a descrição dos mesmos permite que identifiquemos padrões semelhantes na classe média brasileira na atualidade e pode, desse modo, gerar efeitos semelhantes aos identificados naquele país.

Outro ponto que Cohen destaca nesse mesmo prisma é que, no processo de competição social e econômica, os padrões que regem os julgamentos dos mais aptos a conquistar espaços de maior prestígio, poder e renda são também guiados por referências de classe média e alta e, portanto, os membros de classe inferior têm maior dificuldade de competir neste contexto uma vez que “a socialização da classe média é muito mais eficiente na educação de crianças para que obtenham êxito, do que a socialização da classe inferior.” (COHEN, 1968, p. 141). Como consequência, as crianças e jovens de classe inferior estão mais propensos a experimentar sentimentos de fracasso, humilhação e inferioridade. “Estão presas num jogo em que as outras são geralmente as vencedoras, e elas as vencidas e as insignificantes.” (COHEN, 1968, p. 141).

Esses valores e padrões de classe média podem figurar, de acordo com Cohen, como um grupo de referência expresso na teoria de Merton. Segundo Cohen, “cada um de nós tem um conjunto um pouco diferente de objetos de referência que desempenha um papel muito decisivo na conformação de nosso pensamento.” (COHEN, 1968, p. 179).

Porém, também a subcultura transgressora de um grupo pode apresentar-se como parâmetro de comportamento para os que tomam esse grupo como referência. “A organização social determina a distribuição do comportamento de transgressão e do conformismo, através da estruturação de redes de interação social, na qual se adquirem os grupos de referência e onde ocorre a aprendizagem cultural.” (COHEN, 1968, p. 180).

O comportamento em busca de relações sociais satisfatórias está envolto em um processo do qual se troca a situação de conformismo para as recompensas de relações. O processo é o mesmo quer para o comportamento do grupo convencional quer para o transgressor, mesmo que, em cada caso, seja diferente o conteúdo da troca. A delinquência diante desse modelo é explicada supondo-se que o indivíduo, ao buscar a aceitação social, companheirismo e respeito e não conseguindo concretizar a satisfação dessas

necessidades nos grupos convencionais por não atender aos critérios estabelecidos por esses grupos, parte para a busca da satisfação das necessidades em outros grupos – e os grupos delinquentes podem ser a opção – que apresentam critérios de aceitação mais fáceis de serem atingidos. (COHEN, 1968, p. 181).

Resgatando a teoria weberiana da ação social, Cohen defende que quase todas as ações humanas, se analisadas fora do contexto, não passam de algo estanque, fragmentado. “Só adquirem sentido como parte de uma atividade mais ampla, que se constrói através da reunião, por assim dizer, das contribuições de várias pessoas.” (COHEN, 1968, p. 182). O autor afirma que sozinho em um campo vazio ninguém pode defender ou atacar ou quando se vai fazer uma prova, isso só é possível se alguém a elaborou.

Portanto, assim também ocorre com o comportamento transgressor, que requer organização e não ocorre de maneira isolada, ou seja, o indivíduo transgressor vincula-se de alguma forma a uma rede de relações e só nesse contexto o comportamento transgressor tem sentido e motivação. Para haver a corrupção é necessário que pelo menos dois indivíduos estejam em relação e mais ainda um contexto que a favoreça. Isso também “se aplica [a]o modelo da troca. A fim de conseguir que os outros façam o que exigimos, precisamos fazer alguma coisa que lhes seja útil.” (COHEN, 1968, p. 183).

Uma vez que o comportamento transgressor ou delinquente vincula-se, de alguma forma, a um grupo que respalde ou valorize esse tipo de conduta, então se supõe que o grupo pode empreender mecanismos que dificultem as ações dos que queiram controlá-los, como os agentes do Estado, por exemplo. “Para conseguirem eficiência na descoberta da transgressão e na detenção e castigo dos transgressores [...] precisam de acusadores, informantes, testemunhas e, às vezes, de assistência física e material.” (COHEN, 1968, p. 193). Nas vezes em que os grupos não estão propensos a cooperar, a lei ou o comportamento não-desviante não conseguem se impor satisfatoriamente aos transgressores. Está-se, pois, diante de um paradoxo.

Há, segundo Cohen (1968, p. 193), três principais razões que podem fazer o grupo não colaborar em delatar um dos seus. Em primeiro lugar, se o auxílio à atribuição de culpa ao outro representar algum tipo de prejuízo à quem está cooperando, certamente não cooperará ou não o fará com muito

entusiasmo. Mais ainda, não tenderá a alardear a público de maneira a denunciar o comportamento transgressor de membros do grupo, ainda que não consinta com tal comportamento. Uma segunda razão é o fato da reciprocidade, ou seja, os membros não transgressores do grupo imaginam que no futuro poderão precisar de alguma maneira de algum auxílio dos transgressores, portanto, não seria adequado se indispor com os quais poderá ter que recorrer. Por último, um estranho pode ser levado à justiça com muito mais facilidade que uma pessoa de um círculo mais próximo de relações, uma vez que, desta última, valorizamos a boa opinião que faz de nós.

Buscando encaminhar um equacionamento da questão debatida acima, Cohen (1968, p. 231), com embasamento na obra de Cloward e Ohlin⁵, ressalta que era necessário ir além da teoria de Merton a esse respeito. Daí é oportuno o uso do conceito de oportunidade ilegítima avançando além da abordagem mertoniana. “Na estrutura social, não só as oportunidades legítimas se distribuem de maneira diferente [...] o mesmo acontece com as oportunidades para atingir os objetivos culturais, através de meios ilegítimos.” Com efeito, o surgimento de uma “subcultura transgressora depende da posição dos que estão sujeitos à tensão relativa na estrutura de oportunidades ilegítimas.” Na maioria das situações, essa estrutura está condicionada às diferentes situações que geram oportunidades aos indivíduos aprenderem, praticarem e realizarem ações assumindo papéis transgressores. (COHEN, 1968, p. 231)

De maneira mais específica, supõe um ambiente com modelos de transgressão vitoriosa, oportunidades de ligação com tais modelos e de usufruir a sua tutela, bem como um ambiente que proporciona agentes e facilidades necessárias para que a transgressão se torne possível e compensadora. Os tipos de oportunidades ilegítimas e sua distribuição determinarão o conteúdo da subcultura transgressora. (COHEN, 1968, p. 231)

⁵ Richard A. Cloward, “Illegitimate Means, Anomie and deviant behavior”, *American Sociological Review* (abril, 1959), 24: 164-176; e Richard A. Cloward, *et al.*, “social Control in the prison”, *Theoretical studies in social organization of the prison* (New York: Social science research council, março de 1960); Richard A Cloward a Lloyd B. Ohlin, *Delinquency and opportunity: a theory of delinquent gangs* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1960).

1.3 Interacionismo

O pragmatismo e a pesquisa empírica foram marcos significativos de abordagem desses pesquisadores. Segundo Coulon (1995, p. 22), o interacionismo simbólico dá um lugar teórico ao agente social como intérprete do mundo que o rodeia e, por conseguinte, põe em prática métodos de pesquisa que dão prioridade aos pontos de vista dos agentes. Era um posicionamento distinto do proposto por Émile Durkheim ao não conceber que a ciência fosse objetiva e, portanto não poderia levar-se em consideração as subjetividades que seriam muito vagas e difíceis de mensurar. O interacionismo seria assim, conforme Coulon (1995, p. 22), uma síntese entre a abordagem individual e a macrosociológica.

Corroborando com essa perspectiva, assevera Gilberto Velho que a essência do interacionismo é fundamentar-se no estudo da ação social compreendida como as interações entre os indivíduos, interações essas que acontecem em contextos maiores, de redes e grupos sociais dos quais os indivíduos pertencem e estão em constante processo de mudanças e reinvenção social. “Assim, opõe-se a modelos teóricos mais estáticos, nos quais os indivíduos desempenham papéis predefinidos dentro de uma estrutura social abrangente, e a mudança social quase sempre aparece como disruptiva.” (VELHO, 2005, p. 12). Após a Segunda Guerra Mundial pode-se destacar Howard S. Becker e Erving Goffman entre os principais seguidores dessa abordagem teórica (VELHO, 2005, pág. 12)

Em 1935 a Sociologia estadunidense dominada pelos preceitos da Escola de Chicago sofre um revés na reunião anual da *American Sociological Society* na qual um grupo de oponentes questiona a hegemonia de Chicago na Sociologia naquele país por meio do *American Journal of Sociology*, publicação oficial da ASS. A partir dessa data, a linha teórica de Chicago – qualitativa, humanista e fortemente centrada na pesquisa de campo – dividirá o espaço com a sociologia pré-funcionalista, quantitativa e positivista. É um pouco depois desse rearranjo de forças do campo teórico que Merton e Parsons, por exemplo, ganham espaço. (COULON, 1995, p. 27)

A contraposição à teoria das Subculturas delinquentes: Whyte e a Sociedade de esquina

A teoria culturalista das “subculturas” delinquentes que se origina nos Estados Unidos resulta de pesquisa de campo com jovens delinquentes defendendo que

é o modo de vida destes jovens, suas condutas, os valores que as sustentam e que eles exprimem em sua linguagem, suas atitudes, suas roupas etc., que explicam, segundo aqueles sociólogos, seus atos delituosos. São suas condições de vida que determinam esta subcultura compartilhada e transmitida pelos jovens delinquentes. Esta posição é ao mesmo tempo ‘*determinista*’ (é preciso procurar a causa das condutas delinquentes em seu ‘meio social’) e ‘*ecológica*’ (a lógica que conduz aos atos delinquentes dos jovens se enraíza nas características espaciais do meio em que vivem). Pode-se resumir estas características por um termo-chave: pobreza. A ‘subcultura’ dos delinquentes é parte integrante da cultura localizada, territorializada da pobreza. (DUBAR, 2007, pág. 161)

Ao realizar uma pesquisa de observação participante em um subúrbio degradado de Boston nos anos 30 Whyte estabelece um olhar diferente do proposto pela teoria da desorganização social de Shaw e McKay sobre a questão de vizinhanças ou grupos tidos como desorganizados socialmente segundo os padrões dominantes. Ao publicar, em 1943, *Street corner society: the social structure of an italian slum*, viria a público um marco importante do uso dos métodos qualitativos na pesquisa social que acabaria se tornando um clássico dos estudos urbanos. A obra foca temas de suma importância no estudo das dinâmicas sociais das grandes cidades como identificação e compreensão das redes sociais, territorialização, pobreza, gangues, delinqüência etc.

Ao ir morar em *Cornerville* – distrito de Boston habitado majoritariamente na época da pesquisa por imigrantes italianos e descendentes e que apresentava uma precária integração social com o restante da sociedade estadunidense – começa gradativamente a ir se inserindo no universo social, material e simbólico daquela comunidade, estabelecendo laços de amizade com alguns rapazes locais com o intuito de ser inserido nas redes ali existentes. Utiliza um interlocutor entre a sua realidade como pesquisador e a realidade pesquisada de modo que pudesse questionar e

buscar explicações sobre o significado de determinadas ações, situações, comportamentos etc. específicos daquele universo e que somente naquelas circunstâncias e para os seus teria significado.

Whyte proporciona uma visão bem mais precisa da realidade de determinadas áreas urbanas que não apresentam parâmetros estruturais e de comportamento até então pensados, ou seja, podem apresentar heterogeneidade, organização local e grupal e redes de relações próprias, porém, distintas das que eram familiares aos sociólogos e antropólogos urbanos até então.

Ao conseguir mapear a leitura subjetiva que os moradores de *Cornerville* fazem de si próprios e das relações estabelecidas com a sociedade estadunidense, pode compreender algumas imprecisões ou equívocos nas políticas públicas realizadas no distrito. Um exemplo é a característica organizacional dos Centros Comunitários existentes na área. Algo que chamou muito a atenção durante a pesquisa é a presença essencialmente formal de tais Centros. Isso pode ser afirmado mediante análise da composição funcional e hierárquica e do perfil dos funcionários desses Centros. Tanto os assistentes sociais quanto os diretores de dois dos Centros estudados do distrito não eram de origem italiana e pertenciam à classe média, média alta ou alta da sociedade estadunidense. Antes de 1940, quando uma jovem local foi contratada para uma função administrativa, cabia aos italianos funções subalternas. Alguns assistentes sociais chegavam a ter quase 20 anos trabalhando no distrito, porém, sem que houvessem aprendido italiano. Em 1940 foi contratado um não-italiano fluente no idioma. Os funcionários dos Centros não tinham informações e conhecimento sistemático sobre as pessoas que viviam no distrito e seus antecedentes sociais no país de origem. Além disso, as informações que possuíam sobre a organização local eram estritamente as institucionais e não havia qualquer empenho em aprimorar a compreensão da realidade daquelas pessoas. A concepção dos assistentes sociais que atuavam nos Centros era de que a população do distrito deveria se adaptar aos padrões do Centro e não o contrário. O resultado disso é que uma minoria apenas se adaptava. Como conseqüência, os Centros tinham nenhuma inserção na população adulta masculina de origem italiana. As mulheres participavam juntamente com seus filhos, porém, à medida que cresciam iam

se distanciando e esse processo era mais intenso entre os rapazes. (WHYTE, 2005, pp. 117-18)

Os reflexos da estrutura encontrada nos Centros Comunitários eram a ineficácia das políticas públicas no distrito uma vez que os assistentes sociais não tinham conhecimento da realidade local e, portanto, não podiam sistematizar uma inserção adequada no distrito que tivesse aceitabilidade. Indicadores dessa situação eram a estrutura hierárquica na composição do quadro de funcionários na qual as pessoas do local eram subalternas ou desconhecimento da cultura local que era desvalorizada ou ignorada, como se pode evidenciar pelo fato dos assistentes sociais não dominarem a língua italiana.

Havia, dessa maneira, um reforço à baixa auto-estima da população do distrito que se via como incapaz de ocupar uma posição social e econômica de maior prestígio nas estruturas da sociedade estadunidense. As palavras de Doc, o líder de umas das gangues de esquina que se tornou o principal vínculo entre Whyte e a população do distrito, deixam isso bem claro.

Você não sabe como se sente alguém que cresce num distrito como este. Você entra no primeiro ano da escola – dona O'Rourke. Segundo ano – dona Casey. Terceiro ano – dona Chalmers. Quarto ano – dona Mooney. E assim por diante. No corpo de bombeiros é a mesma coisa. Nenhum é italiano. O tenente da polícia é um italiano e há uns dois sargentos italianos, mas nunca alguém de Cornerville chegou a capitão. Nos Centros Comunitários, ninguém na direção é italiano. Uma coisa: você deve saber que os mais velhos aqui têm grande respeito por professoras e pessoas desse tipo. Quando o menino italiano vê que ninguém do seu próprio povo tem bons empregos, por que vai pensar que é tão bom quanto o irlandês ou os ianques? Isso faz com que se sinta inferior. (WHYTE, 2005, p. 279)

Daí o autor conclui que a prescrição comumente dada pelos antropólogos aos administradores coloniais de que se deve respeitar a cultura nativa e estabelecer o contato com a sociedade através de seus líderes é um requisito fundamental para o início de um contato, porém, não é suficiente. Subordinar-se a pessoas que se reconhecem como diferentes e de fora do local e, além disso, ocupam todas as posições superiores de autoridade formal não é o mecanismo mais apropriado para a eficácia das políticas para o grupo local.

Rotulagem

Becker e os fumantes de maconha

Dois outros autores que apresentam correspondência com o tema em tela são Howard S. Becker (1977; 2008) e Erving Goffman (1988; 1999). Esses autores apresentam uma contribuição importante para o tema em pauta permeando áreas como desvio e rotulação que são centrais nos temas acerca da delinqüência: teoria interacionista da rotulagem representa uma inversão de perspectiva em relação às teorias culturalista das “subculturas” delinquentes e funcionalista de controle social.

Não é mais o meio ambiente ou a falta de controle social que provoca, por aprendizagem ou adaptação, uma subcultura ou uma desorganização ‘internas’, responsáveis pelas condutas dos delinquentes: são ‘os outros’, as ‘camadas médias’ – e, especialmente, aquelas que Becker (1963) chama ‘os empresários da moral’ (policiais, juizes, pastores etc.) – que suscitam, por meio de sua rotulagem ‘externa’, reações delinquentes de uma parte dos jovens estigmatizados. Não em todos e não de maneira mecânica; somente entre aqueles que escolhem se identificar com este rótulo, interiorizar este estigma, ‘tornar-se aquilo que os outros dizem que eles são’ (Sartre) e, dessa forma, entrar voluntariamente em uma carreira delincente. (DUBAR, 2007, pág. 161)

Em seu livro *Outsiders*, baseado em um estudo de campo, Becker (2008) reflete acerca do comportamento desviante e do crime ressaltando o que já se debatia a respeito desses temas, ou seja, que o desvio é um comportamento frequente, e que as pessoas envolvidas em ação coletiva, ou seja, o grupo, definem certas coisas como “erradas”, que não devem ser feitas e conseqüentemente criam mecanismos para que não se aja de maneira não recomendada pela coletividade. Entretanto nem todos os comportamentos desviantes são crimes ou então algumas regras são restritas a grupos específicos, portanto, um comportamento pode ser desviante em um contexto, para os parâmetros de um determinado grupo, mas podem não o ser em outro.

Os grupos sociais ao estabelecerem regras irão impô-las definindo, por meio das regras sociais, situações e tipos de comportamento aceitos e reprovados. À medida que uma regra social é imposta, se for infringida ou presumir-se que se a infringiu, a pessoa em questão poderá “ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo as regras

estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*⁶.” (BECKER, 2008, p. 15)

Entretanto o autor ressalta que a pessoa rotulada como um *outsider* pode não ter a mesma opinião que os demais sobre sua condição ao não aceitar a regra por não a considerar legítima e não identificar competência nos que a julgam ou serem legitimamente autorizados a fazê-lo. “Por conseguinte, emerge um segundo significado do termo: aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são *outsiders*.” (BECKER, 2008, pág. 15)

Com efeito, pode-se crer que o ser rotulado como *outsider* ou o rotular alguém depende do contexto e de quem são tanto os que rotulam quanto os que são rotulados. Portanto ser um *outsider* é algo relativo.

o grau em que uma pessoa é *outsider* [...] varia caso a caso. Encaramos a pessoa que comete uma transgressão no trânsito ou bebe um pouco demais numa festa como se, afinal, não fosse muito diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância. Vemos o ladrão como menos semelhante a nós e o punimos severamente. Crimes como o assassinato, estupro ou traição nos levam a ver o transgressor como um verdadeiro *outsider*. (BECKER, 2008, pág. 16)

Por outro lado, alguns que violam regras admitem que foram julgados com adequação: um motorista, apesar de aprovar as normas de trânsito, as transgride; um alcoólatra pode crer que os outros não o compreendem embora admita os malefícios da bebida compulsiva; “alguns desviantes (homossexuais e viciados em drogas são bons exemplos) desenvolvem ideologias completas para explicar por que estão certos e por que os que os desaprovam e punem estão errados.” (BECKER, 2008, p. 17)

A argumentação de Becker nos faz refletir sobre o fato de que não basta um grupo criar regras e coagir os demais a agir em consonância com as mesmas. A possibilidade de transgressão, de um comportamento desviante, pode ser mais acentuada à medida que não se compactua com as normas e, mais que isso, se pertença a um grupo que as questione ou então possua

⁶ O conceito central da obra, *outsiders*, que também figura no título do livro não é traduzido para a língua portuguesa devido ao fato de ter se consagrado nas Ciências Sociais com sua grafia original em inglês e também por não haver um adjetivo em língua portuguesa que expresse plenamente o mesmo teor que o termo em inglês apresenta. Por essas razões se usará o conceito em sua grafia original.

normas distintas e – por que não? – contrárias às pertencentes ao outro grupo. Dessa maneira, o comportamento desviante poderá ser uma constante do ponto de vista da resistência e variável, do ponto de vista dos tipos.

Com frequência, quando se debate sobre o comportamento desviante “os cientistas não questionam o rótulo ‘desviante’ quando é aplicado a atos ou pessoas particulares, dando-os por certo. Quando o fazem, aceitam os valores do grupo que está formulando o julgamento.” (BECKER, 2008, p. 17) Ou seja, antes de se discutir sobre o desvio, que é uma definição particular de grupos determinados, nem sempre compartilhada por outros, deve-se primeiramente definir quem é o grupo que formulou o que é considerado desvio e, evidentemente, trazer à tona os interesses que estão por trás dessa determinação. Como exemplo, condenar a vagabundagem de forma a estabelecer pena de prisão a quem se enquadrar nesta categoria oculta um interesse econômico que é de obrigar os indivíduos a trabalhar para não serem identificados como desocupados e passíveis de punição legal. Assim, está-se ampliando a massa de trabalhadores disputando os empregos nem sempre suficientes para todos. Dessa forma, de acordo com a lei de mercado da oferta e da procura, pode-se empreender um aviltamento mais severo do valor da mão-de-obra. Portanto, se apenas se considerar o comportamento desviante e se debater os mecanismos mais eficientes para evitar ou punir o desvio, estar-se-á reforçando os mecanismos coercitivos de fazer valer os interesses de um determinado grupo economicamente dominante e que, por essa razão, tem poder suficiente para que seu *lobby* resulte em normas formais, tais como as do arcabouço jurídico, que garantem o uso até mesmo dos instrumentos coercitivos do Estado para impingir ao restante da sociedade os padrões de interesses de um grupo restrito.

Considerar essa perspectiva vai além da análise essencialmente funcionalista adotada em algumas teorias sobre o desvio. Ao se fazer uma análise orgânica da sociedade, pautada nas noções médicas de saúde e doença, considera-se a sociedade na totalidade ou, em uma parte, apenas tentando identificar processos que possam diminuir a estabilidade (coesão do tecido social) comprometendo sua sobrevivência. Tais processos configurariam o desvio ou o sintoma de desorganização social. Mediante esse quadro, distinguem-se os traços garantidores da estabilidade – caracterizados como

funcionais – dos que atentam contra a estabilidade – caracterizados como disfuncionais. (BECKER, 2008, p. 20) Todavia especificar o que é funcional e o que é disfuncional para uma sociedade ou grupo social não é algo simples e até mesmo ser realizado com precisão.

A questão de qual é o objetivo ou meta (função) de um grupo – e, conseqüentemente, de que coisas vão ajudar ou atrapalhar a realização desse objetivo – é muitas vezes política. Facções dentro do grupo discordam e manobram para ter sua própria definição da função aceita. A função do grupo ou organização, portanto, é decidida no conflito político, não dada na natureza da organização. Se isso for verdade, é igualmente verdadeiro que as questões de quais regras devem ser impostas, que comportamentos vistos como desviantes e que pessoas rotuladas como outsiders devem também ser encarados como políticas. A concepção funcional do desvio, ao ignorar o aspecto político do fenômeno, limita nossa compreensão. (BECKER, 2008, p. 20)

Por outro lado, uma leitura relativista identifica o desvio como a falha em obedecer às regras do grupo. Deve haver, portanto, uma descrição das regras impostas por um grupo a seus membros e assim avaliar a violação ou não de uma regra e, sendo possível, classificá-la como desviante.

Outra ponderação na classificação de um comportamento desviante é que a heterogeneidade e a multiplicidade de grupos sociais existentes na sociedade implicam em que os indivíduos integram uma gama extensa de grupos ao longo de sua vida social e, portanto, pode entrar em conflito entre as regras estabelecidas por grupos distintos dos quais participa pois a regra de um grupo pode ser inversamente contrária à de outro. Nesse caso, não terá como não haver um comportamento desviante desde a perspectiva de um dos dois grupos. No caso de regras que possam ser comuns a uma diversidade grande de grupos, a vigilância sobre o indivíduo será bastante extensiva pois todos devem se submeter às mesmas normas em situações e grupos distintos.

Outra reflexão sobre o comportamento desviante destacada por Becker (2008, p. 22) é que a concepção sociológica define desvio como a infração de alguma regra geralmente aceita. Com efeito, a análise sociológica passa a questionar quem infringe regras e tenta identificar os fatores nas personalidades e situações de vida dos identificados como desviantes que poderiam ser os indícios das razões do desvio. Esse raciocínio parte da premissa de que o fato dos indivíduos cometerem a mesma infração permite que se os coloque numa categoria homogênea.

O que não se pode ignorar é que o desvio é criado pela sociedade, não no sentido de que é um comportamento que se relaciona a condicionantes presentes nas relações sociais estabelecidas, mas sim, como já dito, que os grupos sociais criam o desvio ao criar as regras cuja infração constitui o desvio de forma que sua aplicação terá como consequência a rotulação dos *outsiders*. A partir desta perspectiva “o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’.” (BECKER, 2008, p. 22). Conclui-se, portanto, que o desviante o é na medida em que esse rótulo foi aplicado com sucesso. Assim sendo, então, o desvio é uma consequência das reações de outros ao ato de uma pessoa e, por isso, não se pode classificar o desviante em uma categoria homogênea já que seu ato não é desviante por si só, mas pela classificação dos outros e, como essa classificação é subjetiva e não é infalível, pode-se rotular de desviante um indivíduo que não infringiu uma regra.

Outro ponto importante é que a categoria dos rotulados de desviantes não conterà todos os que cometeram uma infração pois alguns poderão ter comportamento desviante sem serem notados pelo grupo, estando, portanto excluídos do grupo de desviantes. Se a categoria não apresenta “homogeneidade e deixa de incluir todos os casos que lhe pertencem, não é sensato esperar encontrar fatores comuns de personalidade ou situação de vida que expliquem o suposto desvio.” (BECKER, 2008, p. 22)

Outra ponderação de suma importância nesta discussão salientada por Becker (2008, p. 25) é a relatividade da aplicação da norma aos desviantes. Um ato desviante poderá ser classificado como tal em graus distintos, mais severos ou brandos de acordo com quem o comete e quem se considera prejudicado por ele. As regras podem ser aplicadas mais a uma categoria de pessoa que a outra. Os estudos realizados sobre delinquência juvenil demonstram isso. Os adolescentes de classe média quando cometem alguma infração não sofrem sanções da mesma maneira que os de classes mais baixas. O de classe média possui menos chance de ser apanhado pela polícia e, portanto, de frequentar uma delegacia e, dessa forma, ser identificado como desviante e sofrer as sanções. Porém, quando apanhado pela polícia, ainda tem menos chance de ir à delegacia, mas quando é levado possui menos chances de ser autuado e é pouco provável que seja condenado e sentenciado.

Mesmo que os adolescentes de classes distintas infrinjam a mesma norma, essa diferença de tratamento é observada.

O conceito de *outsider* de Becker pode ser, segundo o próprio autor, não apenas utilizado para designar aqueles que são considerados desviantes por outras pessoas, não configurando entre os “normais” do grupo. Pode carregar mais um significado: a partir da perspectiva da pessoa rotulada de desviante, *outsiders* podem ser aqueles que fazem as regras cuja violação foi considerada pelo grupo.

Em uma sociedade, a capacidade de elaborar, impor e coagir os indivíduos a seguir regras é resultado das disputas de poder político e econômico vigentes. Por isso é necessário identificar o grupo que criou a regra e quais mecanismos utiliza para que sua aplicação obtenha sucesso. O fracasso de uma norma, ou seja, um número grande de comportamentos desviantes, pode ser resultado de ineficiência na efetivação do cumprimento da norma, do desconhecimento da mesma ou então por não ser considerada legítima pela ampla maioria, ou seja, se se identificar uma norma à defesa dos interesses de um grupo muito pequeno e limitado, porém, com poder suficiente para impor normas aos demais.

Em geral, por exemplo, regras são feitas pelos mais velhos para os jovens. Embora a juventude norte-americana exerça uma forte influência cultural – os meios de comunicação de massa são feitos sob medida para seus interesses, por exemplo –, muitos tipos importantes de regras são criados para os jovens pelos adultos. Regras relativas ao comparecimento na escola e ao comportamento sexual não são formuladas tendo-se em vista os problemas da adolescência. De fato, adolescentes se vêem cercados por regras concernentes a esses assuntos feitas por pessoas mais velhas e acomodadas. Vê-se como legítima essa atitude, porque os jovens não são considerados sensatos nem responsáveis o bastante para traçar regras adequadas para si mesmos. (BECKER, 2008, p. 29)

Se o grupo dominante na sociedade impõe a lei aos demais, por exemplo, a defesa da propriedade, e obriga todos a cumprir, por outro lado, não se cobra o cumprimento da lei em favor dos menos favorecidos no que diz respeito ao direito de moradia, saúde, educação e trabalho. Portanto, para um conjunto de leis que defende o grupo dominante, a lei é posta em prática. Para outro, que por sua vez, defende os *outsiders*, não se exige o mesmo rigor do cumprimento. Os *outsiders* vêm seus deveres sendo normatizados e passíveis de punição caso não cumpram com os mesmos, porém, no que tange seus

direitos, os mesmos são desrespeitados e não há muito empenho da sociedade como um todo de sair em defesa de seu cumprimento.

A questão recorrente tanto em Becker quanto em Whyte é o fato de que quando se observa um grupo a partir da perspectiva, dos valores e das normas de outro, certamente um conjunto bastante exacerbado de comportamentos desviantes serão detectados pois assim o são classificados pelos parâmetros de um grupo estranho. Não necessariamente para os padrões do grupo avaliado o comportamento será desviante, ou então o desvio também pode ser um instrumento de reação ou ataque contra a dominação sofrida.

Whyte levantou a questão de que os habitantes de *Cornerville* se deparavam com funcionários dos Centros Comunitários que criavam políticas que pouco tinham a ver com a realidade do distrito e acabavam tendo pouca adesão das pessoas que ali habitavam. Essas eram avaliadas muito mal pelos assistentes sociais como pessoas que não se empenhavam em realizar uma mudança social e, portanto, que deviam estar satisfeitas com a vida que levavam. Ao mesmo tempo, por outro lado, os habitantes do distrito compreendiam a atitude dos assistentes sociais de pouco envolvimento com a população local, indicado por não se interessarem em falar italiano e se familiarizarem com as peculiaridades do grupo, como apenas burocrática, quer dizer, que não estavam realmente preocupados com os habitantes do distrito e que apenas faziam o mínimo exigido pela sua profissão de forma mecânica.

Adolescentes que apresentam com muita frequência um comportamento de enfrentamento às normas do ambiente escolar o podem estar fazendo exatamente como instrumento de reação, de denúncia a uma situação de terem que se submeter a normas que não consideram legítimas.

Além disso, ressalta Becker (2008, pág. 37) que o impulso de cometer um ato desviante não ocorre somente nos que efetivamente o praticam. É muito provável que a maioria das pessoas tenha impulsos desviantes, porém, nem sempre levados à tona. Por isso, “em vez de perguntar por que desviantes querem fazer coisas reprovadas, seria melhor que perguntássemos por que as pessoas convencionais não se deixam levar pelos impulsos desviantes que têm.”

Essa questão é respondida por Becker considerando que o desvio ou o comportamento normativo estão ligados ao “processo de compromisso pelo qual a pessoa ‘normal’ torna-se progressivamente envolvida em instituições e comportamentos convencionais.” (2008, p. 38) O que ocorre é que, ao longo da vida, o indivíduo vai se envolvendo em uma densa teia de relações que podem apresentar ligações entre si de forma que um comportamento desviante em um contexto poderá prejudicar e gerar um processo em cadeia em outros contextos. Frequentar a escola e, portanto, acatar ou não as suas normas, pode ser muito mais por projeções futuras que se faça que propriamente por ter interesse imediato em estar naquele grupo. Por isso, jovens de classes sociais distintas têm comportamentos distintos na instituição escolar. Uma pessoa pode ser tentada a cometer um furto, pois isso poderia representar um benefício momentâneo, porém avalia que consequências em outros tipos de relações sociais tal ato representaria. Se isso implicasse em perder o emprego e não estivesse disposto a viver de furtos, com muita certeza repreenderia o impulso pela infração. Portanto, compreende-se que entender o comportamento social desviante não é possível se não estiver contextualizado. E, assim sendo, apresentará uma pluralidade de possibilidades tanto de ocorrer quanto de ser auto-reprimido.

o desenvolvimento normal das pessoas em nossa sociedade (e provavelmente em qualquer sociedade) pode ser visto como uma série de compromissos progressivamente crescentes com normas e instituições convencionais. A pessoa ‘normal’, quando descobre em si um impulso desviante, é capaz de controlá-lo pensando nas múltiplas consequências que ceder a ele lhe produziria. Já apostou demais em continuar a ser normal para se permitir ser dominada por impulsos não-convencionais. (BECKER, 2008, p. 38)

Nessa linha, pode-se concluir que quanto mais densa a rede de relações e de compromissos firmados por um indivíduo numa sociedade, mais intensa será a tendência de comportar-se em consonância com a norma ou de forma desviante. Em tese, um jovem teria uma possibilidade maior a ser desviante que um adulto. Por outro lado, um indivíduo desviante que já tenha estabelecido diversas relações de compromissos com outros desviantes teria uma possibilidade maior a manter esse tipo de conduta.

Becker (2008, p. 41) defende que o comportamento desviante deixa de ser algo casual, de experimentação, para corresponder a um padrão mais

permanente de atividade devido ao desenvolvimento de motivos e interesses desviantes. O comportamento desviante é proveniente de motivos socialmente aprendidos. Quer dizer, é por intermédio de relações sociais que o indivíduo toma contato com o que é o desvio, como também o toma com o que é o comportamento normativo. A interação com desviantes mais experientes é um importante canal de contato com o desvio e o indivíduo passa a ter noção dos prazeres que podem ser obtidos ao estabelecer tal comportamento. “O indivíduo *aprende*, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular.”

Os trabalhadores, que nos primórdios da Revolução Industrial estabeleceram mecanismos de resistência à exploração à qual eram submetidos, apresentaram um comportamento desviante segundo os padrões e normas impostas pelo patronato. Porém, na medida em que determinados mecanismos demonstraram ser eficazes no processo de resistência, outros trabalhadores que sequer haviam pensado em como expressar sua insatisfação puderam copiá-los.

Segundo Becker (2008, p. 48), a maior parte dos grupos desviantes tem suas ações fundamentadas em uma ideologia própria de forma que ela neutralize os elementos das atitudes convencionais que podem ainda estar presentes nos desviantes e na leitura que fazem de si próprios e além disso permitem que os indivíduos desviantes encontrem razões de ação capazes de encorajá-los a manter o comportamento desviante. Em segundo lugar, ao ingressar em um grupo desviante se aprende a como “levar adiante sua atividade desviante com um mínimo de contratempo.” Os demais integrantes do grupo já encontraram mecanismos de enfrentar muitas das dificuldades de apresentar um comportamento desviante e isso é passado aos membros novatos.

Essas reflexões permitem que se afirme que

o desviante que ingressa num grupo desviante organizado e institucionalizado tem mais probabilidade que nunca de continuar nesse caminho. Ele aprendeu, por um lado, como evitar problemas; por outro, assimilou uma fundamentação para continuar. (BECKER, 2008, p. 49)

Há que se ressaltar ainda que os grupos desviantes apresentam fundamentações que no geral repudiam as regras morais, as instituições e os indivíduos convencionais.

O grupo que criou a norma define o que é o desvio e também formas de desvalorizar o comportamento desviante e premiar/valorizar o que acata a norma. Porém, quando há o colapso dos controles sociais que mantêm a forma valorizada de comportamento, o espaço está aberto para que seja facilitado o comportamento desviante. Porém, segundo Becker (2008, p. 69), em sociedades complexas os colapsos do controle social podem ser oriundos da inserção no grupo maior de pessoas cuja cultura e controles sociais são distintos desse grupo mais amplo, ocorrendo dessa maneira um conflito entre o que estabelece cada um dos grupos. Portanto, pessoas que pertencem a grupos dos quais as normas não coadunam com as do restante da sociedade apresentam-se emancipadas dos controles desta e, por sua vez, são mais atentas aos controles do grupo mais restrito.

Goffman: institucionalização e estigma

Em consonância com a rotulação de desviante, Goffman (1988) discute a categoria de estigma como uma característica presente no processo de controle social. O termo é de origem grega (GOFFMAN, 1988, p. 11) e se referia aos sinais corporais marcados com cortes ou fogo mediante os quais se evidenciava alguma característica extraordinária ou má sobre o *status* moral do indivíduo estigmatizado. Sociedades mais diversas utilizam o recurso da estigmatização e furtos são os exemplos de casos assim. A estigmatização restringe os acessos às pessoas estigmatizadas que, na maioria dos casos, passam a viver uma série de privações sejam sociais ou econômicas.⁷

⁷ Um exemplo um tanto quanto exacerbado de colocar em prática essa medida é narrada no clássico livro *The scarlet letter* de Nathaniel Hawthorne (A letra escarlate). A história é ambientada em uma comunidade Quaker no século XVII na Nova Inglaterra, mais especificamente em Massachussetts. Uma jovem mulher casada é acusada de adultério e estigmatizada passará a ser rechaçada e será obrigada a utilizar uma grande letra A em vermelho escarlate para que todos soubessem sua condição de adúltera. Após sua morte sua lápide teve também o A estampado.

Há uma tênue relação entre o comportamento desviante e a estigmatização de forma que uma pessoa estigmatizada socialmente enfrenta uma gama diversa de obstáculos a serem superados para que consiga sobreviver e em muitas situações não consegue superá-los e dessa forma terá que recorrer a mecanismos ilegítimos para garantir a sobrevivência. Dessa forma, estará caindo no comportamento desviante o que reforçará o estigma impingido.

Por outro lado, um indivíduo que, em algum momento, apresente um comportamento desviante poderá passar a ser estigmatizado por isso e da mesma maneira que o descrito anteriormente, encontrar obstáculos a conseguir sobreviver pelo viés legítimo ou valorizado socialmente pelo grupo. Dessa maneira o desvio seguido da estigmatização poderá ser um reforço para a manutenção do comportamento desviante na mesma categoria primária ou a ampliação das categorias de comportamento desviante.

O estigma é uma construção social e como tal é a “sociedade [que] estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.” (GOFFMAN, 1988, p. 11). Com efeito, em cada grupo social estão estabelecidas as categorias de pessoas que se espera nele encontrar. Portanto, o contato com um membro de um determinado grupo torna possível prever as categorias nas quais o indivíduo se enquadra de acordo com os parâmetros vigentes no grupo. Ao se ter contato com uma pessoa estranha, ocorre um processo de avaliação de suas categorias detectáveis e assim

podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 12)

Para o autor, então, uma pessoa estigmatizada, da perspectiva dos mecanismos de classificação e categorização utilizadas pelas sociedades, não se enquadra como um indivíduo pleno uma vez que é um ser “estragado” e

diminuído que pode apresentar um defeito, fraqueza ou desvantagem. Dessa maneira, o indivíduo estigmatizado não merece confiança pois a ele não se coaduna um comportamento pleno esperado a um ser humano pleno ou total. Sendo um ser incompleto (apresenta falhas), seu comportamento social também é falho segundo os parâmetros avaliativos do grupo. “Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.” (GOFFMAN, 1988, p. 15).

Porém, para que esse processo se efetive e se legitime é criada uma “ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.” (GOFFMAN, 1988, p. 15).

A estigmatização tem, segundo Goffman (1988, p. 13), ainda um outro caráter. Ao apontar uma característica estigmatizadora em alguém se está ressaltando ou reforçando uma característica de normalidade. Porém não há de se perder de vista a relatividade do que é o normal e o que se distancia deste. O que se distancia do normal em um grupo pode ser valorizado em um outro grupo ou pelos valores da sociedade inclusiva. Por exemplo, estudar pode ser valorizado na sociedade inclusiva, mas ser visto como sinal de arrogância em alguns grupos. Goffman (1988, p. 13) apresentando essa possibilidade retoma depoimentos apresentados por PARKER & ALLERTON, (1962, pág.109)

Lembro-me de que, mais de uma vez, por exemplo, ao entrar numa biblioteca pública perto de onde eu morava, olhei em torno duas vezes antes de realmente entrar, para me certificar que nenhum de meus conhecidos estava me vendo.

Se um grupo considerado “normal” pode excluir os que não considerar aptos a integrarem-no por ser-lhes atribuídos algum estigma, por sua vez, também um grupo que não seja considerado “normal”, isto é, um grupo de desviantes segundo os critérios dominantes (homossexuais, usuários de drogas, delinquentes, minorias étnicas etc.) pode também impedir o ingresso de um novo membro por esse ter sido estigmatizado com alguma categoria incompatível ou desvalorizada segundo os parâmetros do grupo.

Podemos inferir então que se paga um preço para que se possa pertencer aos grupos sociais. Não apenas se deve evitar mas também ocultar e apresentar categorias não aceitas ou não valorizadas pelo grupo sob a pena da estigmatização. Além disso, ser membro do grupo pressupõe ser o guardião desses princípios e, portanto, também identificar os que são aptos a pertencer ou permanecer no grupo e os que não o são, criando mecanismos de exclusão. A estigmatização seria um deles.

Levando-se em consideração que pessoas agem tomando por base grupos de referência, levanta-se a hipótese de que os adolescentes em conflito com a lei podem agir infringindo a lei exatamente para não serem estigmatizados negativamente pelo grupo do qual dependem para viver ou o qual valorizam. Porém, ao fazê-lo, tornam-se estigmatizados pela sociedade mais ampla ou, pelo menos, pela legal.

De acordo com Goffman (1988), um indivíduo pode não conseguir viver segundo o que dele é exigido. No entanto, pode ser indiferente à sua condição de fracasso e conduzir suas ações segundo parâmetros próprios crendo ser um ser humano absolutamente normal e que são os demais, que o vêem como um fracasso, os insuficientemente humanos. Dessa forma, possuir um estigma não o torna arrependido de assim ser categorizado ou se esforçar para que seja categorizado de outra maneira.

A teoria interacionista da rotulagem

não é mais determinista, ela se refere à *ação*: a delinquência não resulta, mecanicamente, de condições sociais ou de desvantagens culturais, ela é o fruto de uma decisão, aquela de entrar voluntariamente em uma ‘carreira’, vista como uma sequência de etapas que conduz à construção subjetiva de uma identidade delinquente, diferente daquela ‘dos outros’, quer se trate de camadas médias agressivas ou de jovens conformistas ou resignados. Ela é, então, interacionista e não determinista, nem processual, nem ecológica: não é o espaço que permite compreender os atos delinquentes, mas a decisão de entrar em um momento dado: aquele dos desviantes que querem corresponder ao rótulo que lhes foi colado.” (DUBAR, 2007, pág. 168)

Portanto, essa situação revela que é possível que o estigma interfira mais no grupo estigmatizador, que no estigmatizado uma vez que o primeiro cria as categorias que identificam e enquadram as pessoas, identifica essas e esperando que os assim classificados se retraiam. Em o outro não agindo dessa forma, o estigmatizador sente-se incomodado, porém a razão desse

incômodo foi gerada por ele próprio visto ser consequência do processo de estigmatização.

O estigmatizado aprende que sua condição implica em que não lhe é permitido o trânsito por determinados espaços restritos aos “normais” e por isso descobre que seu mundo é bem mais restrito que o de outros indivíduos. Sobretudo quando o estigmatizado é inserido em instituições destinadas exclusivamente a indivíduos estigmatizados, ficam-lhe mais evidentes suas limitações.

Tal qual a teoria funcionalista de controle social, a teoria interacionista da rotulagem

privilegia a relação com o tempo: mas uma relação positiva, produtiva, evolutiva. Os delinquentes não são mais analisados como ‘imediatistas’, voltados para o prazer aqui e agora, são sujeitos ativos que procuram inventar um modo de vida desviante (desvio secundário, segundo Lemert, 75) contra aqueles que os estigmatizaram como *preguiçoso* (“eles não querem trabalhar na fábrica ou em um escritório por um mísero salário”), *como incapazes* (“eles não são capazes de fazer coisas rentáveis ou úteis”) ou *criadores de caso* (“eles não aceitam a ordem estabelecida que consideram como uma desordem, feita de desigualdades e de dominações”), consecutivo a uma ‘derrapagem’ ou a uma transgressão (desvio primário, segundo Lemert). (DUBAR, 2007, pág. 161)

A partir disso, pode-se refletir sobre o que é possível de ocorrer com o adolescente institucionalizado. Ao ir para a instituição ou ao ser penalizado pelo que fez, sobretudo se foi uma infração contra o patrimônio, ele é obrigado a perceber qual é o seu lugar na sociedade, ou seja, é obrigado a aceitar as limitações materiais de sua sobrevivência e aceitar a opulência de alguns poucos. Embora seja estimulado a ter, e realize ações acatando esse estímulo, percebe que deve reprimir seus desejos pois poderá ser punido se não o fizer. Nesse sentido, pode estar aí a razão do discurso de revolta de muitos adolescentes quando passam por uma instituição ou são punidos. Talvez não esteja revoltado com o fato de não ter determinados recursos materiais, mas com o fato de não ter a oportunidade de tê-los, seja pela via legal, seja pela via ilegal.

Interacionismo e Funcionalismo: Elias & Scotson

Coaduna-se com as argumentações de Whyte, Becker e Goffman anteriormente discutidas também a de Elias & Scotson (2000) que analisam o processo de relações de poder entre uma comunidade de vizinhança. As relações que ocorrem são apresentadas em uma dicotomia, como sugerido no título da obra, entre estabelecidos e *outsiders*.

É importante se ter clareza sobre a definição dessas categorias, sobretudo por que o termo *outsider* aqui empregado apresenta elemento distintivo em relação ao anteriormente apresentado pela teoria de Becker(2008).

O conceito *estabelecido* é proveniente do inglês – *establishment* e *established* – palavras que designam “grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 07). O *establishment* caracteriza-se por ser um grupo que se considera e é considerado como “boa sociedade”, a melhor e mais poderosa cuja identidade social é “construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 07).

O termo *outsider* antagoniza-se ao de estabelecido que, em relação a esse, designaria os que não pertencem à “boa sociedade”. Diferentemente do grupo estabelecido que apresenta homogeneidade, e isso é um dos recursos de reforço de poder e de manutenção de sua condição, os *outsiders* são um “conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os” estabelecidos. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 07).

Na localidade estudada por de Elias & Scotson, denominada Winston Parva, há uma clara divisão entre grupos estabelecidos há um determinado tempo e um grupo de moradores novos, os *outsiders*. O processo de estigmatização exposto por Goffman fica evidente em Winston Parva.

o grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 19)

É percebida a condição sub-humana que se mostra inerente na relação estabelecido-*outsider* de forma a que este último não consiga se ver na mesma categoria do primeiro e, portanto, está aberta a via para o processo de poder se consolidar. O mecanismo utilizado pelos estabelecidos consiste em “atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ — de sua minoria anômica.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, pág. 22). Dessa maneira, todo o grupo *outsider* é lido a partir dessa minoria tomada como referencial e, diferenciado, é desqualificado. “Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou normativo – na minoria de seus ‘melhores’ membros.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 22). Esse subterfúgio permite ao estabelecido demonstrar e evidenciar seus adjetivos positivos em contraposição aos negativos dos *outsiders*. Essa superioridade, como analisado pelos autores, garante aos grupos dominantes e seus integrantes um carisma grupal característico. Entretanto, paga-se um preço por isso que é o de se submeter às normas específicas do grupo. É, portanto uma troca: a submissão às normas do grupo limita as escolhas do indivíduo e mantém seu comportamento bastante controlado pelos parâmetros do grupo, porém, em contrapartida, têm-se os bônus de se pertencer a um grupo dominante, estabelecido, que tem influência, poder e prestígio social. Em contrapartida, de uma maneira geral, os *outsiders* são considerados pelos estabelecidos como não observadores das normas e restrições inerentes aos grupos estabelecidos e classificados tanto coletiva quanto individualmente como anômicos. Por isso é desaconselhável qualquer contato mais próximo com eles sob a pena de ser contaminado com o comportamento anômico e se abrir a brecha para que se suspeite que a proximidade ao *outsider* possa ter aberto a possibilidade de se estar rompendo as normas e tabus do grupo estabelecido, perdendo, portanto, o carisma do grupo, atributo privilégio apenas dos que não se coadunam às normas. A contaminação faria um estabelecido perder seu *status* superior e conhecer a estigmatização inerente aos inferiores, portanto, um *outsider*. “Constata-se que *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 27)

Se há uma diferença de poder muito grande entre um grupo e outro a tendência dos *outsiders* é se auto-avaliarem pelos parâmetros do grupo

considerado superior. Consideram-se deficientes, com menos valor, que apresentam sinais de inferioridade humana, como a submissão aos estabelecidos devido à diferença de poder entre eles. Para os estabelecidos, o poder que detêm seria mais uma evidência da superioridade humana. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 28)

Esse sentimento de superioridade comumente é reforçado pelos estabelecidos ao considerar não apenas os *outsiders* desordeiros, não respeitadores das leis e normas, criadas evidentemente pelos estabelecidos, mas além disso não sendo limpos fazendo-os não serem classificados como humanos. Porém, a reação a esse mecanismo estigmatizante passa tanto pela apatia paralisante guiada pela vergonha de se ver como inferior, quanto em reações agressivas ou anárquicas. (ELIAS & SCOTSON, 2000, pp. 29-30)

Isso pode ser percebido através da descrição de reações ocorridas em Winston Parva

as crianças e os adolescentes da minoria desprezada do loteamento habitacional eram evitados, rejeitados e tratados com frieza pelos colegas “respeitáveis” da “aldeia”, com um rigor e crueldade ainda maiores do que os reservados a seus pais, porque o “mau exemplo” que davam era uma ameaça às defesas dos jovens “respeitáveis” contra seus próprios impulsos internos de desregramento; e, como a minoria mais rebelde dos jovens sentia-se rejeitada, procurava revidar, portando-se mal de maneira ainda mais deliberada. Saber que, sendo barulhentos, destrutivos e insultuosos, eles conseguiam incomodar aqueles por quem eram rejeitados e tratados como parias funcionava como um incentivo adicional para o “mau comportamento”. Eles gostavam de fazer exatamente as coisas que lhes eram censuradas, como um ato de vingança contra aqueles que os censuravam. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 30)

Frente a esse perverso mecanismo criado pelos estabelecidos a reação dos *outsiders* retroalimenta os argumentos dos primeiros sobre a categoria inferior dos últimos e reforça a distinção existente entre ambos os grupos. Portanto, o grupo *outsider* pode estar envolvido em um esquema de relações e de categorizações de que não consegue se desvencilhar, consolidando o poder exercido sobre eles e perpetuando a submissão.

A observação das relações sociais existentes em Winston Parva permitiu que Elias & Scotson (2000, pp. 134-35) percebessem as diferenças de oportunidades na criação das crianças nas duas zonas, a dos estabelecidos e a dos *outsiders*. Na área habitada pelos estabelecidos, denominada “aldeia”, os padrões coletivos eram bem estabelecidos e partilhados por muitas

famílias, facilitando, deste modo, que pudessem ser seguidos pelos jovens e por outro lado havia uma desenvolvida rede de controles sociais que dificultava a transgressão.

Em contraposição, na área habitada pelos *outsiders*, denominada “loteamento”, era usualmente uma incumbência de cada família instituir os padrões de conduta o que conseqüentemente ocasionava uma heterogeneidade de padrões entre as famílias de forma que ficava difícil para uma família saber qual era o comportamento esperado para os membros de outra, fator esse que dificultava a vigilância coletiva pela heterogeneidade e desconhecimento dos padrões das demais famílias. Uma vez que a comunidade não podia, desta maneira, desempenhar o papel de reforço do seguir e ser vigilante às normas mediante a heterogeneidade e dos jovens de uma família fazerem o que era proibido aos jovens da outra pelos padrões serem distintos, criava-se um mecanismo de convívio no qual as crianças apresentavam muita dificuldade em identificar qual deveria ser o comportamento esperado e adequado, diferente do que ocorria com as crianças da “aldeia” que seguiam um padrão único e eram submetidas a um sistema de vigilância coletiva muito mais eficaz e sistemático pois ia além da vigilância familiar, mas além desta, de toda a vizinhança, gerando um autocontrole estável. Se os pais saíssem para trabalhar sempre haveria um adulto, parente ou vizinho, que se dispunha a cuidar das crianças, ao passo que, no “loteamento”, era frequente que ficassem sozinhos. Na “aldeia”, se as crianças estivessem brincando na rua, certamente algum vizinho os estaria vigiando de maneira que não pudessem fazer algo não permitido sem que fossem repreendidas. Isso não ocorria no “loteamento”.

Porém, apesar dessa situação com o “loteamento” nos levar a crer que a situação anômica seria uma realidade permanente na vida daquelas pessoas, Elias & Scotson fazem ponderações que nos desencorajam de analisar de forma determinista a questão. O comportamento dos jovens no cinema local serviu de base para uma análise das possibilidades de comportamento dos jovens e das ações delinquentes. Segundo eles, a baderna realizada pelos jovens de Winston Parva dentro do cinema, local em que iam muitas vezes para “aprontar alguma” mais do que para assistir a um filme, não devia ser vista isoladamente, mas sim como um fenômeno bastante normal nas

sociedades urbanas que “produzem e reproduzem, repetidamente, grupos de pessoas que se adaptam melhor e outras que se adaptam mal ou não se adaptam à ordem estabelecida e a seus papéis prefixados.” (2000, p. 139). Isso permite que se afirme que muitos adolescentes estariam em uma situação na qual estavam diante de dois caminhos distintos a serem seguidos, alguns para a delinquência enquanto “outros aprenderiam a se enquadrar nos papéis aceitos dos adultos.” (2000, p. 139). Entretanto, salientam que essa linha que separa ou distingue os delinquentes dos não delinquentes só existe nos registros policiais ou para os adultos fiéis seguidores da lei. Na realidade os dois comportamentos estão imperceptivelmente fundidos. Ou seja,

se observarmos a conduta das crianças e adolescentes, em seu contexto comunitário real, encontramos muitas formas transicionais de comportamento. As tentativas de estudar os delinquentes, explicá-los e fazer previsões a seu respeito, unicamente com base em critérios individuais, através de diagnósticos psicológicos não corroborados por diagnósticos sociológicos, não costumam ser dignas de confiança. É que as condições de reprodução contínua dos grupos de jovens delinquentes encontram-se na estrutura da sociedade e particularmente na das comunidades onde moram grupos de famílias com filhos “delinquentes” e onde essas crianças crescem. (ELIAS & SCOTSON, 2000, pp. 139-140)

O ponto que os autores querem frisar são que o comportamento social delinquente é na verdade resultado de um conjunto de relações sociais específicas. O delinquente e o não delinquente individualmente podem não apresentar características individuais significativas para que se compreenda a diferença de comportamento. Porém, as diferenças nas relações sociais às quais estão submetidos podem dizer muito para que se compreenda a diferença de comportamento.

A imposição de normas e a escassez de lazer podem funcionar como uma bomba que instiga os jovens a rebelar-se contra os mecanismos de dominação. Aos muitos jovens do “loteamento” que apresentavam comportamento rebelde, incluem-se os que não eram alcunhados de delinquentes, ou não eram presos ou multados, mas agiam diuturnamente de forma provocativa causando aborrecimentos aos que pudessem ser identificados como responsáveis pela opressão e dessa forma pareciam agir para escapar à opressão ou provar que ela existia. Portanto, a rebeldia ou a delinquência podem ser mecanismos de resistência ou reação às opressões de

normas sociais impostas em um determinado grupo social. Nesse caso, normas dos adultos para os jovens. Porém, por que em alguns casos essas normas são contestadas e em outros não ou o são de forma mais branda? Daí os autores estabelecem uma comparação com o comportamento dos jovens da “aldeia”.

Os jovens da “aldeia” também não tinham muitas opções de lazer, porém em geral lidavam com essa realidade de maneira diferente dos jovens do “loteamento” devido à estrutura da família e da comunidade. Assim, as frustrações dos jovens das duas áreas eram diferentes. Os jovens da “aldeia” sofriam uma pressão maior sendo mais difícil escapar dela como também era mais firme, constante e regular e claramente definida. Contudo, além disso, não bastariam normas rígidas para garantir a autoridade sobre os jovens. Estava em jogo também um fator de suma importância: “estavam ligadas a recompensas sociais claramente inteligíveis e a metas sociais e individuais reconhecíveis.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 141). Isso culminava em um processo de arrefecimento das frustrações da infância e adolescência que eram compensadas por pertencer ao grupo e assimilar o orgulho do mesmo. Com efeito, a leitura individual que o jovem da “aldeia” fazia de si era muito positiva se comparada ao do “loteamento” pois identificava-se como sendo alguém com um elevado valor pessoal por ser membro de uma comunidade boa e superior às outras – afinal era isso que o grupo dizia de si próprio e transmitia aos demais e a seus membros – e, portanto, o jovem desenvolvia um senso de orgulho do grupo o qual pertencia e por isso aceitava o peso de suas normas. Essa atitude tornava o jovem dominado pelos adultos, todavia não se constituía um *outsider* uma vez que eram dependentes dos mais velhos e integrados ao grupo. Os jovens eram cooptados a absorver os padrões e o comportamento dos mais velhos através das relações de poder entre gerações que havia. Elias & Scotson percebem isso observando os instrumentos de lazer disponíveis na “aldeia” que se centravam em atender às necessidades de diversão às pessoas de meia-idade e idosos e pouco havia de oportunidades de lazer destinadas especificamente às necessidades dos jovens. Presumia-se que os jovens teriam as mesmas preferências de lazer que seus pais. Esse mecanismo fazia os jovens compartilharem os valores dos mais velhos e se orgulharem deles. Com isso também os jovens viam com desdém os *outsiders* do loteamento. O prazer sentido pelos mais velhos em atividades de lazer nas

capelas, clubes paroquiais, concertos e em outros eventos sociais não tinha a mesma correspondência por parte dos mais jovens. “Pelos benefícios extraídos da estabilidade e segurança relativamente altas de sua comunidade, os jovens da ‘aldeia’ tinham que pagar com uma vida social de lazer mais ou menos vazia e centrada nos adultos.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 142)

Quanto aos jovens do “loteamento”, como os mecanismos de controle comunitários eram extremamente fluidos, eles não se submetiam ao controle dos mais velhos e tampouco conheciam as recompensas, a segurança e a estabilidade comunitárias. A única fonte de estabilidade para a maioria advinha exclusivamente da família, porém esta, frente a uma instabilidade coletiva, era um tanto quanto débil em conseguir transmitir uma estabilidade aos seus membros, sobretudo os mais jovens. Se a única fonte de estabilidade e normatização para muitos do “loteamento” era a família, mais intensos seriam então os problemas dos jovens cujas famílias eram instáveis e conturbadas.

A estes faltavam não apenas controles coletivos estáveis, que eles pudessem assimilar e que os ajudassem a controlar seus impulsos socialmente inaceitáveis, mas também modelos de conduta estáveis e socialmente aprovados, estabelecidos por seus pais, que pudessem lhes servir de núcleo para o desenvolvimento de sua auto-imagem e de uma idéia de seu valor. (ELIAS & SCOTSON, 2000, pp. 142-43)

Esses jovens apresentavam extrema dificuldade para se classificarem de forma positiva uma vez que não viam a comunidade de vizinhança e tampouco a família bem classificados socialmente. As crianças e os adolescentes de famílias conturbadas tinham por si sós que buscarem sua identidade, seu valor e orgulho pessoais pois, viviam no seio de famílias tratadas como *outsiders* até mesmo pelas famílias menos conturbadas do “loteamento” o que engendrava uma situação, que lhes dificultava fugir à categorização de *outsider*.

Independentemente da afeição recebida da família pelos jovens, desde cedo começava a aparecer a contradição entre os valores e normas presentes no ambiente familiar e os valores e normas ordeiros que vigoravam nos ambientes externos, como os que experimentavam provenientes da polícia, por exemplo. Diante dessa contradição, ficava claro o pouco valor que a sociedade mais ampla fazia deles e de suas famílias. “Não havia como

extrair muito orgulho e um grande sentimento de orientação do fato de se saberem idênticos e identificados com famílias pouco respeitadas pelos outros.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 143) Como consequência, esses adolescentes sentiam-se “inseguros de seu valor, sua função e seu papel na sociedade; não tinham certeza de que os outros pensavam a seu respeito nem do que pensar sobre si mesmos.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 143). Diante dessa realidade, apresentavam dificuldades para estabelecer vínculos individuais sólidos e desenvolver uma identidade própria ao tentar sair da esfera de relações familiares devido à baixa auto-estima e orgulho muito vulneráveis e instáveis por serem *outsiders* rejeitados.

A insegurança e o fato de serem tratados sempre com muito desprezo e desconfiança pelas autoridades e os grupos estabelecidos dos quais estavam excluídos fazia com que tentassem buscar auxílio em laços de amizades efêmeros criados entre semelhantes como instrumento de enfrentamento aos recursos opressivos utilizados pelos grupos coesos estabelecidos e pelos instrumentos de poder normativo do Estado os quais também eram alvo de desconfiança por parte desses jovens. “Assim como suas famílias, os sucessores delas na vida desses jovens – as gangues que eles formavam uns com os outros – não eram particularmente estáveis.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 143) Apesar da efemeridade, enquanto duram, as gangues facilitam o enfrentamento das hostilidades encontradas no mundo para com indivíduos da categoria como eram vistos e estigmatizados. A vulnerabilidade de auto-estima era compensada pela pertença a esse tipo de grupo que lhes permitia provar a si próprios o quanto eram fortes melhorando, desta maneira, a leitura que faziam de si mesmos. O valor pessoal desses jovens podia ser assegurado desencorajando as dúvidas constantes que estavam submetidos devido ao contraste com a maioria ordeira. “As gangues formavam uma sociedade rudimentar de admiração mútua, destinada a jovens excluídos da admiração e das garantias recíprocas dos grupos já estabelecidos.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 143) Pertencer à gangue proporcionava maior possibilidade de sucesso em brigas e agressões ou desafios contra as autoridades estabelecidas. Ter um bom líder na gangue garantiria melhores condições de impor-se revelando um lado de força, como contraponto ao sentimento ruim que a categoria de *outsider* relegava e melhorando a auto-

estima. Outro instrumento utilizado neste mesmo sentido era o das relações sexuais ocasionais. Porém, buscar afirmar a força por esses caminhos os relegava a uma situação de maior vulnerabilidade que antes e além disso a satisfação das necessidades não era constante, mas estanque, o que os obrigava a realizar esses atos com certa frequência. “Esses episódios, apesar de momentaneamente satisfatórios, pouco contribuíam para seu desenvolvimento como pessoas e não os ajudavam a crescer.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 144)

Havia também uma diferença entre os sentimentos de futuro dos jovens considerados comuns e da maioria do “loteamento”. Enquanto os primeiros criavam expectativas e conseguiam ver uma projeção no futuro, muitos do “loteamento” não conseguiam pensar na suas vidas em longo prazo e, portanto viver é apenas o momento imediato. Isso ajudava a reforçar o estigma de ser inumano ou não ser ninguém. Porém, os subterfúgios utilizados por eles para serem notados apresentavam uma conotação extremamente negativa e não melhorava o conceito que os estabelecidos tinham desses jovens.

1.4 Teoria da oportunidade

É necessário ainda estabelecer a discussão acerca da teoria denominada da oportunidade ou do “vidro quebrado” ou “janelas quebradas”. Em síntese defende que uma ação ilegal ou um crime são praticados na medida inversa da vigilância estabelecida e na mesma medida que existam as oportunidades. Manter a porta da casa fechada não impede que seja roubada, contudo cria uma barreira ou um dificultador. Um ladrão que não esteja munido de nenhuma ferramenta para arrombá-la talvez não tentasse entrar na casa. Por outro lado deixar a porta da casa aberta não implica necessariamente que ela seja roubada, entretanto alguém que se atentasse à porta aberta poderia ingressar na casa para roubar mesmo que não estivesse na rua para isso ou não tivesse ferramentas para tentar algum roubo em um recinto trancado. Aliado a isso se tem a questão da vigilância. Entre uma casa com pessoas dentro e uma na qual as pessoas saíram, a segunda é mais

provavelmente alvo de roubo. As pessoas mais velhas lembram com saudosismo a época a qual podiam ir à mercearia na esquina e deixar a casa aberta sem que fosse alvo de roubo. Também não havia utensílios variados de valor a serem roubados. Um ladrão que entrasse em uma casa na década de 1960 dificilmente sairia dali levando uma parafernália de utensílios. Quando muito o de maior valor presente seria a televisão, mas poucos se arriscariam a levá-la nas costas pois não passariam despercebidos devido ao tamanho avantajado do objeto e certamente não iriam muito longe pela fadiga sentida ao carregar algo tão pesado. Um notebook vale tanto ou mais que um aparelho de televisão e um ladrão pode carregá-lo em uma mochila sem que ninguém perceba.

Segundo Dubar,

não é a pobreza que pode explicar as condutas delinquentes: quanto mais diminui a primeira mais aumenta a segunda! Estas taxas também não são causadas pela subcultura dos bandos, das *gangs*, porque é durante este período que as *gangs* tendem a desaparecer, para serem substituídas por redes ligadas ao tráfico, principalmente o de drogas. Então do que se trata? A teoria denominada primeiramente de atividades rotineiras (Cohen e Felson, 1979) defende a seguinte tese: são as oportunidades de furto e outros distúrbios e depredações que constituem a causa principal da delinqüência, principalmente a juvenil: mais há coisas a roubar, mais aumentam os roubos, enquanto atividades comuns. (DUBAR, 2007, pág. 171)

De acordo com Dubar (2007, pág. 171) os atos de delinqüência aumentaram muito nos Estados Unidos de 1950 a 1980 e também o número de casos esclarecidos é cada vez menor. Isso permite concluir que a chance de não ser descoberto encoraja mais pessoas a praticar roubos. Os domicílios desocupados durante o dia devido ao trabalho feminino dobraram de 1950 a 1970 nos Estados Unidos da mesma forma que dobrou o número de furtos não esclarecidos.

o desvio não reprimido é uma incitação à delinqüência. Assiste-se a uma espiral de desordem e de insegurança. Se o meio ambiente se degrada e ninguém faz nada, o sentimento de insegurança se instala, as condutas incivilizadas se desenvolvem e os atos delinquentes se multiplicam. Cada vez mais, sem reação de ninguém, assiste-se a uma espiral da desordem, ao declínio, à multiplicação de atos de vandalismo e de delinqüência. [...] a questão não é a pobreza dos delinquentes (ou de seu bairro ou vizinhança), nem a ausência de controle social sobre o crime (ou sobre os jovens em geral), é a desistência dos cidadãos, a renúncia das pessoas em assegurar uma

ordem social, a manter normas de boa conduta, a criar e recriar o laço social da civilidade. (DUBAR, 2007, pág. 172)

1.5 Teoria racional utilitarista

Indo além dos quatro grandes campos teóricos apresentados anteriormente, Collins (2009, p. 132 e seg.) indica tradição racional-utilitarista que apresenta, dentre várias possibilidades de objetos passíveis de serem analisados por essa vertente teórica, uma explicação para as ações criminosas e o crime propriamente dito. O argumento consiste em ver o crime como resultado de condições sociais desfavoráveis que emergem de um mercado distorcido. A teoria do mercado de bens e serviços ilegais abarca também a emergência do crime organizado. Segundo o autor, durante a vigência da lei seca nos Estados Unidos, o fato da venda e consumo de álcool serem ilegais levou ao surgimento de organizações criminosas que se incumbiram da distribuição desse bem ilícito. Da mesma forma, a ilegalidade das apostas em jogos fez emergirem sindicatos do crime. Recentemente esse mesmo fenômeno é percebido no que tange a questão dos narcóticos. A ilegalidade de consumo e distribuição aliada à guerra contra as drogas travadas pelos Estados por meio das forças policiais e até armadas faz ficar bem evidente o paradoxo, ponto de destaque nessa teoria, de que a ilegalidade e a repressão somente têm feito aumentar o tráfico de narcóticos e o poder das gangues a ele vinculadas. Collins (2009, p. 132) afirma que “o nível de coação implicado em uma lei proibitiva tem andado lado a lado com o aumento no nível das atividades criminosas e da violência.”

Isso ocorre, segundo a leitura racional-utilitarista que se utilizou de conceitos econômicos, devido ao fato de que tal qual no mercado legal, no ilegal ocorrem situações semelhantes. Em outros termos,

o preço de um bem legal é determinado, assim como qualquer outro bem, pela oferta e demanda. Uma sanção penal muito severa tende a restringir a oferta, mas a demanda por esses bens ilegais parece relativamente inelástica. Com a diminuição da oferta, o preço desses bens de consumo ilegais tende a subir. As drogas ou o álcool, que teriam um preço relativamente baixo em um mercado aberto, tornam-se muito caros. Isso produz diversas conseqüências.

Uma delas é que os vendedores desses bens ilegais conseguem obter um lucro maior, desde que não sejam pegos. Em contrapartida, isso atrai uma maior quantidade de vendedores para esse mercado; mesmo que alguns deles sejam pegos e mandados para a prisão, isso só abre espaço para que novos vendedores ocupem seu lugar. O negócio ilegal torna-se um grande negócio. (COLLINS, 2009, p. 133)

Pode-se notar que há uma estrita relação entre a intensidade do cumprimento da lei de maneira a coibir os ilícitos e o grau de rentabilidade dos negócios ilegais. Ao invés da ação de cumprimento da lei gerar uma retração no tráfico de drogas, o efeito é exatamente o contrário. Collins (2009, p. 133) sugere que

se a lei não fosse cumprida, esse mercado teria as características de um mercado aberto; muitos competidores poderiam fazer parte dele, reduzindo o preço dos bens e as taxas de lucro. Enfim, o cumprimento da lei, embora represente uma ameaça aos contrabandistas e traficantes de drogas do ponto de vista individual, acaba por atuar como uma força estrutural que tende a restringir a competição e, portanto, a garantir as taxas de lucro elevadas.

De acordo com Collins (2009, p. 133) as táticas violentas de que fazem uso as organizações criminosas que lidam com bens ilegais também é explicada pela teoria racional-utilitarista apropriando-se também deste caso de fundamentos econômicos. Segundo ele na década de 1920 nos Estados Unidos houve o apogeu dos assassinatos entre gangues de contrabandistas que acabou por culminar com a gradual chegada da máfia ao topo do poderio. Os assassinatos eram resultado do combate entre gangues rivais que disputavam o controle de um território. Ou seja, o que estava em disputa era o estabelecimento do monopólio. Processo análogo pode ser observado recentemente com o que ocorre entre os envolvidos com o tráfico de drogas. No mercado legal é pouco provável que um empresário utilize-se de meios violentos para eliminar os concorrentes do mercado uma vez que o mercado legal goza de proteção do Estado e de suas instituições oficiais como o sistema judiciário, a polícia e as leis tanto para regular a concorrência quanto para reivindicar um direito afrontado. Por outro lado, o mercado ilegal não pode contar com isso por razões óbvias.

por isso as gangues ilegais emergem como uma espécie de governo ilegal. É claro que essas gangues ilegais também se envolvem indiscriminadamente com outras atividades, tais como o roubo: no comércio de drogas, é muito comum que ladrões fortemente

armados encontrem e assaltem o local onde está se dando uma negociação ou até mesmo o próprio depósito de drogas. (COLLINS, 2009, p. 133)

Portanto, as ações violentas existentes no universo das gangues não representam um fenômeno meramente emocional ou irracional uma vez que elas são o instrumento de se atender a interesses racionais diretamente ligados à constituição, manutenção e proteção de um mercado de bens ilegais.

As consequências das restrições desse mercado ilegal também envolvem os consumidores. Uma vez que os preços se elevam isso obriga os consumidores a disporem de um volume maior de recursos. Uma vez que os narcóticos caracterizam-se por criar dependência ocorre uma dificuldade dos consumidores interromperem o consumo diante da dificuldade em adquirir o bem. Dessa forma tentarão formas de conseguirem dinheiro extra. Segundo Collins (2009, p. 134) disso deriva o “desvio secundário” ou seja

viciados em droga acabam entrando no mundo do crime, praticando furtos e assaltos para conseguir obter o dinheiro necessário para pagar as drogas. essa associação entre drogas e crimes violentos surgiu inicialmente em razão da elevação do preço dos bens ilegais, e agora é constantemente atualizada, contribuindo para reforçar o desejo da sociedade de reprimir as drogas. trata-se de um círculo vicioso; os esforços para eliminar o problema apenas contribuem para torná-lo pior. (COLLINS, 2009, p.134)

2. O adolescente em situação de risco pessoal e social

2.1 O jovem em cena

Um elemento fundamental quando se trata de temas correlatos à criança e ao adolescente é abordar a discussão existente sobre a juventude. Um ponto inicial e essencial é a própria delimitação do termo além de que é preciso se pensar a juventude no contexto de relações em que ela está inserida.

Dessa forma, sabe-se que o conceito de juventude é mutável historicamente e/ou de sociedade para sociedade, e ainda, dentro de uma mesma sociedade (ABRAMOVAY & CASTRO, 2003; ARIÈS, 1981; BOURDIEU, 1983; MEAD, 1973; MALINOWSKI, 1984), vide o exemplo das crianças de classes médias e altas que vivem a chamada infância, dotada de direitos inerentes ao que se concebe a essa faixa etária nas sociedades contemporâneas, e das crianças denominadas *meninos de rua*, (SALLAS & BEGA, 2005, p. 16) cuja inserção na questão dos direitos da infância está bem aquém do aceitável para os valores de tais sociedades. Essa tônica marcará a legislação e a ação do Estado em relação à juventude no Brasil ao longo do século XX, como se verá mais à frente.

Conforme SALLAS & BEGA (2005, pág. 20), há duas abordagens sociológicas que marcam a teoria referente à juventude no século XX: a americana, centrada na Escola de Chicago e a Escola Francesa. A primeira via a problemática da juventude como relacionada a comportamentos desviantes ou anormais, portanto, os jovens vistos como delinquentes, contestadores, excêntricos, rebeldes ou revoltados. Nesse sentido, a teoria funcionalista dos estudos de Parsons, embora considere uma subcultura juvenil, mantém a concepção expressa anteriormente de comportamento desviante como uma disfunção resultante do processo de socialização. Na Escola Francesa, destacam-se as análises de Edgar Morin que pensa historicamente o jovem, porém de modo ambivalente, já que se acredita que a cultura juvenil está inserida nos processos da indústria cultural e da sociedade de consumo,

porém, por outro lado, apresenta autonomia e emancipação como mecanismo de diferenciação.

Contrapondo-se ainda à visão funcionalista, dois outros autores devem ser considerados: Goffman (1999) e posteriormente Elias & Scotson (2000).

Conforme Goffman (1999), em sociedade existem os chamados papéis sociais. Assumimos determinado papel por conta do convívio e da observação dos outros e das relações que se estabelecem. O papel define comportamentos, resultado de uma relação de reciprocidade e de leitura de qual papel queremos ou podemos desempenhar. Como veremos mais à frente, em muitas situações atribui-se ao jovem determinado papel, determinado tipo de comportamento ou ainda adjetiva-se negativamente o jovem e ele responde a essa situação assumindo essa máscara, ou com argumentos do próprio Goffman, construindo a face que quer ter.

No trabalho de Elias & Scotson (2000), é feita a análise do confronto social entre moradores que estavam há algum tempo em uma localidade – os estabelecidos – e os que chegam posteriormente – os *outsiders* – que são tratados pelos primeiros de forma a não terem o direito à plena cidadania. Para a compreensão da natureza do conflito é realizada uma comparação descritiva entre os dois grupos baseada em elementos tais como estruturas familiares, modo de vida dos jovens, conflitos existentes entre gerações e a questão da autoridade, instituições comunitárias, confrontos baseados em elementos tais como religião e sexualidade, e concluem que havia muito mais semelhanças entre os grupos a partir desses elementos que diferenças. Constrói-se, assim, pelos estabelecidos, a imagem de duas categorias: a positiva, deles próprios, e a negativa, dos *outsiders*. Nesse contexto, de acordo com o viés funcionalista, o desviante seria o *outsider*. Porém, não se pode perder de vista que essa categorização é criada seguindo um contexto, específico e fortemente marcado pela subjetividade, e esse tipo de comportamento é bastante característico de sociedades pautadas no individualismo exacerbado, tais quais as atuais globalizadas e norteadas pelo princípio neo-liberal do mercado.

Entrando nesse enfoque, o que se verifica é que ocorre, de um lado, um processo político: os ajustes estruturais baseados na agenda do

neoliberalismo, pelos quais passou o Brasil do final do século XX e início do XXI, que implicaram em privatizações de empresas e cortes de orçamento do Estado na área social. Por outro lado, um processo econômico: a reestruturação do sistema produtivo e a globalização que geraram flexibilização de relações trabalhistas, eliminação de postos de trabalho, causando o desemprego estrutural, aumento exacerbado da competitividade entre os trabalhadores, da concentração de renda e, portanto, de perspectivas de futuro para os indivíduos. (cf. SENNETT, 1999) Como reflexo da conjunção desses dois processos, verifica-se a falta de perspectiva de sobrevivência via mercado de trabalho formal para parcela significativa da população, sobretudo para os mais jovens. Entramos, assim num momento denominado por Oliveira (2003, 2007) e Santos (2007), de *indeterminação*, de desregulamentação ocasionada pela ordem neoliberal e a inserção da economia brasileira de forma mais incisiva no processo de globalização do capital, e daí decorre o afrouxamento e, até mesmo em muitas situações, a desvinculação entre economia e política, sendo esta um mero instrumento daquela, e disso resulta a dissociação entre a representação e as classes sociais.

O novo modelo produtivo lançado pela Terceira Onda quebra os sindicatos enquanto elementos capazes de deter a pressão sobre o ordenamento jurídico-político. A terceirização, a flexibilidade do trabalho, a informalidade, a formação dos chamados “consórcios” produtivos, a inserção de prestadores de serviços no espaço produtivo das organizações empresariais tira dos trabalhadores a capacidade de organização sindical de modelo clássico e, portanto, os afasta do jogo político e isso abre o espaço para o sistema sindical se enfraquecer. Com efeito, o que dita o tom atualmente é o econômico, o jogo e o *lobby* apenas das grandes corporações, do capital global. Isso tudo, segundo Oliveira (2003), gera esse ambiente de indeterminação, reforçando o individualismo e subtraindo o ímpeto de associação com vistas a resistir em relação à força do capital. Consequentemente a sensação que se tem é da incapacidade, que é real, do estado responder às demandas de ampla parcela da população, sobretudo aquelas menos abastadas. Ao mesmo tempo em que, com tais ajustes, a desigualdade social cresce, o Estado apresenta-se ineficaz em suas políticas

públicas para dar cabo ao avanço das perdas de parcelas significativas da população. Isso ocorre em parte pelos próprios ajustes anteriormente mencionados e, de outro lado, por abordagens equivocadas e preconceituosas no trato com os indivíduos de estratos sociais mais baixos.

Com efeito, se, segundo Carl Schmitt (1968, 1992), o soberano é quem determina a exceção. No momento atual qual é a exceção presente? O pensador Agamben (2004) diria que é a exclusão de ampla parcela da população em relação ao ordenamento jurídico decisório. Quem detém, neste momento, a capacidade de decisão? É um sujeito difuso, não encarnado por um grupo claramente identificável: é o capital financeiro global. Este decide as bases do mundo concreto em que todos vivem, decide como serão as relações, como se dará o processo de reprodução do capital, que ordenará a vida das pessoas em seu benefício.

É por isso que Agamben cita a questão do biopoder. Excluídos do processo político, os indivíduos resumem-se a meros seres, dotados de vida do ponto de vista biológico apenas, não de vida política, de capacidade de debater e de fazer valer sua vontade. É dirigido, é comandado, e em última instância, sua vida é capacidade de trabalho a serviço da reprodução do capital, se e quando esse necessitar. Em não necessitando dos indivíduos, o soberano decide como controlá-los, em mantê-los confinados em um nicho, tal qual se faziam nos campos de concentração nazistas. Decidia-se a sorte das pessoas. Desta maneira, como já dito anteriormente, não se tem mais sujeito político, ou seja, dotado de capacidade de ação, questionamento e transformação do ordenamento político. Acompanhando o raciocínio de Foucault (1999), Agamben argumenta que o biopoder transforma o sujeito em um ser ordenado pelo soberano, transformando a vida do sujeito em uma *vida nua*. Dessa forma o sujeito, e sua vida, são administrados pelo soberano. O soberano, sendo o capital financeiro globalizado, não só foge ao controle da lei e da norma dos Estados-nação, mas é capaz de promover alteração até mesmo das normas destes Estados para poder agir mais livremente no interior destes.

Por outro lado, no vigor do estado de exceção, em que a política perde espaço, no caso do Brasil, percebe-se que o ordenamento do poder é dado, por exemplo, à base de edição de medidas provisórias, ou seja, uma

medida de exceção, mas que acaba se tornando regra, centrando e encerrando no poder executivo o jogo de poder, atribuindo espaço reduzido ao legislativo.

No mesmo sentido, ao vigorar um ambiente de insegurança, nota-se os sujeitos dando respostas a essa situação, por exemplo, privatizam-se os espaços de convívio, seja no ambiente doméstico, no condomínio, no clube, *shopping center*, etc. isto para parcela da população.

O que se verifica na atualidade, portanto, é um recrudescimento da relação de exploração e reprodução de capital do sistema capitalista

com a progressiva expropriação da força de trabalho e a divisão social (de classe, de gênero, de etnia). Tal dinâmica possibilita a criação das desigualdades e das incertezas, onde as produções de riqueza e do desenvolvimento tecnológico se realizam gerando a miserabilidade de uma parcela significativa da população, dentro de um movimento contraditório da reprodução do capital. A realidade capitalista nega a condição humana quando transforma quase tudo em mercadoria, criando uma sociabilidade, na qual a solidariedade constitutiva de uma coletividade é eliminada em nome da reprodução do capital. Com isso, há um embrutecimento das relações sociais, pois o ter passa a ser imprescindível nessa sociabilidade. (SANTOS, 2005, p. 2)

Assim, segundo Santos (2005), essa situação abre espaço para formas legais de sobrevivência relacionadas ao contrabando, ao tráfico de armas, entorpecentes, mulheres, crianças, órgãos, a exploração sexual, assaltos, assassinatos, seqüestros.

Nesse contexto, a realidade vivida por uma significativa parcela da população infanto-juvenil, as crianças e os adolescentes em situação de risco pessoal e social, se agravou de forma assustadora e insustentável. Esse contingente populacional passou a conviver, intensamente, com a discriminação, a exploração sexual e do trabalho, a violência, a crueldade, o abandono da família e da ação do Estado e a opressão. (SANTOS, 2005, p. 4)

Essa relação de expropriação e de pauperização de parcela da população, realizada através de imposições violentas de um sistema excludente e que cria barreiras a mudanças sociais aos dos estratos sociais inferiores, tem, como consequência, em muitos casos, uma reação também violenta. À luz de Arendt (1985, p. 21), pode-se compreender que, no mundo atual tem-se o poder burocrático materializado pelo Estado ou

o domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de ninguém [...]. É nesse estado de coisas tornando impossível a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que figura entre as mais potentes causas da inquietação rebelde que reina em todo o mundo, de sua natureza caótica, e de sua perigosa tendência a descontrolar-se.

Nesse sentido, para parte dos indivíduos que figuram nesse mecanismo precário de sobrevivência, é difícil se identificar o responsável por esse estado de coisas. Assim, muito embora, de imediato, ao Estado, alcunhado de governo, seja atribuída a “culpa” ou responsabilidade por não criar estruturas que os ampare, trabalha-se muito com a idéia de elementos abstratos como *mercado*, *competitividade entre os indivíduos*, *interesses transnacionais* etc. como responsáveis pela acentuada desigualdade. Assim sendo, não se encontrando através das estruturas ou forças disponíveis localmente para fazer frente a esses elementos, a rebeldia, e uma de suas manifestações, a violência, tornam-se a via possível.

Quando se aborda o tema da pobreza, esta é qualificada como expressão direta das relações vigentes na sociedade, e configura-se, no geral, como uma noção ambígua e estigmatizadora. Seus contornos são pouco nítidos e, muitas vezes, ocultam seus aspectos resultantes da organização social e econômica da sociedade.

A pobreza não significa apenas uma categoria econômica, não se expressa apenas pela carência de bens materiais. Ela é também uma categoria política, que se traduz pela carência de direitos, de possibilidades e de esperança, assim como se traduz pela subcidadania.

Ao entrar nesse mérito, o do conceito de subcidadania, recorreu-se às análises feitas por SOUZA (2003 e 2003a). O autor argumenta que a marginalização não é algo temporário, como explicado pelo viés economicista, ou seja, que possa ser superada mediante altas taxas de crescimento econômico, ou que esteja vinculada apenas ao preconceito, mas a aspectos morais e políticos, que são essenciais para uma estratégia inclusiva. Em outros termos, a inércia da continuidade da exclusão não cessará com o desenvolvimento econômico, uma vez que o elemento central que leva à marginalidade social é a condição de ser um “imprestável” para exercer qualquer atividade relevante e produtiva no novo contexto econômico. Dessa

maneira, em havendo crescimento econômico, ainda haverá marginalidade, pois os indivíduos “imprestáveis” não se inserirão nesse universo econômico.

A inserção no jogo econômico passa pela assimilação do princípio do desempenho e da disciplina e

a aceitação e internalização generalizada desse princípio que faz com que a inadaptação e a marginalização desse setores possa ser percebida, tanto pela sociedade incluída como também pelas próprias vítimas, como um ‘fracasso pessoal’. É também a centralidade universal do princípio do desempenho, com sua conseqüente incorporação pré-reflexiva, que faz com que a reação dos inadaptados se dê num campo de forças que se articula precisamente em relação ao tema do desempenho; positivamente, pelo reconhecimento da intocabilidade de seu valor intrínseco, apesar da própria posição de precariedade e, negativamente, pela construção de um estilo de vida reativo, ressentido ou abertamente criminoso e marginal. (SOUZA, 2003a, p. 67)

Todas essas ênfases deslocadas, ainda que possam obter resultados inegavelmente positivos topicamente, sempre passam ao largo da contradição principal deste princípio de sociedade que, aos meus olhos, tem a ver com a constituição de uma gigantesca "ralé" de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas, constituindo-se numa legião de "imprestáveis", no sentido sóbrio e objetivo deste termo, com as óbvias conseqüências, tanto existenciais, na condenação de dezenas de milhões a uma vida trágica sob o ponto de vista material e espiritual, quanto sociopolíticas como a endêmica insegurança pública e marginalização política e econômica desses setores (SOUZA, 2003, p. 184).

Nesse universo, têm-se duas categorias de indivíduos: os que assimilaram os valores das sociedades modernas, centradas no desempenho e disciplina, muito marcadamente transmitidos pela estrutura familiar e social de convívio (BECKER, 1977, 2008; COHEN, 1956, 1968; DURKHEIM, 1973a, 1973b, 1999; ELIAS & SCOTSON, 2000; MERTON, 1970; WHYTE, 2005) , e que teriam um valor social superior, enquadrando-se na categoria de cidadãos, e os que não assimilaram ou assimilaram precariamente aqueles valores, e se tornam inaptos às modernas sociedades, e com valor social inferior – os subcidadãos ou os desafiliados, segundo o conceito de Castel (1998). Os adolescentes em situação de risco pessoal e social podem ser enquadrados na segunda categoria.

Diante de uma realidade que comprime o espaço de existência digna, afirma Adorno (1993, p.183) que as crianças se deparam com duas trajetórias possíveis a serem trilhadas. “Alguns enveredam pelo duro caminho da sujeição e do disciplinamento subjacentes ao mundo do trabalho”, e assim se conformam com o rito inerente ao mundo do trabalho, seja fabril, comercial, em oficinas, escritórios. “Optam por um horizonte, o do pobre, porém honrado, respeitador da ordem, obediente, civil.” Outros estarão pela cidade, vagando pelas ruas, aptos a aproveitarem as oportunidades que outros não aproveitaram. A sobrevivência é garantida pela inserção na economia informal experimentando o aprendizado de diversos tipos de ocupação. A miséria os converte em carentes ou abandonados perante as instituições de amparo social. O processo de rotulação e estigmatização se materializa.

Quando trilham o caminho da delinquência – uma possibilidade entre outras, por força da multiplicidade de contatos proporcionados pela rua e pela circulação de pessoas das mais diversas origens, movidas por escrúpulos que vão do apoio à exploração – acabam “clientes” das agências de contenção da ordem pública, estabelecendo com elas vínculos quase indissolúveis, de amor e ódio. (Adorno, 1993, p.183)

Ou seja, os indivíduos ficam relegados à sua própria sorte, em condição, portanto, de vulnerabilidade, o que faz lembrar o que especifica o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). As próprias instituições de amparo social podem contribuir para potencializar a vulnerabilidade ao empreender o processo de rotulação e estigmatização. Outra realidade é que, na rua e no trabalho informal, tornam-se presa fácil de exploradores ou incentivadores de atividades ilícitas e, como decorrência, com frequência acabam caindo nas esferas institucionais de confinamento.

Para esse grupo de crianças e adolescentes, a rua representa um local de passagem, onde se deparam com o imprevisível, molecagem, “confronto com quadrilhas e bandos, envolvimento involuntário com adultos inescrupulosos, brigas por causa de posse de objetos ou de companheiro(as), prisão policial injusta.” (Adorno, 1993, p.201) Mais que isso, para o autor, a rua representa, para muitas crianças e jovens, o espaço público no qual se efetiva a realização da existência pessoal da emancipação precoce não

oferecida nas esferas de sociabilidade privada, como a família, a escola e o trabalho.

Num país como o Brasil, o qual passou por um intenso processo de transformações econômicas e sociais em um espaço de tempo relativamente curto a partir da segunda metade do século XX, desagregam-se mecanismos de sociabilidade presentes na ordem rural vigente, centradas na família, comunidade rural, relações de mando provenientes do proprietário da terra, religiosidade. (cf. SEVERINO, 2004) Esse universo era ordenado pelo tipo de solidariedade social denominado por Durkheim (1999) de solidariedade mecânica. Os indivíduos se assemelhavam, pois, no campo, o comportamento tradicional ordenado pela moralidade da família, comunidade e religião geram um certo padrão a ser seguido por todos, a sociedade apresentava pouca divisão de trabalho e o indivíduo encontrava nos grupos de que fazia parte a acolhida e a segurança para a sobrevivência e, nesse processo, não é desenvolvida a individualidade, uma vez que o grupo prevalece. Os mais jovens, ao mesmo tempo em que são controlados pelos mais velhos (cf. ELIAS & SCOTSON, 2000), seguem as normas do grupo para não serem dele excluídos, pois a exclusão representa pouca possibilidade de que encontre um grupo de transgressores em que possam se inserir.

A partir do momento em que a população brasileira passa a habitar o espaço urbano, inserire-se em outro universo econômico e social com outros mecanismos de relações sociais. A solidariedade mecânica anteriormente experimentada, agora nessa nova realidade, se enfraquece pois a família não desempenha necessariamente a função privilegiada de grupo de referência como anteriormente. Concorrerão com ela grupos que poderão oferecer aos jovens oportunidades mais imediatas que as suas, ofertas de prazeres, acesso a consumo, horas de lazer e pouco trabalho. A pluralidade de grupos presentes em um espaço urbano e a maior densidade demográfica que a rural facilitam o anonimato nas ações e dificultam o controle social antes executado não só pela família, mas pela comunidade, dono da terra e religião.

Em uma sociedade que estimula o consumo, maior diversidade de grupos de referência com maior poder aquisitivo podem despertar o desejo de possuir o que não se tem condições financeiras para tanto por intermédio do trabalho. É possível que isso desperte em alguns um comportamento

transgressor. Isso pode ocorrer com mais facilidade com a emergência de uma sociedade do espetáculo.

O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura. (DEBORD, 1997, p. 30)

Os que se deixam levar por essa sociedade e sua ditadura podem estar propensos a agir para atingir os seus objetivos econômicos de acesso às inúmeras mercadorias propaladas pelos elementos de mídia em geral, mas também por alguns grupos de referência de maior poder aquisitivo.

Todavia, outro aspecto pode ser observado. O processo de transformações pelo qual o Brasil passou e ainda passa pode gerar, segundo Abramovay (2002), uma crise de instituições capaz de afrouxar os mecanismos de controle sobre os indivíduos e, como consequência, “a percepção e o sentimento de estabilidade são substituídos pelo oposto, ou seja, nada é certo no futuro imediato e tanto os atos dos indivíduos como as suas conseqüências são imprevisíveis.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 16). Segundo a autora, não haveria uma propensão ao ajustamento às normas coletivas mais amplas, por exemplo às provenientes das instituições públicas pois emergiria “um sentimento de impotência individual em ajustar-se ao mundo [...] [baseado no] reconhecimento de que a retribuição da sociedade, ou seja, dos outros atores e instituições, independe do valor e da contribuição do indivíduo.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 16). Daí resulta a fragilização das normas sociais que culmina no comportamento tendente ao isolamento e na perda de credibilidade das normas uma vez que estas não mais se prestam a ser parâmetro para o comportamento, visto que este assume caráter de isolamento. Como conseqüência, tem-se uma situação de “descrença e desconfiança generalizadas que atinge inclusive os atores e instituições encarregadas de preservar as próprias normas, como a polícia e o Judiciário.” (ABRAMOVAY, 2002, pág. 16).

Essa situação, de enfraquecimento normativo das instituições estatais, foi mais amplamente discutida por Arendt (2004) que a classifica como “revolucionária” uma vez que a conjuntura é analisada num processo de

luta de classes e o Estado sendo um instrumento de domínio de classes. Com esse se enfraquecendo, abre-se o espaço para as ações contestatórias da classe dominada. No momento em que escreve analisa, de uma maneira geral, o que se passava em muitos países do mundo e, mais especificamente, a realidade estadunidense, que demonstrava uma clara incapacidade das instituições do Estado darem conta dos arrombamentos, assaltos à mão armada e tráfico de drogas. Constata que “considerando que as chances que os criminosos destas categorias têm de nunca serem detidos são de um para nove, e que somente um em cada cem irá para a cadeia, é de surpreender que a criminalidade não esteja pior do que já está.” (ARENDR, 2004, p. 65) Como esses laços de solidariedade mais amplos se rompem, os indivíduos buscariam em grupos menores satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Dessa forma, “as lealdades privadas se sobrepõem às lealdades públicas, erodindo as relações de cidadania.” (ABRAMOVAY, 2002, pág. 16). Se for pensada essa conjuntura a partir da perspectiva da subcidadania anteriormente discutida, poder-se-ia afirmar que, na verdade, os laços de solidariedade social mais amplos não se rompem para parcela da população que nunca os teve atados para que fossem rompidos. Assim, os que vivenciam a condição de subcidadãos, que vivem uma subcultura própria para a sobrevivência que não está coberta pelas garantias que as classes superiores encontram via Estado ou mercado, não vêem erodidas as relações de cidadania, mas justamente são colocados numa condição de subcidadania de maneira que estão inseridos mais na esfera dos deveres que dos direitos.

Como consequência desse estado de coisas, “os indivíduos passam a contar estritamente consigo mesmo diante do mundo social que se afigura não apenas como imprevisível, mas também como hostil.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 16). O espaço público e as normas ali vigentes ditadas pelos grupos sociais dominantes estão impregnados de sentimentos pautados em

desconfianças, expectativas negativas e obstáculos inesperados. Em tal circunstância tendem a prevalecer códigos privados de comportamento, compartilhados apenas por pequenos segmentos da sociedade maior – ‘subculturas’ do crime, minissociedades drogadas –, que definem em seus próprios termos o que é certo, o que é errado, desenvolvendo códigos de valores e comportamentos próprios, cada vez mais alheios aos códigos da sociedade mais ampla. (ABRAMOVAY, 2002, p. 16).

A abordagem dada por Abramovay assevera a orientada por Cohen (1956, 1968) que destacou a relação entre a formação de subculturas e os processos de transgressão. Contudo, para a autora, a subcultura transgressora seria oriunda de uma “incapacidade do poder público de controlar a diversidade de situações” (ABRAMOVAY, 2002, p. 17) que acaba gerando um processo de difusão de pessimismo social, medo e sentimento de impotência que reduzem as expectativas e liberdades da população que se cerceia de circular por determinadas áreas ou horários e, ao mesmo tempo, se incumbirá de providenciar mecanismos de defesa paralelos aos do Estado, alimentando o mercado de segurança privada, por exemplo. Conseqüentemente, o Estado perde o monopólio do uso legítimo da força e, por sua vez, diante dessa constatação de enfraquecimento do Estado e o monopólio de uso da força sendo disputado por agentes privados, encontra-se nesse processo de disputa também, e evidentemente, a “delinqüência territorializada (organizações de traficantes, gangues delituosas etc.)”. Por fim,

Sem alternativas, os poderes públicos aceitam a nova ‘normalidade’ imposta pelo crime e pela violência. Por um lado, adotam políticas destinadas a otimizar os escassos recursos disponíveis para o controle e a repressão do delito e, por outro, permitem a institucionalização e a legitimação da crescente privatização das responsabilidades referentes à segurança pública. (ABRAMOVAY, 2002, p. 17)

Como já analisado neste trabalho, a mudança no processo de socialização na família (DURKHEIM, 1999), as relações de precariedade no universo do trabalho e na esfera das relações sociais (CASTEL, 1998; SENNETT, 1999; SOUZA, 2003, 2003a; OLIVEIRA, 2003) e a discrepância entre a cultura dominante representada pela escola e a da criança e adolescente de estratos sociais inferiores (COHEN, 1956, 1968; WHYTE, 2005) abrem espaço para que se encontre um círculo de relações sociais, no caso pela vivência no espaço coletivo da rua. Nesse, encontram afinidade pois todos vivenciam a mesma realidade de não se encontrarem mecanismos eficazes naquelas estruturas, sobretudo as do trabalho e escola, de inserção social satisfatória que garanta os elementos essenciais à sobrevivência. Diante desse contexto, e na rua, os grupos ali presentes, a gangue e outros tipos, são

um caminho para a busca da segurança não encontrada em outras esferas de socialização.

Segundo a concepção até mesmo legal (BRASIL, 1990), essas crianças e adolescentes estariam em situação de risco em um sentido duplo: pelo risco por se inserirem em grupos transgressores das normas representativas do padrão socialmente dominante e aceitável, o que lhes traz, além do risco, o fato de serem rotulados de maneira estigmatizada o que conduzirá ao fechamento de acesso aos espaços sociais e econômicos ocupados pela parcela dominante da sociedade. Além disso, o contato com tais grupos transgressores potencializará o risco dessas crianças e adolescentes de serem inseridos em outras esferas de defesa do padrão de comportamento social dominante, agora não mais a escola, mas a polícia, o poder judiciário, os reformatórios etc. Essas esferas são locais “onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 1999a, p. 11). Portanto, ao se inserirem no mundo possível mais imediato, o da transgressão, descobrem que esta não pode ser uma opção aceitável de sociabilidade segundo os padrões dominantes e o processo de imposição do padrão dominante, no qual serão inseridos por meio das instituições anteriormente citadas, demonstram o poder que se tem sobre o corpo desses indivíduos, expressão do biopoder. (AGAMBEN, 2004; FOUCAULT, 1999).

Em um sentido semelhante de submissão do indivíduo a mecanismos impessoais de poder

Weber não tem grandes ilusões acerca da forma democracia, uma vez que para ele a dimensão moral da política foi substituída, no interior do Estado moderno, por um aparato administrativo e impessoal baseado na separação entre meios e fins. O privilegiamento dos meios é parte do processo de desapropriação do indivíduo moderno da sua capacidade de decidir sobre seu próprio destino. Nessa ótica, a democracia não constitui uma forma de autodeterminação. Para Weber, ela constitui uma entre diversas formas de concentração do poder na mão de um corpo especializado de funcionários. (AVRITZER, 2000, p. 388)

A realidade da criança e do adolescente, institucionalizado ou não, uma vez que a realidade da escola também se enquadra de maneira bem estreita no exposto por Weber. É de submissão em uma estrutura e em uma

dinâmica normativa muitas vezes alheia à realidade imediata vivenciada. Ou seja, a realidade objetiva com que se depara nesses espaços é discrepante com a vivenciada no grupo de vizinhança, de amigos e familiar. Além disso, inseridos em instituições destinadas a mudar esses indivíduos (ADORNO, 1993, p. 184) poderão estar submetidos a espancamentos e maus-tratos.

Não raro, a introjeção de hábitos de gestão da vida cotidiana e da higiene pessoal, o aprendizado escolar e profissional, o tratamento indiferenciado nas relações de gênero não apenas desconhecem o mundo social e cultural dessas crianças e adolescentes, como também desqualificam seus vínculos de sociabilidade ao associá-las à desorganização familiar, à suposta inclinação por padrões de organização desintegradores, perversos à formação da personalidade e do caráter social e nessa medida contrários à ordem pública. (ADORNO, 1993, p. 184)

Esses aspectos ressaltados por Adorno se coadunam com o analisado por Becker (2008), Cohen (1956, 1968), Goffman (1988, 1999, 1999a), Whyte (2005). A percepção, na ótica dos internados, de falta de legitimidade do poder dessas instituições gera como consequência a resistência e não desenvolve a capacidade de vida segundo as normas dominantes sem mecanismos de tutela mais incisivos.

Além disso (ADORNO, 1993, p. 203), o contato com as agências de controle e de repressão criam condições para a entrada definitiva na delinquência. Os contatos sistemáticos com essas instituições geram um comportamento nas crianças e adolescentes que por lá passam de desafiar a ordem imposta pelos instrumentos de imposição da ordem vigente. Vão, assim, se habituando às humilhações e abusos de violência e querem demonstrar serem mais fortes que o sistema que os oprime. Qualquer tentativa de impor à força, principalmente física, o controle sobre esses sujeitos é acompanhada de uma resistência maior “o que, a sua vez, significa aprofundar a territorialização na delinquência, tornando certos jovens e crianças uma população conhecida das investidas policiais.”

De acordo com Goffman (1999a, pág. 24), há um nítido contraste entre a leitura que o novato inserido em uma instituição faz de si próprio e o que a instituição faz dele. Primeiramente, como resultado desse contraste entre dois mundos, realizar-se-á um processo de tentativa de desmantelamento das disposições sociais estáveis que sustentam seu mundo e que os alimenta

por sistemáticos rebaixamentos, humilhações, degradações e profanações do seu eu mortificando-o. A partir desse momento, as crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele entram em processo de enfraquecimento e deslegitimação.

Institucionalizados e a partir da maneira pela qual são tratados no interior da instituição, a criança e o adolescente passam a ter a percepção do processo de rotulação social e do estigma a eles impingidos. Como consequência,

tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu – uma ‘carreira moral’ semelhante, que é não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais. (GOFFMAN, 1988, p. 41)

O indivíduo estigmatizado e institucionalizado pode reagir de duas maneiras distintas a essa situação: não se ver, como os demais, estigmatizado e, portanto, negar sua condição e o contato com os outros ou, então, identificar-se com os outros como semelhante, o que pode alimentar a resistência do grupo perante as ações da instituição com o objetivo de ressocializá-los.

As rebeliões em instituições de custódia de adolescentes em conflito com a lei são consequência exemplar mais contundente e exacerbada desse processo. Os adolescentes utilizam a rebelião para se contrapor à ordem impositiva estabelecida, como mecanismo até mesmo de denúncia da situação na qual se encontram, movidos pela incongruência entre a formalidade de seus direitos de cidadania expressos constitucionalmente e em legislação específica e a realidade à qual são submetidos antes, durante e até mesmo após o processo de institucionalização que lhes nega tais direitos (VICENTIN, 2005).

O que é possível de ocorrer com o adolescente institucionalizado é que, ao ir para a instituição ou ao pagar pelo que fez, sobretudo se cometeu ato infracional contra o patrimônio, ele é obrigado a perceber qual é o seu lugar na sociedade, ou seja, é obrigado a aceitar as limitações materiais de sua sobrevivência e aceitar a opulência de alguns poucos. Embora seja estimulado a ter, por estar em uma realidade exacerbadamente consumista, e realize ações acatando esse estímulo, percebe que deve reprimir seus desejos

pois poderá ser punido se não o fizer. Nesse sentido, pode estar aí a razão do discurso e ações de revolta de muitos adolescentes quando passam por uma instituição ou são punidos. Talvez não esteja revoltado com o fato de não ter determinados recursos materiais, mas com o fato de não ter a oportunidade de tê-los, seja pela via legal, seja pela via ilegal.

2.2 O jovem no Brasil: a visão oficial, legal, institucional e teórica

Segundo a literatura sobre crianças e adolescentes no Brasil (ARAÚJO, 1979; ABRAMOVAY, 2002; ABRAMOVAY & CASTRO, 2003; BELLUZZO & VICTORINO, 2004; ESPÍNDULA & SANTOS, 2004) a questão do adolescente em situação de risco pessoal e social⁸ no Brasil foi regulamentada em 1927 com a promulgação do Código de Menores, que incumbia ao Estado a atenção ao menor que estivesse desassistido pela família no caso de pais ausentes, pela orfandade ou abandono.

O Código classificou os menores de sete anos como *expostos* e os menores de 18 como *abandonados*. Dessa forma, os meninos em situação de rua passaram a ser *vadios*, aqueles que pedem esmolas ou vendiam coisas nas ruas eram *mendigos* e aqueles que freqüentavam prostíbulos, *libertinos*. (ESPÍNDULA & SANTOS, 2004: p. 359)

Vê-se que a adjetivação dada pela lei aos *menores* marca a tônica com a qual eram tratados pelo Estado: como indivíduos que carregavam consigo a responsabilidade de sua situação e não resultado de relações sociais que muitas vezes independiam desses. Alcinhar de *vadio*, de *mendigo* ou *libertino*, não é somente uma simples forma de classificação, mas traduz toda uma imagem – negativa e reprovada socialmente – que se quer passar desses menores e, dessa maneira, justificar-se a reclusão dos mesmos como forma de proteger os indivíduos com comportamento social não desviante. Observa-se que é uma visão que bebe na fonte funcionalista.

Segundo Adorno (1993, p.181), entre o final do século XIX e início do XX havia inúmeros defensores de certo tipo de medida para dar cabo aos considerados desajustes sociais tais como a devassidão de costumes, a indisciplina cívica e a desobediência civil parecendo haver consenso entre a Psicologia, a Psiquiatria e a Pedagogia de que o confinamento seria a melhor solução a ser adotada uma vez que isolaria de forma “pacífica” os desajustados da sociedade sadia.

⁸ Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, passou-se a designar *criança e adolescente em situação de risco pessoal e social* que pelas leis anteriores eram denominados *menores* ou *menor*.

Adorno dá como exemplo a sugestão de uma “estudiosa” (aspas do autor) do assunto. Segundo Freitas (1936, pág.28 *apud* ADORNO, 1993, p. 182), era necessário que a intervenção judiciária fosse racionalizada permitindo assistência e amparo “aos menores com finalidades profiláticas quanto ao crime, à loucura, à prostituição e à anormalidade em geral”. Classificou os “menores” e seu confinamento da seguinte forma:

(a) para os idiotas e imbecis profundos, os asilos privados; (b) para os indisciplinados, delinqüentes, tarados, pervertidos e perversos, os reformatórios; (c) para os surdos, míopes e cegos, escolas especiais; (d) para os débeis, colônias agrícolas com orientação profissional; (e) para os tuberculosos, pré-tuberculosos, sífilíticos, cardíacos, sanatórios ou hospitais adequados; (f) para os extraviados sexuais, colônias de trabalho; (g) retardados e anormais de boa índole, aproveitamento em emprego adequado.

Durante o Regime Militar é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) à qual estavam vinculadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEMs, cuja ação não foge à ótica do Código de Menores citado. Ainda durante a ditadura, em 1979, implanta-se um novo Código de Menores, porém, com a mesma concepção do anterior, de reclusão dos menores e de tratamento como um ser perigoso à sociedade.

A similaridade que se observa no Brasil ao longo do tempo histórico, tanto do trato quanto da legislação relacionada à criança e adolescente, evidencia mecanismos, inclusive legais, de manutenção das desigualdades e de sufocamento dos indivíduos ao destituí-los de elementos plenos de cidadania. Abordando também essa questão Violante (1981, p. 34) afirma que

A dominação se reproduz ao nível ideológico, na medida em que se produzem representações aceitas por todos, tanto dominantes como dominados, como verdade absoluta, universal, como algo dado desde todo o sempre, e que, de acordo com os interesses não de todos, senão da maioria dominante, mascaram o mundo real de produção da marginalidade.

A atuação do Estado, segundo esse conjunto legal, conotando mecanismos de imposição de uma ordem que gera e garante a marginalidade, a negação de elementos de cidadania a parcelas da população, não se caracteriza por ações protetivas aos vulnerabilizados pelas precárias estruturas econômicas e sociais às quais estão submetidos.

Como subterfúgio ideológico, “as análises e intervenções oficiais sobre a questão da marginalidade localizam na família e/ou no próprio indivíduo a sua ‘causa’, centrando-se sobre seus efeitos, sobre o caráter dos indivíduos, sobre seus comportamentos.” (VIOLANTE, 1981, p. 35). Observe-se a perversidade desse mecanismo ao qual os indivíduos estão submetidos. A negação de direitos e oportunidades é resultado de um conjunto de relações sociais e econômicas. Alguns recorrem a mecanismos de sobrevivência ilegais não necessariamente por desejo próprio, mas por respostas que se vêm obrigados a dar diante do contexto no qual estão inseridos. Portanto, não age isoladamente, mas em decorrência da realidade na qual está inserido, que é coletiva. Porém, para ocultar essa realidade, o Estado rege sua vida de maneira a se isentar e isentar a coletividade da responsabilidade pelas consequências dos processos aos quais os indivíduos estão submetidos e, em decorrência desse quadro, “é na esfera ideológica que o personagem ‘marginal’ é criado –, é aí que se produz o preconceito e o estigma que lhe é devido, como mecanismo de discriminação e controle social.” (VIOLANTE, 1981, p. 35).

Para dar cabo das explicações de uma realidade mostrada dicotomicamente como gravitando entre marginalidade-integração são necessárias práticas para que tal realidade se concretize. “Para o estereótipo social ‘marginal’ cria-se a instituição adequada à sua ‘normalização’.” (VIOLANTE, 1981, p. 36). A sociedade não se mostra, assim, como apresentando vínculos quaisquer com a condição “marginal” do indivíduo. Essa é uma categoria que seria atribuída a si próprio mediante comportamento alheio ao padrão dominante. À sociedade, via organismos oficiais, cabe “auxiliar” esse indivíduo por meio das instituições que lhe proporcione o aprendizado da norma. Em conformidade com essa “concepção sobre ‘comportamento anti-social’, emerge-se o personagem ‘anti-social’ e, juntamente, o estigma a ele conferido, assim como legitimamente os métodos ‘corretivos’ ou punitivos, racionalmente justificados.” (VIOLANTE, 1981, p. 36).

Porém, a concepção de um comportamento anti-social pode ser lida sob duas perspectivas distintas: a partir ou do indivíduo ou do grupo. O comportamento anti-social do indivíduo é a tônica da legislação vigente

durante longo espaço de tempo no Brasil, que, como visto anteriormente, atribui a ele, única e exclusivamente, a responsabilidade do desrespeito à norma dominante vigente. Sob a perspectiva do grupo, e no caso de crianças também dos adolescentes que são sujeitos ainda em desenvolvimento, o comportamento social e anti-social apresenta aspectos específicos, pois

se entendermos por ‘sociais’ as condições que satisfazem as necessidades básicas da criança – amor, compreensão, educação, saúde, recreação e segurança social, conforme consta na Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU –, podemos conceber como ‘anti-sociais’ as condições de vida que a privam da satisfação de tais necessidades básicas. Dito de outra maneira, são anti-sociais as situações-limite de sobrevivência física e psicológica a que essa imensa parcela marginalizada da classe trabalhadora, e, portanto, o Menor e sua família, estão condenados a sobreviver neste sistema. (VIOLANTE, 1981, p. 36).

Portanto, pode-se inferir que se há uma realidade social, ditada pelo sistema econômico e jurídico, de conotação anti-social vivida por parcelas da população. É bem possível que se reproduzam ações anti-sociais em efeito cíclico. Ou seja, gera-se uma dinâmica social do desrespeito à norma, porém oriunda dos próprios formuladores da norma, o grupo dominante, e se penalizam os transgressores da norma pertencentes à porção dominada.

A realidade social é uma construção humana e é dotada de objetividade. Como tal, realidade objetiva, independe do indivíduo. “Ela existe antes de seu nascimento e continuará a existir após sua morte.” (VIOLANTE, 1981, p. 38). Ainda, segundo Berger & Luckmann (1991), a socialização é o processo de introdução do indivíduo no mundo objetivo da sociedade.⁹

A análise da realidade das crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil realizada por Violante (1981) utilizou-se da fundamentação teórica de Berger & Luckmann (1991) bastante pertinente acerca das duas realidades às quais se está submetido: a objetiva e a subjetiva. A realidade objetiva representa o mundo instituído e, como já dito, independe do indivíduo e é constituída socialmente pelas instituições é compartilhada pelos membros da sociedade. Uma sociedade de classes como a brasileira apresenta, como realidade objetiva, o universo da diferenciação

⁹ Para essa questão ver também DURKHEIM 1976a, 1976b, 1999.

econômica dos indivíduos e é essa a realidade dominante impondo-se como verdade, verdadeira, inquestionável, além de caminho único a ser seguido.

A abordagem dada por Violante à realidade das crianças e adolescentes, objeto de seu estudo, se assemelha àquela com a qual se abordará a questão do adolescente em situação de risco pessoal e social neste presente trabalho e que não se coaduna com a abordagem que, historicamente, a legislação atribuiu a essa categoria de indivíduos no Brasil. Como se verá mais à frente, com a nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (BRASIL, 1990) pelo menos formalmente há mudanças.

Segundo Violante, a realidade objetiva de crianças e adolescentes se caracteriza pelas

condições materiais e simbólicas com as quais o Menor se defronta ao nascer e sob as quais se desenvolve como ser social. Tem, portanto, um caráter histórico, que não é próprio dele enquanto indivíduo, mas dele enquanto ser social, membro de uma dada família, pertencente a um segmento de uma dada classe. Seu mundo próximo só pode ser compreendido como parte integrante das condições globais da sociedade. (1981, p. 39)

Observa-se que a criança e o adolescente deverão responder a essa realidade objetiva na qual estão inseridos e que não são, e nem poderiam ser pela brevidade ainda de suas vidas, responsáveis por estar configurada de uma maneira específica. É diante dessa realidade que os classifica, os normatiza, estipula os limites, cria barreiras à atuação etc. que deverão decidir como agir. Essa realidade objetiva materializa-se em uma escola que muitas vezes, não corresponde às suas necessidades e não incorpora elementos pertencentes a seu universo material e simbólico (cf. WHYTE, 2005), em uma família que pode não possuir elementos materiais ou simbólicos/emocionais suficientes para propiciar-lhes o desenvolvimento que seja adequado à realidade objetiva que deverão saber e na qual devem ser capazes de se inserir. Aí está presente, então, o que se denomina de realidade subjetiva que “se refere ao aspecto individual, único e próprio do indivíduo, que apreende a realidade objetiva e a ela responde de acordo com o seu modo peculiar de interpretá-la.” (VIOLANTE, 1981, p. 39).

Pode-se concluir daí o caráter dialético do processo de socialização que envolve de maneira interdependente a realidade subjetiva e objetiva

configurando, assim, uma única realidade. A realidade subjetiva, embora subjetiva, é socialmente produzida pois só se concretiza mediante as relações do indivíduo com o meio social e com o natural e sob determinadas condições objetivas. “Ao mesmo tempo que, neste processo de interação o indivíduo produz junto com os demais a realidade objetiva, pela exteriorização da múltiplas subjetividades e sua objetivação.” (VIOLANTE, 1981, p. 40).

Submetido a esse mecanismo e à legislação que vigorava no Brasil até a promulgação do ECA que dava respaldo a um sistema institucional que reproduzia esta lógica dominante, Violante (1981, pág. 331) identifica que a criança ou o adolescente “é persuadido a reconhecer seu lugar, a aceitar seu internamento, ou porque é um ‘abandonado’ ou porque é um ‘infrator’, isto é, ou por culpa de sua família ou dele próprio.” Deseja-se que o internamento seja reconhecido pelo internado como uma necessidade e de que deve se adaptar à vida institucional e, nesse ambiente, que interiorize a auto-disciplina e os valores dominantes. Dessa forma, espera-se que ele aceite sua categoria de dominado, subalterno, submisso e adapte-se “às condições precárias de sua sobrevivência, nem que seja por medo (de ser preso) e não por convicção.”

Reproduzindo a leitura que o grupo dominante tem a respeito da criança e adolescente institucionalizados passam a ser submetidos a

práticas que produzem [...] efeito ideológico, consideradas pelos agentes institucionais como ‘chances’, são aquelas de caráter mais assistencial e persuasivo do que coercitivo. Dadas estas oportunidades para o menor se ‘regenerar’, o sucesso ou fracasso dependerá exclusivamente dele. (VIOLANTE, 1981, p. 331).

A Constituição de 1988 e o ECA

Com a promulgação da Constituição de 1988 e o processo de redemocratização pelo qual o Brasil passa com o fim da Ditadura Militar (1964-1985), foi revisto o trato legal dado à criança e ao adolescente e, como consequência disso, o Código de Menores dá lugar ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990,

que apresenta uma concepção distinta da que estava presente nos dois Códigos de Menores anteriores. Como salientam Espíndula & Santos (2004, p. 359)

essa mudança de concepção da criança e do adolescente como menor em situação irregular para pessoa que necessita de cuidados protetivos marca a passagem da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral. Crianças de até 12 anos e adolescentes de até 18 passaram a ser definidos como cidadãos, possuidores de direitos, na condição peculiar de pessoas em fase de desenvolvimento, eliminando assim a rotulação de *menor, infrator, carente, abandonado* etc., e classificando todos como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a garantir-lhes os direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades que possibilitassem o desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade.

Conforme expressa o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Os menores de dezoito anos, segundo o artigo 104, são considerados inimputáveis e estão sujeitos às medidas previstas no ECA. A esse respeito Volpi (2008, p. 15) afirma que o ECA está em consonância com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e como tal, “considera o adolescente infrator como uma categoria jurídica, passando a ser sujeito dos direitos estabelecidos na Doutrina da Proteção Integral, inclusive do devido processo legal.” Segundo o autor, com esta abordagem rompe-se com “a concepção de adolescente infrator como categoria sociológica vaga implícita no antigo Código de Menores [...] que aceitava reclusões despidas de todas as garantias [...] e que implicavam uma verdadeira privação de liberdade” (Volpi, 2008, p. 15) Desse modo, o modelo até então vigente visava tratar um delinquente e não prestar atendimento a um adolescente que transgrediu uma norma. Tenta-se, deste modo, dar uma abordagem não estigmatizante ao adolescente pois o termo delinquente o marcava mesmo depois que passava pelas medidas de reclusão.

O ECA (BRASIL, 1990) estipula no artigo 112 as medidas cabíveis ao adolescente infrator que são, em ordem progressiva: I- advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional.

A advertência, artigo 115 do ECA (BRASIL, 1990), caracteriza-se por ser “uma medida admoestatória, informativa, formativa e imediata [...] executada pelo Juiz da Infância e Juventude. A coerção manifesta-se no seu caráter intimidatório, devendo envolver os responsáveis num procedimento ritualístico” (Volpi, 2008, p. 23). Esse processo de ação do Juiz executando essa medida pode ser bem compreendido nos relatos provenientes da pesquisa de campo de Miraglia (2005).

A reparação do dano é prevista no artigo 116 do ECA (BRASIL, 1990) e está relacionada, geralmente, a infrações contra o patrimônio, que são as mais frequentes entre os adolescentes, segundo a maior parte da literatura sobre o tema. A reparação tem, como objetivo, restituir a coisa, promover o ressarcimento do dano ou compensar o prejuízo da vítima. A legislação prevê, contudo, que na impossibilidade dessa medida ser cumprida, poderá ser substituída por outra adequada.

De acordo com Volpi, a reparação do dano constitui “uma medida coercitiva e educativa, levando o adolescente a reconhecer o erro e repará-lo. A responsabilidade pela reparação do dano é do adolescente, sendo intransferível e personalíssima”. (2008, p. 23)

A prestação de serviços comunitários, constante no artigo 117 do ECA (BRASIL, 1990), consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, não podendo exceder seis meses e prestadas em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos ou em programas comunitários ou governamentais. Há ainda a indicação de que as tarefas devem ser atribuídas conforme as aptidões do adolescente e não podem exceder a oito horas semanais de modo a não prejudicar a frequência à escola ou ao trabalho. Essa medida apresenta “forte apelo comunitário e educativo tanto para o jovem infrator quanto para a comunidade, que por sua vez poderá responsabilizar-se pelo desenvolvimento integral desse adolescente.” (VOLPI, 2008, pág. 23). Além disso, propicia ao adolescente uma experiência de vida comunitária, de valores sociais e compromisso social. Para que essa medida possa ser aplicada, é necessário convênio e parceria entre o poder judiciário e entidades capacitadas para executá-la, não necessariamente vinculadas diretamente ao poder público.

O ECA (BRASIL, 1990), nos artigos 118 e 119, regulamenta a liberdade assistida, também conhecida como LA, e que deve ser adotada quando for mais adequada a título de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. O Juiz da Infância e Juventude designará a pessoa capacitada para acompanhamento do caso. A liberdade assistida deve atender o mínimo de seis meses, porém pode ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. Compete ao orientador do adolescente designado pelo Juiz promover socialmente o adolescente e a família, orientando-os e, se necessário, inserindo-os em programa de auxílio e assistência social. Deve também matricular, supervisionar a frequência e aproveitamento escolar do adolescente além de encaminhá-lo no sentido da profissionalização visando a inserção no mercado de trabalho. Observa-se o empenho dessa medida no sentido de inserir o adolescente e sua família no conjunto normativo dominante da sociedade à medida que obriga o adolescente a inserir-se na esfera da educação escolar, ou seja, geralmente em uma realidade não preparada e pensada para ele, e no mundo do trabalho, forçando-o ao conformismo do trabalho como instrumento – ideológico – de dignificação do homem. Ao mesmo tempo, parece estabelecer uma barganha: esse seria o preço a ser pago para não ser rotulado e estigmatizado como delinquente.

O regime de semi-liberdade, artigo 120 do ECA (BRASIL, 1990), pode ocorrer de duas maneiras: desde o início ou de maneira transicional para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas. Nessa medida, também se prescreve a escolarização e a profissionalização do adolescente.

O último recurso a ser adotado, previsto nos artigos 121 a 125 do ECA (BRASIL, 1990) é a medida de internação que deve primar pela brevidade e excepcionalidade. Essa medida não tem prazo determinado, o que permite que se tenha o adolescente permanecendo mais tempo internado que uma pessoa maior de dezoito anos e que tenham cometido o mesmo tipo de infração legal. Desmistifica-se assim a idéia de que o ECA é brando aos que cometem atos infracionais. Porém, essa medida não poderá exceder três anos, e, nesse caso, o adolescente será encaminhado para a semi-liberdade ou liberdade assistida e, aos vinte e um anos, a liberação será compulsória. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato

infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Nesse último caso, a medida de internação não poderá exceder três meses.

A medida de internação deve ser cumprida em local exclusivo para adolescentes, não podendo ser no mesmo local do destinado ao abrigo, devendo respeitar a separação segundo a idade, força física e gravidade da infração. A internação preferencialmente deve ser em local próximo ao domicílio dos pais ou responsáveis.

Daí percebe-se a necessidade, para o próprio cumprimento da lei, de um local específico para acolhida dos adolescentes infratores, não podendo estes serem alojados em delegacias, cadeias, penitenciárias ou correlatos. Está em desacordo com a lei também a internação ser concentrada em alguns poucos locais numa vasta área territorial, como ocorria com o sistema FEBEM no Estado de São Paulo, pelo qual muitos adolescentes provenientes do interior do Estado eram internados nas grandes Unidades da capital.

Os adolescentes cumprindo medida de internação ou seja, os “que forem submetidos à privação de liberdade só o são porque a sua contenção e submissão a um sistema de segurança são condições *sine qua non* para o cumprimento da medida socioeducativa.” (VOLPI, 2008, p. 28). Com efeito, a internação não se caracteriza como uma medida socioeducativa mas é um dos instrumentos utilizados para que os adolescentes possam se submeter a tal medida. O autor esclarece ainda que “a restrição de liberdade deve significar apenas a limitação do exercício pleno do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais, condição para sua inclusão na perspectiva cidadã.” (VOLPI, 2008, p. 28).

Se a legislação – ECA – especifica e enfatiza que a criança e o adolescente são indivíduos em processo de formação e desenvolvimento, devem ter garantidos os direitos para que esse processo se concretize embasado na proteção dos mesmos. Vê-se que, em casos em que há apenas a internação, não se está aplicando a lei em sua conotação específica. Internar o adolescente não garante a ele uma ressocialização que permita estabelecer relações na vida cotidiana que não o coloquem novamente em conflito com a lei. Por isso, a necessidade de um programa, em rede inclusive, como a

própria legislação prevê, de atenção à criança e adolescente e que não se resume e se restrinja aos que cometem atos infracionais, mas sim àqueles em situação de risco pessoal e social, ou seja, a legislação enfatiza a necessidade de medidas protetivas preventivas que afastem a criança e o adolescente da vulnerabilidade que já se constituem em uma situação ilegal, do Estado ou família para com as crianças e também os adolescentes.

Como já abordado anteriormente, a delinquência não pode ser compreendida focando apenas o indivíduo, mas sim o conjunto das relações sociais nas quais está inserido, ou seja, a família, a comunidade, os grupos de amizade, etc.. Entretanto, observa-se que o ECA ainda entende a delinquência como um comportamento desvinculado das relações sociais mais amplas uma vez que estabelece medidas sócio-educativas a serem cumpridas pela criança ou adolescente considerando o ato infracional de maneira isolada coagindo-o a assimilar o comportamento normativo da sociedade legalmente estabelecida sem considerar que o ambiente no qual vive ele vivencia relações contrárias a esse comportamento.

2.3 As Instituições frente ao ECA

A decretação e sanção do ECA em 1990 não trouxe, durante um espaço de tempo razoável, mudanças significativas nas estruturas de funcionamento interno das instituições que atendiam os adolescentes que haviam cometido atos infracionais. No Estado de São Paulo, até 2006, ainda persistia o modelo de grandes complexos de internação da FEBEM concentrados em alguns pontos específicos do Estado, sobretudo na capital. Em vários aspectos, esse modelo ainda se enquadrava na legislação anterior, o Código de Menores de 1979.

O ECA prevê, no artigo 124, que é direito do adolescente “permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável.” Essa exigência considera a importância da manutenção dos vínculos familiares e de amizade, mesmo na situação do adolescente estar internado, para permitir a reinserção do adolescente à vida em liberdade. Poucos eram os adolescentes que conseguiam ter um atendimento que se adequasse a essa exigência legal.

Além disso, o artigo 88 do ECA pressupõe a municipalização do atendimento às crianças e adolescentes e ainda a necessidade de criação de uma rede para assegurar o atendimento na qual houvesse a “integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.”

Visando adequar-se à lei que pressupõe criar um sistema de atendimento mais adequado às necessidades das crianças e adolescentes e que fosse capaz de aplicar medidas sócio-educativas algumas ações realizadas sinalizam mudanças que serão analisadas a seguir.

O Núcleo de Atendimento Integrado

Alguns projetos alternativos em relação ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em andamento em alguns

municípios, agem no sentido de adequar-se tanto ao ECA quanto a uma abordagem distinta do atendimento realizado nas antigas FEBEMs. Entre eles, está São Carlos, Estado de São Paulo, cuja ação em relação ao menor, está centralizada no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) ao qual vincula-se o Centro de Acolhimento para Adolescentes Autores de Ato de Infração. Compõem o NAI os seguintes atores: Poder Judiciário pela Vara da Infância e Juventude, o Ministério Público pela Promotoria da Infância e Juventude, a Procuradoria de Assistência Jurídica, o Centro de Defesa, a Secretaria Estadual de Segurança Pública, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Promoção Social, o Conselho Tutelar, Entidades Assistenciais e rede de serviços.

A organização multifacetada do NAI estaria baseada no cumprimento do seguintes artigos do ECA (BRASIL, 1990):

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

I - orientação e apoio sócio-familiar;

II - apoio sócio-educativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - abrigo;

V - liberdade assistida;

VI - semi-liberdade;

VII - internação.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas,

especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Segundo informações obtidas em documentos fornecidos pelo próprio NAI, constata-se que “o adolescente autor de ato infracional tratado nas condições oferecidas aos criminosos adultos - num ambiente policial e de cadeia - tende naturalmente a assumir o comportamento de ‘bandido’. Tratado ao invés por educadores e num ambiente educativo (limpo, espaçoso, digno) mostra com muito mais facilidade o seu lado adolescente: bom, de medo, de insegurança para isto permite maior facilidade para um trabalho de orientação e acompanhamento.”

Santos (2005), em estudo sobre a Casa sócio educacional Melo Matos, a qual, segundo ele, trata os adolescentes como cidadãos capazes de serem socializados para mudar a conduta social e estarem aptos à volta ao convívio fora da infração e dentro da lógica do trabalho e da exploração capitalista, conclui que, mesmo assim, não se obtém resultados satisfatórios que diminuam a reincidência dos adolescentes pois

não existe uma medida governamental que articule um atendimento sócio-educacional aos jovens infratores, com medidas que modifiquem a realidade vivida por eles. Por exemplo, ações governamentais que contribuam com a estruturação familiar do interno, com a geração de empregos e com uma habitação digna. Essas são algumas das ações necessárias para proporcionar condições condizentes para pessoa viver. Entretanto, ao cumprir a sua sentença e sair da instituição, os adolescentes conviverão, na grande maioria, nas mesmas condições que os levaram a praticar o delito. (Santos, 2005, p. 11)

A concepção do funcionamento do NAI prestar um atendimento ágil ao adolescente que praticou o ato infracional, promovendo, por isso, a audiência com o Juiz da Infância e Adolescência de preferência nos dias posteriores à execução do ato infracional para que se defina em pouco tempo a medida socioeducativa a ser cumprida pelo adolescente. Além disso os demais atendimentos necessários ao adolescente, como médico, dentário, psicológico etc, também fazem parte do atendimento, transmitindo uma imagem de que o adolescente será atendido como sendo um todo, e não apenas como autor de ato infracional.

Segundo Lima¹⁰ (s.d. pág. 8) a partir do ano 2000 houve um esforço no município de São Carlos para “concretizar o que está preconizado no Artigo 88, inciso V do ECA, com a criação do **Núcleo de Atendimento Integrado.**”

O artigo 88, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que

são diretrizes da política de atendimento: integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.

Verifica-se que a implementação do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI representa o cumprimento de uma exigência legal não somente em relação ao inciso V, como também aos incisos I e III, a saber: são diretrizes da política de atendimento: municipalização do atendimento; criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.

Além disso, segundo Lima (s.d. pág. 11)

a integração destes órgãos viabiliza o cumprimento dos artigos 171 a 190 do ECA no que se refere à apuração do ato infracional atribuído ao adolescente, enquanto oferece acomodações e atendimentos básicos do momento da apreensão até o cumprimento das medidas de internação provisória previstas no Art. 112 do ECA.

Lima (s.d. pág. 12) argumentando em relação às críticas em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA defende que “é o desconhecimento e o descumprimento desta lei ainda não permitiram que se pudesse experimentar, concretamente, sua eficácia.” Completa, concluindo, que “critica-se pela falta de conhecimento e critica-se porque não se

¹⁰ Padre Agnaldo Soares Lima foi diretor do Salesianos São Carlos (1992-2009), período no qual também implantou a medida em meio aberto denominada Semiliberdade (parceria do Salesianos com Governo do Estado), foi diretor e coordenador do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI São Carlos (2001-2006), sistema do qual foi um dos idealizadores juntamente com o juiz João Baptista Galhardo Júnior, foi o primeiro secretário de Infância e Juventude de São Carlos (2005-2006), presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e recentemente estava na Diocese de Caraguatatuba, auxiliando o Bispo Salesiano, Dom Antônio Carlos Altieri. Em janeiro de 2011 tomou posse como vice-coordenador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), programa do Governo Federal ligado a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

conseguiu tirar do papel propostas que qualifiquem e dêem eficácia a qualquer trabalho com o adolescente.”

Como exemplo do descumprimento da lei Lima (s.d., pág. 12) cita que a grande maioria dos municípios apresenta precárias estruturas dos abrigos destinados aos adolescentes. Em relação ao adolescente autor de ato infracional as poucas estruturas que existem ainda atuando segundo o Código de Menores, revogado em 1990 com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em relação ao adolescente autor de ato infracional pouco se tem de aplicação da Liberdade Assistida – LA e raramente da Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

No município de São Carlos a implantação do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI em 2001 ocorre pouco tempo depois do processo de municipalização da Liberdade Assistida – LA e da Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, que ocorreu em 1999 com a assinatura de convênio entre o governo do Estado e a Entidade não-governamental Salesianos que passou a contratar diretamente os técnicos e organizar a proposta pedagógica. (LIMA, s.d. pág. 14)

A existência de programas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC são essenciais não somente ao atendimento das exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como também para que o autor de ato infracional de menor gravidade possa passar pela medida sócio-educativa adequada.

Com a criação do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI em 2001, a dinâmica de atendimento local ao adolescente se amplia.

O NAI é a porta de entrada de todo um processo de atendimento [...]. É fundamental, para que possa atingir seus objetivos, que tenha, também, as necessárias portas de saída. Boa parte dos adolescentes que passam pelo NAI deverá ser inserida em instâncias sócio-educativas. Para tanto, é necessário que estas estejam em funcionamento no município e atuem de modo eficaz: número de técnicos adequado, espaço físico bem estruturado, trabalho em rede e opções de atividades, são alguns dos elementos que garantem qualidade e eficiência às medidas sócio-educativas de meio aberto. (LIMA, s.d. pág. 14)

A medida sócio-educativa da Semiliberdade

A implementação da medida sócio-educativa da Semiliberdade no município de São Carlos visou atender à legislação vigente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA mas sobretudo oferecer a possibilidade do adolescente cumprir a medida sócio-educativa no próprio município e não encaminhá-lo à FEBEM de São Paulo. Embora prevista no ECA, a medida sócio-educativa da Semiliberdade era pouco empregada no Estado de São Paulo. (LIMA, s.d. pág. 17)

A viabilização do processo de criação no município de São Carlos de uma rede que possibilitasse a aplicação das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA contou com o apoio do poder Judiciário na figura do Juiz da Vara da Infância e Juventude e do Ministério Público na figura do Promotor da Infância e Juventude.

Segundo Lima (s.d. pág. 17)

a proposta de um atendimento integrado para o adolescente autor de ato infracional vai muito além de uma simples aplicação da lei. O que se busca, na verdade, é uma forma pedagógica de cobrá-lo por seu erro e de recuperá-lo. Este é, aliás, o pano de fundo do estatuto da Criança e do Adolescente. Basta pensarmos que às medidas aplicadas aos infratores dá-se o nome e o caráter sócio-educativas. A função do Ministério Público e do Poder Judiciário é garantir a aplicação e o cumprimento da lei. Para que isto possa se dar de um modo efetivo é necessário que se possa contar tanto com os meios, ou seja, as estruturas que viabilizem a aplicação da lei, quanto com a sintonia com o espírito pedagógico da mesma. Se faltar um desses quesitos, torna-se impossível equacionar a “não-impunidade” com um processo pedagógico que resgate o adolescente autor de ato infracional para a sociedade.

Completa Lima (s.d. pág. 18)

A descrença no Estatuto e no trabalho da Justiça é, na verdade, consequência da falta dos meios necessários para se cumprir o que está contemplado na lei. As penas aplicadas aos adultos são igualmente previstas para o adolescente. Estes não são nem mais e nem menos responsáveis. O que diverge é o caráter que, no caso do adolescente, procura levar em conta sua condição peculiar de desenvolvimento, de quem possui toda a vida e amadurecimento pela frente. O enfoque é pedagógico, antes que punitivo. Com as medidas sócio-educativas em meio aberto (L.A. e P.S.C.) e com aquelas de meio fechado (Semiliberdade e Internação), a justiça pode ser aplicada. Cabe apenas garantir a eficácia pedagógica

destas medidas com trabalho e proposta estruturados, além da sensibilidade do juiz e promotor para usá-las da melhor forma para a recuperação do adolescente. No caso do adolescente, pelo próprio espírito que permeia o Estatuto, há que se considerar a gravidade dos delitos, mas há que se considerar, também, em que condições obter-se-á um resultado melhor para seu desenvolvimento psicossocial. Na realidade de São Carlos temos casos de homicídio, roubo e reincidências que, numa análise fria, poderiam ser considerados casos de internação (medida aplicada nas estruturas da FEBEM). Graças ao bom senso do Promotor e Juiz, estão sendo tratados no Programa de Semiliberdade. Os resultados estão sendo satisfatórios também graças à qualidade da proposta pedagógica. O fato mais significativo é que os resultados estão sendo alcançados. Nesta proposta os adolescentes são chamados muito mais à própria responsabilidade e a desenvolverem controles internos sobre a própria conduta. Não é a pressão externa que os impede de voltar a cometer infração, mas sim as convicções desenvolvidas. Quando nestas condições vemos a maior parte destes adolescentes se reintegrando positivamente na sociedade, podemos dizer que nossos objetivos estão sendo atingidos.

O autor assevera que a raiz do problema do adolescente são questões “relacionadas à família, à saúde, à educação, à assistência social.” (LIMA, s.d. pág. 24). Isso implica em que esses aspectos sejam trabalhados em seu conjunto para que se combata a causa e sejam alcançados os resultados. A esfera municipal e seus diversos campos de atuação é imprescindível para a execução de tal trabalho.

A essência da existência do NAI é realizar

um trabalho onde segmentos e órgãos sincronizam a própria ação, até mesmo através do compartilhamento de um espaço comum. O que se busca com o NAI é a agilização com eficiência dos procedimentos que envolvem o adolescente desde o momento em que ele praticou o ato infracional e foi pego pela polícia, até o momento final do cumprimento da medida sócio-educativa imposta pelo Ministério Público e Juiz da Infância. Nesse percurso há que se pensar nas questões da justiça, nas questões sociais, nas questões da saúde e da educação que envolvem ou passarão a envolver a vida do adolescente e sua família. Toda esta tratativa não pode ser feita de modo estanque e isolado, mas sim de forma complementar e continuada. (LIMA, s.d. pág. 28)

A integração de uma série de estruturas de atendimento ao adolescente em um mesmo espaço, como ocorre no NAI permite também agilizar os procedimentos. Lima indica que há municípios nos quais leva-se até dois anos entre o momento em que o adolescente é apreendido pela polícia e a aplicação da medida sócio-educativa. Com o NAI o tempo médio tem sido de três dias e em alguns casos ocorre em um dia.

Evidenciando que o ato infracional não é algo isolado e descontextualizado, mas proveniente de um conjunto de relações sociais presentes e pretéritas, aponta

a ideia central, que permeia todo o trabalho do NAI, é a de que a vida de um adolescente é algo muito mais amplo do que um ato infracional visto isoladamente, fora do contexto maior da sua existência. Em outras palavras, o furto, o roubo, ou qualquer outro delito cometido pelo adolescente tem um ‘antes’, um ‘durante’ e um ‘depois’. Não se trata simplesmente de julgar a transgressão cometida, mas, principalmente, de conhecer o adolescente e o significado do delito na sua história de vida. (LIMA, s.d. pág. 28)

Os organogramas a seguir permitem acompanhar as instâncias pelas quais o adolescente passará quando pego em flagrante de ato infracional. No primeiro caso, quando o ato infracional não é caracterizado como grave, após a apreensão do adolescente pela polícia militar ou civil (art. 172 ECA) o delegado lavra o auto de infração (art. 173 ECA) e encaminha o auto de apreensão para o Cartório da Infância e Juventude. Concomitantemente, o adolescente é encaminhado pela polícia à Unidade de Atendimento Inicial (UAI) do NAI. Os agentes do NAI iniciam o atendimento realizando a identificação e preenchendo os relatórios pertinentes e após isso encaminha-se o adolescente aos técnicos do NAI para elaboração do Relatório Bio-psico-social (RBPS) que é encaminhado com cópia do Boletim de Ocorrência, em no máximo 24 horas, ao Cartório da Infância e Adolescência que autua e abre vista ao Promotor que ouve o adolescente e se for o caso pode solicitar a internação. Em seguida, ocorre audiência do adolescente com o Juiz da Infância e Juventude que aplicará a medida sócio-educativa que deverá ser cumprida. Em caso de ato infracional grave, a grande diferença nos procedimentos está na medida sócio-educativa que deverá ser cumprida. Esses procedimentos podem ser observados nos dois organogramas descritivos das rotinas de trabalho. Pode-se observar nos organogramas a ausência do campo para o advogado de defesa ou defensor público para o adolescente. A presença, contudo, do promotor que realizará a acusação é prevista.

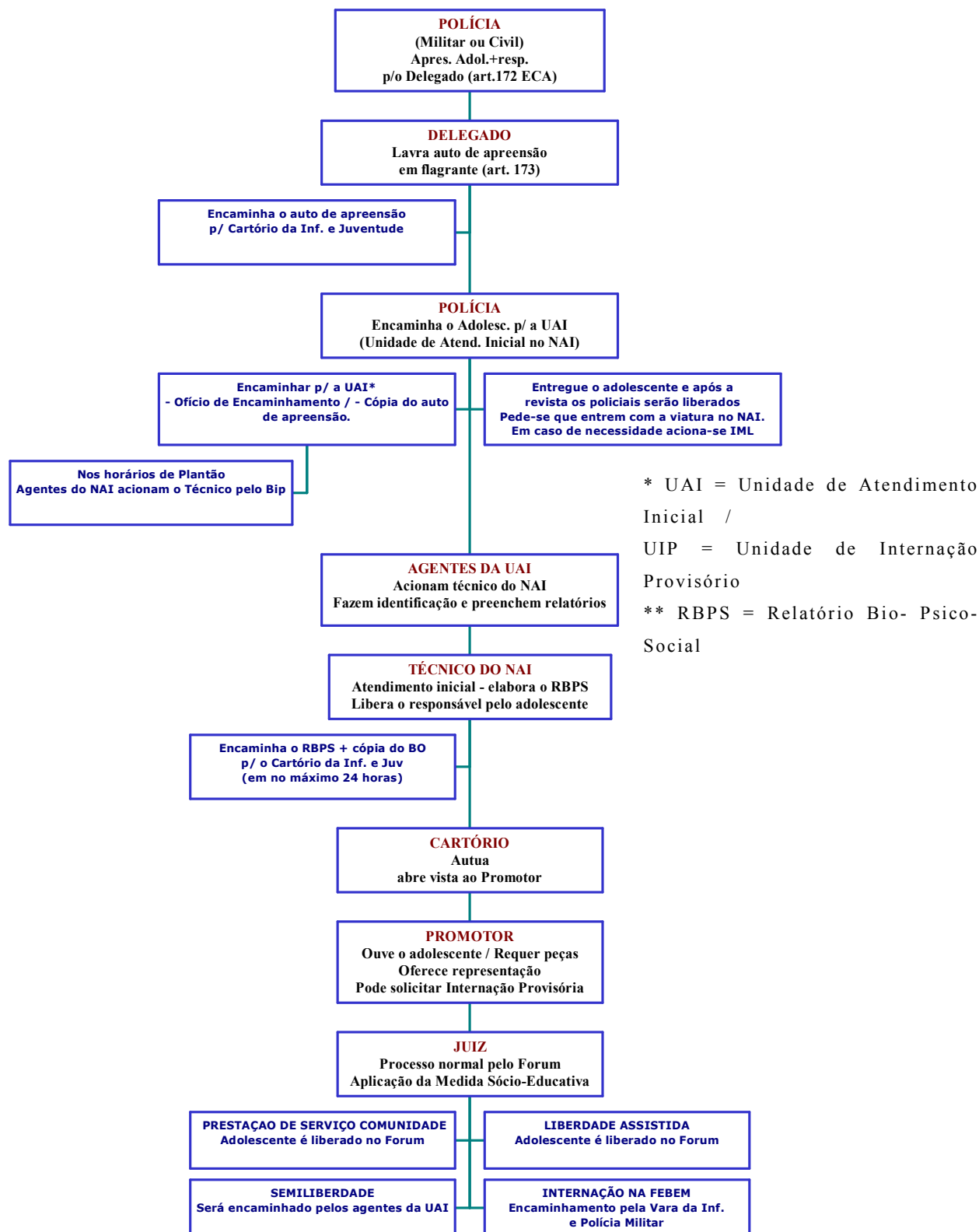
Apesar do discurso de olhar o ato infracional como resultado de circunstâncias mais amplas da vida do jovem, verifica-se ainda uma grande geográfica e cultural entre o NAI e o local no qual o jovem vive. Esse se desloca do local de moradia até as instituições nas quais cumprirá a medida

sócio-educativa, onde permanece um tempo definido e momentâneo. A maior parte do tempo restante estará em seu local de convívio cotidiano e sujeito às normas e relações sociais que, no geral, favoreceram a prática do ato infracional.

Mesmo com o intuito conservador de disciplinar e normatizar o jovem segundo os padrões e normas estabelecidos pela sociedade legalmente estabelecida, o NAI ignora as relações sociais locais que levam o jovem a infracionar e acaba por reproduzir o mecanismo de uma instância disciplinadora após a efetivação do ato infracional.

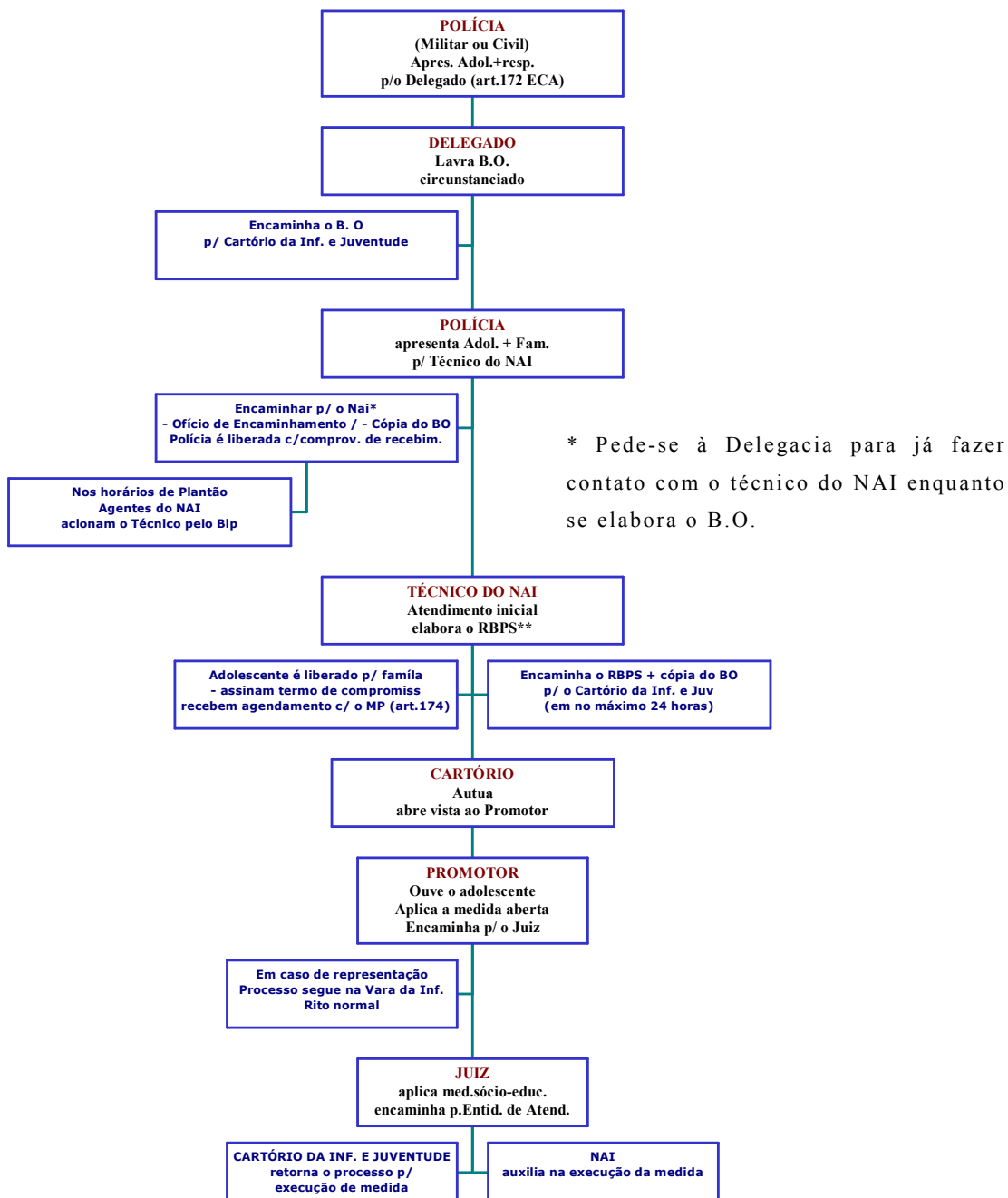
ROTINA DE TRABALHO:

A) Adolescente pego em flagrante mas que não fica custodiado por não ser ato infracional grave



ROTINA DE TRABALHO:

B) Adolescente pego em flagrante e que fica custodiado por se tratar de ato infracional grave



A Fundação CASA

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA (Instituição que substituiu em 2006 a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM) é ligada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Tem, como base, centros de internação de pequeno porte que permitem um atendimento mais próximo e mais humanizado aos adolescentes em conflito com a lei. Cada uma das novas unidades tem capacidade para 56 adolescentes – 40 em regime de internação e 16 em internação provisória. As Casas são prédios de dois andares com salas de aula e de recreação, biblioteca, dormitórios e quadra poliesportiva no último andar. A adoção deste modelo teve, por objetivo, adequar a instituição ao que prevê o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).¹¹

O ECA já preconizava desde 1990 um sistema diferente do vigente com a FEBEM defendendo

a descentralização, que propõe a construção de unidades pequenas, mantendo o adolescente o mais próximo possível de sua família e comunidade de origem, e o aumento da participação dos municípios e da sociedade civil organizada, diminuindo o poder político-administrativo do Estado sobre as unidades. (PAULA, 2008, pág. 35)

Contudo, no caso do Estado de São Paulo o que se tem verificado é a absoluta ingerência do poder estadual até mesmo nos casos em que esse processo de descentralização já ocorria parcialmente como era o caso do município de São Carlos. Isso ficou bem evidenciado pela imposição realizado pelo governo do Estado à implantação da unidade da Fundação CASA no município bem como a condução do processo de instalação da semiliberdade totalmente à revelia dos poderes executivo e legislativo municipal bem como de ausência da participação da própria sociedade civil

¹¹ <http://www.saopaulo.sp.gov.br/trabalhandoporvoce/justica-fundacao-casa>

interessada no processo ou de atores mais diversos vinculados à questão da infância e adolescência.¹²

Segundo Paula (2008, pág. 32) “em 2004, cerca de 39.578 adolescentes (ou 0,2 % da população total de adolescentes brasileiros) estavam cumprindo algum tipo de medida socioeducativa,” Deste montante, segundo a autora, “mais da metade desses adolescentes cumpria sua medida na Região Sudeste (55,64% ou 22.022), sendo São Paulo o estado de maior concentração.”

Segundo dados publicados na Folha de S. Paulo oriundos de levantamento realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República,

Quase 40% dos jovens infratores que estão em centros da Fundação Casa, antes chamada de Febem, não deveriam estar internados. [...] O relatório diz que, dos 4.769 adolescentes que cumpriam internação no Estado de São Paulo no ano passado, 1.787 não deveriam estar lá, pois não cometeram infrações consideradas graves. (**Folha de S. Paulo**. Caderno cotidiano, 01.05.2010)

Em artigo publicado pela Folha de S. Paulo em 30.01.2011, segundo o professor Roberto da Silva, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), que acompanha de perto as mudanças no sistema socioeducativo da Fundação CASA, “A Fundação não abraçou por inteiro uma proposta de mudança. O que eles fazem é cooptar as ONGs para executar o projeto deles. Algumas aceitam, outras não. As que aceitam fazem o que podem dentro de um modelo imposto, que não deu certo antes.”

Segundo Silva, ainda é possível detectar nos jovens uma postura típica dos tempos de Febem: cabeça raspada, submissão diante dos educadores, ociosidade, relações de prêmio e castigo, cabeça baixa e mãos para trás. “É preciso mudar isso e adotar relações mais pedagógicas. É preciso recuperar a confiança do adolescente no sistema, com o fim da violação dos direitos humanos, das humilhações e das punições”

Contrariando a ideia de descentralização, como ficou evidente na avaliação de um especialista realizada anteriormente, também no município de São Carlos o governo do estado de São Paulo tenta criar mecanismos de

¹² Todo este processo foi largamente coberto pela imprensa e os artigos jornalísticos publicados à época que permitem um acompanhamento mais detalhado do mesmo podem ser acompanhados nos anexos deste trabalho.

esvaziar as instituições locais que realizam o atendimento ao adolescente autor de ato infracional utilizando-se do mecanismo de implantação da semiliberdade completamente à revelia da localidade e construção da unidade da Fundação CASA utilizando o mesmo procedimento.

O foco político dado à questão pelo governo estadual foi perceptível com o convênio firmado com o Centro de Educação e Formação ao Adolescente (CEFA) que resultou no aluguel e reforma de uma casa no centro da cidade para abrigar a semiliberdade. Até as vésperas da inauguração era absolutamente secreta a localização do prédio onde funcionaria a semiliberdade. Sequer os vizinhos do imóvel e o proprietário do mesmo sabiam que naquele local funcionaria a semiliberdade.

Foi perceptível o uso eleitoral da questão por parte do governo do estado chefiado à época por José Serra partidarizando a conduta. No intuito de demonstrar que as políticas públicas adotadas pelo governo do estado eram melhores que as em vigor no município – cujo governo é do mesmo partido do governo federal – criou mecanismos para esvaziamento do NAI. A implantação da semiliberdade e da unidade da Fundação CASA no município por parte do governo do estado foram justificados como necessários diante do fracasso do NAI. O simples fato do modelo do NAI não ser ter sido criado pelo partido que governa o estado já foi tomado pelo governador como argumento suficiente para tomá-lo como equivocado.

O centralismo das ações e decisões do governo estadual enfatizam que a condução das políticas públicas focadas no adolescente autor de ato infracional pouco se modificaram apesar da extinção da FEBEM e criação da Fundação CASA. Todavia a sociedade civil local, autoridades e entidades vinculadas à criança e ao adolescente denunciaram o ocorrido e sequer a casa reformada e inaugurada pela presidente da Fundação CASA pode entrar em funcionamento devido às irregularidades encontradas no local. Após uma nova tentativa frustrada de dar seguimento à empreitada, em outro local, o próprio Centro de Educação e Formação ao Adolescente (CEFA) rompe com a Fundação CASA que fica sem parceiro local capaz de assumir a semiliberdade. As próprias lideranças locais do PSDB se colocaram contra as decisões do governador naquela época.

O deputado federal saocarlense, do PSDB, Lobbe Neto disse ao Jornal Primeira Página em 10 de dezembro de 2006: “São Carlos não tem vocação para receber uma Febem, pois tem outra mentalidade. Temos um modelo em São Carlos que é o NAI. Se precisarmos conversar sobre o NAI, vamos conversar. Se ele precisa ser expandido, vamos expandir”.

O próprio presidente local do PSDB, Paulo Altomani, também no Jornal Primeira Página em dezembro de 2007: “Infelizmente o governo Serra tem alguns burocratas ou tecnocratas que fazem as coisas independente do entendimento político que precisa existir com as lideranças do partido. Aliás, é preciso falar com a própria Prefeitura da cidade que é quem governa o município. Queria dizer que goela abaixo nenhuma cidade recebe nada. Temos que priorizar o desejo de São Carlos, embora o governador seja do PSDB”.

Duas políticas diferentes para a questão

Há uma nítida distinção entre as políticas públicas adotadas em relação à criminalidade pelos governos do PSDB e do PT em São Paulo.

O governo do estado de São Paulo é comandado pelo PSDB desde 1995 e, a partir deste momento, segundo Macaulay (2008, pág. 16) “entre 1995 e 2005, a população prisional do Brasil cresceu de 148.760 para 361.402.” Deste total o estado de São Paulo tinha em 2005 uma população de presos em detenção de 138.116 segundo a autora.

Isso é resultado da forma como é concebida a questão do combate à criminalidade em São Paulo desde meados dos anos 90 que entende o encarceramento como o mecanismo para coibir a criminalidade. Entretanto essa ação apresenta consequências. Segundo Macaulay

Talvez o aspecto mais perigoso dessa prática de encarceramento em massa, condições alarmantes de detenção e falta de regimes significativos de reabilitação é que ela torna mais fácil a grupos como o PCC recrutar seus membros. A oferta de milhares de novatos no sistema prisional pagante ao PCC uma audiência cativa. As autoridades equivocaram-se ao dispersar os líderes do PCC em prisões de estados vizinhos, pois isso simplesmente facilitou a disseminação da organização criminosa. (MACAULAY, 2008, pág. 17)

No que diz respeito aos adolescentes, a mesma política é adotada. Focar a internação na Fundação CASA ou a semiliberdade é focar as últimas medidas preconizadas pelo ECA. É focar o mesmo modelo prisional. Entretanto, em relação à criança e ao adolescente, a teoria sociológica já evidenciou que manter em custódia um adolescente que não cometeu infracional grave potencializa uma carreira criminal. Dificilmente se entra para a vida criminal na idade adulta. A custódia o aproxima mais ainda de situações onde o crime está muito próximo.

Foca-se uma minoria – que são os que efetivamente desenvolverão uma carreira criminal – e estende-se o tratamento à maioria¹³ que, pelo tratamento recebido, potencializa uma entrada na carreira criminal. Não se resolve o problema dos primeiros e cria-se um para o segundo grupo. A sociedade, ao invés da desejada redução da criminalidade, sente o contrário, sua ampliação. Dubar (2007, pág. 176), pautado em estudos realizados por outros pesquisadores, indica que

a solução da prisão é sempre pior: em todos os lugares, as taxas de reincidência dos menores presos são elevadas (Martinson, 1994). A prisão facilita todas as formas de ‘desvio secundário’ (Lemert, 1975) e constitui um meio bem eficaz de socialização entre os delinquentes. (Farrington, 1976).

¹³ Os dados coletados no NAI e apresentados no item 3.3 deixam bem claro que a maioria tem de 01 a 02 atendimentos realizados pelo NAI, é uma pequena minoria que se mostra altamente reincidente com inclinação para a vida criminal.

3. Os atendimentos referentes aos adolescentes

3.1 A pesquisa bibliográfica e a documental: procedimentos e fontes

Dois foram os tipos de pesquisa e procedimentos – pesquisa bibliográfica e documental – para atender a três dos quatro objetivos deste trabalho: i) identificar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes que os levaram a ser atendidos pelo NAI; ii) analisar as mudanças ao longo do tempo (de 2002 a 2008) da frequência desses mesmos atos infracionais; iii) comparar os resultados obtidos em São Carlos e em outros municípios – São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto – e com São Carlos mesmo em períodos anteriores à implantação do NAI.

A pesquisa bibliográfica permitiu acesso a contextos e informações oriundos de pesquisas realizadas em São Paulo, Brasília, Ribeirão Preto e São Carlos e, a partir daí, se buscou identificar as semelhanças e diferenças presentes nos quatro municípios a fim de que se pudessem ter fundamentos para identificar se o contexto do município de São Carlos diferia dos outros.

A pesquisa documental se configurou pela coleta de dados institucionais referentes ao conjunto dos registros de todos os atendimentos realizados pelo NAI desde sua criação em 2001. Esses registros, organizados em base de dados, detalhavam informações tais como nome, data de nascimento, data do ato infracional, ato infracional, co-autoria e medida aplicada. Por meio desses dados, foi possível verificar e comparar com a bibliografia revisada os tipos de atos infracionais, sua frequência absoluta e relativa ao longo do ano e de todo o período recortado – 2002-2008.

Desde o início da pesquisa em 2006, a ida a campo representou um grande desafio uma vez que o acesso às informações – dados referentes aos adolescentes em conflito com a lei que passaram por atendimento no NAI desde sua criação em 2001 – era fundamental para a caracterização geral e específica dos adolescentes atendidos, como idade, tipo de ato infracional praticado etc. possibilitando, com isso, a definição dos procedimentos de

seleção daqueles que seriam entrevistados posteriormente. Definido isso, seria necessário acesso aos endereços dos adolescentes a serem entrevistados.

O primeiro caminho tentado para acesso às informações foi no próprio NAI uma vez que por ele passaram todos os adolescentes que cometeram atos infracionais desde 2001. O primeiro contato com a instituição foi realizado no final do ano de 2006 quando o diretor na época era um servidor lotado na então FEBEM. Inicialmente foi solicitado que o projeto de pesquisa fosse encaminhado a ele para análise e avaliação sobre a possibilidade ou não de realizar ali. Em março de 2007, o diretor do NAI entrou em contato solicitando que eu comparecesse à instituição com a finalidade de conversarmos juntamente com as assistentes sociais sobre a realização da pesquisa. Neste encontro, o diretor solicitou que fosse encaminhado a ele um ofício por parte do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos oficializando o pedido de realização da pesquisa. Providenciado e entregue o ofício, foi solicitado o aguardo para uma nova conversa para definição de como se processaria a pesquisa. Novamente um tempo de espera foi necessário e, após este, foi dada a autorização por parte do diretor para início da pesquisa. Estávamos em julho de 2007 e muitas atividades realizadas no NAI em férias. Por exemplo, as aulas regulares ali ministradas por professores da rede pública estadual de ensino, não ocorriam. A orientação dada foi, então, que se aguardasse o reinício das aulas em agosto para acompanhar o trabalho e a rotina diária dos adolescentes em sistema de internação.

No princípio de agosto, retornei ao NAI para início dos contatos com os adolescentes internados, porém, isso não foi possível uma vez que fui encaminhado à presença do diretor que passou a argumentar que considerava ser necessário solicitar aos seus superiores hierárquicos em São Paulo, capital, na FEBEM, a autorização para a realização da pesquisa. Foi dito que ele procuraria avaliar como estava o ambiente em São Paulo para fazer a solicitação no momento mais apropriado. Novamente uma espera foi necessária. Até o início de 2008, diversos contatos foram feitos com o diretor do NAI para verificar se a autorização já havia sido solicitada em São Paulo, porém. Mas infrutiferamente em 11 de março de 2008 um fato inviabilizou completamente a autorização do acesso à pesquisa diretamente no NAI. Um

dos adolescentes – que cumpria medida sócio-educativa na Casa de Convivência “Lucas Perroni Jr.”, onde eram aplicadas naquele momento as medidas socioeducativas em meio aberto (semi-liberdade), por convênio entre o Salesianos São Carlos e a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo – assassinou um educador. Isso gerou um grande mal estar e a diretoria do NAI afirmou não ser mais viável solicitar à FEBEM, em São Paulo, a autorização para a pesquisa. Nesse momento parecia que a pesquisa estava comprometida. Refletindo sobre que saída dar ao impasse de acesso às informações sobre os adolescentes atendidos pelo NAI surgiu a ideia de procurar o Juiz da Infância e Juventude de São Carlos, Dr. João Baptista Galhardo Júnior. Depois de ir ao Fórum criminal, foi conseguido o agendamento de uma audiência com o Juiz no final de julho de 2008. No dia combinado, ocorreu o primeiro contato com Dr. João Galhardo que me recebeu ao término das audiências do dia. Foi-lhe entregue o projeto de pesquisa para análise além de responder questões na conversa realizada. Após o encerramento da conversa, o Dr. João Galhardo se prontificou a ler e analisar o projeto para que pudesse decidir. Cerca de quinze dias depois ocorreu outra conversa com o Dr. João Galhardo que, após analisar o projeto, considerou-o de grande importância e se mostrou favorável à sua realização. Entretanto, solicitou um pedido formal via ofício expedido pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia¹⁴ da UFSCar. Após providenciado e entregue o ofício, o Dr. João Galhardo expediu dois documentos autorizando o acesso aos dados de posse do NAI com as informações sobre os adolescentes ali atendidos bem como a realização de entrevistas com os selecionados em etapa posterior da pesquisa. Submeti, então, o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Federal de São Carlos. Sem o aval desse Comitê de Ética não seria possível o acesso aos dados presentes no NAI visto que de acordo com as regras estabelecidas pelo Comitê de Ética somente após submissão, avaliação e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê que a pesquisa realmente poderia ser iniciada.

¹⁴ Durante a pesquisa foi criado o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e alguns pós-graduandos, como eu, migraram do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) para o de Sociologia. Por esta razão neste trabalho há referências tanto ao PPGCSO quanto ao PPGS.

No mesmo momento em que o Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Carlos foi procurado, também o foi o Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São José do Rio Preto, Dr. Osni Assis Pereira, pois segundo o projeto original da pesquisa a mesma se daria em São Carlos, município que contava com o Núcleo de Atendimento Integrado, e também em São José do Rio Preto, município que não contava com o NAI. Seria possível, então, estabelecer comparações entre as realidades de ações públicas realizadas em municípios com abordagens distintas em relação aos adolescentes em conflito com a lei. O Dr. Osni Pereira, negou a autorização para a realização da pesquisa sob a alegação de que não havia interesse na pesquisa. Diante disso o projeto de pesquisa foi redefinido elencando-se apenas o município de São Carlos como foco.

Após cadastramento da pesquisa no Ministério da Saúde, instituição à qual os comitês de ética estão vinculados, começou-se a adequar o projeto às exigências do Comitê de Ética da UFSCar a fim de que a aprovação do início da pesquisa pudesse ocorrer sem grandes demoras. Feita a submissão inicial em outubro de 2008, o Comitê teria um prazo de até sessenta dias para se pronunciar. Em 20 de dezembro de 2008, foi divulgado o parecer do Comitê de Ética que se pronunciou favorável à realização da pesquisa, porém mediante o encaminhamento do roteiro da entrevista, que foi prontamente atendido. Em fevereiro de 2009 houve a aprovação definitiva da pesquisa pelo Comitê de Ética e a pesquisa pode ser finalmente iniciada.

Os dados coletados no NAI englobaram todos os atendimentos realizados desde o início de suas atividades, em março de 2001 até o final de 2008. Trata-se de uma planilha de Excel contendo os principais registros referentes aos adolescentes atendidos: nome, data do ato infracional, código do ato infracional, data de nascimento, se o adolescente foi custodiado, data da liberação (para os que foram custodiados), medida sócio-educativa aplicada, co-autores, órgão que encaminhou o adolescente, número do Boletim de Ocorrência.

3.2 Perfil dos atendimentos em outros municípios

Na periferia de Brasília, Abramovay (2002) observou que, apesar do contexto de precariedade de recursos sociais e econômicos para a sobrevivência, a maioria dos jovens não apresenta comportamento violento, transgressor ou criminoso. Identifica-se, porém, que há distinção socioeconômica e atitudinal entre essa maioria e a minoria que se envolve em gangues. Segundo a autora

Aparentemente, esses jovens reagem à exclusão buscando alternativas de sociabilidade cujos traços peculiares são a transformação do seu próprio estigma em elemento de identidade e a utilização ostensiva e violenta deste como forma de conquistar respeito. Ao fazê-lo, porém, diluem-se os limites entre a brincadeira e o delito, entre a diversão e a transgressão e, frequentemente, perdem-se os controles. Assim, muitos acabam capturados por mecanismos de integração perversa, entre os quais se destaca o tráfico de drogas. (ABRAMOVAY, 2002, pp. 143-44)

Os depoimentos dos adolescentes, fruto da pesquisa qualitativa de Abramovay, demonstram os elementos que norteiam o imaginário desses jovens. Embora a família dos adolescentes entrevistados forneça os elementos básicos para a sobrevivência, nem sempre os recursos são suficientes para suprir as necessidades e desejos de consumo complementares. “Roupas, festas, shows, drogas constituem exemplos de bens almejados e que exigem a busca de alternativa para alcançá-los.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 83). A autora completa destacando a importância que os jovens demonstraram dar ao dinheiro e aos meios de consegui-lo. “Para alcançar esses bens é preciso meios; e a preocupação pelo dinheiro é um fator importante no cotidiano dos jovens. O dinheiro depende de sorte e de uma boa formação profissional.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 83).

A realidade na qual vivem caracteriza-se pelas dificuldades as mais diversas para sobreviver. Nela as pessoas vêm-se competindo em desigualdade com os jovens de classes sociais mais abastadas na disputa por recursos educacionais, o que define uma posição subalterna na disputa por bens econômicos. Observam a realidade à qual os mais velhos, como os pais, ou os demais jovens estão fadados que acatam as normas sociais dominantes.

Mesmo que à custa de privações, alguns se deixam levar por mecanismos ilícitos para suprir determinadas necessidades.

Outra constatação de Abramovay é a leitura negativa que os jovens fazem acerca do trabalho, visto apenas como instrumento para assegurar os meios de sobrevivência e de satisfazer as necessidades e desejos, mas não como “fonte de satisfação em si mesmo, como atividade construtiva e oportunidade de realização pessoal.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 83). Além disso, o trabalho não é visto para alguns dos entrevistados como alternativa de sustento uma vez que entendem que a qualificação que possuem não oportuniza um emprego com boa remuneração. “Além de não propiciar um salário digno, o trabalho não garante uma velhice confortável e prazerosa, como seria o esperado para aqueles que trabalham a vida inteira, e não há como economizar pensando no futuro.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 83). A leitura negativista dessa realidade pode ser verificada através do depoimento de um dos jovens entrevistados e citada pela autora: ““Tem gente que trabalha, trabalha, e acaba morrendo, não deixa nada. [...] Morre trabalhando e devendo.”” (ABRAMOVAY, 2002, p. 83).

Em contraposição a essa visão negativa acerca do trabalho, distinta de uma visão moral, observa-se um discurso que apresenta “uma série de representações positivas da malandragem, que emerge como possível alternativa futura de uma vida mais curta, porém, mais fácil, gratificante e com menos sacrifício do que a dos trabalhadores.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 84).

Frente a um contexto público hostil e sobrevivência insegura, os jovens buscam, quando não estão no espaço privado de segurança proporcionado por suas famílias, algo que de certa forma ameniza a sensação de insegurança no espaço público. Por isso as gangues tem esse forte poder de atração pois em seu interior apresentam aos seus membros laços de solidariedade e “códigos de valores compartilhados, a partir dos quais os sujeitos individuais constroem as identidades coletivas mediante a negação/rejeição das desigualdades do contexto social mais amplo no qual estão inseridos.” (ABRAMOVAY, 2002, p. 109).

Os dados apresentados por Abramovay permitem verificar a distribuição dos tipos de atos infracionais praticados por adolescentes em

Brasília em números absolutos e relativos. Verifica-se um índice bastante elevado de homicídios se comparado com o que a literatura a respeito registra, figurando em segundo lugar na tabela em termos relativos, com 22,4 % das ocorrências registradas. Porém, se levamos em consideração os atos contra o patrimônio, ou seja, furto e roubo, temos o furto em primeiro lugar, com 49%, ou seja, praticamente a metade dos atos levantados, e o roubo em terceiro com 12,2%. Somados os dois, furto e roubo, tem-se 61,2%. Outros, identificaram que os atos contra o patrimônio, furto e roubo figuram isoladamente nas duas primeiras posições. Mesmo com homicídios em segundo lugar, no caso de Brasília, furto e roubo somados apresentam-se como a maioria absoluta dos atos praticados, em concordância com os outros estudos.

Tabela 1: Crianças e adolescentes segundo ato infracional e situação legal. Brasília. 1998

Ato Infracional	Situação legal		Total	
	Sentenciados %	Provisórios %	N	%
Furto	42,7	59,7	96	49
Homicídio	29,8	9,7	44	22,4
Roubo	13,7	9,7	24	12,2
Tráfico de Drogas	3,2	4,2	7	3,6
Estupro seguido de roubo	2,4	0	3	1,5
Porte de Drogas	2,4	0	3	1,5
Porte Ilegal de Arma	1,6	5,6	6	3,1
Outros	1,6	4,2	5	2,6
Estupro	0,8	1,4	2	1
Estupro seguido de homicídio	0,8	0	1	0,5
Lesão Corporal	0,8	5,6	5	2,6
Total	100,0	100,0	196	100,0

Fonte: Fundação de Serviço Social do Distrito Federal, 1998. (*apud* ABRAMOVAY, 2002, pág. 169)

Outros estudos sobre a criminalidade de adolescentes podem ser utilizados para título de comparação com a situação específica em tela neste trabalho. Em um levantamento de dados com foco no município de São Paulo Adorno *et al.* (1999) dão um panorama dos tipos e quantidade de atos infracionais praticados por adolescentes entre 1988-91 e 1993-96. Constatou-se que as infrações contra o patrimônio – furtos, roubos etc. – representam praticamente a metade das ocorrências. Aparece baixa taxa de homicídios (1,3% no segundo período) e um número não muito elevado de uso e porte de drogas, não chegando à taxa de 4%. Um destaque é para a taxa de agressões de 11,7% no segundo período. Os autores afirmam que esses dados refletem uma realidade também observada em outros países, como os Estados Unidos, França e Inglaterra, ou seja, nesses países também as infrações praticadas por adolescentes contra o patrimônio predominam.

Tabela 2: Distribuição das ocorrências policiais que envolvem adolescentes infratores, segundo a natureza da infração. Município de São Paulo 1988-91 e 1993-96(1)

Natureza	Ocorrências policiais	
	1988-91	1993-96
Total	100,0	100,0
Contra a pessoa		
Homicídio	...	1,30
Tentativa de Homicídios	...	0,60
Sequestro	0,10	0,00
Lesão Corporal (agressão)	6,80	11,70
Contra o Patrimônio		
Furto	23,00	18,40
Tentativa de furto	6,90	7,60
Roubo	15,60	19,00
Roubo seguido de morte (latrocínio)	0,30	0,50
Tentativa de roubo	2,30	4,20
Estelionato/ Tentativa	1,40	1,40
Contra a Paz Pública		
Membro de Quadrilha ou Gangues	0,20	0,20
Contra a Incolumidade Pública		
Uso de Drogas	...	0,70
Porte de Drogas	...	3,60
Tráfico de Drogas	0,70	2,90
Contra os Costumes		
Estupro/Tentativa	0,60	0,70
Atentado Violento ao Pudor	...	1,00
Outros Atos Sexuais	...	0,50
Outras Ocorrências		
Porte de Armas	6,90	4,40
Dirigir sem Carteira de Habilitação	9,40	6,50
Diversos	17,80	14,80

Fonte: Poder Judiciário/ Varas Especiais da Infância e da Juventude da Capital; Convênio Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE/ Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP.

(1) Refere-se ao número total de passagens dos adolescentes infratores pelo Sistema Judiciário, nos períodos (*apud* ADORNO *et al.*, 1999, p. 68)

Mesmo havendo poucos estudos e dados sobre as infrações de adolescentes no Brasil, há dois estudos destacados por Adorno *et al.* (1999) que permitem ter uma noção um pouco mais clara sobre a questão. Segundo estudo realizado no Rio de Janeiro por Assis (1997 *apud* Adorno *et al.* 1999,

p. 68), houve aumento de 25% das infrações violentas que passam de 2.675 ocorrências, em 1991, para 3.318, em 1996. Houve redução das infrações contra o patrimônio e aumento do envolvimento dos adolescentes com as drogas: cerca de 70% tem alguma relação com o tráfico. A taxa de homicídios foi da ordem de 1,3% do total de infrações.

Em outro estudo citado, Silva (1998 *apud* Adorno *et al.*1999, p. 68), na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, no período de 1974-96, verificou que as infrações contra o patrimônio foram da ordem de 28,09% em 1974 e 51,16% em 1996. Embora a frequência do furto tenha aumentado, em termos relativos apresentou redução de 31,84% em 1974 para 20,09% em 1996. Em termos absolutos houve aumento também de roubo e extorsão; uso e porte de drogas; tráfico de drogas; lesão corporal culposa.

Um panorama mais amplo sobre a tipificação dos atos infracionais praticados por adolescentes no Brasil pode ser obtido a partir de Volpi (2008) que fez um levantamento entre outubro de 1995 e abril de 1996 nas unidades de internação existentes em vinte e seis Estados da federação e no Distrito Federal. Nessas unidades, de um total de 4.245¹⁵ adolescentes internados no período, 33,3% o foram por roubo; 23,75% por furto; 13,3 % por homicídio; 5,3% por latrocínio; 3,9 % por tráfico de drogas; 2,9% por estupro. Percebe-se que os atos infracionais praticados contra o patrimônio correspondem à maioria, ou seja, 57,05%.

¹⁵Os dados não correspondem a todos os adolescentes que poderiam estar sob a tutela do Estado no período pois as informações foram fornecidas pelas próprias instituições.

3.3 Perfil dos atendimentos no município de São Carlos

Os registros no período 1984-1996

O levantamento de dados realizado no NAI para a presente pesquisa engloba o período de 2002 a 2008. Tomou-se a decisão de desconsiderar os dados referentes ao ano de 2001, quando o NAI foi implantado, por duas razões: primeiro devido ao fato de não se ter dados do ano todo pois o NAI inicia suas atividades em março de 2001; segundo, nos meses subsequentes à março de 2001 verificou-se uma grande diferença em números de atendimentos se comparados aos mesmos meses dos anos subsequentes, de maneira que os atendimentos nos primeiros meses de funcionamento do NAI são pequenos se comparados aos verificados nos anos posteriores. Como os dados do período de 2002 a 2008 mostravam-se suficientes para comparações e análises entende-se que a exclusão do primeiro ano de funcionamento do NAI não prejudicou a pesquisa.

Além dos dados coletados no NAI utilizar-se-ão os dados de estudo precedente realizado por EL-KHATIB (2001) que realizou levantamento dos registros de atendimentos no cartório da infância e juventude ocorridos no município de São Carlos no período de 1984 a 1996. Embora ocorra um intervalo de tempo entre o ano final da pesquisa, 1996, e o início da presente pesquisa, 2002, será possível ter um referencial sobre a frequência e os tipos de atos infracionais praticados antes da implantação do NAI.

Segundo os dados da pesquisa de El-Khatib (2001), apresentados na tabela 3, pode-se observar que o número de registros cresce no período de 1984 a 1996, partindo de 209 no primeiro ano chegando até 764 no último, com o pico ocorrido em 1992 com 889 registros.

Tabela 3: Frequência de casos de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude, por grupo etário e sexo. Comarca de São Carlos, SP. 1984 a 1996 (adaptada)

Número de registros					
Ano	Idade				Total
	< 1-11		12-17		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
1984	13	2	166	28	209
1985	15	3	267	52	337
1986	17	7	310	66	400
1987	14	5	306	52	377
1988	32	9	323	58	422
1989	35	13	485	80	613
1990	46	9	544	99	698
1991	42	8	534	73	657
1992	57	7	711	114	889
1993	39	7	607	91	744
1994	44	6	542	116	708
1995	43	17	584	118	762
1996	20	-	653	91	764

Fonte: (EL-KHATIB, 2001, p. 55)

Embora haja um crescimento significativo do número de registros no período observado na tabela 1, se os números forem comparados com a população total de crianças e jovens residentes no município de São Carlos no período, pode-se observar, em termos relativos, que os atendimentos registrados representam um índice razoavelmente baixo. Se não for levado em consideração que um mesmo adolescente pode ser sujeito de mais de um atendimento, pode-se ter a situação limite expressa nas tabelas 2 e 3 na qual se verifica que a porcentagem de atendimentos registrados em relação ao total da população na faixa de 0 a 19 anos é da seguinte ordem: 0,39% em 1984, 0,62% em 1985, 0,72% em 1986, 0,74% em 1988, 1,06% em 1989, 1,19 % em 1990, 1,10%, em 1991, 1,47% em 1992, 1,22% em 1993, 1,15% em 1994, 1,22% em 1995 e 1,21% em 1992.

Porém, esses dados são limites uma vez que um mesmo adolescente certamente pode ter sido atendido mais de uma vez no período em questão. Ou seja, o número de adolescentes que foram atendidos é menor que os números dos registros mostrados por se tratar do total de atendimentos registrados e não do total de adolescentes.

Relacionando os dados da tabela 3 com os da tabela 4 é possível identificar a proporção de crianças e jovens que foram atendidos pelo cartório da infância e juventude em relação à população total de crianças e adolescentes existentes no município de São Carlos no período de 1984 a 1986. A tabela 4 inicia-se em 1980 e termina em 2000 para que fique mais clara a percepção tanto de que a população absoluta de crianças e adolescentes cresceu ao longo do período, quanto que a população relativa de crianças e adolescentes declinou.

Tabela 4: População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de registros de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude do município de São Carlos-SP. 1980–2000

Faixa Etária (anos)	Período										
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Total	119.012	122.221	125.490	128.818	132.207	135.655	139.162	142.727	146.349	150.027	153.762
Faixa etária											
0-4	13.466	13.509	13.543	13.573	13.602	13.621	13.633	13.640	13.640	13.637	13.625
5-9	12.274	12.554	12.835	13.115	13.398	13.680	13.963	14.244	14.526	14.806	15.085
10-14	11.595	11.969	12.352	12.741	13.136	13.538	13.947	14.362	14.782	15.207	15.638
15-19	12.829	13.009	13.186	13.359	13.529	13.696	13.857	14.016	14.171	14.320	14.464
Pop 0-19	50.164	51.041	51.916	52.788	53.665	54.535	55.400	56.262	57.119	57.970	58.812
Pop 0-19%/ total	42,15	41,76	41,37	40,98	40,59	40,20	39,81	39,42	39,03	38,64	38,25
Registros					209	337	400	377	422	613	698
Registros%/ pop 0-19					0,39	0,62	0,72	0,67	0,74	1,06	1,19

Fonte: Fundação SEADE-SP

(cont.)

Tabela 4
População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de registros de
crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude do
município de São Carlos-SP. 1980–2000 (cont.)

Faixa Etária (anos)	Período									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Pop. total	157.549	161.549	165.465	169.377	173.324	177.222	181.044	184.942	188.845	192.639
Pop. f. etária										
0-4	13.609	13.761	13.897	14.023	14.143	14.249	14.339	14.427	14.507	14.569
5-9	15.360	15.394	15.406	15.408	15.401	15.378	15.339	15.294	15.241	15.170
10-14	16.071	16.189	16.286	16.370	16.445	16.506	16.548	16.585	16.612	16.619
15-19	14.604	15.041	15.471	15.900	16.334	16.761	17.180	17.607	18.030	18.442
Pop 0-19	59.644	60.385	61.060	61.701	62.323	62.894	63.406	63.913	64.390	64.800
Pop0-19%/total	37,86	37,38	36,90	36,43	35,96	35,49	35,02	34,56	34,10	33,64
Atendimentos										
Registros.	657	889	744	708	762	764				
Registros%/pop0-19	1,10	1,47	1,22	1,15	1,22	1,21				

Fonte: Fundação SEADE-SP

Há de se ponderar ainda que a população de 0 a 19 anos passou de 53.665 em 1984 para 62.894 em 1996, porém, em relação à população total do município declinou de 40,59% para 35,49%, como resultado da queda da taxa de natalidade no período.

Os dados constantes na tabela 5 permitem observar os tipos de atos infracionais praticados no município de São Carlos em três anos selecionados por El-Khatib (2001) que são 1986, 1991 e 1996. Pode-se perceber os que apresentam as maiores incidências que são os atos infracionais contra o patrimônio, ou seja, furto; contra a pessoa, quer dizer, agressão; direção de veículo e droga. Em 1986, tem-se 103 furtos, 24,8% do total; 47 agressões, 11,3%; 105 direções de veículo, 25,2%; 37 envolvimento com droga, 8,9%. Isso representa 70,2% de todos os atos praticados nesse ano. Em 1991 tem-se 160 furtos, 23,5%; 96 agressões, 14,1%; 151 direções de veículo, 22,2%; 20 envolvimento com droga, 2,9%. Isso representa 62,7% de todos os atos praticados neste ano. Em 1996 tem-se 261 furtos, 33,1%; 127 agressões,

16,1%; 115 direções de veículo, 14,6%; 51 envolvimento com droga, 6,5%, o que corresponde a 70,3% de todos os atos praticados neste ano.

Essa realidade é condizente ao observado nas outras pesquisas apresentadas anteriormente. Verifica-se uma incidência baixa de atos infracionais graves contra a pessoa, como homicídio, por exemplo, e uma taxa relativamente baixa de envolvimento com drogas.

Tabela 5: Frequência dos casos ditos infracionais segundo a natureza da infração. São Carlos-SP. 1986/1991/1996 (adaptada)

Natureza	1986		1991		1996	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Direção de veículo	105	25,2	151	22,2	115	14,6
Furto	103	24,8	160	23,5	261	33,1
Agressão	47	11,3	96	14,1	127	16,1
Droga	37	8,9	20	2,9	51	6,5
Danos	27	6,5	39	5,7	39	4,9
Promovendo	23	5,5	49	7,2	47	6
Não infracional	18	4,3	8	1,2	-	-
Arma	13	3,1	21	3,1	25	3,1
Sexualidade	11	2,6	19	2,8	14	1,8
Estelionato	10	2,4	4	0,6	9	1,1
Outros mal	7	1,7	39	5,7	19	2,4
Álcool	5	1,2	8	1,2	5	0,6
Roubo	3	0,7	9	1,3	29	3,7
Receptação	2	0,5	-	-	2	0,2
Homicídio	2	0,5	3	0,4	9	1,1
Ofensas	2	0,5	6	0,9	6	0,8
Furto de casa	-	-	11	1,6	4	0,5
Desentendimentos	-	-	4	0,6	1	0,1
Rua	-	-	10	1,5	-	-
Total	417	100,0	680	100,0	788	100,0

Fonte: (EL-KHATIB, 2001, pág. 64)

Os atendimentos no período 2002-2008

Para a presente pesquisa realizou-se a coleta de dados disponíveis no Núcleo de Atendimento Integrado – NAI de São Carlos que se referem aos atendimentos realizados desde o início das operações, em março de 2001 até dezembro de 2008. Para efeito de sistematização e analisar comparativamente os dados trabalhou-se com o período entre 2002 e 2008, pois em 2001 não se possuem registros desde o seu início.

Tabela 6: Atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos– SP. 2002–2008

ANO	Atendimentos		
	N	%	(1)
2002	1132	15,99	100,00
2003	1138	16,08	100,53
2004	1092	15,43	96,47
2005	1088	15,37	96,11
2006	1038	14,67	91,70
2007	914	12,91	80,74
2008	673	9,51	59,45
Sem inf.	3	0,04	–
Total	7078	100,00	–

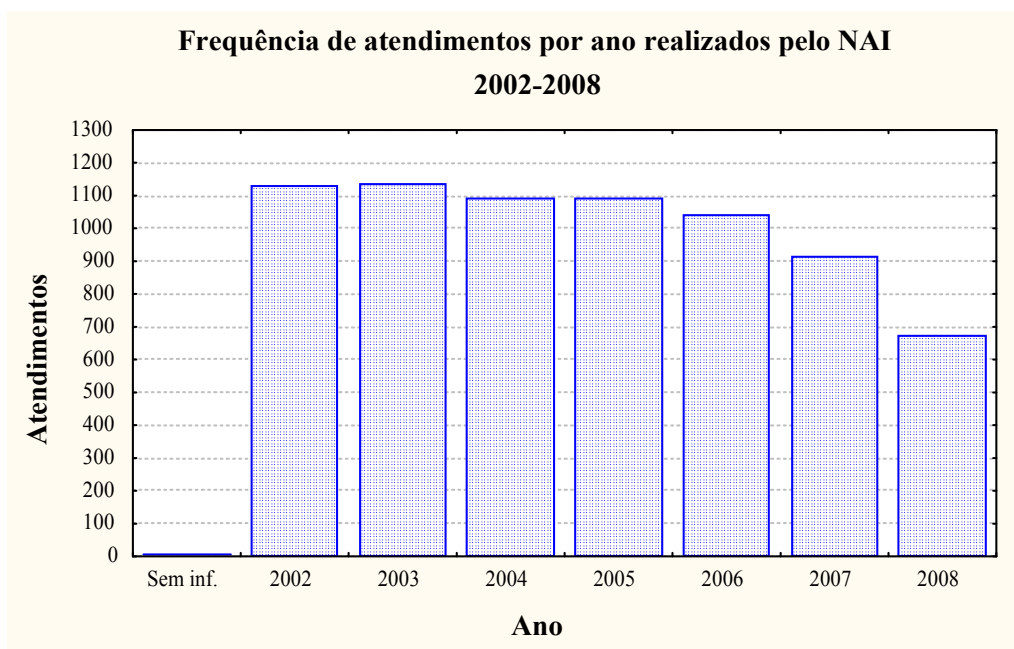
Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI. (1) Base: ano 2002.

Pela tabela 6 pode-se observar que entre 2002 e 2008 houve uma ligeira queda dos números absolutos e relativos de atendimentos registrados no NAI. Parte-se de 1132 atendimentos no ano de 2002 para 673 no ano de 2008 sendo que o pico deu-se no ano de 2003 com 1138 atendimentos. Fazendo-se um comparativo entre os dados da tabela 5 e os da tabela 3 verifica-se que o número de atendimentos registrado em 2008, o menor na série histórica em análise, foi 3,23 vezes maior que o verificado no ano de 1984, ou seja, em 2008 foram 673 atendimentos contra 209 registros em 1984,

quando se tem registrado o menor número da série tal como mostrado na tabela 3. Porém, levando-se em consideração os dados observados em 1992 com 889 registros, o pico na série histórica, percebe-se que no ano de 2008 tem-se quase 25% atendimentos a menos. Verifica-se que o número de atendimentos ocorridos em 2008 é inferior aos registrados no período de 1990 a 1996, com exceção dos registrados em 1991. Ou seja, em 2008 o número de atendimentos corresponde à quase totalidade registrada dezanove anos antes.

O gráfico 1 dá um panorama da situação expressa na tabela 6.

Gráfico 1



Como os dados de 2008 não podem ser observados isoladamente, mas em comparação com a série histórica em estudo, o que se pode afirmar é que nos dois primeiros anos integrais de operação do NAI, 2002 e 2003, praticamente tem-se o mesmo número de atendimentos, 1132 e 1138 respectivamente. Mesmo a ligeira ascensão em seis atendimentos de um ano para outro não representa algo tão significativo. Porém, a partir do pico de 2003, o que se verifica é uma redução considerável e gradativa do número de atendimentos. Em 2008 ocorreram quase 40% atendimentos a menos que em 2003.

Os dados apresentados na tabela 7 permitem que se apreciem os atendimentos ocorridos no período de 2002 a 2008 relativas à população de zero a dezenove anos residente no município de São Carlos. Pode-se verificar que há decréscimo da população referida nesse intervalo de tempo, de 64.548 indivíduos para 63.632, contudo, a redução de atendimentos foi mais intensa que o decréscimo populacional. Enquanto a queda de atendimentos foi de quase 40% a queda da população de 0 a 19 anos foi em torno de 1,4%. Isso fez com que aquela relação caia significativamente: de 1,75 – isto é, 1,75 atendimentos por 100 pessoas de 0 a 19 anos – para 1,06 – isto é, 1,06 atendimentos para cada 100 pessoas de 0 a 19 anos.

Tabela 7: População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de atendimentos realizados no NAI. 2002–2008

Faixa Etária (anos)	Período							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pop. total	196.525	200.488	204.532	208.658	212.867	216.266	219.718	223.226
Pop. f. etária								
0-4	14.676	14.777	14.875	14.967	15.055	15.068	15.076	15.078
5-9	15.171	15.167	15.158	15.143	15.122	15.216	15.304	15.388
10-14	16.507	16.391	16.268	16.142	16.009	15.979	15.942	15.899
15-19	18.330	18.213	18.091	17.962	17.828	17.646	17.458	17.267
Pop 0-19	64.684	64.548	64.392	64.214	64.014	63.909	63.780	63.632
Pop0-19%/total	32,91	32,20	31,48	30,77	30,07	29,55	29,03	28,51
Atendimentos		1.132	1.138	1.092	1.088	1.038	914	673
Registros%/ pop0-19		1,75	1,77	1,70	1,70	1,62	1,43	1,06

Fonte: Fundação SEADE/SP

A questão que se pode levantar a partir dessa observação é se essa redução do número de atendimentos está relacionada com a implantação do NAI e das medidas sócio-educativas ao longo do período em tela.

Observando-se as tabelas de 8 a 15, que discriminam os atendimentos por mês, pode-se identificar duas regularidades ao longo do ano no período selecionado. Em cinco dos sete anos em foco, mais de 50% dos atendimentos ocorrem no primeiro semestre. Foi notada a redução de atendimentos em alguns meses do ano que coincidem exatamente com as férias escolares. No período de 2002 a 2008 é possível verificar que há um

número menor de atendimentos em janeiro, julho e dezembro. Em todos esses meses a porcentagem de atendimentos é inferior a 7% enquanto a maior taxa é em março com 10,45%. Se analisarmos as tabelas ano a ano, constata-se que em cinco anos, de 2002 a 2006, os atendimentos recuaram nos meses em questão. Uma hipótese pode ser levantada a esse respeito. Pode-se supor que a escola é um importante espaço de sociabilidade na vida do adolescente. Frequentando ou não a escola, ela figura como um referencial para encontro com pessoas de mesma faixa etária em horários de entrada e saída, momento em que se tem a paquera, o encontro entre pessoas de um grupo, os enfrentamentos entre grupos rivais, os atritos, as provocações, as brigas, as trocas (aí inclusa a venda de drogas), etc. Nesse sentido, as férias escolares representam o arrefecimento das possibilidades de sociabilidade que a escola proporciona. Isso pode levar o jovem a ter menos oportunidades (teoria das oportunidades ou “janelas quebradas”) de cometer uma infração. Além disso, não se pode desprezar a peculiaridade do município de São Carlos no que diz respeito à grande proporção de jovens universitários frente à população total do município. Parte da economia do município é movimentada por esses estudantes e pelas duas universidades públicas que os atraem, a USP e a UFSCar. As férias dos universitários repercutem em toda a cidade. A população residente reduz, as festas universitárias estancam, os bares e as ruas ficam menos movimentados no período noturno. As oportunidades para os adolescentes praticarem alguma infração se reduzem.

Tabela 8: Frequência de atendimentos por mês realizados pelo NAI. 2002-2008

MÊS	Atendimentos			
	N	% do total	N acumulado	% acumulada/ mês
1	463	6,54	463	6,54
2	557	7,87	1020	14,41
3	740	10,45	1760	24,87
4	716	10,12	2476	34,98
5	679	9,59	3155	44,57
6	622	8,79	3777	53,36
7	489	6,91	4266	60,27
8	531	7,50	4797	67,77
9	556	7,86	5353	75,63
10	670	9,47	6023	85,09
11	581	8,21	6604	93,30
12	469	6,63	7073	99,93
Sem inf.	5	0,07	7078	100,00
Total	7078	100,00	7078	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 2

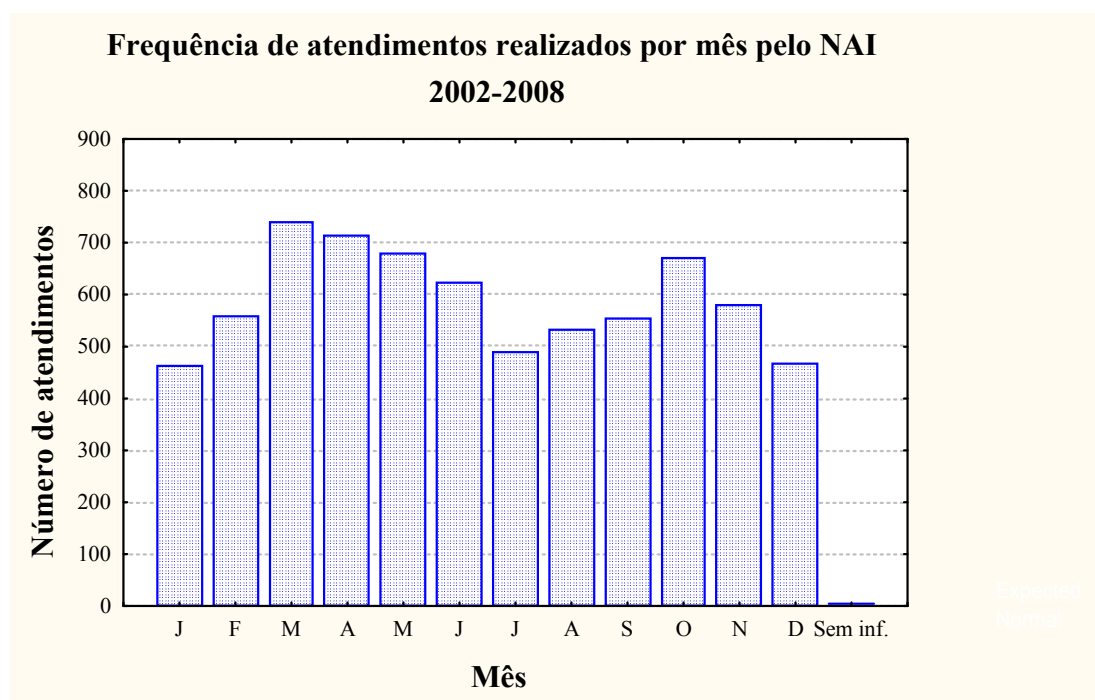
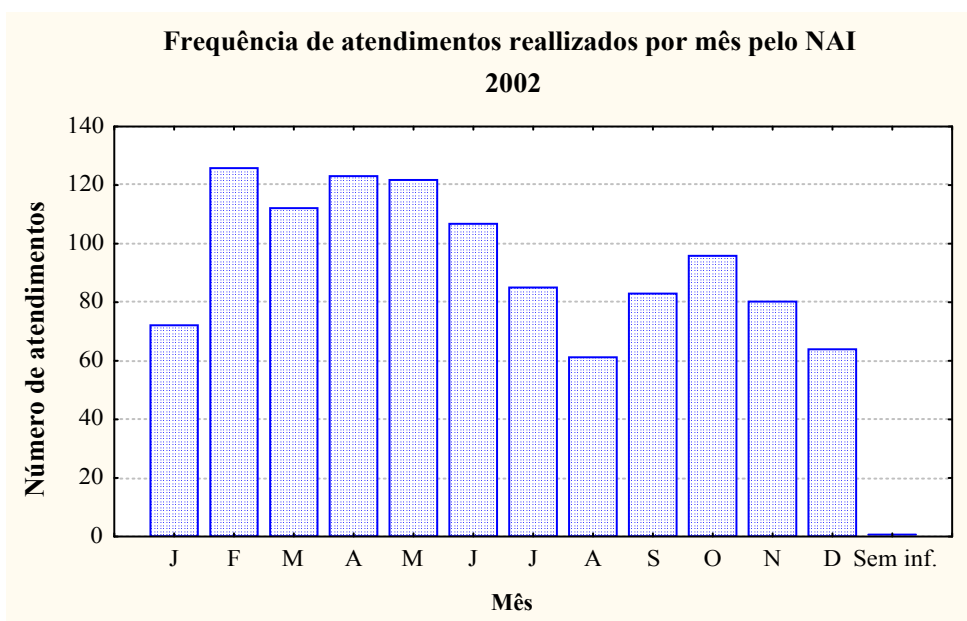


Tabela 9: atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos-SP. 2002

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumulada
1	72	6,36	72	6,36
2	126	11,13	198	17,49
3	112	9,89	310	27,39
4	123	10,87	433	38,25
5	122	10,78	555	49,03
6	107	9,45	662	58,48
7	85	7,51	747	65,99
8	61	5,39	808	71,38
9	83	7,33	891	78,71
10	96	8,48	987	87,19
11	80	7,07	1067	94,26
12	64	5,65	1131	99,91
Sem inf.	1	0,09	1132	100,00
Total	1132	100,00	1132	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 3



**Tabela 10: atendimentos realizados por mês pelo NAI.
São Carlos–SP. 2003**

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumul
1	53	4,66	53	4,66
2	66	5,80	119	10,46
3	112	9,84	231	20,30
4	92	8,08	323	28,38
5	90	7,91	413	36,29
6	99	8,70	512	44,99
7	70	6,15	582	51,14
8	72	6,33	654	57,47
9	119	10,46	773	67,93
10	171	15,03	944	82,95
11	105	9,23	1049	92,18
12	89	7,82	1138	100,00
Total	1138	100,00	1138	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 4

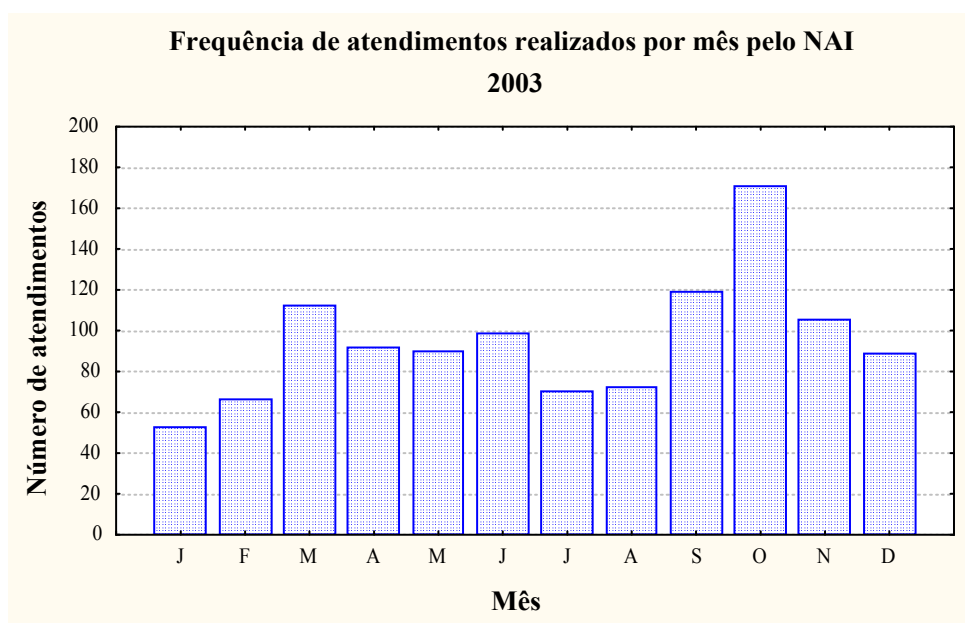


Tabela 11: atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos-SP. 2004

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumulada
1	58	5,31	58	5,31
2	90	8,24	148	13,55
3	109	9,98	257	23,53
4	152	13,92	409	37,45
5	113	10,35	522	47,80
6	81	7,42	603	55,22
7	61	5,59	664	60,81
8	91	8,33	755	69,14
9	88	8,06	843	77,20
10	76	6,96	919	84,16
11	104	9,52	1023	93,68
12	69	6,32	1092	100,00
Total	1092	100,00	1092	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 5

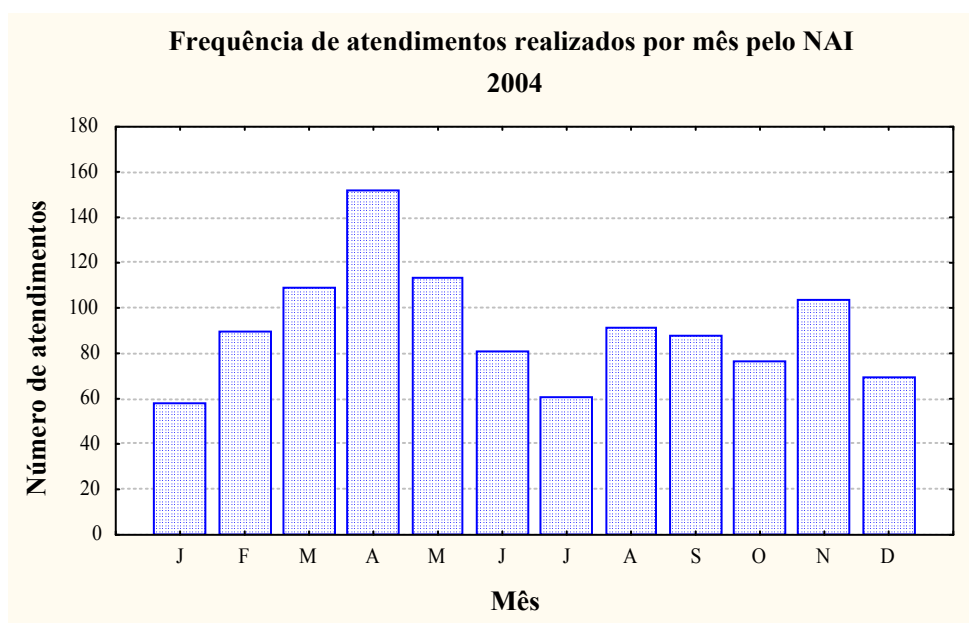


Tabela 12: atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos-SP. 2005

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumulada
1	43	3,95	43	3,95
2	51	4,69	94	8,64
3	98	9,01	192	17,65
4	86	7,90	278	25,55
5	126	11,58	404	37,13
6	128	11,76	532	48,90
7	83	7,63	615	56,53
8	115	10,57	730	67,10
9	89	8,18	819	75,28
10	95	8,73	914	84,01
11	103	9,47	1017	93,47
12	70	6,43	1087	99,91
Sem inf.	1	0,09	1088	100,00
Total	1088	100,00	1088	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 6

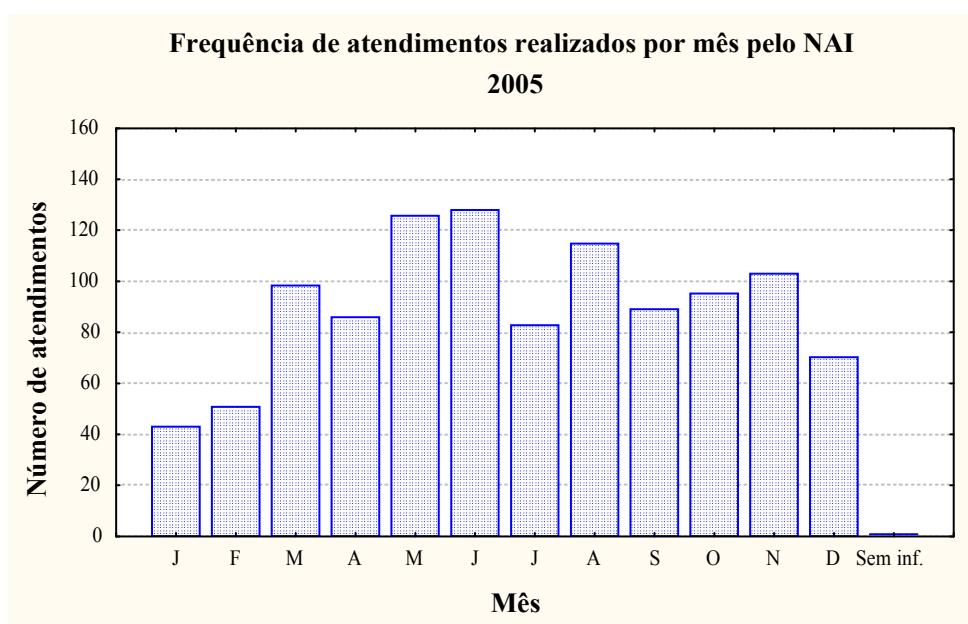


Tabela 13: Atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos-SP. 2006

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumulada
1	57	5,49	57	5,49
2	63	6,07	120	11,56
3	115	11,08	235	22,64
4	114	10,98	349	33,62
5	97	9,34	446	42,97
6	88	8,48	534	51,45
7	70	6,74	604	58,19
8	64	6,17	668	64,35
9	87	8,38	755	72,74
10	111	10,69	866	83,43
11	88	8,48	954	91,91
12	84	8,09	1038	100,00
Total	1038	100,00	1038	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 7

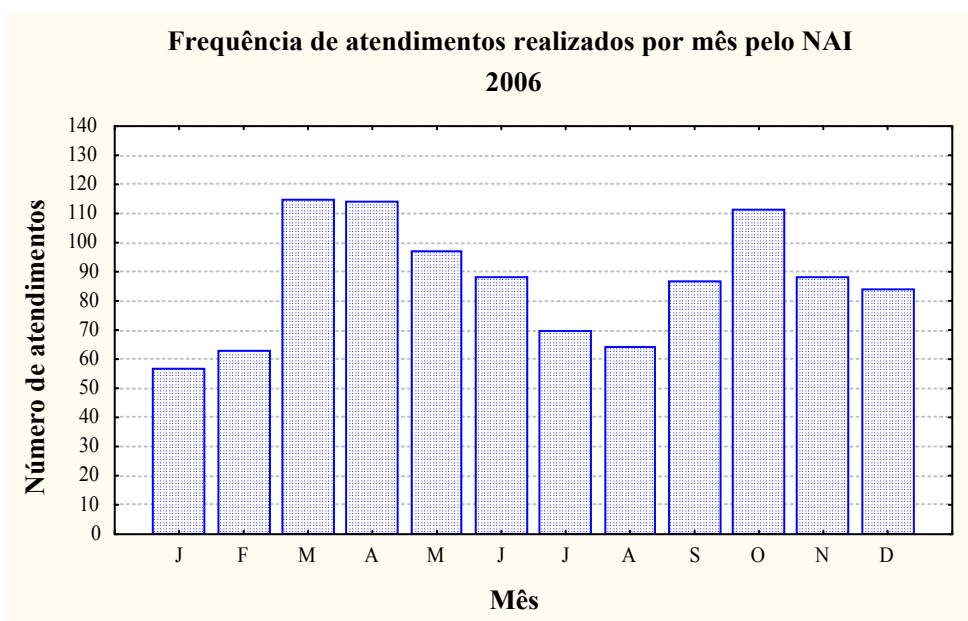


Tabela 14: atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos-SP. 2007

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumulada
1	110	12,04	110	12,04
2	93	10,18	203	22,21
3	122	13,35	325	35,56
4	78	8,53	403	44,09
5	70	7,66	473	51,75
6	49	5,36	522	57,11
7	66	7,22	588	64,33
8	81	8,86	669	73,19
9	42	4,60	711	77,79
10	81	8,86	792	86,65
11	63	6,89	855	93,54
12	59	6,46	914	100,00
Total	914	100,00	914	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 8

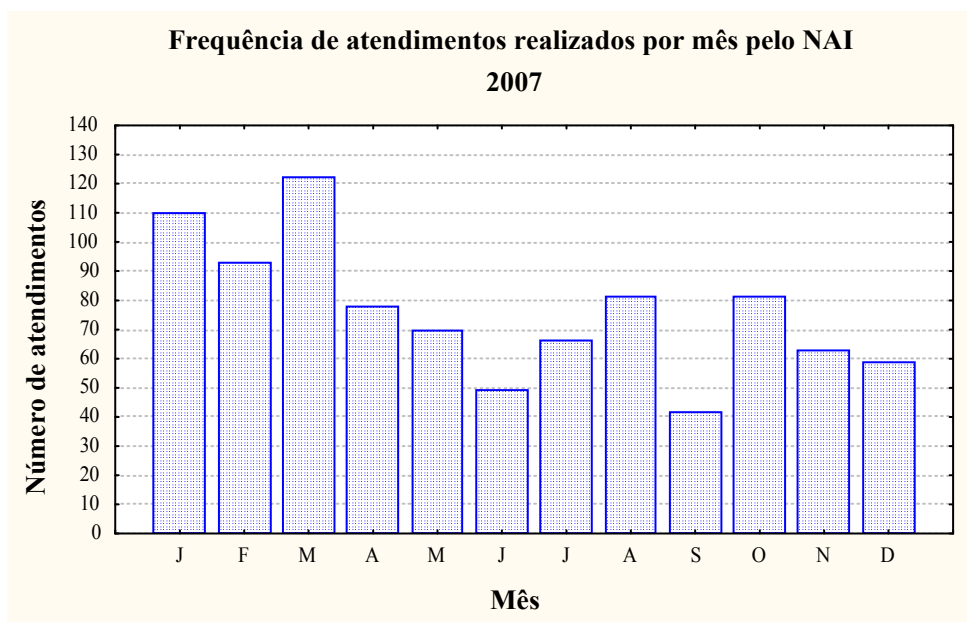


Tabela 15: atendimentos realizados por mês pelo NAI. São Carlos-SP. 2008

MÊS	Atendimentos			
	N	%	N Acumulado	% Acumulada
1	70	10,40	70	10,40
2	68	10,10	138	20,51
3	72	10,70	210	31,20
4	71	10,55	281	41,75
5	61	9,06	342	50,82
6	70	10,40	412	61,22
7	54	8,02	466	69,24
8	47	6,98	513	76,23
9	48	7,13	561	83,36
10	40	5,94	601	89,30
11	38	5,65	639	94,95
12	34	5,05	673	100,00
Total	673	100,00	673	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 9

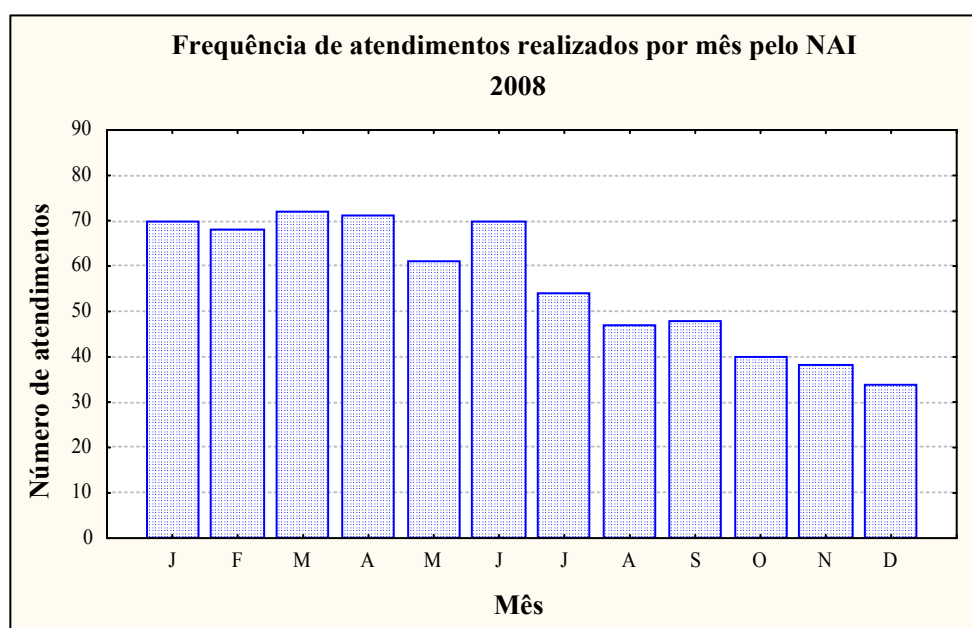


Tabela 16: Frequência absoluta e relativa do número atendimentos no NAI por ano. São Carlos-SP. 2002–2008

Número de atendimentos	Anos													
	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	573	75,00	650	78,69	592	77,08	504	74,01	457	70,63	379	70,45	325	75,23
2	107	14,01	105	12,71	105	13,67	91	13,36	104	16,07	75	13,94	54	12,50
3	39	5,10	41	4,96	33	4,30	38	5,58	31	4,79	37	6,88	18	4,17
4	17	2,23	14	1,69	20	2,60	10	1,47	30	4,64	12	2,23	14	3,24
5	14	1,83	10	1,21	11	1,43	13	1,91	8	1,24	12	2,23	7	1,62
6	9	1,18	1	0,12	1	0,13	13	1,91	10	1,55	12	2,23	6	1,39
7	4	0,52	1	0,12	4	0,52	4	0,59	3	0,46	4	0,74	6	1,39
8	1	0,13	2	0,24	-	-	3	0,44	-	-	3	0,56	1	0,23
9	-	-	1	0,12	-	-	1	0,15	2	0,31	0	0,00	1	0,23
10	-	-	-	-	1	0,13	2	0,29	1	0,15	2	0,37	-	-
11	-	-	1	0,12	-	0,00	1	0,15	1	0,15	2	0,37	-	-
12	-	-	-	-	1	0,13	0	0,00	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	1	0,15	-	-	-	-	-	-
Total	764	100,00	826	100,00	768	100,00	681	100,00	647	100,00	538	100,00	432	100,00

N= frequência de sujeitos

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Tabela 17: Distribuição da frequência de sujeitos segundo número de atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002–2008

Atendimentos	Sujeitos	%
1	2178	66,97
2	455	13,99
3	191	5,87
4	117	3,60
5	66	2,03
6	54	1,66
7	35	1,08
8	31	0,95
9	15	0,46
10	16	0,49
11	22	0,68
12	16	0,49
13	12	0,37
14	6	0,18
15	6	0,18
16	3	0,09
17	3	0,09
18	5	0,15
19	5	0,15
20	2	0,06
21	3	0,09
22	3	0,09
23	1	0,03
24	2	0,06
27	1	0,03
30	1	0,03
31	1	0,03
37	1	0,03
44	1	0,03
Total	3252	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Tabela 18: Idade dos atendidos pelo NAI. São Carlos-SP. 2002-2008

IDADE	Atendimentos			
	N	N acumulado	% do total	% acumulada
0	1	1	0,01	0,01
5	1	2	0,01	0,03
6	2	4	0,03	0,06
8	2	6	0,03	0,08
9	14	20	0,20	0,28
10	22	42	0,31	0,59
11	67	109	0,95	1,54
12	350	459	4,94	6,48
13	652	1111	9,21	15,70
14	998	2109	14,10	29,80
15	1429	3538	20,19	49,99
16	1707	5245	24,12	74,10
17	1727	6972	24,40	98,50
18	58	7030	0,82	99,32
19	12	7042	0,17	99,49
20	3	7045	0,04	99,53
Sem inf.	33	7078	0,47	100,00

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Gráfico 10

**Frequência da idade dos atendidos pelo NAI
2002-2008**

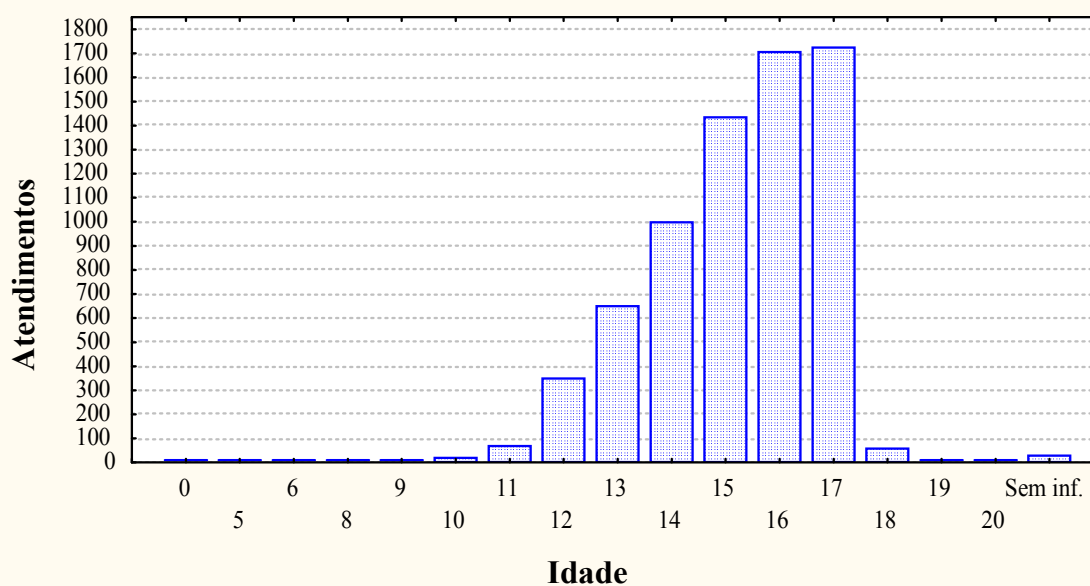


Tabela 19: Idade e número de sujeitos com uma passagem pelo NAI 2002-2008

Idade	Sujeitos
	N
≤ 9	10
10	9
11	28
12	128
13	212
14	308
15	408
16	473
17	549
18	17
Sem inf.	15
Total	2178

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

**Tabela 20: Frequência e tipo dos atendimentos realizados pelo NAI.
São Carlos-SP. 2002 a 2008**

Código	Atendimentos								
	Sem inf.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total linha
16	0	221	280	295	290	217	167	139	1609
33	0	329	254	292	206	193	56	34	1364
34	0	156	122	103	103	161	65	4	714
23	0	62	70	75	98	106	161	66	638
21	0	75	90	65	90	56	50	41	467
9	0	31	37	31	57	88	106	109	459
29	1	20	42	33	36	66	112	97	407
7	0	76	30	40	33	13	21	36	249
27	0	25	41	16	44	35	40	22	223
10	0	35	26	23	21	14	41	43	203
2	0	15	46	27	19	36	27	21	191
30	0	9	33	24	21	4	12	11	114
22	0	13	18	15	19	13	0	7	85
8	0	9	1	2	6	6	13	12	49
26	0	12	7	18	4	0	0	3	44
4	0	4	7	6	8	1	13	4	43
6	0	0	6	3	5	14	3	1	32
11	0	1	1	2	8	5	4	3	24
17	0	3	3	6	5	0	6	1	24
22b	0	5	3	3	6	3	4	0	24
24	0	1	3	0	1	6	7	3	21
36	0	9	5	3	1	0	0	0	18
5	0	2	1	3	3	0	2	4	15
Sem inf.	2	1	5	1	0	0	2	0	11
35	0	7	0	1	1	0	0	0	9
31	0	2	1	3	0	1	0	1	8
12	0	2	1	0	1	0	0	2	6
28	0	2	2	0	0	0	0	0	4
32	0	0	2	0	2	0	0	0	4
13	0	0	1	2	0	0	0	0	3
14	0	0	0	0	0	0	2	1	3
15	0	0	0	0	0	0	0	3	3
18	0	0	0	0	0	0	0	3	3
3	0	0	0	0	0	0	0	2	2
19	0	1	0	0	0	0	0	0	1
20	0	1	0	0	0	0	0	0	1
25	0	1	0	0	0	0	0	0	1
39	0	1	0	0	0	0	0	0	1
52	0	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	3	1132	1138	1092	1088	1038	914	673	7078

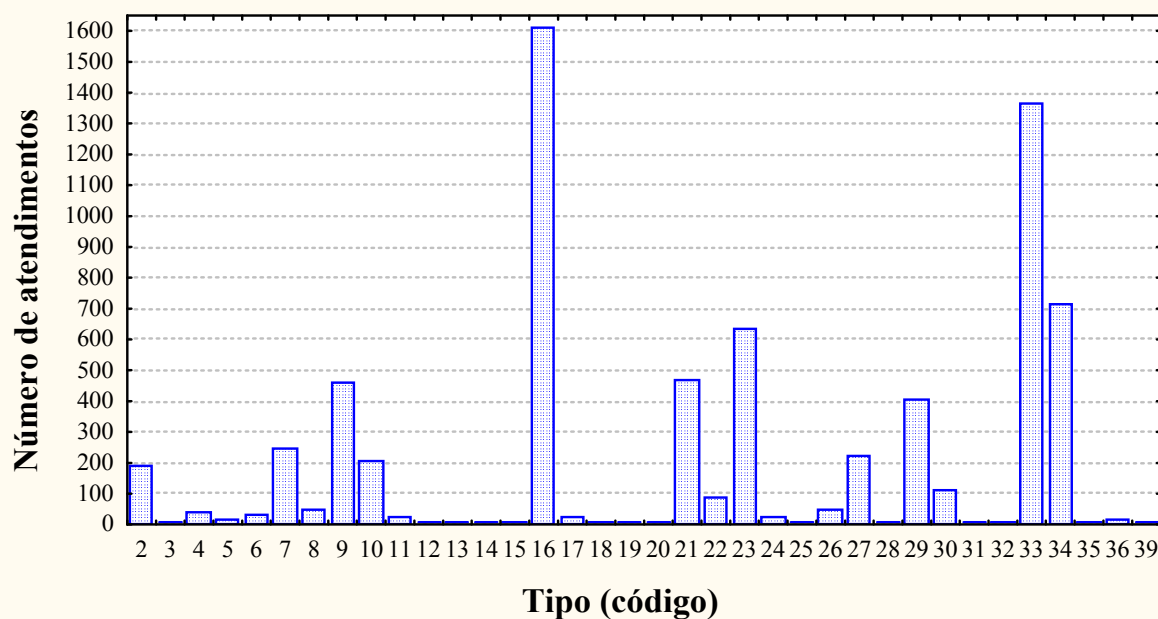
Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Quadro 3

Código de classificação dos atendimentos realizados pelo NAI	
01- aborto	20- latrocínio
02- ameaça	21- lesão corporal
03- apropriação indébita	22- porte de arma de fogo
04- atentado violento ao pudor	22b- porte de arma branca
05- ato obsceno	23- porte ou uso de drogas
06- calúnia / difamação e injúria	24- receptação
07- dano	25- rixa
08- desacato	26- roubo qualificado
09- descumprimento de medida judicial	27- roubo simples
10- dirigir sem habilitação	28- sequestro ou cárcere privado
11- estelionato e outras fraudes	29- tráfico de drogas
12- estupro	30- vias de fato
13- extorsão	31- violação de domicílio
14- falsidade ideológica	32- uso de documentos falso
15- formação de bando ou quadrilha	33- outros
16- furto	34- averiguação/suspeito
17- homicídio culposo	35- busca e apreensão
18- homicídio doloso	36- arma de brinquedo
19- infanticídio	

Gráfico 11

**Frequência e tipo dos atendimentos realizados pelo NAI
2002 - 2008**



A análise da tabela 20 permite especificar os principais tipos de atendimentos registrados no período selecionado. Nem todos os atendimentos

são fruto de atos infracionais. Em primeiro lugar está o furto (número 16) com um total de 1069 ocorrências de um total de 7078. Em segundo lugar outros (número 33) com 1364 ocorrências. Há de se ressaltar que os registros da categoria outros diminuem com o passar do tempo devido ao fato de que no início das atividades do NAI havia na cidade crianças e adolescentes dispersas pela rua, em cruzamentos, em frente a estabelecimentos comerciais abordando os transeuntes para solicitar auxílio. Esses eram recolhidos e encaminhados ao NAI. Como não estavam realizando nada de ilegal e, portanto, não estavam cometendo atos infracionais, classificava-se o atendimento na categoria outros. Além disso, era frequente a patrulha policial nas portas das escolas dispersando as crianças e adolescentes para coibir brigas, porém, eventualmente, caso a ordem de dispersão não fosse atendida, encaminhava-se ao NAI os que não haviam atendido a ordem. Também nesse caso não se podia classificar o motivo do atendimento no NAI como um ato infracional, por isso era classificado como outros. Porém, com o passar do tempo, a frequência de crianças e adolescentes nas ruas, como descrito anteriormente, diminuiu, possivelmente como efeito das ações de encaminhá-los ao NAI. A terceira categoria que é averiguação/suspeito (número 34) apresenta 714 ocorrências. A quarta categoria, porte ou uso de drogas (número 23) compreende 638 ocorrências. A quinta categoria, lesão corporal, (número 21) corresponde a 467 registros. Na sexta posição figura o descumprimento de medida judicial (número 9) atingindo 459 casos. O tráfico de drogas (número 29) compreende 407 registros e situa-se na sétima posição. O oitavo lugar é ocupado pelo ato infracional dano (número 07) representando 249 registros. Em nono lugar está roubo simples (número 27) com 223 ocorrências. A décima categoria, dirigir sem habilitação (número 10) aparece com 203 registros.

Tabela 21: Seleção dos tipos de maior frequência dos atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002 a 2008

Código	Atendimentos								
	Sem inf.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
16	0	221	280	295	290	217	167	139	1609
33	0	329	254	292	206	193	56	34	1364
34	0	156	122	103	103	161	65	4	714
23	0	62	70	75	98	106	161	66	638
21	0	75	90	65	90	56	50	41	467
9	0	31	37	31	57	88	106	109	459
29	1	20	42	33	36	66	112	97	407
7	0	76	30	40	33	13	21	36	249
27	0	25	41	16	44	35	40	22	223
10	0	35	26	23	21	14	41	43	203
2	0	15	46	27	19	36	27	21	191
30	0	9	33	24	21	4	12	11	114
22	0	13	18	15	19	13	0	7	85
26	0	12	7	18	4	0	0	3	44
17	0	3	3	6	5	0	6	1	24
22b	0	5	3	3	6	3	4	0	24
24	0	1	3	0	1	6	7	3	21
36	0	9	5	3	1	0	0	0	18
sem inf	2	1	5	1	0	0	2	0	11
12	0	2	1	0	1	0	0	2	6
TOTAL/ANO	3	1132	1138	1092	1088	1038	914	673	7078
TOTAL/TABELA	3	1100	1116	1070	1055	1011	877	639	6871
% tabela/ano	100,00	97,17	98,07	97,99	96,97	97,40	95,95	94,95	97,08

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Quadro 4

Código de classificação dos atendimentos realizados pelo NAI	
02- ameaça	23- porte/ uso de drogas
07- dano	24- receptação
09- descumprimento de medida judicial	26- roubo qualificado
10- dirigir sem habilitação	27- roubo simples
12- estupro	29- tráfico de drogas
16- furto	30- vias de fato
17- homicídio culposo	33- outros
21- lesão corporal	34- averiguação/suspeito
22- porte arma fogo	35- busca e apreensão
22b-porte arma branca	36- arma de brinquedo

Tabela 22: Seleção dos tipos de maior frequência dos atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP. 2002 a 2008

Código	Atendimentos																
	Sem inf.	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	Total	%
16	0	221	19,52	280	24,6	295	27,01	290	26,65	217	20,91	167	18,27	139	20,65	1609	22,73
33	0	329	29,06	254	22,32	292	26,74	206	18,93	193	18,59	56	6,13	34	5,05	1364	19,27
34	0	156	13,78	122	10,72	103	9,43	103	9,47	161	15,51	65	7,11	4	0,59	714	10,09
23	0	62	5,48	70	6,15	75	6,87	98	9,01	106	10,21	161	17,61	66	9,81	638	9,01
21	0	75	6,63	90	7,91	65	5,95	90	8,27	56	5,39	50	5,47	41	6,09	467	6,60
9	0	31	2,74	37	3,25	31	2,84	57	5,24	88	8,48	106	11,6	109	16,2	459	6,48
29	1	20	1,77	42	3,69	33	3,02	36	3,31	66	6,36	112	12,25	97	14,41	407	5,75
7	0	76	6,71	30	2,64	40	3,66	33	3,03	13	1,25	21	2,30	36	5,35	249	3,52
27	0	25	2,21	41	3,60	16	1,47	44	4,04	35	3,37	40	4,38	22	3,27	223	3,15
10	0	35	3,09	26	2,28	23	2,11	21	1,93	14	1,35	41	4,49	43	6,39	203	2,87
2	0	15	1,33	46	4,04	27	2,47	19	1,75	36	3,47	27	2,95	21	3,12	191	2,70
30	0	9	0,80	33	2,90	24	2,20	21	1,93	4	0,39	12	1,31	11	1,63	114	1,61
22	0	13	1,15	18	1,58	15	1,37	19	1,75	13	1,25	0	0	7	1,04	85	1,20
26	0	12	1,06	7	0,62	18	1,65	4	0,37	0	0	0	0	3	0,45	44	0,62
17	0	3	0,27	3	0,26	6	0,55	5	0,46	0	0	6	0,66	1	0,15	24	0,34
22b	0	5	0,44	3	0,26	3	0,27	6	0,55	3	0,29	4	0,44	0	0	24	0,34
24	0	1	0,09	3	0,26	0	0	1	0,09	6	0,58	7	0,77	3	0,45	21	0,30
36	0	9	0,80	5	0,44	3	0,27	1	0,09	0	0	0	0	0	0	18	0,25
sem inf.	2	1	0,09	5	0,44	1	0,09	0	0	0	0	2	0,22	0	0	11	0,16
12	0	2	0,18	1	0,09	0	0	1	0,09	0	0	0	0	2	0,30	6	0,08
TOTAL/ANO	3	1132	100,00	1138	100,00	1092	100,00	1088	100,00	1038	100,00	914	100,00	673	100,00	7078	100,00
TOTAL/seleção	3	1100	97,17	1116	98,07	1070	97,99	1055	96,97	1011	97,40	877	95,95	639	94,95	6871	97,08

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI.

Quadro 4

Código de classificação dos atendimentos realizados pelo NAI	
02- ameaça	23- porte ou uso de drogas
07- dano	24- receptação
09- descumprimento de medida judicial	26- roubo qualificado
10- dirigir sem habilitação	27- roubo simples
12- estupro	29- tráfico de drogas
16- furto	30- vias de fato
17- homicídio culposo	33- outros
21- lesão corporal	34- averiguação/suspeito
22- porte de arma de fogo	35- busca e apreensão
22b- porte de arma branca	36- arma de brinquedo

4. Entrando no mundo dos jovens

4.1 O campo: procedimentos e primeiros contatos

Para atender ao quarto objetivo realizou-se a pesquisa de campo que consistiu em observação não-participante cujas técnicas de observação consistiram em: entrevistas guiadas por roteiro estruturado; diário de campo (protocolo de observação) no qual se registrou sistematicamente a percepção geral do campo: as características do bairro, vizinhança, moradia onde habitavam os jovens; contexto familiar; reações do entrevistado frente ao entrevistador.

A pesquisa de campo permitiu alcançar um conhecimento mais aprofundado do universo dos adolescentes em situação em conflito com a lei que passaram ou passam pelo NAI. É importante esclarecer que a pesquisa de campo teve caráter exploratório. Embora pesquisas sociológicas sobre o tema em tela já tenham sido realizadas em diversas localidades tanto no Brasil quanto no exterior, no município de São Carlos ainda não havia sido realizada. Em outras áreas do conhecimento como Educação e Psicologia já foram realizadas pesquisas que focaram adolescentes em conflito com a lei em São Carlos, porém, uma abordagem sociológica sobre a questão ainda não havia sido realizada. Da mesma forma, o acesso às informações que se teve bem como o contato com os jovens entrevistados permitiu uma leitura inédita que agregará mais subsídios aos resultados das pesquisas já realizadas. A pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo foi realizada por meio de entrevistas com adolescentes selecionados orientadas por questionário estruturado¹⁶ composto de questões fechadas e abertas. Visou traçar o panorama de como é o convívio no ambiente familiar, no bairro em que o adolescente vive, os círculos de amizades, as expectativas de futuro, a leitura que o adolescente faz de si próprio e do mundo que o cerca etc., enfim, objetivou contextualizar o mundo do adolescente e, dessa forma, faz-se um exercício de penetração neste mundo. Permitiu realizar o exercício descrito

¹⁶O questionário foi definido previamente para atender às exigências do Comitê de Ética ao qual o projeto foi submetido. O mesmo se encontra na parte pós-textual deste trabalho, no campo dos anexos.

por Da Mata (1997) de confrontar o familiar e o exótico e assim poder não só ter melhor entendimento do universo do adolescente, mas também perceber o mundo a partir do olhar do mesmo. A pesquisa de campo recorreu também a princípios da etnografia e, nesse sentido, alguns referenciais desta foram buscados.

Os dados qualitativos obtidos nas entrevistas foram ordenados e agrupados por temas e analisados segundo as teorias discutidas no início deste trabalho.

A fundamentação teórica discutida na revisão bibliográfica orientou a compreensão da problemática e definição dos objetivos e norteou metodologicamente a observação e, conseqüentemente, a interpretação das informações. As conclusões que daí resultarão terão como base os referenciais discutidos na revisão bibliográfica.

A hermenêutica está presente na pesquisa, uma vez que não só se observou e caracterizou o mundo do adolescente, mas isso foi feito com o intuito de compreender um pouco o seu agir. A base epistemológica e metodológica para tanto foi encontrada em Clifford Geertz (2002, 2003), que nos esclarece que o agir humano é dotado de simbolismo, que expressa um significado que pode ser interpretado, ou seja, quando em ação, o ser humano nos transmite informações, dados, que dizem respeito especificamente às particularidades do contexto de vida daquele ser e do grupo ao qual pertence. Interpretar essa carga simbólica nos permite, portanto, ter melhor compreensão do indivíduo e do grupo. Como defende Geertz (2003), o simbólico não está dissociado do real e é compreendendo o que está na esfera do dramático, da face incorporada ou construída que, por ser esta de natureza construída¹⁷, recorrerá ao simbólico para se compor e se apresentar ao real. Percebendo e interpretando essa carga simbólica, pode-se chegar a um dos elementos que se pretendeu que são os referenciais valorativos presentes no universo do adolescente que entra em conflito com a lei.

Seguindo o norteamento de Geertz, o método para se alcançar os elementos desse mundo simbólico de maneira a ter maior familiaridade com o contexto no qual está inserido o tema de interesse é a descrição densa, que se

¹⁷ A respeito do processo da construção da face ver Goffman (1999)

pauta na compreensão não apenas do objeto, mas de seus significados em determinado grupo ou sociedade, ou seja, contextualizado. Identificar os elementos de significação é um passo inicial fundamental para se chegar à percepção mais precisa do objeto. Entretanto, isso tudo é um constante jogo entre o mundo do “eu” e o mundo do outro, quer dizer, cabe ao pesquisador saber que o entrelaçamento desses mundos, e isso dando a tônica da interpretação, é não só possível, mas presente em todo o momento da pesquisa e causando certa confusão entre o que realmente pertence ao outro e o que pertence ao eu e foi atribuído ao outro.

O trabalho de compreender, digamos, a cultura do outro permite que se possa compreender contextualizadamente o agir do outro, e não julgar o mesmo. Nesse sentido, é pertinente proceder uma análise breve do mundo do adolescente em situação de risco pessoal e social, sendo que o aprofundamento dessa análise se completará no capítulo no qual os elementos do trabalho de campo serão apresentados.

Um elemento prévio e importante que deve ser destacado é que a lei é um conjunto de normas que norteiam a conduta humana numa estrutura de poder organizada como a do Estado Moderno. Porém, numa sociedade existem outros tipos de normas de conduta que não se expressam com a mesma formalidade da lei. Isso quer dizer que quando se analisa o adolescente, e este estando em conflito em relação à lei, está-se colocando o problema a partir de um referencial, primeiramente o Estado e das instâncias competentes e instituídas para garantir o cumprimento da lei. Porém, se a lei é a norma principal para o Estado e seus agentes, isso nada garante que o seja para os indivíduos.

Isso posto, o que se quer trazer à tona é a seguinte questão: qual importância a norma jurídica tem na vida e nos valores do adolescente que comete algum ato infracional?

Há, ao que parece, uma contradição latente. O que ocorre é que de um lado está o Estado, impondo a norma, regendo a vida da pessoa, utilizando o chamado biopoder, exercendo o controle sobre a vida do indivíduo e regendo seu comportamento. A lei é a expressão pura do biopoder uma vez que é genérica e, assim, descontextualizada da ação e do contexto que leva a essa ação. A lei traz consigo um conjunto de valores de quem a cria, do grupo

social que a cria e seguramente, dele não faz parte o sujeito em questão, o adolescente, qualquer que seja.

Por outro lado, em um universo da precariedade, e de distanciamento da formalidade, que é o da maioria dos adolescentes que entram em conflito com a lei, esta não tem para eles a mesma importância que para o Estado, até mesmo em situações em que a autoridade da lei, encarnada pelas Varas Especiais da Infância e da Juventude (VEIJ) se colocam frente ao adolescente. Miraglia (2005) em pesquisa sobre uma VEIJ, deixa evidente essa dissociação entre o mundo formal, legal, do Estado e seus agentes, e o mundo do indivíduo e, sobretudo, do adolescente. Ao mesmo tempo, no ambiente forense, o adolescente sente a presença clara do biopoder e da capacidade deste deter o controle sobre sua vida. Miraglia descreve como o adolescente é tratado na VEIJ. Primeiramente, do lado de fora do fórum, há um aglomerado de pessoas, pais, mães, irmãos etc dos adolescentes que serão julgados, aguardando a hora da audiência ou então, caso não possam entrar, o resultado da mesma. Ingressando ao interior do edifício, após passar pelo detector de metais e de revista, tem-se acesso ao andar superior, ainda um ambiente confuso e tenso. Esse é o contato entre o indivíduo e o Estado, aquele que terá o poder de decidir seu futuro. A tensão assim é permanente, seja o medo de ser internado, de permanecer internado na FEBEM, seja pela sensação de impotência e pelo fato de que não se pode fazer nada para mudar tal sorte, e contar apenas com a assistência judiciária gratuita, sobrecarregada de casos para atender.

Os adolescentes, e até mesmo seus defensores, são meros expectadores de todo o processo. Pouquíssimas vezes têm espaço para a defesa, diferentemente do que ocorre em outros tipos de Varas Judiciais.

A percepção de que o simbólico é um elemento de análise rico para se compreender a dinâmica do jogo de poder que se estabelece entre, de um lado, o Estado, suas estruturas e agentes e, de outro, o adolescente, nos permite afirmar que é criado um ambiente de encenação dual. Os agentes do Estado, sejam as instituições de ressocialização, como a Fundação CASA, sejam as instâncias judiciárias, assumem um papel de estar ao lado da lei, portanto de aparência boa e, por conseguinte, de um modelo a ser seguido pois trata-se do correto. Por sua vez, o adolescente deve incorporar o papel de

bom, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Estado. Ou seja, será preciso ao adolescente muito mais que agir dentro da norma estabelecida pelo Estado, mas ter capacidade de convencimento aos agentes do Estado de que está, agora, agindo de acordo com o que o mesmo pressupõe.

Turner (1975) compara a vida a um teatro e, como neste, o drama aparece na vida real na forma do conflito, e este, por sua vez, expõe as regularidades e as contradições existentes na sociedade. O conflito expressa, dessa forma, a contestação em relação às normas, regras, leis que regem determinada sociedade. Seguindo a perspectiva de Turner (*op. cit.*), os melhores momentos para se observar o jogo social são exatamente os de conflito, pois, dessa forma, ficam perceptíveis as estruturas que guiam e normatizam o agir e evidentemente as contradições da mesma. Associando essa linha à anteriormente debatida, a de Geertz e Goffman, no momento de conflito fica perceptível a face que cada um constrói, o papel que cada um assume, os elementos simbólicos que se utilizam para fazer o outro crer que a face construída é real.

Isto posto, é possível supor que os adolescentes em conflito com a lei vivem uma situação de *desequilíbrio*, segundo conceito de Turner, em relação à ordem imposta pelo soberano, o mercado, pois ao mesmo tempo em que se tem uma sociedade consumista, para alguns, não se abre espaço pelas vias legais ou até mesmo formais para que este adolescente possa se inserir satisfatoriamente neste universo.

O conflito fica evidente quando o adolescente infringe as regras para sobreviver. É necessário o embasamento empírico maior ainda, porém, das leituras já realizadas sobre os adolescentes em conflito com a lei, na maior parte dos casos, o conflito em relação à lei vem do fato de se estar tentando inserir de alguma forma, e neste caso será ilícita, na ordem consumista. Exemplos, como adolescentes roubarem 16 reais para poder jogar em um fliperama. Qual é a contradição aí evidenciada? Ao mesmo tempo em que se tem uma avalanche de estímulos ao consumo, este depende de uma inserção de alguma forma a mecanismos de acessibilidade à renda. Se não se consegue se inserir na engrenagem do consumo pela via legal, pode-se tentar a via ilegal. Porém, ao agir assim, o adolescente corre o risco de ter sua vida regrada pelo

Estado, através das estruturas e ordenamento jurídico, como o ECA, que imponha medidas sócio-educativas ao adolescente.

Como interpretar as medidas sócio-educativas de acordo com Turner? Tais medidas seriam um *rito* com a função de reequilibrar essa ordem contraditória, demonstrando ao indivíduo que ele não vai ser excluído do mundo do consumo, uma vez que algumas dessas medidas visam até mesmo “dar” uma profissão ao adolescente, por meio das oficinas de panificação, marcenaria etc., (o NAI tem uma estrutura bem fundamentada nesse princípio da formação profissional do adolescente) mostrando, portanto, a ele quais são os caminhos para se atingir o mundo do consumo e, ao mesmo tempo, não entrar em conflito com a lei.

Nota-se como a tentativa de reequilibrar o comportamento do adolescente está presente em algumas falas e decisões do juiz. Ao cobrar que o adolescente esteja trabalhando ou estudando está cobrando do adolescente uma atitude de ingresso no mundo da legalidade, da norma e, conseqüentemente, da lei.

A trajetória para a pesquisa de campo

Após os dados serem organizados utilizando o *software Statistica*, para dar tratamento estatístico, pode-se identificar os atos infracionais que mais se destacavam e verificou-se que os atos infracionais contra o patrimônio, o tráfico e/ou uso de drogas e o porte de arma eram os mais representativos. Dessa forma, optou-se por entrevistar os sujeitos classificados nessas ocorrências.

O endereço dos adolescentes foi uma informação apenas acessível¹⁸ nos arquivos dos Salesianos¹⁹. Lá há as informações referentes aos adolescentes que cumpriram a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Todos os que haviam cumprido medida sócio-educativa de internação necessariamente passaram pela LA e, portanto, se não seria possível ter contato com os adolescentes em internação no NAI, e nem ter acesso aos arquivos com os endereços lá, seria possível ter contato com os que já haviam cumprido a medida e estava cumprindo ou já tinham cumprido também a LA. Dessa forma, o próximo passo foi ir realizar a pesquisa nos Salesianos para que se tivesse acesso às fichas dos adolescentes e os endereços. O arquivo no qual estavam as informações não era eletrônico, como o existente no NAI, e por isso, a pesquisa deveria ser feita nos Salesianos pois seria necessário manusear as fichas dos adolescentes. Foi feito contato com o responsável pela LA nos Salesianos, Padre Agnaldo Soares Lima e, com a apresentação do documento expedido pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, Dr. João Galhardo Júnior, foi dada a autorização para manuseio das fichas no arquivo.

Para cada ficha consultada era marcado o nome do adolescente na planilha de Excel fornecida pelo NAI de forma que pudesse ser elaborada uma

¹⁸ O arquivo com os endereços dos adolescentes não foi disponibilizado pelo diretor do NAI pelas razões que já foram apresentadas anteriormente.

¹⁹ Os padres Salesianos realizam em São Carlos várias obras sociais focando crianças, adolescentes e jovens. Os adolescentes que cumpriram medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no período estudado foram acompanhados pela estrutura criada pelos Salesianos para esta finalidade. Por essa razão havia um arquivo com os dados dos adolescentes naquele local.

nova relação dos adolescentes, agora somente aqueles constantes no arquivo dos Salesianos e após concluída a identificação seria possível realizar a seleção dos que seriam entrevistados e buscados os endereços. O resultado obtido foi o seguinte: foram identificados 268 sujeitos que tiveram um²⁰ atendimento realizado pelo NAI e que cumpriram medida sócio-educativa de LA nos Salesianos, 504 sujeitos tiveram entre dois e quinze atendimentos, e 24 sujeitos que tiveram de 16 a 22 e, por fim, 8 sujeitos tiveram de 23 a 44 atendimentos. Devido ao fato do número de sujeitos que teve de 16 a 44 atendimentos ser pequeno e pelo fato de serem estratos que mereciam uma abordagem mais ampla decidiu-se tentar contato com todos ao invés de realizar um sorteio. Para os dois primeiros estratos foi realizado sorteio para definição dos que seriam entrevistados. Os procedimentos para determinar o número de sorteados foram os presentes na obra de Bugeda (1974, pág. 63-70). Para o caso de uma população finita Bugeda estabelece que, por exemplo, para uma população de 500 indivíduos deve-se entrevistar 83 com uma margem de erro de aproximadamente 10% e uma margem de confiança de 95,5% isso com $p=50%$, ou seja, uma população heterogênea. Quanto maior a heterogeneidade da população maior deverá ser o número a ser pesquisado. No caso específico do objeto investigado tomou-se como verdadeira a homogeneidade dos indivíduos uma vez que houve uma filtragem inicial no que tange os tipos de atos infracionais praticados focando apenas o gênero masculino. Portanto, sendo mais homogênea a população o número de entrevistados poderia ficar abaixo daquela proporção. Devido à homogeneidade da população tomou-se $p=80%$, o que ainda dava uma segurança quanto a possíveis desvios quanto à homogeneidade, ou seja, $p=80%$ ainda considera que haja pontos de heterogeneidade na população selecionada. Para $p=80%$ poder-se-ia reduzir em quase 50% a amostra sugerida pelo autor, entretanto optou-se por uma pequena redução o que diminuiria a margem de erro.

²⁰ É importante ressaltar que no caso dos adolescentes com um atendimento foram excluídas as categorias de atos infracionais: 05 – ato obsceno; 10 – dirigir sem habilitação. Também foram excluídos os que possuíam idade igual ou superior a 17 anos no momento do atendimento, tiveram um tempo para reincidir antes de atingir a maioridade e não o fizeram. Esses procedimentos tornaram a população mais homogênea. Como consequência da exclusão da categoria 10, adolescentes mais abastados atendidos pelo NAI foram excluídos.

Por conseguinte chegou-se ao seguinte contingente para as entrevistas: dos sujeitos que tiveram um atendimento pelo NAI foram sorteados 50; dos sujeitos com 02 a 15 atendimentos foram sorteados 78; dos sujeitos com 16 a 22 atendimentos todos os 24 sujeitos foram selecionados e dos sujeitos com 23 a 44 atendimentos todos os 8 foram selecionados.

Após a definição dos sujeitos que seriam entrevistados foi necessária nova pesquisa no arquivo dos Salesianos para acesso aos endereços. Dos 160 selecionados os endereços de 38 não foram localizados uma vez que não constavam na ficha.

Após a definição dos sujeitos que seriam entrevistados e de posse dos endereços foi organizada a pesquisa de campo a partir do mapeamento dos locais a serem visitados em busca das entrevistas. Para otimizar o trabalho, as visitas foram realizadas por zonas²¹ que englobavam unidades de vizinhança de alguns bairros²². A cidade foi dividida em nove zonas e cada qual subdividida em tantas frações quantas fossem necessárias para estabelecer o mapeamento detalhado das ruas a serem acessadas. Após o esgotamento das possibilidades de entrevistas em uma zona abriam margem a que se iniciasse outra. Para cada zona as ações foram as seguintes: as ruas eram localizadas seguindo o mapa, as casas localizadas, e por fim as pessoas. Localizado o endereço, era tentado o contato. Caso não houvesse ninguém na residência

²¹As zonas foram as seguintes: **zona 1 (A, B, C)** compreendeu os bairros (zona 1A) Parque Estância Suíça, Vila São Gabriel, Chácara Paraíso, Vila Costa do Sol; (zona 1B) Vila São José, Jardim Santa Maria I, Vila Jacobucci; (zona 1C) Vila Jacobucci, Jardim São João Batista; **zona 2 (A, B, C, D, E, F)** compreendeu os bairros (zona 2A) Parque Primavera; (zona 2B) Distrito de Santa Eudóxia (não consta no mapa 1 por estar fora da área urbana de São Carlos); (zona 2C) Jardim Tangará, Jardim São Rafael, Parque Douradinho; (zona 2D) Parque Belvedere; (zona 2E) Jardim Santa Maria II, Constantino Amstalden; (zona 2F) Jardim Munique, Maria Estela Fagá; **zona 3 (A, B, C)** compreendeu os bairros (zona 3A) Loteamento Social Antenor Garcia; (zona 3B) Loteamento Social Presidente Collor; (zona 3C) Cidade Aracy; **zona 4 (A, B, C, D)** compreendeu os bairros (zona 4A) Castelo Branco; (zona 4B) Centro, Chácara parque Club; (zona 4C) Vila Rancho Velho, Vila Santo Antonio; (zona 4D) Jardim Dona Francisca, Azulville; **zona 5 (A, B, C)** compreendeu os bairros (zona 5A) Redenção, jardim Medeiros; (zona 5B) Jardim Beatriz; (zona 5C) Vila Carmem, Jardim Bicão, Boa Vista; **zona 6 (A, B, C, D, E)** compreendeu os bairros (zona 6A) Vila Marcelino; (zona 6B) Vila Isabel; (zona 6C) Jardim Gonzaga, Jardim Cruzeiro do Sul; (zona 6D) Vila Monte Carlo, Vila Santa Madre Cabrine; (zona 6E) Jardim Pacaembu; **zona 7 (A, B, C)** compreendeu os bairros (zona 7A) Parque Santa Felícia; (zona 7B) Residencial Monsenhor Romeu Tortorelli; (zona 7C) Arnon de Melo, Loteamento Social Santa Angelina, Parque Santa Felícia; **zona 8 (A, B, C)** compreendeu os bairros (zona 8A) Jardim Centenário, Jardim Nova Santa Paula; (zona 8B) Jardim Paulistano, (zona 8C) Vila Pureza; **zona 9** compreendeu o bairro Jardim Jockey Clube.

²² Para visualizar espacialmente as áreas percorridas na área urbana do município de São Carlos vide mapa 1.

eram feitas mais duas tentativas em outros dias. Após três tentativas de contato sem êxito era dada por finalizada a busca por contato com aquele sujeito. No caso de endereço não existente, não havia o que fazer. No caso da pessoa ter mudado do endereço indicado, perguntava-se para o atual morador ou para vizinhos a procedência que havia tomado a pessoa. Se houvesse a indicação do novo endereço o mesmo seria procurado.

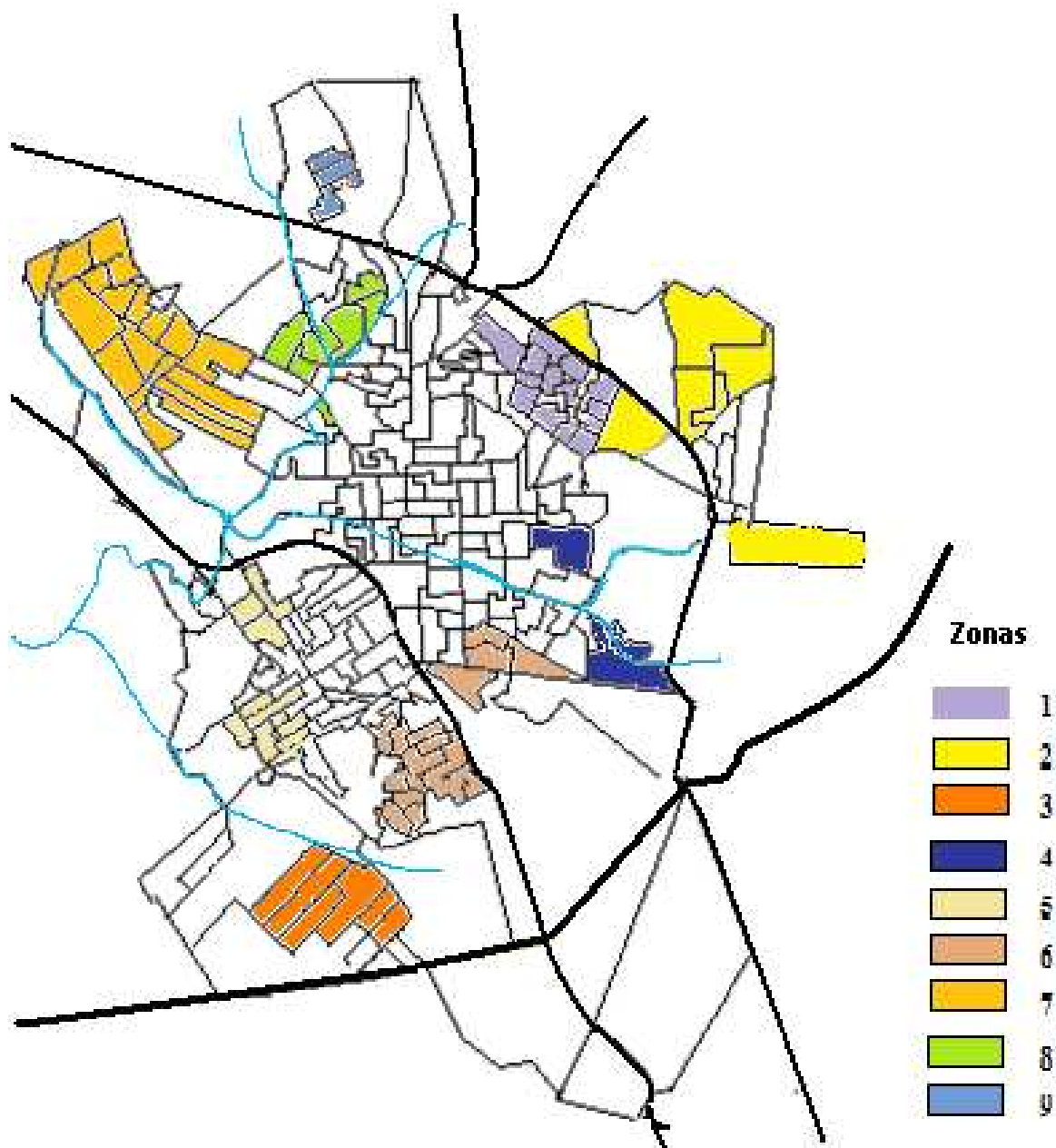
As entrevistas ocorreram entre fevereiro e julho de 2010 durante a semana e aos finais de semana também.

A tabela apresentada na página seguinte permite acompanhar a distribuição da quantidade de sujeitos por zonas no espaço urbano do município de São Carlos e auxilia a leitura do mapa 1 visto que nele se pode visualizar a distribuição espacial das zonas percorridas nas quais estão as moradias dos sujeitos selecionados para a entrevista.

Tabela 23: Zonas as quais estão distribuídos os sujeitos selecionados para as entrevistas

	Zona	N sujeitos
1A	Parque Estância Suíça, Vila São Gabriel, Chácara Paraíso, Vila Costa do Sol	07
1B	Vila São José, Jardim Santa Maria I, Vila Jacobucci	03
1C	Vila Jacobucci, Jardim São João Batista	03
2A	Parque Primavera	01
2B	Distrito de Santa Eudóxia (não consta no mapa 1 por estar fora da área urbana de São Carlos)	01
2C	Jardim Tangará, Jardim São Rafael, Parque Douradinho	04
2D	Parque Belvedere	01
2E	Jardim Santa Maria II, Constantino Amstalden	05
2F	Jardim Munique, Maria Estela Fagá	03
3A	Loteamento Social Antenor Garcia	04
3B	Loteamento Social Presidente Collor	05
3C	Cidade Aracy	09
4A	Castelo Branco	01
4B	Centro, Chácara parque Club	02
4C	Vila Rancho Velho, Vila Santo Antonio	02
4D	Jardim Dona Francisca, Azulville	02
5A	Redenção, Jardim Medeiros	02
5B	Jardim Beatriz	01
5C	Vila Carmem, Jardim Bicão, Boa Vista	04
6A	Vila Marcelino	03
6B	Vila Isabel	04
6C	Jardim Gonzaga, Jardim Cruzeiro do Sul	23
6D	Vila Monte Carlo, Vila Santa Madre Cabrine	02
6E	Jardim Pacaembu	02
7A	Parque Santa Felícia	04
7B	Residencial Monsenhor Romeu Tortorelli	03
7C	Arnon de Melo, Loteamento Social Santa Angelina, Parque Santa Felícia	10
8A	Jardim Centenário; Jardim Nova Santa Paula	05
8B	Jardim Paulistano	01
8C	Vila Pureza	03
9	Jardim Jockey Clube	02

Mapa 2: Zoneamento geral da área urbana do município de São Carlos em que se localizavam os endereços onde seria realizada a pesquisa de campo

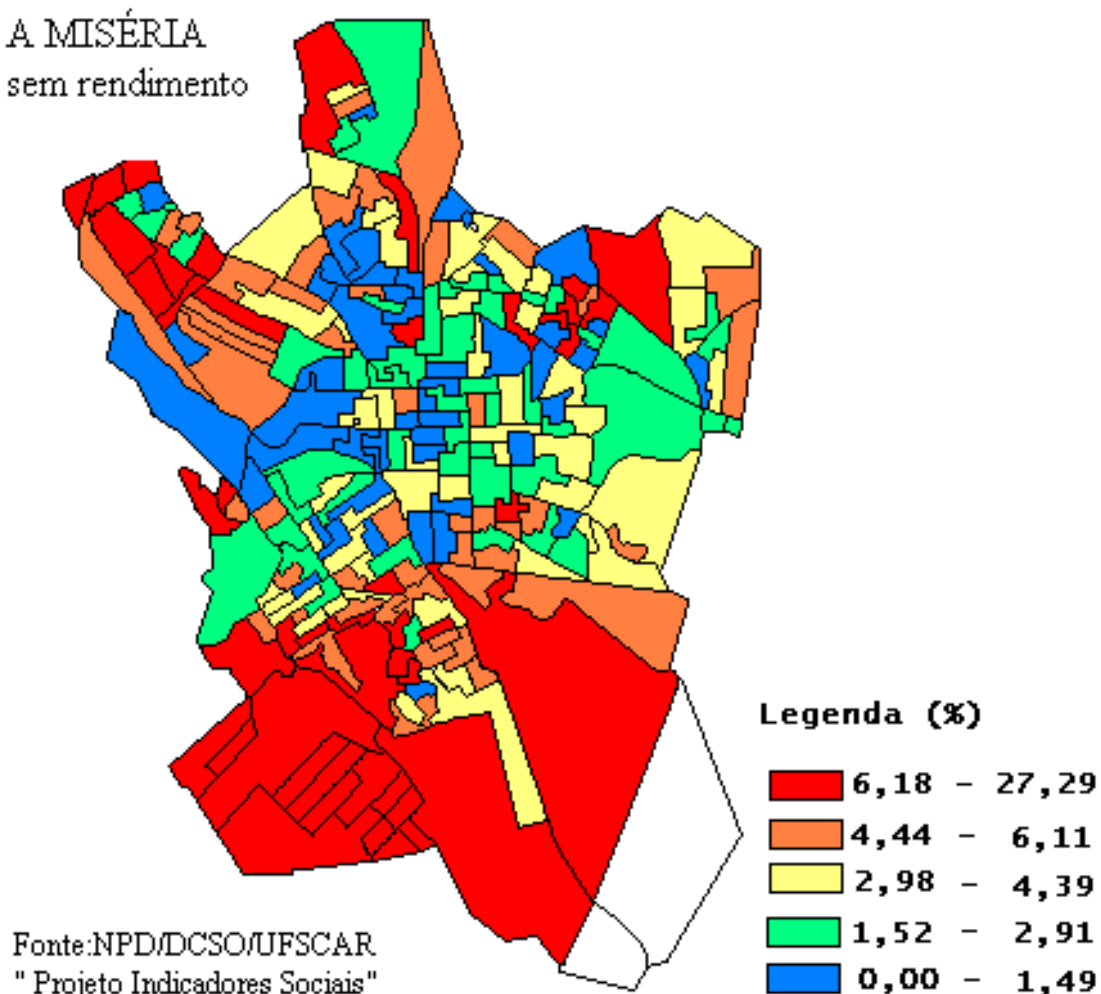


Se compararmos os mapas 1 e 2 com os que se seguem, que apresentam informações sobre escolaridade e renda, é possível perceber que há uma clara correlação entre as nove zonas e as áreas de maior precariedade de renda e baixa escolaridade. As extremidades da área urbana do município de São Carlos que concentram as áreas habitadas pelos jovens em situação de risco e selecionados para a entrevista também são as de maior vulnerabilidade de renda e acesso à educação. As regiões Noroeste – zonas 7 e 8 –, Sul –

zonas 3 e 6 – e Nordeste – zonas 1 e 2 – destacam-se como as mais desiguais. Nessas zonas encontravam-se parte significativa dos domicílios a serem visitados em busca dos jovens a serem entrevistados. A região Sul apresentou a maior quantidade de domicílios – 52, sendo 18 situados na zona 3 e 34 na zona 6 –; depois vem a região Nordeste com 28 domicílios – sendo que 13 estão na zona 1 e 15 na zona 2 –; a região Noroeste concentrou 26 domicílios – 17 na zona 7 e 9 na zona 8.

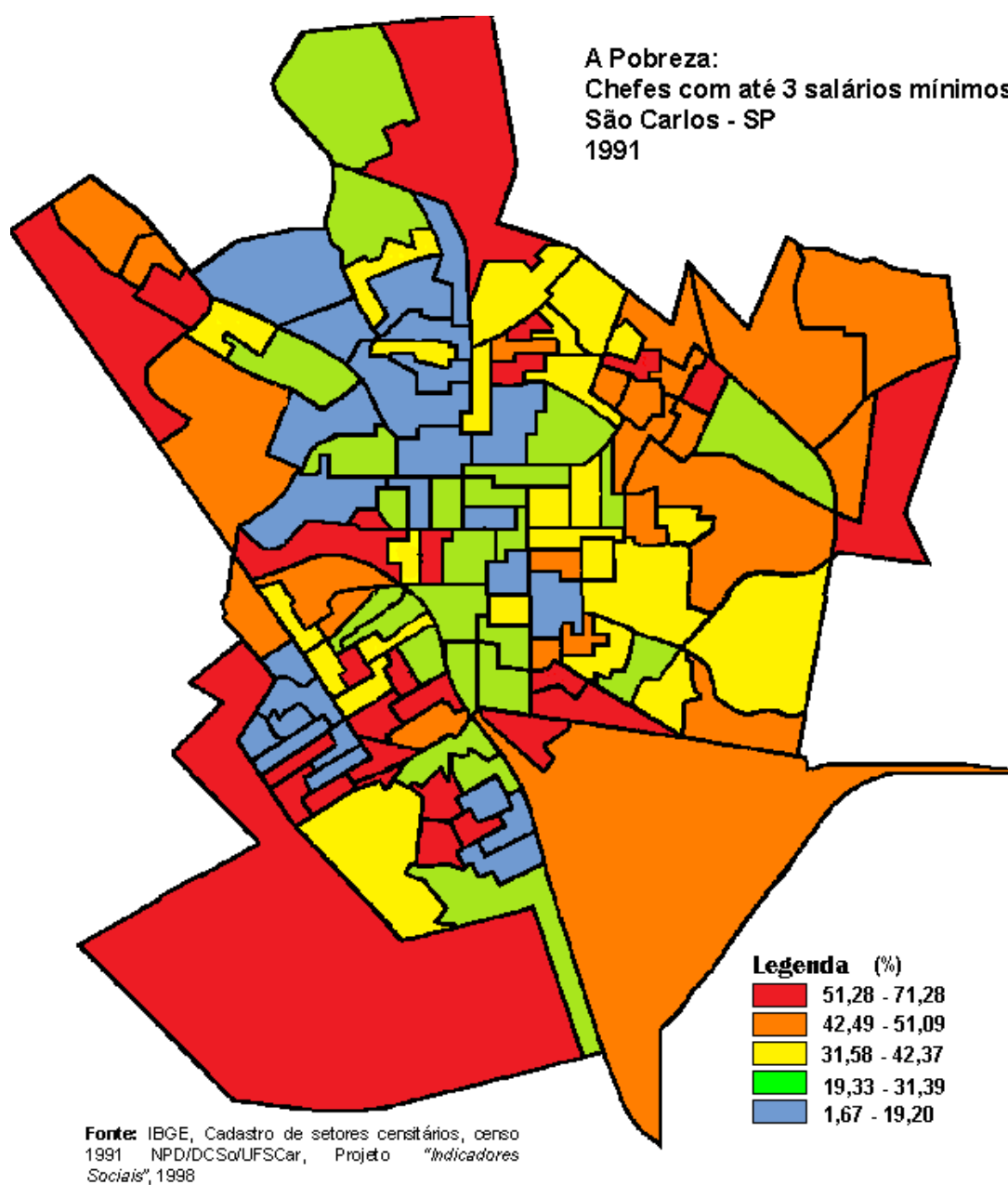
Mapa 3: População sem renda do município de São Carlos – 2000

A MISÉRIA
sem rendimento

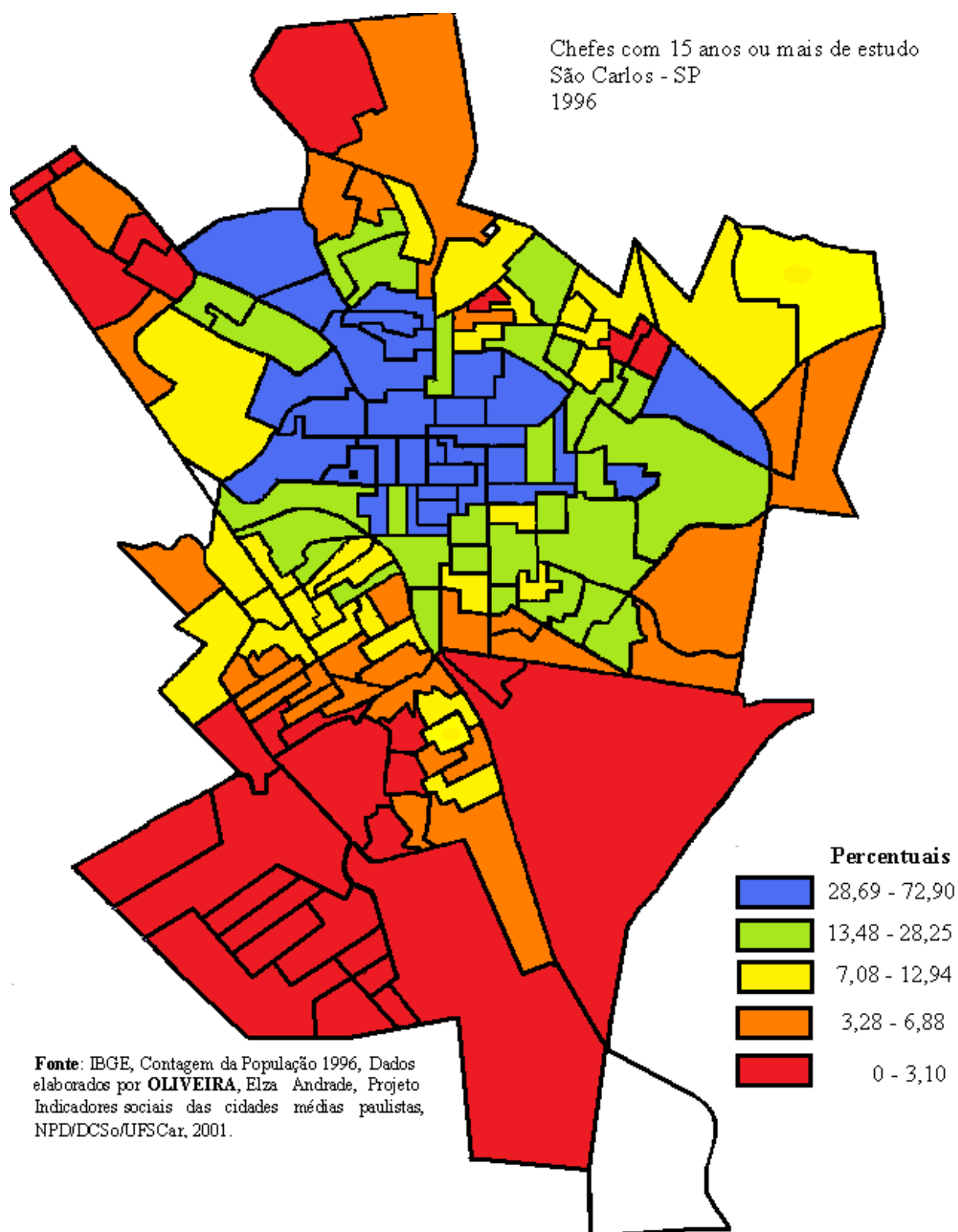


2000

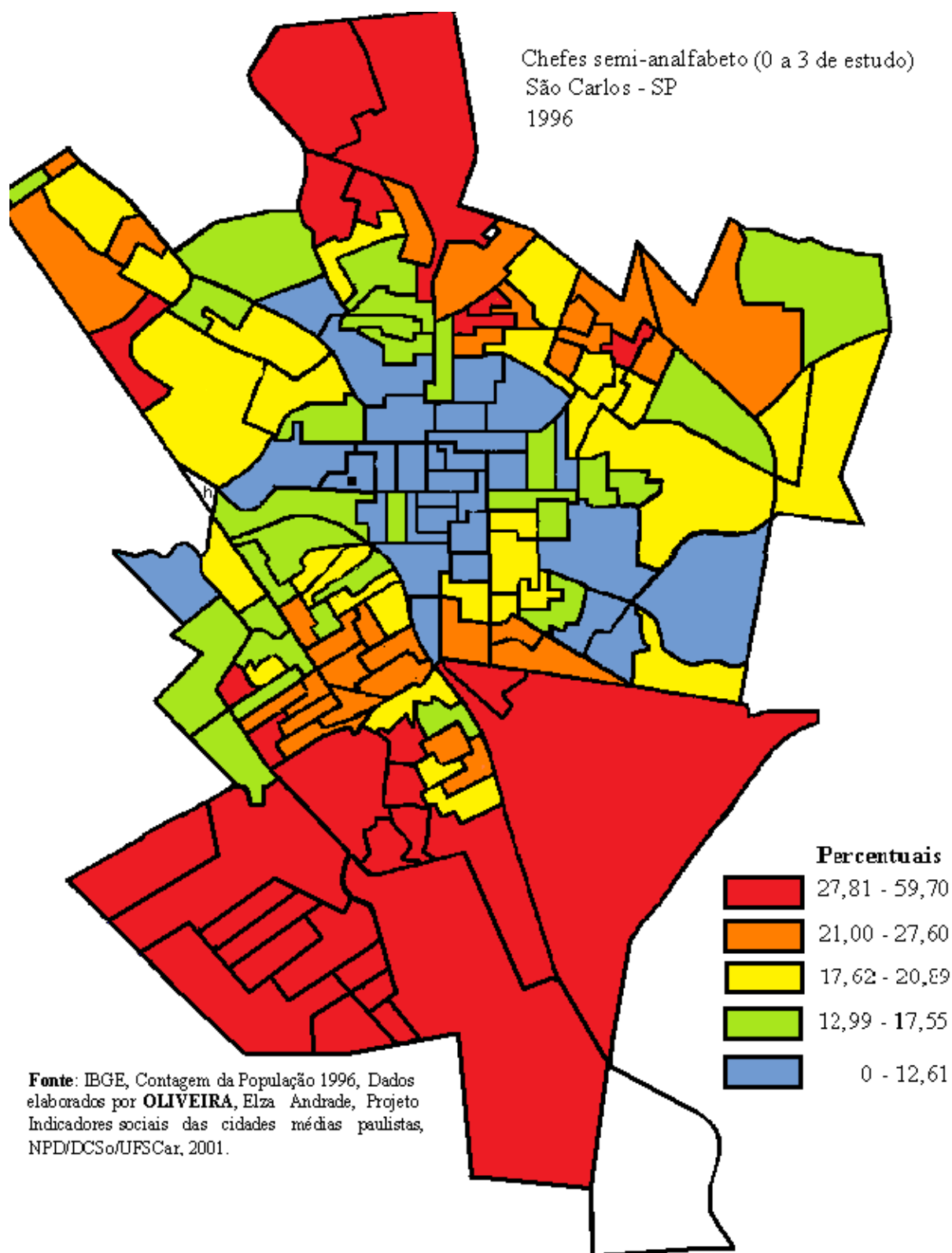
Mapa 4: Distribuição dos chefes de família com renda de até 3 salários mínimos no município de São Carlos – 1991



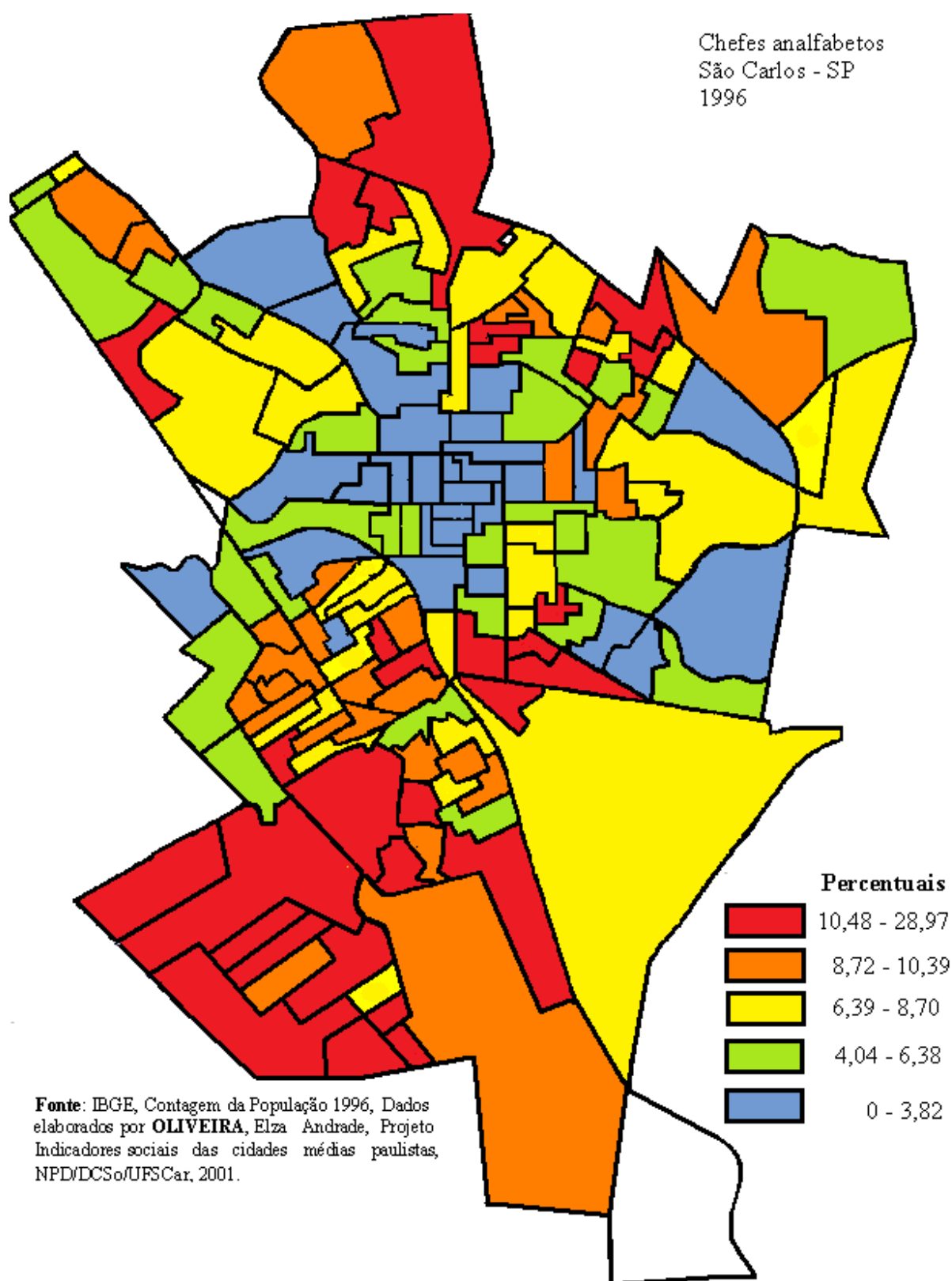
Mapa 5: Distribuição dos chefes de família com 15 anos ou mais de estudo no município de São Carlos – 1996



Mapa 6: Distribuição dos chefes de família com até 03 anos de estudo no município de São Carlos – 1996



Mapa 7: Distribuição dos chefes de família analfabetos no município de São Carlos – 1996



O contato com o mundo do jovem

A realização do trabalho de campo requereu alguns itens essenciais: vestimenta composta de calça jeans, uma camisa com bolso para ficar mais fácil colocar a caneta e a carteirinha pessoal de identificação da universidade e tênis, uma bolsa de alça com o logo da UFSCar com o diário de campo, canetas sobressalentes, gravador digital de áudio (para gravar as entrevistas), pilhas sobressalentes para o gravador, prancheta, formulários, termo de consentimento livre e esclarecido e os mapas com os endereços anotados. Pensei também em como seriam as conversas que iria estabelecer com as pessoas. Lembrei de Whyte (2005) descrevendo suas tentativas de inserção no campo de pesquisa e que certa vez tentou parecer como um dos moradores de *Cornerville* e foi censurado por um dos rapazes da esquina que aconselhou: “Bill, não queira falar como um de nós, sabemos que é diferente e o aceitamos da forma como é, seja você mesmo”. Por outro lado, já havia sido alertado por pessoas das Instituições que atendiam os adolescentes de que eu teria dificuldade para conversar com os jovens pois não entenderiam minha linguagem. Fiquei com Whyte. Afinal se eu chegasse falando, “aí mano, beleza? Vim fazer uma pesquisa, tá ligado?” beiraria o estereótipo de algo que não me representa e que não era o que os entrevistados esperariam ver em um pesquisador. Contudo, a preocupação com o vocabulário era necessária. Seria adequado evitar utilizar os termos técnicos, conceitos etc. frequentes na área acadêmica.

Apesar da novidade do contato com os jovens específicos a serem entrevistados eu não era de todo estreante nesse campo. Em dezessete anos de magistério já havia vivenciado inúmeras situações nas quais interagi com pessoas semelhantes com as que iria estabelecer contato e entrevistar, sobretudo pelo início da carreira docente ter se dado na rede pública estadual e ter atuado em escolas de periferia me colocavam razoavelmente à vontade para abordar as pessoas e as entrevistar. Já conhecia, por isso, a dinâmica dos bairros periféricos. Sabia dos territórios os quais tinham “responsáveis” que nada se fazia ali sem a autorização dele. De todas as experiências a mais importante talvez tenha sido aprender que ser diferente não era empecilho

para convivência e adquirir confiança e despertar o respeito dos outros para comigo. Ser diferente sem estar imbuído de ar esnobe ou de superioridade – não agir como um estabelecido no sentido de Elias & Scotson (2000) era o caminho. O contrário geraria o conflito.

Pensei nisso ao me preparar para a pesquisa de campo. Lembrei de uma das experiências mais ricas de meu trabalho como professor. Numa das escolas eu ingressei substituindo uma professora que havia sido ameaçada pelos alunos. Era curso noturno, bairro periférico, longe da minha casa. Fazia três anos que dava aula, estava com 23 anos naquele momento. A turma não era fácil de lidar, contudo, com muita paciência conseguia realizar o trabalho. Tudo correu bem até que um dia escrevendo na lousa fui atingido nas costas. Quis saber quem havia jogado a bolinha de papel em mim e ninguém se manifestou. Disse que estava magoado com eles e que sabiam que saía da minha casa para dar aula só para a turma deles (dava quatro aulas na sala por semana sendo que era uma aula por noite e eu só tinha essa turma na escola) e que os tratava com respeito e consideração e esperava o mesmo deles para comigo, mas que sabia que aquilo tinha sido uma ação isolada de uma pessoa e que não representava a sala toda. Como ninguém se identificou como sendo autor do ato, retomei a aula até o sinal bater, dei boa noite e fui embora. No dia seguinte, um dos rapazes da turma estava me esperando na porta e disse que precisava falar comigo. Respondi que tudo bem e que entrasse para conversarmos. Ele disse que não, que precisava falar comigo antes de eu entrar e começar a aula. Pedi que falasse então. Ele disse que a turma o tinha pressionado a confessar ser ele o autor do fato do dia anterior, desculpou-se e afirmou que eu poderia encaminhá-lo à direção e pedir a suspensão ou a expulsão dele da escola e que ele entenderia. Aceitei as desculpas e falei a ele que para mim o caso estava encerrado e que ele entrasse na sala pois a presença dele na aula era importante para mim e pedi que refletisse mais antes de agir ponderando sobre as consequências. Esse rapaz sempre foi bastante agitado na sala e às vezes me confrontava. Depois deste dia ele se tornou outra pessoa na sala de aula. Não apenas ele: o conjunto da turma mudou. Talvez percebessem em mim um professor que não estava ali para humilhá-los, ridicularizá-los ou menosprezá-los, como alguns outros infelizmente faziam. Em termos sociológicos, não havia uma relação estabelecido-

outsiders. Em muitos aspectos eu não era um igual a eles, a diferença era evidente, sem contudo que eu me colocasse como estabelecido, portanto diferença não representava uma relação de superioridade minha em relação a eles. Ao invés de ressaltar um comportamento negativo dele havia focado e valorizado uma atitude positiva, o reconhecimento do erro e o pedido de desculpas. Não havia lido Whyte e Elias nessa época, mas pensei nesse episódio que ocorrera comigo quando os li. O caminho era esse mesmo. Estava seguro disso. Estava ansioso na expectativa de que tudo desse certo.

O gravador também me deixou apreensivo. Sabia que utilizá-lo seria ótimo para que nada que fosse dito se perdesse. Não é importante apenas o que se diz, mas a entonação, as pausas, etc. que só o gravador capta. Por outro lado sabia que o teor das entrevistas poderia gerar a negativa por parte do entrevistado do registro oral, afinal, poderia ser uma prova contra ele. Eu era um estranho coletando um depoimento de acontecimentos muito sérios das vidas daquelas pessoas. Além disso, lembrava sempre de uma aula de Antropologia da graduação em Ciências Sociais na qual discutíamos sobre pesquisa de campo. A professora relatava a nós os erros que já havia cometido em campo. Conta ela que certa feita estava pesquisando população ribeirinha e, depois de alguns contatos com a população do local, achou que já havia adquirido confiança suficiente entre eles a fim de que pudesse dar início às entrevistas. Na primeira tentativa, senta-se com a pessoa, tira o gravador da bolsa, coloca sobre uma superfície e o liga. Era gravador antigo. Essa aula foi em 1994 e o fato relatado havia ocorrido muitos anos antes. Gravador antigo requeria microfone. Gravador ligado, inicia-se a entrevista. Após a pergunta o microfone é devidamente posicionado próximo à boca do entrevistado para que fosse dada a resposta. Ele olhava para aquele objeto evidenciando não estar à vontade. A pergunta crucial que a desmontou, segundo ela foi: “Fale sobre a sua vida, ela era melhor antes ou agora?” E ele diz: “Antes.” E ela: “Por quê?” Ele responde: “Por que antes não vinham aqui pessoas estranhas nos fazer falar com um negócio desses na boca.” Ela aposentou o gravador naquela pesquisa.

Antes e durante o trabalho de campo isso sempre esteve na minha mente. A minha vantagem, pensava eu, é que o gravador de hoje é digital, sem aquelas enormes fitas que faziam um ruído que denunciava que a gravação

estava sendo executada. Hoje o gravador não requer microfone externo e, de tão pequeno, poderia colocar no bolso da camisa sem que o entrevistado percebesse. Aliás, algumas pessoas sugeriram isso: “Ah! Grava a conversa e nem avisa.” Retrucava que não poderia fazer isso, que a ética da pesquisa exige certos procedimentos e um deles é a gravação ser feita sob o consentimento do entrevistado. Porém, depois de consentida a gravação da entrevista, o aparelho não deveria ser o centro das atenções. O gravador também seria fundamental para a execução do trabalho de campo dada a péssima capacidade de memorização que o pesquisador possui.

O trabalho de campo seguiu um roteiro determinado pelo zoneamento cartográfico realizado. O mapa da área urbana do município de São Carlos foi desmembrado nos trinta e um mapas²³ abrangendo cada uma das zonas que continha pelo menos um sujeito a ser entrevistado. As trinta e uma áreas foram percorridas utilizando o veículo particular do entrevistador, à exceção da zona 6 que foi percorrida a pé devido ao fato de que concentrava em uma área relativamente pequena um grande número de indivíduos a serem entrevistados (27). O contrário ocorreu nas outras zonas nas quais embora pudessem conter mais de um endereço a ser visitado, apresentavam certa distância entre um domicílio e outro. Além disso, o veículo se fez necessário devido a uma característica existente na quase totalidade dos bairros visitados que é a irregularidade do ordenamento da numeração dos domicílios. Muitas vezes era necessário percorrer uma mesma rua diversas vezes em busca de um endereço. A primeira tentativa era por aproximação. Observava-se o número desejado, onde estava o início da rua e uma certa progressão na numeração de maneira a que o número procurado poderia estar uma quarteirão antes ou um depois. Por exemplo, se numa rua procurava o número 850 e em determinado quarteirão verificasse que as casas tinham numeração entre 700 e 1000 era bem provável que o número 850 estivesse naquele quarteirão ou no anterior ou no seguinte. Todavia isso nem sempre funcionava. Muitas vezes era necessário percorrer a rua bem devagar e tentar identificar o número das moradias para ver se identificava a procurada. Outro fator dificultador é que nem sempre as moradias possuem numeração expressa, algumas possuem mais

²³ Como pode ser observado no mapa 1.

de uma numeração (provavelmente por alterações realizadas ao longo do tempo na sistemática de identificação naquela rua), outras possuem numeração oculta dentro de alguma garagem, coberto ou pequeno alpendre. Se o número não fosse localizado passava-se à segunda estratégia que era perguntar, no raio dos três quarteirões de numeração próxima, aos moradores se sabem onde fica o número pretendido ou se conhecem a pessoa procurada.

Aí residia outra dificuldade. Em muitos casos os vizinhos ou conhecidos desconhecem o nome da pessoa quando esta possui codinome. E a menos que tivesse a sorte de estar indagando a algum parente ou pessoa bem próxima ao sujeito a ser entrevistado e que, portanto, conhecesse o nome dele, a resposta com muita certeza seria negativa em relação ao nome pronunciado pelo pesquisador.

Até mesmo quando o endereço era encontrado e havia alguém em casa, chamar pelo nome não era garantia de que saberiam de que pessoa se tratava. Bati em uma casa, um senhor me atendeu, perguntei pelo nome que estava procurando. Confirmou o primeiro nome, fiz que sim, ele disse não conhecer. Aí anunciei o nome completo, mesmo assim dizia para mim que não sabia. Até que houve uma pausa, e me disse que talvez fosse o sobrinho dele. Pediu que eu aguardasse que iria chamar a bisavó do jovem que ela sabia o nome completo dele. Sai de um longo corredor lateral uma senhora bem franzina e me atende. Confirma ser seu bisneto todavia afirma que o mesmo estava preso há dois anos por roubar um botijão de gás. Disse que pelo menos lá ele está seguro pois está vigiado.

Não foram poucos os dias em que ao longo de horas percorrendo os endereços de uma ou mais zonas próximas, voltava para casa sem conseguir fazer nenhuma entrevista. Muitas vezes, mesmo que endereço do sujeito fosse encontrado e houvesse alguém na casa que confirmasse que ele mora ali, outra dificuldade aparecia que era conseguir encontrá-lo em casa. Mesmo entre os que trabalham e que, portanto, obedecem uma rotina de horário mais rígida, tinha-se dificuldade de encontrar um horário em que pudesse encontrá-lo em casa.

O relato de um dia de trabalho de campo ilustra isso. Moradia localizada, bato palmas, alguns meninos brincam de bola na rua, um deles grita para o outro que estão batendo na casa dele, vem o menino, grita para a

mãe lá dentro que “chegou gente”. Uma adolescente de cerca de quinze anos me atende, identifico-me apresentando a carteirinha da universidade, explico o que tinha ido fazer, ela diz que vai chamar a mãe. Um instante depois a mãe me atende, fala que o filho está trabalhando e que retorna às 17h30min. Sugere que eu retorne mais tarde. Agradeço e digo que voltarei mais tarde. Dei continuidade à jornada de buscas. Aquele dia o céu estava com poucas nuvens, o frio havia amenizado com o sol. Era um dia de julho, característico de inverno. Retorno ao endereço pouco antes do horário indicado, por volta de 17h15min o sol já baixo, esfriava. A irmã está na calçada e, ao me ver, fala que ele ainda não chegou mas que eu espere um pouco. Aproveito e converso um pouco com ela. O aparelho de telefone celular na mão dela é trocado de mão em mão durante a conversa. Pergunto sobre os estudos. Ela explica e fala que quer fazer universidade, que tem amigos que fazem e ela também quer. Já são 18h30min. A conversa já esfriou, assim como a temperatura. Estava sem casaco que ficou no carro. Fui buscá-lo. Não tinha gorro e o vento forte e frio me dava dor de cabeça. “Tomara não pegue gripe senão atrapalhará a pesquisa,” pensei. Cada motocicleta que apontava na avenida que era visível por um amplo terreno baldio ela me dizia que talvez fosse ele. Várias motocicletas passaram até que fosse a dele. Já eram quase 19 horas quando chegou. Parou a motocicleta, guardou na garagem, a irmã foi falar com ele que veio até mim. Dou a mão, cumprimento e me apresento. Explico sobre a pesquisa e ele diz que aceita e marca comigo no sábado na universidade. Dei o número do meu telefone celular e pedi que ligasse a cobrar caso ocorresse algum imprevisto que o impedisse de comparecer no sábado. “Ao menos uma esperança de ter pelo menos uma entrevista”, pensei. Afinal, o resultado daquele dia foi: conversei com a irmã de um jovem a ser entrevistado, ele não estava em casa, ela falou para eu tentar mais tarde (após outras duas tentativas em dias posteriores ele foi entrevistado); consegui localizar o endereço e o jovem, eram duas da tarde, a avó disse que ele morava no fundo, não sabia que já tinha chegado em casa (tinha saído a noite), ela chama, ele demora mas responde, depois de um tempo vem conversar comigo, apresento-me e explico sobre a pesquisa, mas ele não aceita conceder a entrevista, agradeço e vou tentar localizar o próximo. Localizo o endereço, bato, ninguém. Passar de novo. Localizo o endereço, bato, ninguém. Passar de

novo. Percorro a rua, o número não existe. Pergunto, ninguém sabe informar. A mesma coisa ocorreu no próximo. Em outro, o endereço existe, mas não tem ninguém. Passar de novo outro dia. O mesmo ocorreu no seguinte. O próximo não localizei o número, mesmo esquema, perguntas e nada. Rua e número localizados, alguém atende, que bom, sucesso, obtenho a informação de que a pessoa mudou-se mas não sabe para onde. Quem sabe terei mais sorte na próxima casa, bato, mas ninguém atende. Próxima. Conjunto habitacional, rua sem saída, chego quase ao final, identifico o número, paro o carro, bato palmas, ninguém atende, mas há pessoas na casa, insisto, alguém olha para fora era uma jovem, indaga o que é, pergunto pelo nome e se mora ali. Notei que no mesmo instante a jovem ficou assustada, era irmã dele, e me informa que o irmão havia falecido há quatro anos. Aí foi minha vez de fazer cara de susto. Penso, “o que digo?”, peço desculpas, mas pergunto do que havia morrido pois era uma informação importante para a pesquisa e fui informado que foi assassinado. Contudo ela não quis especificar a razão. Sabia que o risco de morte era algo muito próximo dos jovens a serem entrevistados, mas tinha sido a primeira vez que anotava a informação. No decorrer da pesquisa isso ocorrerá outras vezes. No último endereço visitado obtenho a informação de que ele não mora mais ali. Um dia todo sem uma entrevista sequer, porém, uma agendada para sábado ao meio dia.

Chegou o sábado e quando era meio dia, o horário combinado, já estava há meia hora na universidade em frente à biblioteca esperando o jovem para a entrevista. Uma e quinze, nenhuma ligação no celular, nenhuma motocicleta. Fui embora. Depois do almoço vou à casa dele. A irmã fala que ele saiu e não sabe onde está. Peço que o avise que estive lá para saber se havia acontecido algo com ele pois não tinha ido ao meu encontro como combinado. Ela diz que dará o recado. Na manhã do domingo o telefone celular toca, era ele, pergunta se poderíamos marcar a entrevista para depois do almoço. Digo que sim, marcamos às 13h30min na universidade. Desta vez deu certo.

Experiências do campo: a diversidade encontrada

Ao mesmo tempo em que ocorreram situações de dificuldade de estabelecer um contato com os jovens por não os encontrar em casa ou não encontrar o endereço, também as buscas geraram situações de contato com pessoas de convívio dos jovens e que, embora a entrevista não tenha sido realizada, trouxeram à tona a riqueza da diversidade com campo.

Alguns casos foram selecionados e serão relatados resumidamente nos próximos parágrafos.

Era um sábado, verão, um calor intenso, as ruas da periferia estavam repletas de pessoas. O sol escaldante que recobre as telhas, muitas delas de amianto, das muitas moradias sem forração, expulsa as pessoas de dentro delas. Aliado a isso soma-se uma família numerosa, avolumada pelos agregados frequentes habitando em um espaço reduzido. Tudo convida a ir ao espaço público. Ali a rua é o local de convívio por excelência. Final de tarde, quase anoitecendo, estou à procura de um endereço. A rua mais parecia um rio meândrico que após a sua foz tinha nova nascente. Percorria de montante a jusante e vice versa e nada de encontrar o número. Já havia parado para perguntar em vários pontos e ninguém me sabia dizer onde ficava aquele número. Já num dos finais da rua, minha última tentativa, uma mulher e uma adolescente na calçada, a mulher chupando juju²⁴. Parei o carro e perguntei pelo número. Ela diz ser lá. “Que sorte”, penso, pois o mesmo não estava estampado em local algum. “Enfim achei”, pensei. Apresento-me e ela diz se chamar Maria²⁵. Do outro lado da rua havia um grande galpão com alguns rapazes encostados na parede. Quase havia perguntado para eles, porém preferi as mulheres. Acreditei serem elas menos desconfiadas da presença de um estranho. Depois percebi que para isso não houve uma regra ao longo da pesquisa: a confiança ou a desconfiança estiveram presentes nos dois gêneros. Falo a ela então quem procuro, a mulher diz ser seu filho. Ao me ver conversando com elas, um dos rapazes que estava do outro lado da rua vem

²⁴ Juju é um tipo de sorvete feito com a mistura de água e refresco em pó inseridos dentro de um saquinho de plástico longo e delgado.

²⁵ Codinome atribuído pelo pesquisador para preservar a identidade real da interlocutora. Os nomes que aparecerem no relato de campo não serão os verdadeiros.

até nós ver o que se passa. Era um dos filhos dela e diz a ele que eu estava a procura do irmão e ele entra na casa. Ela me informa que o filho que eu procurava está internado na Fundação CASA por roubo. No episódio foi baleado e operado. Alega que é uma pena que o menino não esteja ali pois certamente concederia a entrevista. “Meu filho é um menino bom, iria te ajudar.” Merton me veio à cabeça. Mostrar que é capaz de me ajudar talvez contribua para elevar a sua auto-estima²⁶. Diz que além deles tem mais um filho que está na penitenciária e que o que havia entrado deixou a cadeia há pouco. Conversamos quase uma hora. A adolescente, que é esposa do filho que estava ali, acompanha toda a conversa. Fica interessada. Pergunta se ela também não será entrevistada pois também tinha infracionado. Admirado pergunto qual a infração e ela me responde que havia matado o marido anterior juntamente com a prima com quem o marido estava tendo um caso. Disse que é mãe de duas crianças mas não moram com ela. Diz que tem 15 anos e que está morando na casa de D. Maria pois a mãe dela é uma pessoa muito má e que ali foi acolhida por D. Maria que vai tentar conseguir a guarda dela. D. Maria pareceu aliviada por ter podido falar comigo. Disse que admirava a minha disposição de sair para pesquisar em um sábado de sol e calor e me desejou sucesso e que tinha a esperança que a pesquisa pudesse ajudar outros jovens como o filho dela. Eu que estava me sentindo impotente diante do relato de vida daquelas pessoas, senti que a pesquisa não me deixaria na indiferença diante daquilo que ouvi. Percebi nesta conversa e nas outras tantas, que o pesquisador é visto como um amplificador para a voz deles. É por meio do pesquisador que mostram que estão vivo, sentem e clamam. Foi uma das coisas que pensei naquele dia. Anoitece. Vou embora com muitos pensamentos sobre o que havia ouvido. Jamais me esquecerei de D. Maria. Marcou minha trajetória de vida e de pesquisador.

Novo dia. Duas tentativas já feitas de encontrar o jovem em casa, bato novamente. Uma casa muito simples, baixa e aparentemente sem forração, apenas o telhado de amianto. O jovem é menor de idade, o pai, Sr.

²⁶ Em inúmeras situações da experiência do campo as referências teóricas vinham à mente. É como se os autores estivessem participando da conversa e exemplificassem *in loco* mostrando que a teoria está viva em nós nas tentativas de análises sociais e a importância delas para o trabalho do pesquisador. Sentia-me menos só. Estava acompanhado de pioneiros que certamente haviam sentido tantas outras sensações no campo.

José, precisa autorizar a entrevista, apresento-me a ele e explico sobre a pesquisa. O Sr. José aparentava estar embriagado. Tinha a fala enrolada e desequilibrava-se conforme falava e se movimentava no meio da rua. Disse que a entrevista não iria resolver nada para a vida do filho e disse ainda que o outro filho havia sido atropelado na rodovia ali perto e tinha ficado com a perna com sequelas e ninguém ajudava. Teceu severas críticas à Universidade e às nossas pesquisas. Disse que não tínhamos nada a aprender ali. Começa a juntar gente na rua e percebi que alguma confusão poderia ocorrer. Não espero ele terminar de falar, agradeço e me despeço. Iria tentar outras entrevistas naquela zona e não desejava me indispor ali para não dificultar as outras tentativas. Confesso que a frustração havia tomado conta de mim. Afinal depois de um dia todo de trabalho somente havia conseguido uma entrevista e muitas negativas e fui exposto no meio da rua. Sr. José e D. Maria, duas famílias, duas peças de um quebra cabeça. Enquanto uma fala na esperança de que alguma coisa mude a vida deles, outro talvez já tenha perdido a esperança e, portanto, considera inútil falar ou deixar o filho falar.

Em outro dia, já estava desanimado depois de várias casas procuradas e conversado com muita gente. Apesar de ter tido contato com dois possíveis entrevistados tive as entrevistas negadas. O dia já estava terminando. Era uma tarde chuvosa de domingo, meio frio para um dia de verão. A periferia fica triste em um dia assim, ninguém na rua. Enfim, procuro o último possível endereço daquele dia antes que a noite caísse e numa das últimas ruas do bairro identifico o número na parede, estaciono o carro e bato palmas. É um corredor que leva a uma casa nos fundos. Vem uma pessoa me atender, me apresento, e digo quem procuro e a pessoa diz ser ela. Explico sobre a pesquisa, e tenho a autorização para a realização da entrevista. Sou convidado a entrar na casa. Simples, a esposa está lá dentro. Ele estava jogando vídeo game, oferece assento no sofá, preparo o equipamento, o termo de consentimento e o formulário. Ele preenche o termo, assina e iniciamos a entrevista. Ao começar a me tornar mais íntimo da vida daquela pessoa, vou também sentindo as angústias, os desejos, os sonhos, os desabafos. Seu depoimento era uma mistura de tudo isso e parecia me conhecer a certo tempo e buscar em mim palavras de conforto, quiçá conselhos. Ao mesmo tempo em que ouvia, era como se um filme da vida

daquela pessoa que acabara de conhecer se passasse em minha mente e ficava pensando em maneiras de poder ajudá-lo. Descortinava-se a mim um mundo complexo, pouco familiar, pelo menos não de vivência, porém, familiar das leituras que já havia realizado, um mundo exótico, no sentido que atribui Roberto Da Matta (1978).

Em outra ocasião vou a um endereço já visitado duas vezes sem resultado, não havia ninguém, bati palmas e uma mulher atende dizendo ser a mãe dele. Falou que ele não estava, mas estava ali mesmo no bairro e que iria mandar chamá-lo. Depois de alguns minutos ele chega, bem atencioso, pede que tragam duas cadeiras para colocar na garagem, a mãe vem trazer uma xícara de café, explico sobre a pesquisa e ele concorda em dar a entrevista. A porta da sala está aberta, há várias pessoas lá dentro da casa que podem ouvir a nossa conversa. Assim como esta, as entrevistas nunca são reservadas. Sempre há pessoas por perto ou acompanhando a entrevista. Em uma delas, por exemplo, a mãe e a namorada estavam juntas e, às vezes, as respostas eram dadas por elas ao invés do entrevistado. Não há segredo. Pessoas entram e saem sejam da família ou não e a entrevista continua. Numa das áreas, a minha presença foi diuturna durante alguns dias que ao sair de uma entrevista os vizinhos da frente queriam que eu lá fosse entrevistá-los. Tive que explicar por que não seria possível sem expor o entrevistado anterior.

Em outra ocasião bato palmas, o pai atende e chama o jovem que tem 18 anos e aceitou conceder a entrevista. Entretanto enquanto eu explicava para o jovem sobre a pesquisa o pai ficou prestando atenção e proibiu o filho de realizar a entrevista. Pela expressão do rosto do jovem, essa não era a vontade dele, contudo não quis contrariar o pai que proferiu um longo discurso para mim afirmando que o menino não ia dar a entrevista, que ele estuda, que foi coisa da polícia o filho ter passado pelo NAI, e que ninguém dá oportunidade de trabalho para quem não tem experiência, por isso não está trabalhando. Disse ainda que a pesquisa não vai dar em nada e que eu deveria ir pesquisar no CDHU onde tem marginal. Disse que se depender da Câmara Municipal e do Governo do Estado, bem como dos juizes, nada mudará. Aleguei que se ele considerava que mudanças deveriam ocorrer, então seria importante registrar o descontentamento por meio da entrevista do menino, mas não adiantou. Embora não tenha conseguido a entrevista deu para

perceber como o pai avalia as instituições pelas quais o menino passou. Eu estava dentro da garagem da casa e o portão estava fechado à chave e, conforme o tempo passava, a fala do pai ficava cada vez mais agressiva. Parecia que se alterava. Partia para o meu lado, fui me dirigindo ao portão, o jovem percebera a mesma coisa que eu, abriu rápido o portão para mim, saí imediatamente.

Além das ações e reações humanas, o pesquisador também teve que interromper a pesquisa num dia de verão devido à forte chuva que caiu, alagando algumas ruas do bairro no qual estava percorrendo e interrompendo as vias de acesso entre este bairro e os demais tendo ficando ilhado até a água baixar e poder ir embora quando já tinha anoitecido.

Dada a intromissão que é o fato de ter um pesquisador desconhecido batendo à porta no intuito de inquirir pessoas sobre assuntos nem sempre fáceis de serem lembrados e à quantidade de pessoas com as quais foi estabelecido contato ao longo de toda a pesquisa, o saldo foi positivo. Apenas duas situações mais conflituosas em inúmeras amistosas. Para concluir esta parte, aproprio-me de uma fala de um dos jovens entrevistados. “Tudo o que se faz na vida é uma lição.” A pesquisa como um todo foi e será uma lição. Consideremo-la como tal.

4.2 “Fala garoto”: família, a casa, o trabalho, a vida do jovem

A partir deste ponto será utilizado o termo jovem para designar os sujeitos entrevistados. Utilizar o termo adolescente não será apropriado a partir daqui uma vez que a faixa etária dos entrevistados foi de 17 a 23 anos. O fato é que quando receberam o atendimento no NAI todos os hoje jovens eram adolescentes, todavia, o tempo passou e alguns já não o são. Além disso, optou-se por designá-los apenas por jovem e atribuir-lhes um número diferencial. Apesar da impessoalidade a que isso remete e dada a impossibilidade de utilizar os nomes verdadeiros em vista de preservar-lhes a própria identidade, tentou-se evitar possíveis significações e adjetivações positivas ou negativas que poderiam ser atribuídas a cada um dos jovens com escolha de nomes aleatórios. Um nome não é uma palavra neutra. A sua essência sempre carrega significados. A pesquisa não desejava atribuir significados desta natureza aos jovens.

Dos 160 jovens selecionados para a entrevista 104 estão classificados na categoria não localizados e estes compreendem somente os jovens que se enquadraram em uma das seguintes situações: o endereço não constava em sua ficha, a rua não foi localizada, o número da moradia não foi encontrado na rua, ausência de pessoas na moradia (mesmo tendo realizado três tentativas em dias e horários diferentes), mudança de endereço, ausência do jovem na moradia. Essas dificuldades de alguma forma indicam a fragilidade da vida das famílias desses jovens. Os 04 jovens falecidos, os 29 presos e 02 internados na Fundação CASA evidentemente também não foram localizados. Entretanto, foram distribuídos em outras categorias devido à relevância da informação para a pesquisa. Dos 21 jovens localizados, 15 foram entrevistados, 04 jovens não aceitaram concedê-la e, dois, os pais não autorizaram a entrevista.

Tabela 24: Distribuição por categorias do número total de Jovens selecionados atendidos no NAI

Categorias	N	%
Selecionados	160	100,0
Entrevistados	15	9,0
Não entrevistados	145	91,0
Razões da não entrevista		
Não localizados	104	64,0
Falecidos	4	3,0
Presos	29	18,0
Não quiseram conceder a entrevista	4	3,0
Internados na Fundação CASA	2	1,5
Pai não autorizou a entrevista	2	1,5

As tabelas abaixo permitem uma visualização mais específica de como se distribuíram as categorias de acordo com os quatro grupos nos quais os jovens estavam distribuídos para a realização dos procedimentos de seleção para a entrevista. (01 atendimento; 02 a 15 atendimentos; 16 a 22 atendimentos e 23 a 44 atendimentos)

Tabela 25: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram 01 atendimento no NAI

Categorias	N	%
Selecionados	50	100,0
Entrevistados	08	16,0
Não entrevistados	42	84,0
Razões da não entrevista		
Não localizados	37	74,0
Falecidos	–	–
Presos	2	4,0
Não quiseram conceder a entrevista	1	2,0
Internados na Fundação CASA	–	–
Pai não autorizou a entrevista	2	4,0

Os jovens do grupo dos que tiveram 01 atendimento no NAI representaram 54% de todos os entrevistados. Tanto para este grupo quanto para os outros três é importante se atentar para o fato de que embora a coluna da direita expresse os valores relativos, sempre o são em relação ao total dos que foram selecionados no grupo. Quando não há registro nas categorias falecido e internado na Fundação CASA, como acontece entre os que tiveram apenas um atendimento no NAI, isso não significa que não haja ninguém nessas categorias, dado que muitas vezes não se sabe a condição dos não localizados. Portanto, os dados apresentados devem ser lidos com cautela a fim de que não se tirem conclusões impróprias.

Tabela 26: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram de 2 a 15 atendimentos no NAI

Categorias	N	%
Selecionados	78	100,0
Entrevistados	6	7,5
Não entrevistados	72	92,5
Razões da não entrevista		
Não localizados	52	66,7
Falecidos	3	3,8
Presos	14	18,0
Não quiseram conceder a entrevista	3	4,0

Tabela 27: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram de 16 a 22 atendimentos no NAI

Categorias	N	%
Selecionados	24	100,0
Entrevistados	1	4,2
Não entrevistados	23	95,8
Razões da não entrevista		
Não localizados	8	33,2
Falecidos	1	4,2
Presos	12	50,0
Não quiseram conceder a entrevista	–	–
Internados na Fundação CASA	2	8,4

Tabela 28: Distribuição por categorias do número de Jovens selecionados que tiveram de 23 a 44 atendimentos no NAI

Categorias	N	%
Selecionados	8	100,0
Entrevistados	–	–
Não entrevistados	8	100,0
Razões da não entrevista		
Não localizados	7	88,0
Falecidos	–	–
Presos	1	12,0
Não quiseram conceder a entrevista	–	–
Internados na Fundação CASA	–	–
Pai não autorizou a entrevista	–	–

Chama a atenção o fato de a porcentagem dos entrevistados diminuir à medida que aumenta o número de infrações. Chama a atenção também de que, de 01 a 22 atendimentos, aumenta a porcentagem de presos e falecidos. Inacessíveis, os dados de 23 a 44 atendimentos – os que tiveram um número maior de atendimentos – foram excluídos dessa série pois sobre os quais pouca informação se obteve.

Foi realizado um levantamento sobre a idade que os jovens selecionados para a entrevista possuíam quando praticaram o seu primeiro ato infracional. Como a seleção jovens a serem entrevistados utilizou o critério da divisão nos quatro grupos de acordo com a quantidade de atos praticados, assim também foram agrupados os dados. É importante ressaltar que, para os que cometeram mais de um ato infracional, levou-se em consideração nas tabelas e gráficos a seguir, apenas a idade do primeiro ato infracional praticado.

Tabela 29: Idade do ato infracional dos Jovens selecionados – 1 atendimento

Idade (anos)	N	%
11	2	4,0
12	4	8,0
13	9	18,0
14	10	20,0
15	10	20,0
16	13	26,0
17	2	4,0
Total	50	100,0

Gráfico 12

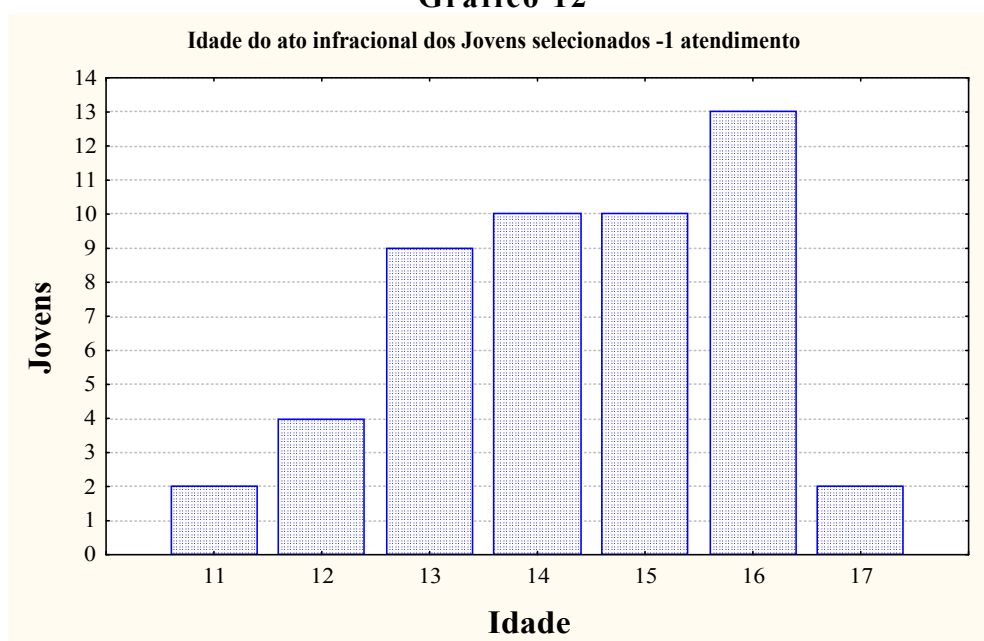


Tabela 30: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 2 a 15 atendimentos

Idade (anos)	N	%
10	1	1,3
11	4	5,1
12	12	15,4
13	12	15,4
14	20	25,6
15	12	15,4
16	15	19,2
17	2	2,6
Total	78	100,0

Gráfico 13

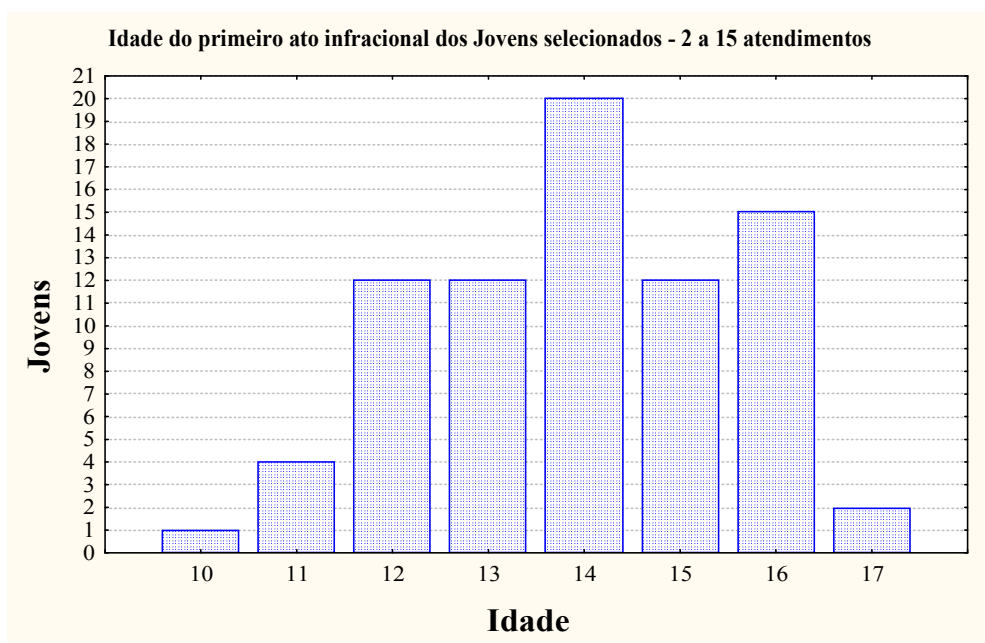


Tabela 31: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 16 a 22 atendimentos

Idade (anos)	N	%
8	2	8,3
9	1	4,2
10	–	0,0
11	3	12,5
12	9	37,5
13	2	8,3
14	5	20,8
15	2	8,3
Total	24	100,0

Gráfico 14

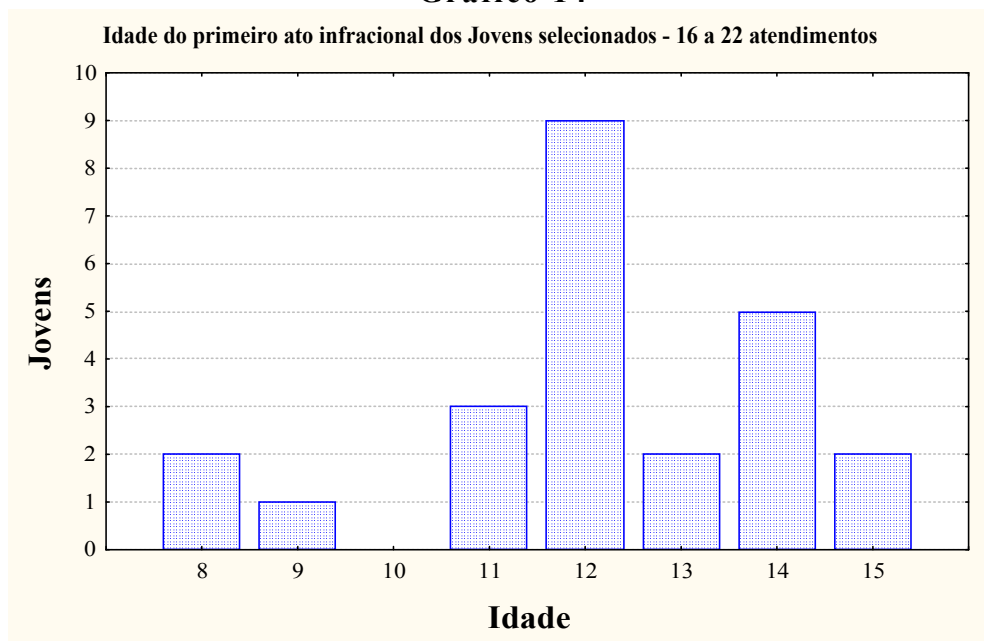
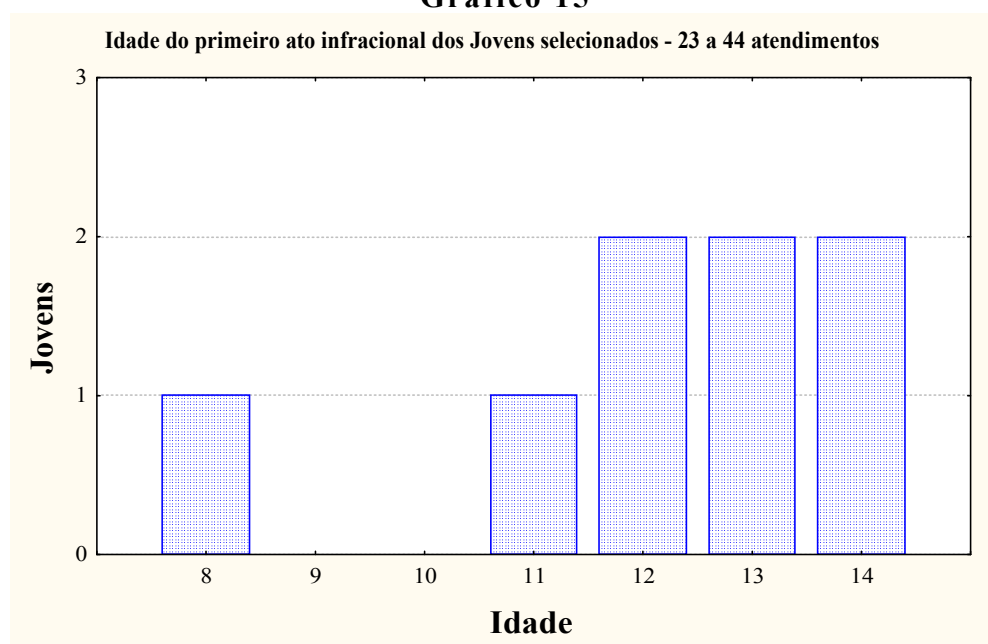


Tabela 32: Idade do primeiro ato infracional dos Jovens selecionados – 23 a 44 atendimentos

Idade (anos)	N	%
8	1	12,5
11	1	12,5
12	2	25,0
13	2	25,0
14	2	25,0
Total	8	100,0

Gráfico 15



Pode-se notar que a idade com a qual se cometeu o primeiro ato infracional diminui à medida que aumenta o número de atos infracionais praticados. Diminuem também a idade média e a mediana. É como se uma série de infrações fosse precocemente anunciada. A idade média para os jovens com 01 atendimento foi 14 anos e 05 meses e a mediana foi 14 anos e seis meses. Para os jovens entre 02 a 15 atendimentos a idade média foi 14

anos e a mediana 14 anos. Os que tiveram 16 a 22 atendimentos têm idade média de 12 anos e 02 meses e a mediana 12 anos. Já os jovens com 23 a 44 atendimentos a idade média foi de 12 anos e 02 meses e a mediana de 12 anos e 06 meses.

A vida dos jovens

Dimensões sócio-demográficas

O bairro onde se mora

Os bairros nos quais os jovens moram são periféricos, à exceção de um, que se localiza mais próximo da área central e cujo padrão das moradias é de classe média, embora sua moradia seja modesta. Os demais vivem em bairros bem característicos da periferia de diversas cidades paulistas semelhantes ao que já foi descrito por Feltran (2008). Os bairros visitados compreenderam: loteamento popular, conjunto habitacional e favela. O loteamento popular caracteriza-se por terrenos pequenos (entre 100 e 120 metros quadrados) nos quais as pessoas constroem geralmente um ou dois cômodos e vão aumentando com o tempo. Com isso livram-se do aluguel. Neste caso, os que primeiro chegaram ao loteamento convivem com precariedade de infra-estrutura como saneamento básico, cobertura asfáltica, equipamentos públicos de saúde e educação e transporte. Com o passar do tempo, o bairro se estrutura e ali chegam pessoas até com melhores condições financeiras o que vai tornando a periferia uma área heterogênea. Há famílias de classe média que trabalham, algumas em profissões qualificadas, os filhos estudam em escola particular ou fazem faculdade. Por outro lado, há famílias com menor renda, muitas vezes sem trabalho fixo ou então de baixa remuneração e com pouca necessidade de especialização. Os filhos estudam na escola pública do bairro, dependem do posto de saúde da região e utilizam transporte coletivo. Outro tipo de bairro é o conjunto habitacional no qual famílias se mudam para um bairro já constituído e para moradias já prontas e, portanto, apresentam melhor estrutura que os loteamentos em formação. O conjunto habitacional pode apresentar uma heterogeneidade semelhante à do loteamento popular. O terceiro tipo de bairro visitado foi a favela cuja ocupação foi de área não passível de loteamento, no caso pela topografia, porém que sofreu intervenção do projeto Habitar Brasil BID – HBB. Entretanto há uma diferença considerável entre a realidade encontrada nesta área em relação aos dois primeiros tipos de bairros descritos. Nesta área, foi necessário conversar com o líder comunitário antes de dar início à pesquisa.

A conversa foi facilitada pelo fato do pesquisador já haver estabelecido contato anterior na ocasião em que realizou uma aula de campo com um grupo de alunos.

Segundo Burgos (2005, pág. 190), “a categoria ‘favela’ não traduz apenas uma determinada forma de aglomerado habitacional, mais que isso, exprime uma configuração ecológica particular, definida segundo um padrão específico de relacionamento com a cidade.” Dessa forma, esse termo tem uma conotação específica que vai além da denominação apenas do espaço físico, ou seja, falar em favela nos remete a pensar um conjunto de elementos que estão imbuídos de simbologia e que serão um referencial identitário dos indivíduos que a habitam e fundamental para definir as relações entre estes e os habitantes da cidade. Verifica-se que favela, ao assumir um sentido de antítese de cidade, carrega consigo a negação de todos os elementos que caracterizam esta “e de tudo que a ela modernamente se atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade.” e que “é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania.” (BURGOS, 2005, pág. 190 e 191) Ressalta ainda, o mesmo autor, que a favelização não é simplesmente decorrência da desigualdade social. É, sobretudo, causa do mecanismo de reprodução e aprofundamento da desigualdade social. Sob esse ponto de vista, manter o indivíduo favelado é manter em funcionamento uma dinâmica de manutenção das estruturas de desigualdade social, mantendo-o num ambiente, mais propriamente simbólico que físico, que cria uma barreira entre esse mundo e o mundo da cidade e dos cidadãos.

Nesse sentido, ao tratar do tema da moradia e realizar uma análise das políticas públicas de inserção dos indivíduos na esfera da urbe dissociando-os da favela, na acepção completa do termo expressa acima, não se pode perder de vista, de forma alguma, os parâmetros que se vai utilizar com o termo desfavelização.

Isso é posto pois, muito comumente, se acredita que desfavelizar é somente transpor a população de uma moradia e um espaço público precários para outro mais estruturado. A estrutura física não é o único elemento que deve sofrer intervenção para destituir dos indivíduos a categoria de favelado. Bem lembra Burgos (2005:190) que

conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares²⁷ – dois dos principais espaços de habitação popular das cidades brasileiras –, embora com um padrão mais formal de ocupação do solo, também possam “favelizar-se”, isto é, assumir características socioculturais semelhantes àquelas encontradas nos espaços típicos das favelas, do que é sintoma a existência dos tradicionais “donos do lugar”, e mesmo de gangues de traficantes de drogas e de armas em muitos desses aglomerados habitacionais.

O Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo Henriques (2000, pág.462), utiliza a categoria “aglomerados subnormais” para designar o que é chamado de favela no Rio de Janeiro. Desta forma, no caso de uma das localidades visitadas para a realização da pesquisa, mesmo após as intervenções realizadas pelo projeto Habitar Brasil BID – HBB, o que se pôde perceber com o contato estabelecido na área é que as características socioculturais são fortemente identificadoras da condição de favela. Os próprios jovens entrevistados usam o termo para designar o local no qual residem. Os jovens avaliaram o bairro no qual moram respondendo à questão: “o que você acha de morar aí?” Treze (87%) jovens fizeram comentários positivos e, desses, quatro argumentaram

Antes tinha bastante coisa que era ruim, muitas pessoas roubavam, tinha amigos que assim que não eram amigos, só queriam levar pro mal caminho. Agora mudou. (Jovem 6);

Aqui é gostoso, tem bastante amizade, sempre gostei de morar aqui. (Jovem 8);

Eu acho legal, divertido. (Jovem 12);

Eu gosto, tenho bastante amizade. (Jovem 15)

Apenas um teceu comentários negativos sobre o local de moradia.

Ah! é muito sujo. É polícia para lá, gente mexendo com droga para cá. A polícia acaba pegando a gente, inclusive isso daí no

²⁷ Os loteamentos irregulares são uma forma de habitação popular definida pelo fato de o processo de legalização do empreendimento não ter sido concluído, em geral porque o empreendedor não realizou todas as obras de infra-estrutura exigidas pelo poder público. De todo modo, sua configuração espacial caracteriza-se por uma clara separação entre os lotes, com a delimitação de áreas públicas, e em geral seus moradores possuem um título precário de propriedade.

finalzinho de 2008 por que esses terreno aqui nem tem dono, passa, desce, sobe ali, eu fui passar uma vez ali para baixo que eu tinha descido para ... andando no meio do mato à toa, me pararam. Estava sem serviço andando ali, inclusive acharam uma droga lá para baixo. Na hora que acharam a droga vieram tacar nas minhas costas. Acharam que era eu. Aí eles entraram, invadiram a casa, bateram em mim. Falou que era para eu falar que era minha senão se eu não falasse que era minha eles iam por no bolso da minha mãe e falar que era da minha mãe. Eu falei que isso não ia acontecer. nem eu nem ela, por que aquilo não era meu. Eu vou pagar por uma coisa que não é minha? Falei: “você não achou isso aí na minha casa, não achou.” Ele mesmo viu eu entrando no terreno que não estava nem perto da droga, eu estava no meio do mato. Eu nem sei se ele não pegou no carro dele. Fazer isso aí comigo?! Eu acho que isso daí é para ganhar dinheiro à toa. Por que eles acham que qualquer um da vila é mesma coisa que os outros. Não que eu já passei pela adolescência. Eu já aprontei bastante mas eu já mudei. Bem dizer, eu já mudei bastante, mexer com briga, pessoa com droga, hoje eu fico trancado em casa jogando vídeo game sossegado.” (Jovem 2).

Eufrásio (1999, pág. 52), a partir de Park, precursor na Escola de Chicago da linha conhecida como Ecologia Humana, afirma que “certas vizinhanças sofrem de isolamento” e por essa razão

onde indivíduos da mesma raça ou profissão vivem juntos em grupos isolados, o sentimento de vizinhança tende a fundir-se com os antagonismos raciais e os interesses de classes. Desse modo, as distâncias físicas e sentimentais se reforçam e as influências da distribuição local da população participam com as influências de classe e raça na evolução da organização social. (EUFRÁSIO, 1999, pág. 53)

Alguns dos jovens demonstram insatisfação com o fato de estarem inseridos no grupo periférico de vizinhança. Entretanto, expressam a angústia por não serem capazes de mover-se para outra área, com vida mais estruturada em renda e emprego onde romperiam o processo de isolamento.

As relações sociais observadas por Elias & Scotson (2000) em *Winston Parva* entre as pessoas do “loteamento”, os *outsiders*, e as pessoas de fora, os estabelecidos, lembram muito o relatado pelo Jovem 2. O fato de viver entre os *outsiders* faz com que todos sejam suspeitos e que a polícia

intervenha considerando isso. O Jovem 2 percebe claramente a estigmatização pela qual passa (GOFFMAN, 1988) ao morar no bairro. Uma das marcas da estigmatização e da sujeição à categoria de *outsider* é a sujeira.

Os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos *outsiders* não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos. [...] o sentimento difundido de que o contato com os membros dos grupos *outsiders* contamina [...] refere-se à contaminação pela anomia e pela sujeira, misturadas numa coisa só. (ELIAS & SCOTSON, 2000, pág. 29).

O Jovem 2 é taxado de desviante pela polícia e na escola. Por sua vez, ele também vê as pessoas dessas instituições como desviantes ao cometerem arbitrariedades e abusarem do poder, perdendo, assim, a legitimidade.

Nos depoimentos fica explícita a marca da dominação e preconceito de classe. As instituições oficiais como a escola e a polícia carregam e reforçam a leitura estigmatizadora em relação aos grupos menos favorecidos social e economicamente, nos quais, em geral, se inserem os jovens.

Gostar do bairro no qual se mora não significa necessariamente que não haja expectativas ou anseios de morar em outro lugar. Por isso os jovens foram questionados sobre se gostariam de morar em outro lugar. Onze (73%) disseram que não gostariam de morar em outro lugar e quatro (27%) disseram que sim. Um apenas disse que queria morar em um bairro melhor sem especificar qual. Dentre os que especificaram, as respostas foram:

Sim, num sítio, fazenda. Por que eu gosto do meio do mato, cuidar de bicho, galinha. (Jovem 5);

Sim, Maria Estela Fagá. Lá é mais sossegado, que nem aqui na rua é uma porta de fuxico de tudo quanto é lado. Se você perde alguma coisa é motivo de riso de qualquer um. Lá no Fagá era melhor. Onde eu morei lá, as pessoas procuravam ajudar. Aqui não. Por exemplo, minha mãe estava desesperada atrás de casa para alugar. O ex policial que morava lá não conseguiu uma casa para ela, foi atrás de um terreno próprio para nós. Foi e conseguiu um sorteio e estamos aqui (Jovem 6);

Sim, Jardim Embaré. Por que é um bairro afastado e bom (Jovem 10).

A argumentação do Jovem 2 traz à tona os diferentes tipos de relações sociais existentes entre bairros mais antigos e formados mais recentemente. O bairro no qual morava anteriormente, e do qual deseja retornar, é um conjunto habitacional com mais de 30 anos de existência. Muitas das pessoas que ali vivem estão lá há bastante tempo e as relações de vizinhança configuram a existência de uma solidariedade que fortalece as condições de sobrevivência. Lembra o que ocorria na “aldeia” de *Winston Parva* (ELIAS & SCOTSON, 2000). O bairro no qual reside na atualidade é muito mais recente e foi formado aos poucos como fruto de um loteamento popular. Desta maneira, as relações de vizinhança não se consolidaram a ponto de serem criados laços de coesão mais sólidos. Os que disseram que não gostariam de morar em outro lugar, argumentaram geralmente que

O bom daqui é que a gente já conhece todo mundo. (Jovem 3)

O distrito de *Cornerville* observado por Whyte (2005) à primeira vista, no olhar do observador que vive em um bairro mais abastado, era marcado pela desorganização, fato desmentido pelo autor que identifica existirem ali estruturas e relações que poderiam diferir das existentes em outros bairros ou em outros estratos sociais. Existia uma densa rede de relações sociais que permitia a sobrevivência daquelas pessoas. O conhecer todo mundo, além de indicar as pessoas, também indica que se conhecem as relações, o tipo de papel que se deve desempenhar, que tudo é familiar e portanto já se sabe como sobreviver naquele grupo colocando-o numa zona de conforto.

Sobre o tempo de moradia no bairro, que indica a longevidade das relações sociais estabelecidas pelos jovens com pessoas além do círculo doméstico, seis (40%) responderam que moram no bairro desde que nasceram; dois (13%) moram há 16 anos; um (7%) há 12 anos; um (7%) há 10 anos; dois (13%) há 7 anos; dois (13%) há 5 anos e um (7%) há 4 anos. Este último, que

está a menos tempo no bairro, mudou pelo fato da família considerar que o bairro anterior no qual moravam dava vulnerabilidade a ele devido às possíveis companhias existentes na vizinhança de grande concentração de infratores. O fato é que, apesar de vários atendimentos no NAI, aparenta ter modificado o comportamento, trabalha, tem esposa e filho. É considerável a quantidade de jovens que está há um tempo razoável morando no mesmo bairro. Do total, 67% vivem há 10 anos ou mais no mesmo bairro. Levando-se em consideração a idade dos jovens entrevistados, o mais velho tem 23 anos, estar há 10 anos ou mais vivendo em uma mesma área perfaz boa parte da vida desses jovens. Isso faz com que os grupos de referência existentes no bairro possam ser tomados pelos jovens em suas atitudes. Por outro lado, o fato da família do último Jovem ter se mudado sinaliza a tentativa de alterar os grupos de referência tomados pelo Jovem e que influenciavam atos infracionais. Nas demais famílias, isso não pôde ser identificado o que não quer dizer que a intenção ou a ação não existam.

Mais uma vez os jovens mostraram não desejarem coisas que estão bem distantes do alcance deles. Mesmo os jovens que sugeriram outros lugares para morar, todos seriam acessíveis. Nenhum citou desejar morar em um bairro de alto padrão ou em um condomínio.

A percepção que os jovens têm sobre o bairro e seu entorno, as relações sociais que vivenciam bem como se as necessidades que têm são atendidas pelos equipamentos públicos puderam ser percebidas por meio da questão: “você mudaria alguma coisa em seu bairro?” Três jovens denunciaram a precariedade dos equipamentos públicos de lazer, um salientou a questão da delinquência presente e outro das investidas policiais constantes.

Sim. Falta centro esportivo.

Sim. O Centro Comunitário aqui da esquina, que não tem muito curso, ampliar esse negócio, tem uns que tem que ser pago. No Centro Comunitário não tem muita coisa para as crianças não. Condição de locomoção de carro mesmo. Essa avenida principal tem que mudar. Agora eles estão entrando com abaixo assinado. No Centro Comunitário deveria ter alguma coisa de artesanato, ensinasse a fazer boneca, nos outros centros comunitários tem tudo

aqui não tem nada. Em relação ao lazer tem só um raspidão na rua de trás que agora fizeram um parquinho colocaram uns bancos lá e só. Não tem mais nada.

Sim. Tiraria essa rua de trás aí, barra pesada. Tiraria os barzinhos, traz muita gente ruim pra cá.

Sim. Ah! Por exemplo, o ambiente dessa cidade aqui não tem praça para se divertir. O governo só está empenhado em construir faculdade, isso aquilo, mas para o povo de baixa renda sobreviver não tem. Posto de saúde, é a mesma coisa que estar ali só para você receber um não na cara. Só isso, tem vaga para daqui três meses. Minha filha fica doente o que que eu tenho que fazer? Tem que rebolar e levar para a Santa Casa. Mesmo lá não atende. É uma dificuldade para atender.

Sim. Falar para você, falar para você a verdade. Se eu pudesse eu mudaria o jeito desses policiais aí. Por que é o seguinte: não aguento mais não. Filho da puta que fica, desculpa a palavra aí, um maluco que fica na frente aí ó! A polícia entrou na minha casa duas vezes já, mano. Se pega eu aqui, um policial que não gosta de mim, se pega eu aqui dentro é capaz de me prender, me levar preso, mano. Ah! Eles vêm me abordar na rua eu não estou fazendo nada, eu discuto com ele, eu xingo ele. Aí, é uns dois ou três, eu não posso nem sair aí, se tão rondando aí já vão querendo me enquadrar. Me pegaram com maconha, eu falei, “eu sou usuário, eu fumo.”

Novamente a percepção da dominação social aparece. Os jovens menos favorecidos dependem muito mais que os demais de equipamentos públicos de lazer. Entretanto, há uma precariedade de oferta dos mesmos nos bairros populares. O acesso ao ensino superior também é dificultado pela precariedade do ensino público, quando comparado a grupos que têm acesso ao ensino privado. Os serviços de saúde apresentam também dificuldades.

Um jovem se mostrou descrente na possibilidade de alguma coisa melhorar no bairro dizendo:

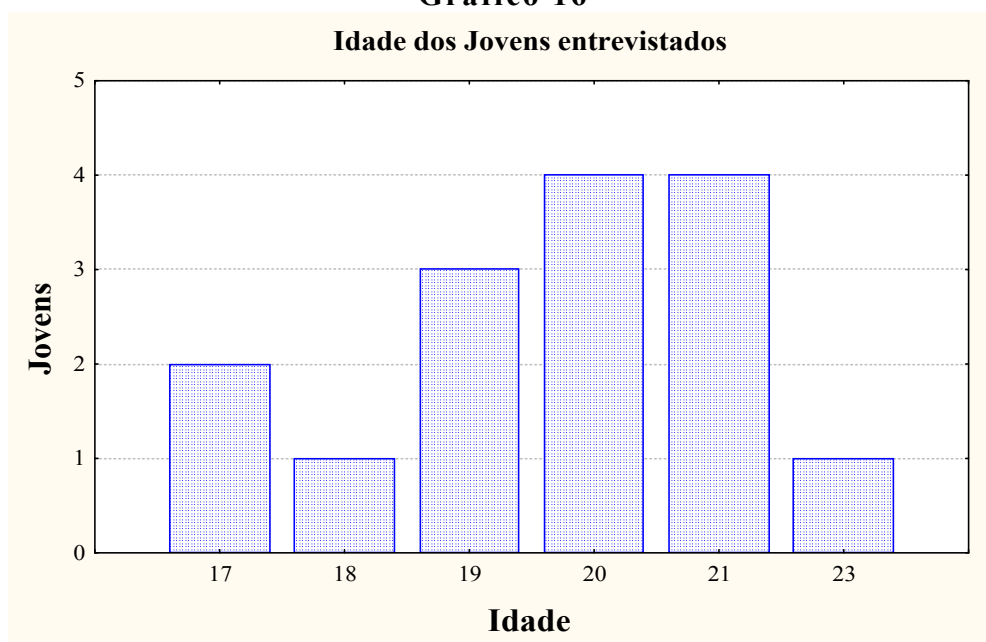
Não, não adianta.

A casa onde se mora e a família

Idade, cor e estado civil

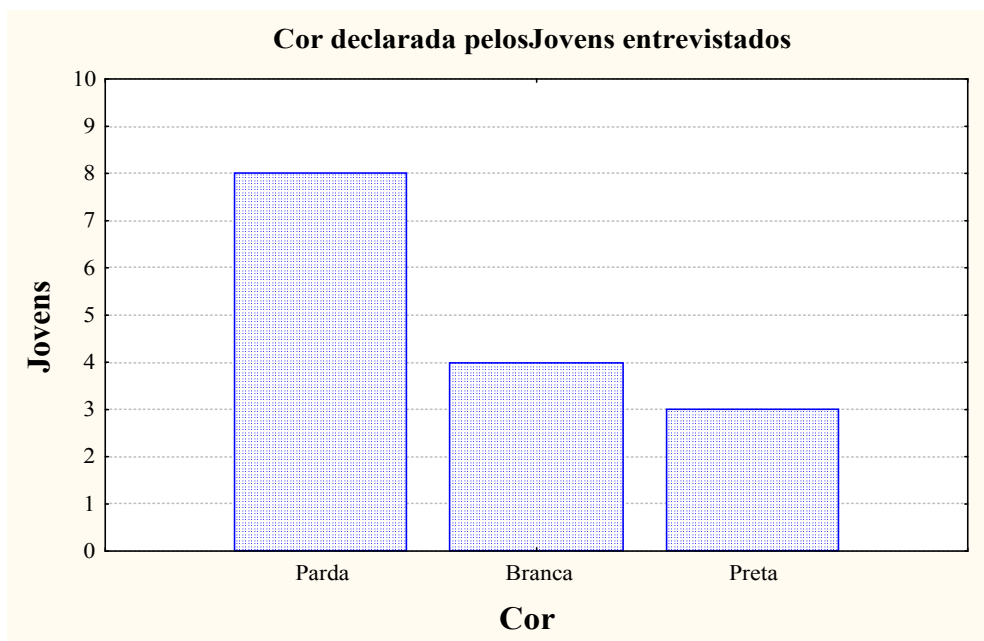
Os jovens entrevistados possuíam as seguintes idades nas datas das entrevistas: dois deles tinham 17 anos; um 18; três 19; quatro 20; quatro 21 e um 23.

Gráfico 16



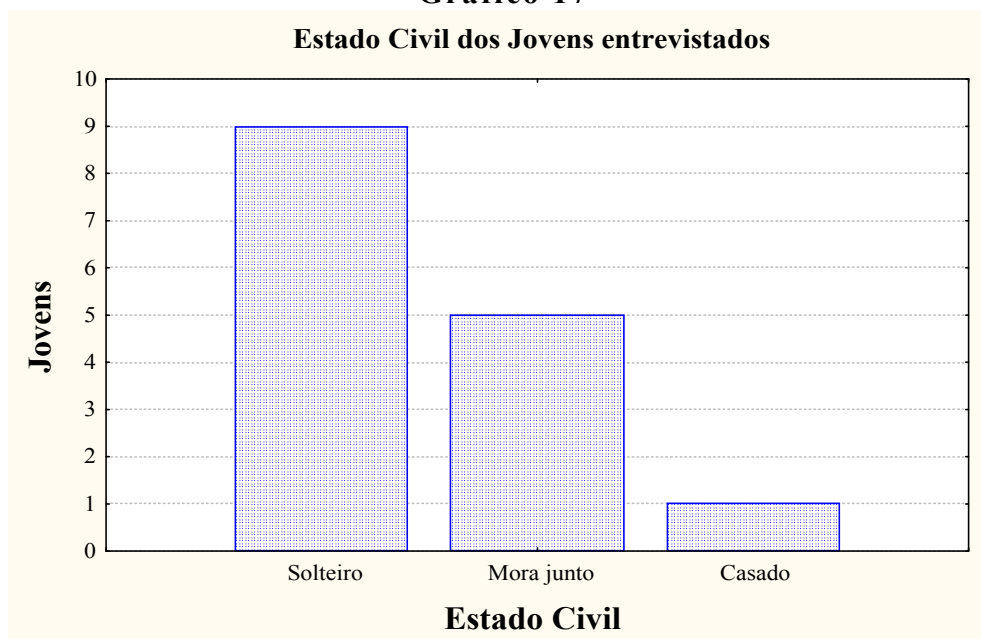
No que diz respeito à cor, oito declararam-na parda; quatro branca e três preta.

Gráfico 18



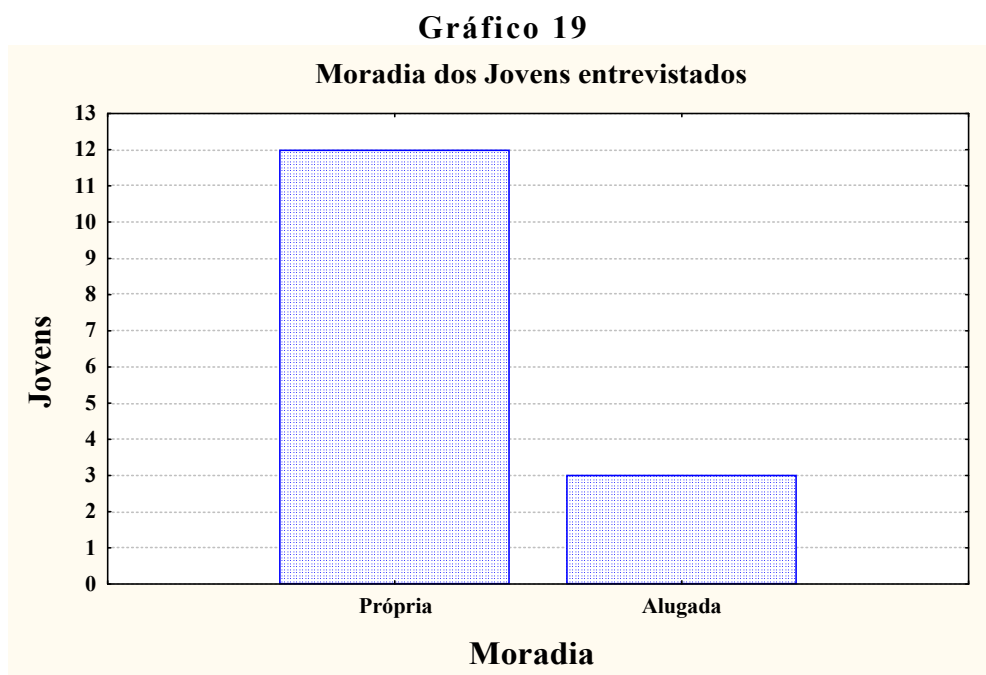
Em relação ao estado civil o que se observou foi o seguinte: nove são solteiros; cinco moram junto com a companheira; um é casado.

Gráfico 17



As condições de moradia

No quesito habitação, doze (80%) moram em moradias próprias enquanto três (20%) moram em alugadas.



A pesquisa realizada por Assis (1999) com adolescentes infratores havia detectado uma proporção semelhante. De forma análoga aqui a principal razão de habitarem moradias próprias é a grande dificuldade de arcar com um aluguel visto que a renda modesta, no geral, seria toda consumida para o pagamento do aluguel. Mesmo que modestas, as moradias são a garantia de que ao menos com algum refúgio poderão contar. Das moradias visitadas, a maioria era bem precária. Apenas quatro delas tinham acabamento, reboco e pintura muito embora o acabamento fosse simples em três delas e em uma havia um belo jardim gramado e a casa parecia ser bem agradável. Nas demais moradias, as condições iam desde a falta de qualquer acabamento, como reboco, piso e azulejo, como também em algumas sequer havia forração, com o telhado apenas (de telhas de barro ou amianto) servindo de cobertura, o que gera uma intensa insalubridade aos habitantes permitindo a entrada de intensa poeira nos meses de seca (o clima de São Carlos é Tropical semi úmido, possuindo duas estações do ano bem definidas uma chuvosa – primavera/verão

– e outra seca – outono/inverno – sendo que há anos nos quais a seca é extremamente prolongada, chegando a três meses e que, aliada às queimadas dos canaviais da zona rural e de terrenos urbanos, obriga os moradores a conviver com grande quantidade de partículas sólidas dispersas no ar) aliada ao frio mais acentuado que ocorre no inverno e que penetra facilmente pelo telhado. Por outro lado, quando o dia está quente, a moradia recebe o calor potencializado pela falta de forração. Nos depoimentos dos jovens, a questão da propriedade habitacional se mostra bastante presente assim como as condições da mesma. Respondendo à pergunta sobre se se sentia satisfeito com a casa em que mora, sete disseram que sim e três disseram não.

Ah! Tem muita gente pior do que a gente. Enchente direto na casa! Quando eu era pequeno, eu já vi muita coisa, inclusive colegaiada, meu, pequenininho, novo tinha gente que andava descalço e morava em casa de madeira. Já vi muita coisa. A gente tem que ser humilde por causa disso. (Jovem 2);

Ah! É casa grande, boa, só que não é acabada, precisa acabar. (Jovem 9);

Não está muito boa, não. Precisa melhorar. (Jovem 13);

Pelo menos, ter um teto. (Jovem 14);

Estou! Graças a Deus, eu estou. (Jovem 15).

A argumentação do Jovem 2 exemplifica o que Merton chamou de *privação relativa*: o Jovem confortou-se com a situação na qual vive comparando-se a casos conhecidos e próximos dele de pessoas em piores condições. O Jovem 14 tinha a pior moradia de todos. Poder-se-ia caracterizá-la como um barraco, entretanto chama a atenção seu argumento. Também nesta fala, a *privação relativa* parece estar presente. Em comparação aos moradores de rua, ter um barraco o coloca em uma situação melhor.

Outra questão, porém em sentido inverso foi feita e elucidada mais o tema: “Em relação à casa em que você mora, com o que você se sente insatisfeito?”

Poderia ser melhor. A estrutura da casa: poderia ter forro, azulejo. (Jovem 1);

Ah! O lugar! O lugar onde ela está. Aqui nessa vila, esse bairro aqui é muito tranqueira, eu queria ir para um bairro novo, sossegado, tranquilo. Não que aqui não esteja bom, mas a vila não está sendo boa. (Jovem 2);

Fazer uma reforma nela, dar uma melhorada. (Jovem 3);

Ela não está acabada. Terminar ela, fechar a frente, rebocar, azulejar, assentar os pisos. (Jovem 6);

Moro em um quarto só. Queria mais espaço. (Jovem 7);

Tudo, cozinha, sala, quarto, banheiro. Eu sempre construí casas bonitas, aí eu entro na minha. (a casa era a parte de baixo de um sobrado, a sala e a cozinha eram em um cômodo só e havia inclusive um balcão no meio pois ali já tinha sido um bar) (Jovem 8);

Falta acabar. (Jovem 9);

Mal acabada, não é mobiliada. (Jovem 10);

Por que é aluguel, né! (Jovem 12);

Ah! Falta comida! (Jovem 13);

Ah! Tem nada! Tem algumas coisas para nós fazer aí, mas. (Jovem 15)

Houve certa diversidade de respostas, contudo sete jovens enfatizam o fato da casa não estar acabada ou que precisa ser melhorada. Um reclama de espaço. Por outro lado, a questão da importância da propriedade vem à tona na fala do Jovem que mora de aluguel. A precariedade da sobrevivência do Jovem 13 é denunciada ao identificar a insatisfação não com a casa em si, mas com a falta de comida. O Jovem 2 não expressa insatisfação direta com a

casa, mas com o local no qual ela está situada. Em outras falas dele, a vontade de sair de lá é bem evidente. Ele percebe-se na condição de *outsider* no sentido dado por Elias & Scotson: o morador do “loteamento” que percebe que se continuar morando ali sempre será tratado como um *outsider* e terá suas oportunidades limitadas. Os moradores do bairro, ou reforçam os elementos estereotipantes dos comportamentos lidos como desviantes pela sociedade estabelecida como ocorria em *Winston Parva* ou, mesmo que não se enquadrem nesse comportamento, não conseguem se livrar da leitura negativa que os estabelecidos fazem deles. Como parece ser o caso do Jovem entrevistado, a solução para o problema seria deixar o local, ação esta relatada por Elias & Scotson como tendo efetivamente ocorrido no caso de famílias que se mudavam do loteamento para não serem estigmatizadas.

Sobre o que se quer que a casa tenha, os jovens disseram:

Um carro, para se locomover bastante, eu ando mais a pé do que de ônibus, mas ajudaria mais a minha mãe. (Jovem 3);

Uma churrasqueira maior, internet, sala de jogos. (Jovem 4);

Os móveis completos, uma cozinha ampla. (Jovem 6);

Uma hidro, uma casa que dê para viver. (Jovem 8);

Colocar forro, rebocar, pintar, piso. (Jovem 9);

Mobiliada e acabada. (Jovem 10);

Ah! Não muita coisa, só mais espaço. (Jovem 12);

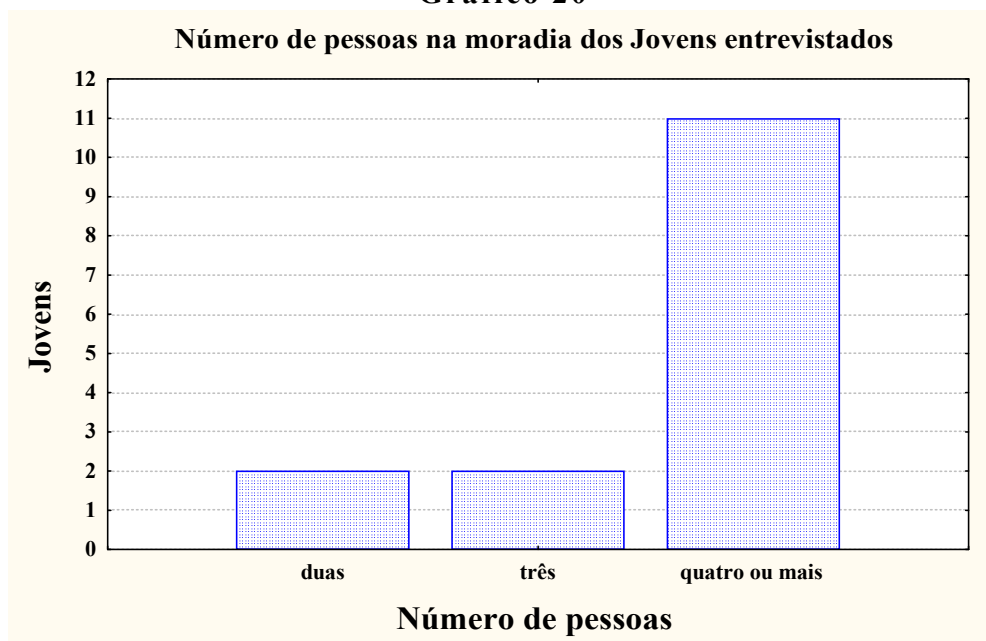
Eu queria por um piso aqui, pintar, arrumar aí fora. Fazer minha casa lá no fundo também. (Jovem 15)

É possível notar as diferentes necessidades de acordo com o padrão de moradia de cada um. Os jovens que vivem em moradias com melhor estrutura (Jovens 3 e 4) focaram desejos que não foram considerados prioritários pelos demais. Chamou a atenção a fala do jovem 4, que é

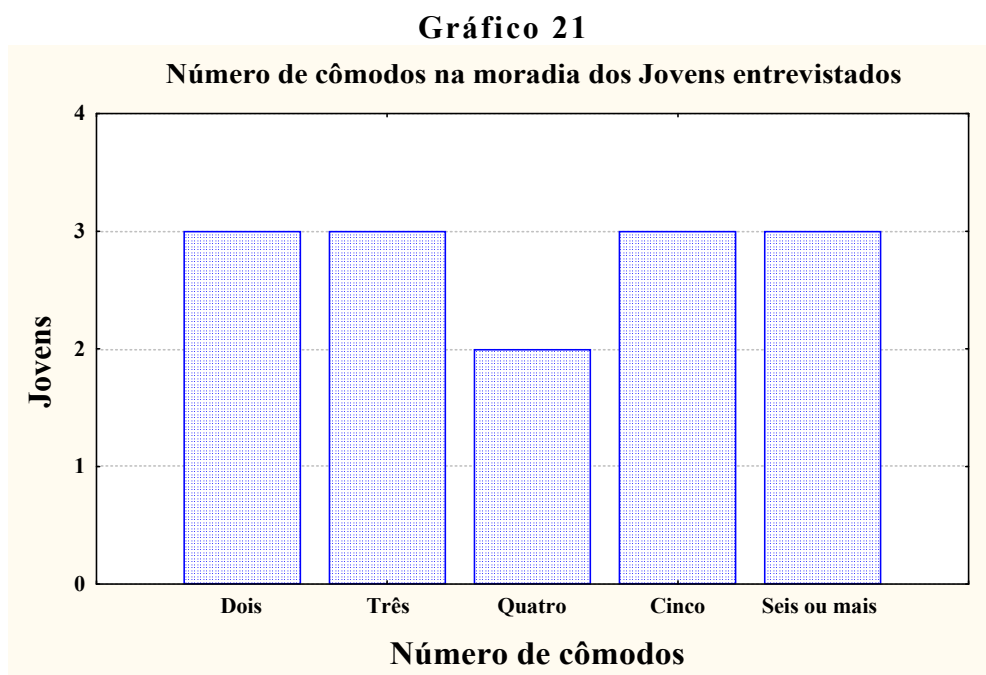
exatamente o que tem melhores condições de moradia e pode-se dizer que tem uma vida de um jovem de classe média, bem confortável.

Quanto ao número de moradores das habitações, onze possuem mais de quatro moradores além do próprio entrevistado, sendo que, numa delas, habitam dez pessoas; em duas há três pessoas e em duas moradias habitam duas pessoas.

Gráfico 20



Há de se ressaltar que, no geral, as moradias são modestas quanto ao tamanho e número de cômodos, como se pode perceber pelos dados a seguir. Três moradias possuem 6 ou mais cômodos; três possuem 5 cômodos; três possuem 3 cômodos; três possuem 2 cômodos e dois possuem 4 cômodos. Todas as moradias de dois cômodos são alugadas.

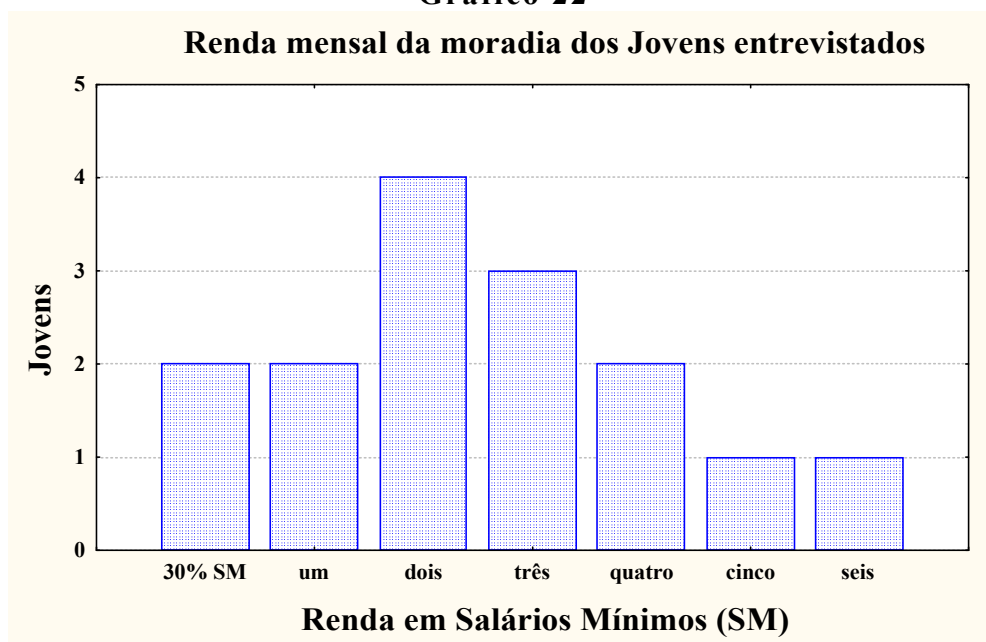


A renda

A renda mensal familiar declarada pelos entrevistados em salários mínimos é: quatro (27%) recebem dois salários mínimos; três (20%) afirmaram que sobrevivem com três salários mínimos; dois (13%) declararam que é um salário mínimo; dois (13%) com quatro salários mínimos; dois (13%) sobrevivem com cerca de 30% de um salário mínimo; um (7%) com cinco salários mínimos e um (7%) com seis salários mínimos. Os jovens cuja renda familiar é de até dois salários mínimos perfazem, portanto, 53% dos entrevistados. Dos dois cuja renda familiar é de 30% do salário mínimo, um afirmou que recebe Bolsa Família de R\$ 120,00 por mês; o outro informou que não recebe nenhuma ajuda externa. De todos os entrevistados, apenas dois

afirmaram receber ajuda externa. Um jovem, como já foi dito, recebe auxílio de Bolsa Família, outro “Cesta básica e dinheiro dado por familiares”. Embora os demais não recebam auxílio externo, é perceptível a necessidade na maioria das moradias visitadas. Em duas delas, os depoimentos deixam isso bem evidente. Ao ser questionado se recebem ajuda externa para sobreviver obteve-se como resposta: “Não. Eu precisava de ajuda, se aparecesse eu pegava com tudo” (Jovem 2). Outro jovem entrevistado aproveitou a oportunidade para expressar a condição de necessidade de auxílio. “Ah! Então, falar lá para dar uma força dentro de casa, não tem nada mano!” (Jovem 13).

Gráfico 22



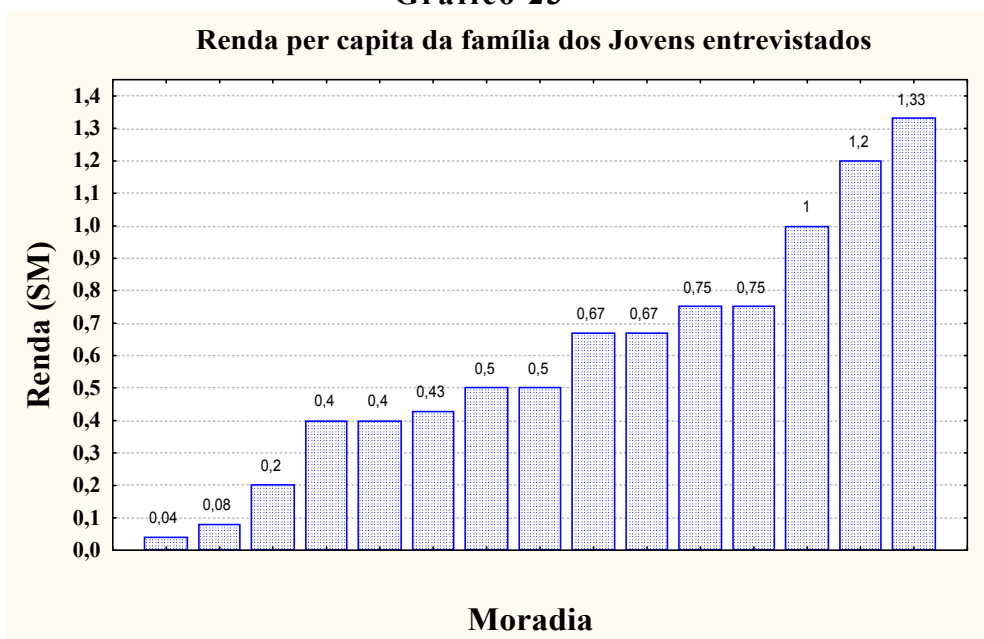
Ainda quanto à renda familiar onze (73%) jovens disseram que não é suficiente para a sobrevivência e quatro (27%) disseram que sim.

A renda per capita das moradias dos Jovens entrevistados é baixa, como pode ser observado pelos dados apresentados a seguir. A renda per capita mais alta não chega a um salário mínimo e meio. Duas moradias apresentam situação bastante exacerbada de precariedade de renda correspondendo a 4% e 8% do salário mínimo de renda per capita.

Tabela 33: Renda per capita da família dos Jovens entrevistados

Pessoas na moradia	Renda (SM)	Renda per capita (SM)
8	0,3	0,04
4	0,3	0,08
10	2,0	0,20
5	2,0	0,40
5	2,0	0,40
7	3,0	0,43
2	1,0	0,50
2	1,0	0,50
3	2,0	0,67
6	4,0	0,67
4	3,0	0,75
4	3,0	0,75
5	5,0	1,00
5	6,0	1,20
3	4,0	1,33

Gráfico 23



Os dados que traçam o perfil de baixa renda não nos permitem afirmar que o ato infracional é privilégio deste estrato social, conforme já havia sido apontado por Becker (2008, pág. 25). Um ato desviante poderá ser classificado como tal em graus distintos, mais severos ou brandos, de acordo com quem o comete e quem se considera prejudicado por ele. As regras podem ser aplicadas mais a uma categoria de pessoa que a outra. Os estudos realizados sobre delinquência juvenil demonstram isso. Os adolescentes de classe média, quando cometem alguma infração, não sofrem sanções da mesma maneira que os de classes mais baixas. O de classe média possui menos chance de ser apanhado pela polícia e, portanto, de frequentar uma delegacia e dessa forma de ser identificado como desviante e sofrer as sanções. Porém, quando apanhado pela polícia, ainda tem menos chance de ir à delegacia e, quando é levado, possui menos chances de ser autuado e é pouco provável que seja condenado e sentenciado. Mesmo que os adolescentes de classes distintas infrinjam a mesma norma, essa diferença de tratamento é observada.

Os jovens de classes mais abastadas também cometem atos infracionais, porém estão sob uma teia de relações sociais que permite a eles certa blindagem em relação aos aparelhos públicos de controle. Mesmo quando descobertos, a possibilidade do uso imediato de um advogado ou a influência da família podem impedir até mesmo o registro oficial do ato. Além disso, esses jovens têm um ambiente social de convívio, no geral, privado: a escola (nunca pública), o condomínio, o clube. Assim sendo, se cometem alguma infração em um espaço privado, não estão sob a vigilância da polícia e a questão pode ser resolvida também por meios privados, o que os isenta dos registros públicos e também das sanções e punições provenientes de uma decisão judicial.²⁸

Os jovens dos grupos social e economicamente desfavorecidos são é submetidos a mecanismos disciplinadores muito mais rígidos que os dos demais grupos. O espaço público ocupado pelos primeiros os colocam sob uma vigilância oficial muito mais intensa que os demais grupos que ocupam

²⁸ Esta questão é perceptível em pesquisa realizada em condomínios por Roberts (2002)

muitos espaços privados cuja vigilância e controle oficial estão mais distantes. Percebe-se que a vigilância e o controle oficiais e portanto a submissão às normas e leis estabelecidas pela sociedade mais ampla não são distribuídos igualmente entre os diversos grupos.

A família

Os jovens falaram sobre a composição do ambiente familiar. Quatro (27%) responderam que os pais moram juntos e onze (73%) que não moram juntos.

Focando primeiramente a figura do pai dos entrevistados, quatorze disseram (93%) que conhecem o pai e um (7%) que não o conhece. Nove (60%) disseram que o pai está vivo e seis (40%) que é falecido. Dentre os falecidos as causas de morte foram: três tiveram infarto: um com 38, um com 48 anos e um com 49 anos; um foi assassinado com 33 anos por causa de amante; outro morreu de tuberculose aos 38 anos; outro de cirrose aos 42 anos. Dos pais vivos, a idade varia de 38 a 55 anos, com a maior frequência de 40 a 45 anos. Nota-se que os pais são jovens e que os falecidos faleceram precocemente. As profissões do pai dos entrevistados são: dois são pedreiros, dois são serventes de pedreiro, cada um dos demais é pintor, instalador de ar condicionado, pedreiro/pintor, jardineiro, eletricista, faxineiro, apanhador de laranja, um não tem profissão definida vivendo de bico e um não sabe a profissão do pai.

Em relação à mãe, todos afirmaram conhecer a mãe e todas estão vivas. A idade varia de 32 a 57 anos. Apenas uma das mães, com 78 anos, supera essa série. As ocupações são: faxineira, desempregada, servidora pública estadual, professora aposentada, operária, função administrativa em empresa, pensionista, empregada doméstica, bico de faxineira, serviços gerais e cinco são donas de casa.

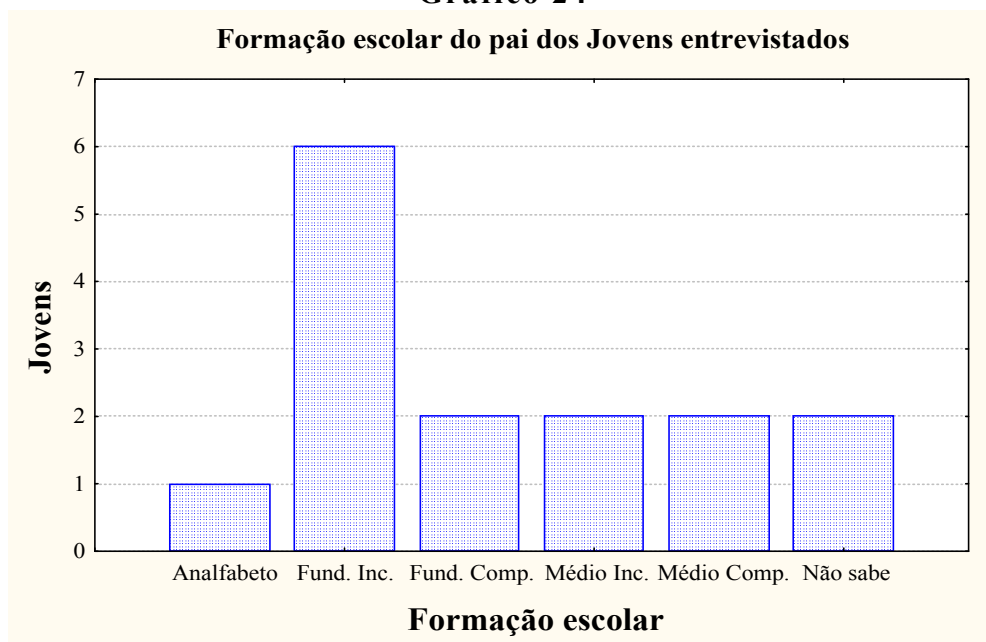
Todos os entrevistados possuem irmãos. Três possuem dois irmãos; cinco possuem 03 irmãos; três possuem 04 irmãos; dois possuem 06 irmãos, um possui 10 irmãos e um não informou quantos irmãos têm.

No que tange à formação escolar o que foi possível observar é que a mesma é baixa, seja para os pais, seja para o próprio entrevistado. Em relação à formação escolar do pai, seis (40%) possuem Ensino Fundamental

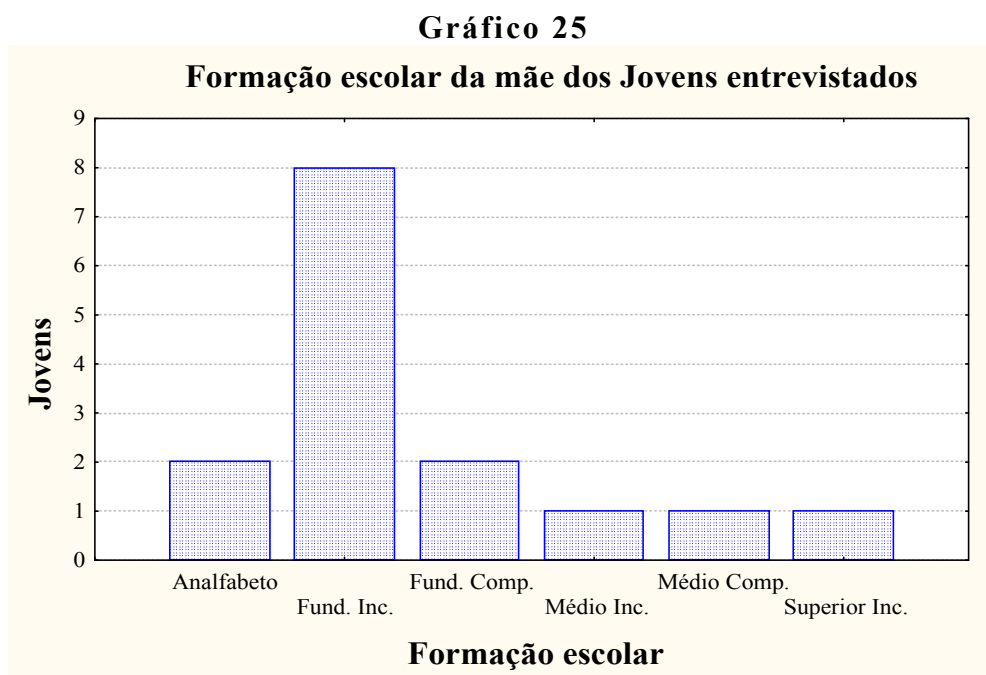
incompleto; dois (13%) possuem Ensino Fundamental completo; dois (13%) possuem Ensino Médio incompleto; dois (13%) possuem Ensino Médio completo; dois (13%) não souberam informar e um (7%) é analfabeto.

Escolaridade dos pais e do jovem

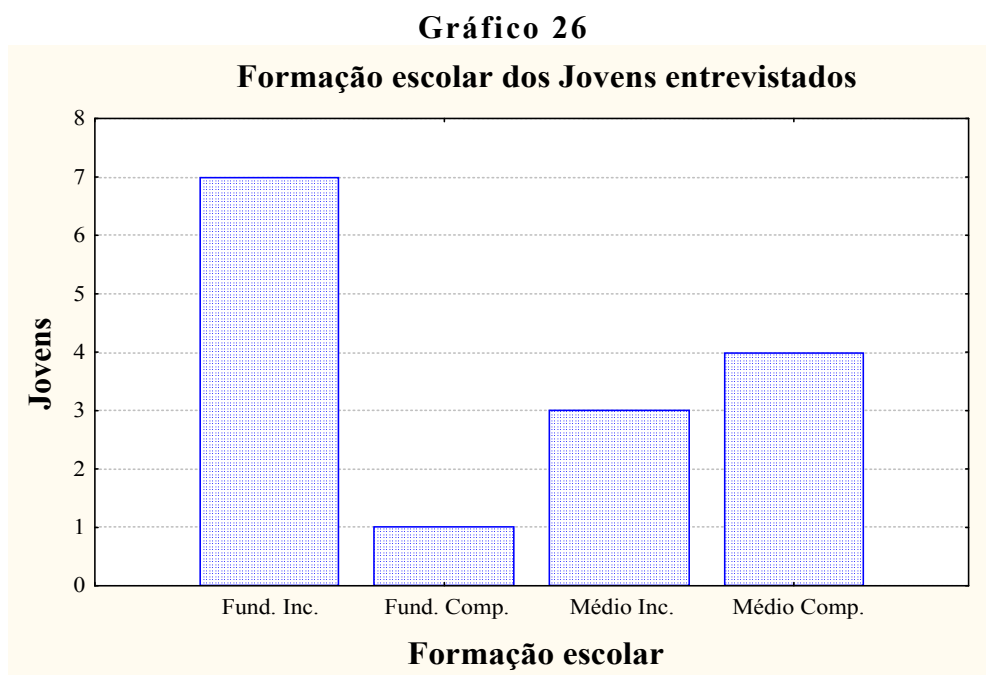
Gráfico 24



A formação escolar da mãe é a seguinte: oito (53%) possuem Ensino Fundamental incompleto; duas (13%) possuem Ensino Fundamental completo; uma (7%) possui Ensino Médio incompleto; uma (7%) possui Ensino Médio completo; duas (13%) são analfabetas e uma (7%) possui Ensino Superior incompleto.



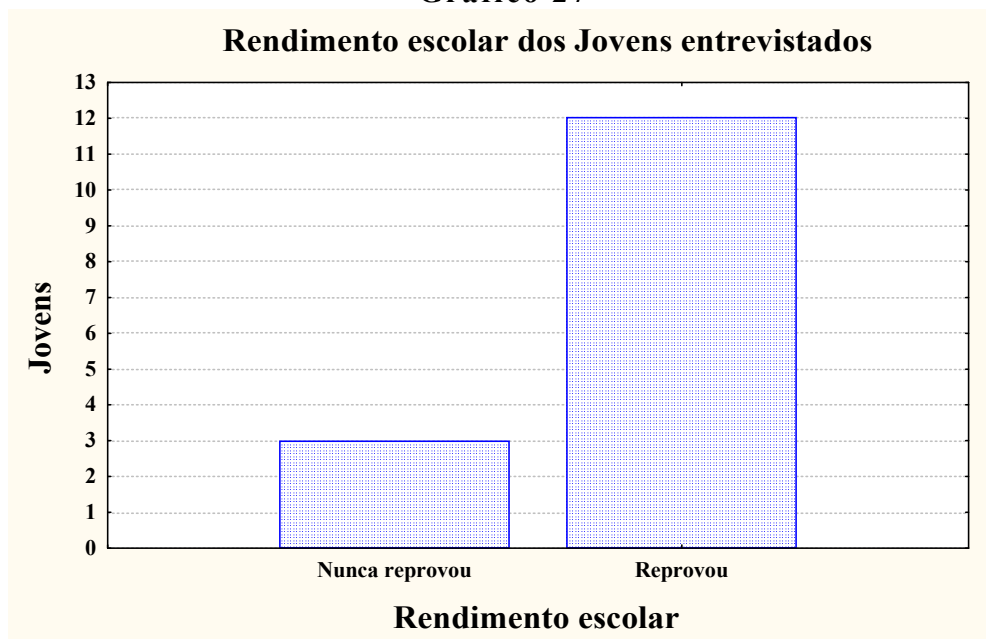
A escolaridade dos entrevistados varia de Ensino Fundamental a Ensino Médio Completo. A maior frequência ocorre no Ensino Fundamental incompleto. É importante frisar o fato de que apenas quatro possuem Ensino Médio completo o que perfaz apenas 27% do total de entrevistados ao passo que 47% apresentam baixa escolaridade, uma vez que sete possuem Ensino Fundamental incompleto. Se levarmos em consideração, ainda, a idade de todos (apenas dois têm dezessete anos, os demais são mais velhos) o fato de que ainda não concluíram o Ensino Fundamental demonstra que a evasão e exclusão escolar é significativa no grupo entrevistado. Por outro lado, dois dos que já concluíram o Ensino Médio estudam: um faz curso de informática e o outro faz curso técnico na ETEC. Dos que ainda não concluíram a formação básica, que perfazem onze jovens, apenas um está estudando, matriculado na 6ª série do Ensino Fundamental.



A idade de ingresso na escola pode ser considerada dentro do padrão para a maioria dos entrevistados: nove, a maior frequência, ingressaram com 7 anos. Houve, porém, jovens que ingressaram com 5 e 4 anos, o que indica a frequência em pré-escola. Apenas um afirmou que ingressou tardiamente aos 12 anos. Um não soube informar. À exceção do que ingressou na escola tardiamente com doze anos, os demais se encontram dentro do esperado.

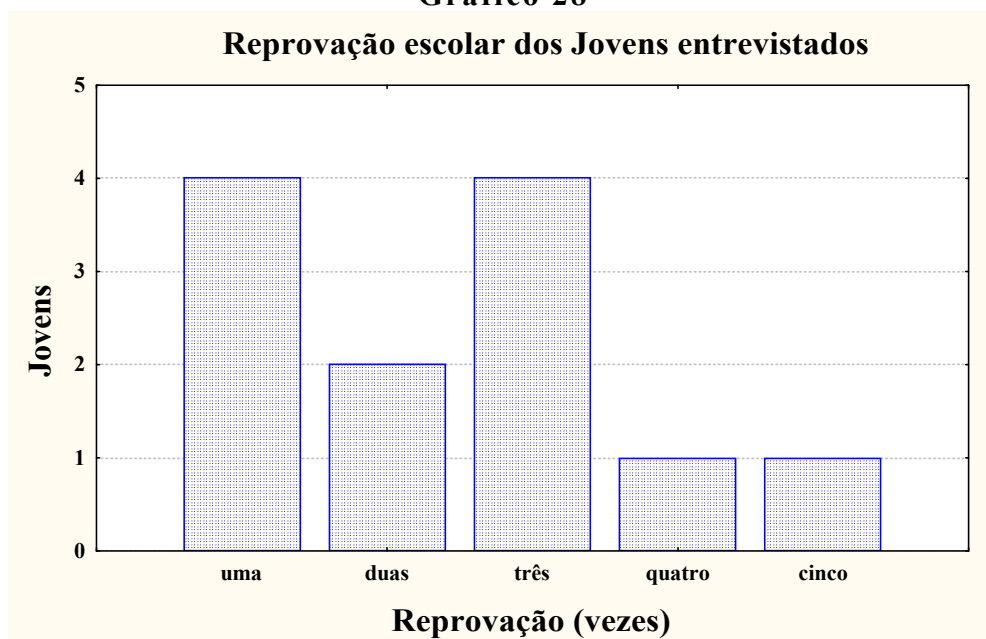
Questionados sobre reprovação escolar, apenas três (20%) afirmaram nunca terem sido reprovados.

Gráfico 27



Dos 15 jovens, 12 já foram reprovados na escola, quatro (33%) disseram que ocorreu uma vez; dois (17%) foram reprovados duas vezes; quatro (33%) reprovaram três vezes; um (8,5%) reprovou quatro vezes e um (8,5%) cinco vezes.

Gráfico 28



As razões para a reprovação podem ser classificadas em quatro grupos. As duas razões com maior frequência citadas são a necessidade de trabalhar e o desinteresse ou falta às aulas. O desejo de bagunça e outras razões não claramente definidas aparecem em segundo lugar de frequência.

Parei por que trabalho. Reprovei por falta e por nota. (Jovem 2);

Razão da escola e por que o meu pai faleceu e tive que começar a trabalhar e estudar. Só que não tinha como trabalhar e estudar, tinha que arrumar um serviço de meio período. Aí acabei reprovando. (Jovem 6);

Desistência: uma vez desanimei e duas vezes por trabalho. (Jovem 10);

Provas! Eu faltava muito por que trabalhava e estava muito cansado e não ia, né!! Eu estudava na APAE e de lá fui para o Aracy.” (Jovem 11);

Ficava com meu pai, mais atrás do meu pai. Aí reprovei por falta. (Jovem 5);

Falta e nota. (Jovem 7);

Por que eu faltava muito da escola. Às vezes não ia, chegava tarde. Aí não tinha matéria. Aí reprovei.” (Jovem 9);

Desinteresse de estudar mesmo. (Jovem 12);

Não queria nada com nada, queria bagunça. (Jovem 1);

Por que não estudava, pirava da aula. Não gosto de estudar. (Jovem 3);

Por que teve um acidente aí. Eu estava de *bike* e um carro me pegou. (Jovem 14);

Faltava muito, pirava da escola. Criança mano! Gostava de me divertir. Ia para o Bicão, para a cachoeira com as meninas. (Jovem 15).

No total, cinco (33%) alegam que o trabalho foi um obstáculo aos estudos. Um dos jovens, cujo depoimento não é citado nesta parte, alega que era discriminado na escola e isso o levou a desanimar com os estudos e abandonar a escola.

O trabalho aparece também com maior frequência entre as razões de não estarem estudando. O desalento aparece sutilmente entre as demais razões.

Muito trabalho. (Jovem 2);

Parei e não voltei mais. Vou fazer prova do Estado para eliminar matérias. (Jovem 3);

Trabalho e não acho vaga. (Jovem 7);

Por que trabalho; por que desisti, estava trabalhando muito aí desisti. (Jovem 9);

Por que já terminei o Ensino Médio. (Jovem 10);

Ah! Por que eu tava estudando à noite e estava trabalhando. Ficava muito cansado, né!! (Jovem 11);

Falta de opção, pois passei da idade e não tem supletivo. (Jovem 12);

Por que brigava muito na escola. (Jovem 13);

Por que começou a ter a greve e começou a atrapalhar. (Jovem 14);

Por que estou trabalhando. (Jovem 15)

É de notar também o argumento do Jovem 10 que identifica a terminalidade da educação escolar no Ensino Médio. Dois atribuem a exclusão ao sistema público de ensino declarando que não acham vaga e que não há supletivo.

Fazendo um balanço das informações já apresentadas até o momento foi possível detectar que os jovens entrevistados são de famílias de baixa renda, baixa escolaridade e negros em sua maioria. É importante lembrar o que já foi identificado por pesquisas realizadas anteriormente e que nos elucidada Paula

ao relacionar a medida aplicada e o tipo de infração cometida aos dados sociais dos adolescentes, a pesquisa [de Adorno] assinalou uma variação da sentença judicial conforme os critérios de etnia, escolaridade e inserção no mercado de trabalho do autor de ato infracional, revelando a interferência da clivagem social da distribuição das medidas. Assim, os resultados apontaram que, independentemente da infração cometida ser ou não violenta, os adolescentes brancos, com maior nível de escolaridade, que tinham uma ocupação ou eram estudantes tinham maior propensão a receberem o arquivamento ou a remissão, ocorrendo o inverso com os negros, de nível mais baixo de escolaridade, desempregados ou não-estudantes. (PAULA, 2008, pag. 37)

É perceptível que entre as classes sociais não há desigualdade econômica apenas, mas até mesmo do direito de defesa e julgamento. Isso pode ser notado analisando o organograma do NAI no qual não se prevê a figura do advogado de defesa do jovem que cometeu ato infracional. Evidentemente as famílias melhor posicionadas na estratificação social resolverão isso, como de hábito, de maneira privada, arcando com os honorários de um advogado. As demais famílias não poderão contar com isso.

O bairro ou vizinhança, a família, a escola e as amizades representam contextos específicos nos quais os indivíduos estabelecem relações sociais. McKINNEY (s/d, pág. 117) sistematiza a teoria de Tönnies que afirma que todas as relações sociais são produtos da vontade humana que pode ser dividida em real ou natural e conceitual ou artificial.

As três formas simples de vontade natural são: a) gosto, b) hábito, e c) memória. Em contraste, as três formas simples de vontade racional são: deliberação, b) discriminação, e c) concepção. Destas duas vontades diferentes surgem as duas formas fundamentalmente diferentes de vínculos humanos. Tönnies chama *Gemeinschaft* (comunitárias ou comunidade) a todas as associações nas quais predomina a vontade natural, e *Gesellschaft* (societárias ou sociedade) a todas aquelas formadas e condicionadas pela vontade racional.

Acerca das relações comunitárias, Tönnies assevera que

segundo as explicações preliminares, a teoria da comunidade com base no pressuposto da perfeita unidade das vontades humanas como condição original ou natural persiste apesar da dispersão empírica. Esta condição natural se manifesta de múltiplas formas por causa da dependência da natureza das relações entre os indivíduos, dadas as condições diferentes. (Tönnies, 1979, pág. 33)

Uma entidade de tipo comunitária pode-se distinguir em virtude dos seguintes atributos: unidade; divisão de trabalho baseada na ajuda e assistência mútua; equilíbrio das vontades humanas em interdependência mútua; autoridade baseada na idade, na sabedoria e força benevolente; habitat comum; ação comum dirigida para objetivos comuns que se consideram dados; relações de parentesco; relações de amizade; sentimento recíproco e obrigatório; obrigações difusas e gerais; idioma, costumes e crenças comuns; posses e diversões mútuas; tradição sacra, e espírito de fraternidade. Em suma, a comunidade é uma relação de concordância baseada nos vínculos de: a) sangue (parentesco); b) lugar (vizinhança); ou c) afeto (amizade).

De acordo com Tönnies (1979, pág. 40) a aldeia rural é o espaço mais propício à existência dos elementos constitutivos das relações de vizinhança que são propiciados pela proximidade de moradores e situações de convívio que exigem múltiplos contatos humanos e propiciam o conhecimento íntimo dos indivíduos. Ocorre também a cooperação no trabalho, para o estabelecimento da ordem além de referências simbólicas de cunho religioso comuns. Apesar de essencialmente baseada na proximidade de moradia, o tipo de comunidade de vizinhança pode persistir mesmo após haver distanciamento espacial entre os indivíduos, neste caso, as relações são mantidas pelos hábitos comuns e costumes ritualizados. A amizade é independente do parentesco e da vizinhança e está condicionada pela similaridade de trabalho e a ação intelectual, ao tempo de deriva de ambos. Um laço assim tem que se estabelecer e se sustentar em virtude de muitos e freqüentes encontros os quais são mais prováveis em uma cidade.

Em contrapartida, pode-se distinguir uma sociedade segundo as seguintes características: fragmentação mais acentuada que a unidade; individualismo; orientação da ação segundo seus próprios interesses; convenções, ou seja, definições e regulamentações, definitivas e específicas; esferas de contato delimitadas; relações de dinheiro e crédito; domínio dos

comerciantes e capitalistas e uma elite de poder; obrigações limitadas e os sentimentos e os esforços dos demais, sem vínculo afetivo; e falta de relações mútuas. Em suma, a entidade de tipo societária, baseada sobre a vontade racional, consiste em relações contratuais e funcionalmente específicas, estabelecidas conscientemente para alcançar os objetivos planejados. A sociedade está articulada por meio de: a) convenção; b) legislação; c) opinião pública, e existe na vida municipal, nacional e cosmopolita. Tönnies (s/d, pág. 83) afirma que relações societárias entre duas pessoas são aquelas que cada pessoa está obrigada em relação à outra a determinados serviços concretos, tendo consciência das condições e direitos a determinados serviços concretos. O tipo de relação social racional, o pacto, aparece aqui de forma clara.

De acordo com Tönnies (1979, pág. 67) a teoria da *Gesellschaft* ou associação trata da construção artificial de um amálgama de seres humanos que na superfície se assemelham à *Gemeinschaft* ou comunidade em que os indivíduos convivem pacificamente. No entanto, na comunidade permanecem unidos apesar de todos os fatores que tendem a separá-los, por sua vez, na *Gesellschaft* permanecem essencialmente separados apesar dos fatores que tendem a uni-los.

Ao fim deste trabalho se procurará classificar as relações sociais dos jovens em situação de risco entrevistados se comunitárias ou societárias e estabelecer as implicações da pertença a uma ou outra categoria e a relação com a situação de risco ou vulnerabilidade.

A escola

Os jovens puderam falar sobre como era a escola na qual estudaram. Dez (67%) disseram que a escola era boa.

Era da hora. (Jovem 15),

Era boa a escola, mas eu conhecia a escola inteira, era o mais popular da escola. Daí, só me ferrava. (Jovem 3);

Todas as escolas em que estudei eram boas, sem problemas. Estudei em escola particular e pública. (Jovem 4);

Era simples, o ensino era bom, a vontade que era pouca. (Jovem 8)

Entretanto há depoimentos que evidenciam a escola ser um espaço de exclusão e de atitudes arbitrárias e preconceituosas em relação aos jovens.

Lá dentro? Era meio racista. Ah! Nem era por causa da cor, era racista por ser pobre. Tem muitas vezes que eu pegava e brigava com o professor, com o diretor. Eles mandavam cartinha direto para a minha mãe! A gente pedia para ir ao banheiro e eles não deixavam. Teve um dia que eu aprontei para a professora. Falei que ia mijar no latão de lixo. Tinha gente assim mais bem de vida que pedia para ela e ela deixava. Judiava da gente lá sem precisão, sem fazer nada. E isso daí fui começando a ficar com bronca, essas coisas. Fui começando a ficar briguento, brigar com qualquer um. Desrespeitava! Já que ninguém respeitava mais eu. (Jovem 2);

Nem todos lá eram ruins. A diretora pegava muito no meu pé, mas a escola era boa, os professores ensinavam bem. Era uma escola que precisava de muita reforma. O ensino de lá não fica muito para trás mas não é uma das melhores escolas, mas também não é nem uma das piores. A diretora invocava comigo. Qualquer coisa que acontecia na sala de aula ela falava que era eu. Então ela invocava comigo e teve um dia que eu explodi com ela. Ela baixou o lado dela e me mandou para o NAI. Não lembro direito, tinha acontecido alguma coisa lá, eu estava estudando. Daí um outro moleque lá começou a mexer, não lembro se era comigo. Aí eu fui falar para ele que eu estava estudando. A professora olhou pra mim e falou assim: “Putá que pariu!” – com o perdão da palavra – “Já falei para vocês aí, não é para conversar em sala de aula.” Aí eu me alterei, falei: “não estou conversando.” “ah! Você está respondendo?” ela falou pra mim. “Vai para a diretoria agora!” Falei: “não vou.” “Ah não vai, vou lá chamar a diretora!” Aí chamou a diretora lá. Ela já vinha xingando! “Vem cá seu carne de pescoço!” Me xingando. “E vem para a diretoria que você tem que conversar lá.” Eu falei: “Daqui ninguém me tira, daqui ninguém vai me tirar!” Daí ela pegou e falou assim: “Ah! Você não vai sair, se você não sair eu vou discar para o 190.” Falou para mim. Aí eu falei: “Não! Pode chamar qualquer um, eu não saio daqui,

eu estou estudando!” Eu estava fazendo toda a minha lição lá e ela invocou comigo. Daí ela falou assim: “Ah você não vai sair? Então, tá bom!” Foi lá, chamou a polícia, aí nisso a professora veio, conversou comigo e falou: “É melhor você ir lá para a diretoria.” Aí que peguei, tomei um copo d’água, e sentei lá no refeitório aí eu vi dois policiais chegando. Falaram para mim se eu podia acompanhar eles. Aí ela falou assim: “É esse daí, é esse daí, ele está muito alteradinho para o meu gosto, não quero ele aqui na minha escola.” Aí pegou, disse: “Vem, vem (Nome). Pegou na minha mão assim, levantou eu. Aí eu falei: “Não precisa me levantar.” Aí eu fui andando, aí eu pensei que eles iam levar eu para ... Ah! assim eu não sou nenhum, como se diz, nenhum marginal, né que rouba, mata, sei lá, fica na porta de escola vendendo droga, eu ia para estudar, mas ele me colocou, me tratou que nem um marginal, me colocou lá atrás do camburão e me levou para o NAI. Ainda foram zuando com a minha cara. Aí chegou lá, eu expliquei a versão, a diretora não tinha o que explicar e daí falaram assim: “Isso daí não é caso de vir para o NAI.” Advertiram os policiais, por que não era caso de ir para o NAI mesmo. Eu expliquei para eles, me levaram atrás lá, não sei o que eu tinha feito, não roubei, não matei, não vendi droga, não cometi nenhum crime, minha mãe, sempre que ela ligava para minha mãe ela ia lá. Por que ela arrumava alguma coisa para mim e chamava minha mãe. Aí minha mãe subia lá, entendeu. Abandonava tudo, ela subia na hora, mas nesse dia ela não quis saber, ela chamou a polícia. Daí chegou lá, eles me trataram super bem lá no NAI. Depois uns dias depois eu conversei com o juiz Galhardo, ele me tratou super bem falou para mim: “Olha, você tem que ter calma.” Eu falei: “Eu não me alterei nem nada, eu tava estudando.” Daí ele falou: “Eu entendo, eu entendo.” Ele conversou comigo numa boa. Acho que só de ele ver eu ele já sabia que eu não tinha nada a dever, que eu não devia nada entendeu? Era perseguição da diretora, foi isso que aconteceu (Jovem 6)

Cohen ilustra que ao contrário do que ocorre com as classes mais altas, as crianças e jovens de classe inferior estão mais propensos a experimentar sentimentos de fracasso, humilhação e inferioridade. “Estão

presas num jogo em que as outras são geralmente as vencedoras, e elas as vencidas e as insignificantes.” (COHEN, 1968, p. 141).

Goffman afirma que há uma tênue relação entre o comportamento desviante e a estigmatização de forma que uma pessoa estigmatizada socialmente enfrenta uma gama diversa de obstáculos a serem superados para que consiga sobreviver e em muitas situações não consegue superá-los e dessa forma terá que recorrer a mecanismos ilegítimos para garantir a sobrevivência. Dessa forma, estará caindo no comportamento desviante o que reforçará o estigma impingido.

Dois jovens não foram muito específicos na caracterização da escola, porém a fazem negativamente.

Naquele tempo eu achava que não era muito bom não. Agora hoje em dia pode ser que esteja melhor, para mim, para os outros. Naquele tempo também eu não gostava muito não. (Jovem 9);

Bagunça. (Jovem 10)

Os jovens foram estimulados a dizer se mudariam algo na escola. Dez (67%) disseram que não. Um também disse não, em uma ressalva.

Não, só achava que deviam ensinar mais as crianças. As crianças hoje saem da escola e não sabem ler nem escrever.” (Jovem 15).

Cinco (3%) fizeram comentários sobre o que gostariam que mudasse:

Os professores. Tem que tratar todo mundo igual. Tem pessoas que não têm, como que eu posso falar, pessoas não têm a capacidade que outras pessoas podem ter, dinheiro e tudo mais. (Jovem 2);

A forma como eles falam com os alunos, o diretor chega gritando, tem uns professores que são loucos, tem uns que são gente boa, o de Filosofia, o de Matemática, mas tinha uns que a chatice deles estragava a aula, daí não dava vontade de assistir. (Jovem 3);

Sim, o ensino [os professores] melhoraria. (Jovem 4);

Mudaria a direção da escola. A diretoria deveria analisar o que está acontecendo. Ouvir tanto eu, tanto o aluno, não dar razão nem para um nem para outro. Por que lá era assim o que o professor falava seria como se fosse 10 palavras minhas. Entendeu, então, se o professor falar que eu aponteí uma arma para ela, lá, ela vai acreditar, e se eu falasse que não, não. (Jovem 6);

Ah! Tudo, né, mano, melhor né. (Jovem 13);

Apesar de o maior número de mudanças estarem centradas nas relações, relacionamento dos jovens com os professores foi considerado bom para dez (67%) dos entrevistados. Um até enfatizou “Muito boa.” (Jovem 8). No contexto da entrevista esse “muito bem” tem um sentido bem característico uma vez que o próprio jovem reconhecia que sabia se inserir com bastante eficiência nas situações mais diversas utilizando-se de um misto de malandragem com carisma. Com efeito, acabava ganhando a simpatia dos professores o que facilitava sua vida na escola. O irmão até afirmou que ele aprontava na escola e era o “queridinho” dos professores. Goffman (1988, 1999) e Becker (2008) nos trazem algumas luzes. Primeiro que sabia construir a face diante da situação e segundo que seu comportamento levava a não ser estigmatizado o que não permitia ser rotulado negativamente vindo a ser tratado como *outsider*.

Três jovens trazem à tona situações mais conflituosas na relação com os professores.

Com alguns eu me dava bem, com outros não. Discutia direto por que eu não parava dentro da sala, não me interessava pela aula. Eu não tinha vontade de ficar lá dentro da sala. Preferia estar do lado de fora conversando com todo mundo. Com os que eu me relacionava bem era pelo jeito deles. O professor de Filosofia, a forma dele falar, conversar com a sala, não dava aquela aula chata, cansativa, aí tinha uma amizade boa com os professores. (Jovem 3);

Não valorizava no início e depois passei a dar mais valor por que passei a ver como é importante. (Jovem 10);

Ah! Alguns era tranquilo, viu moleque, mas outros era, de vez em quando, tinha briga. Ah! Não gostava, uma vez eu fui expulso por que a professora xingou e eu dei um soco no queixo dela. (Jovem 15).

Os jovens falaram sobre as lembranças boas que têm da escola. De acordo com o tipo de elemento considerado bom pelo jovem é possível identificar o que a escola deixou marcado na vida deles. Não são os professores e o aprendizado que figuram em primeiro plano como lembrança boa da escola mas as amizades lá feitas. Os jovens puderam elencar quantas lembranças boas quisessem. Nove (60%) jovens destacam a escola como um ambiente de construção de relações de amizade.

Sim. Os amigos que eu fiz. (Jovem 3);

A escola não, as amizades sim. (Jovem 4);

Sim, colegas, amigos. (Jovem 12);

Sim, vixe! Um par de amizade! Isso não acaba né. (Jovem 15)

O aprendizado vem logo a seguir com sete (47%) jovens citando como boa lembrança da escola.

As amizades que eu fazia, as coisas que eu aprendi lá. (Jovem 5);

Estudar, os amigos, os esportes. Depois que passa você sente saudades. Com alguns professores eu me dava bem. (Jovem 6);

Namoro, bom comportamento, feliz por que estava aprendendo. (Jovem 10);

Aprendi bastante na escola, muitos amigos que eu fiz. (Jovem 11);

O ensino. (Jovem 13);

O estudo de lá, as pessoas, a convivência lá. (Jovem 14);

Dois respostas focam aspectos importantes da escola na vida do jovem contudo se distinguem das demais respostas.

Sim. Havia grupos de danças e a escola estimulava a dançar e futebol. Os diretores conheciam os alunos e estimulavam a dança e não fazer coisa errada. (Jovem 1);

Sim. Aprendizado que eu tive, amigos que eu conheci, colegas, minha esposa. Aprendi a viver. Tudo começa na escola! É ali que você tem influência do bem, do local em que você vai se por, se você vai ser um traficante ou se vai ser como pai de família. Então você tinha duas opções. Ali você escolhe sua opção, se você tiver uma mente para o crime, dali você vai subir para o crime mas se você tiver uma mente de seguir outro caminho, aí você para, por que dentro da escola você aprende de tudo. Não é só estudar, namorar. É de tudo. Você aprende coisas que você nem imagina que existem. Conheço muitos professores que sempre aprontaram por fora e ninguém nunca ficou sabendo. (Jovem 8);

Dois jovens afirmam que a escola não traz lembranças boas.

Ah! Lembrança boa acho que não tenho não. Naquela escola ali que eu aprendi a não gostar de escola por causa dessas coisas [quando ele relatou o preconceito sofrido em pergunta anterior]. Eu queria faltar, minha mãe queria saber por que eu queria faltar. Aí tinha dia que minha mãe batia em mim para eu ir pra escola, eu não ia, pirava da escola. (Jovem 2);

Invertida a pergunta os jovens foram questionados sobre lembranças ruins que a escola poderia trazer a eles. Dez (67%) responderam que a escola não traz lembranças ruins.

Não. Só não gostava de estudar, até gostava de ir para a escola. Só não gostava de estudar. (Jovem 3);

Acerca das lembranças ruins, alguns citaram:

Quando bagunçava, você ia pra direção, ou mexia na minha bolsa, roubava minhas coisas. (Jovem 4);

Sim. Um pouco, muita briga. Isso era do começo que eu estudei ali, sempre briguei. (Jovem 8);

Sim, fiz bagunça, não dei valor. (Jovem 10);

Percebemos que essas lembranças ruins, diferentemente das que já haviam sido ditas por alguns jovens em perguntas anteriores, não enfatizam fatores de exclusão originados da própria instituição escolar.

A família e as normas de comportamento no contexto familiar

Os jovens foram indagados se costumavam falar aos pais aonde iam quando saíam de casa. Sete (47%) disseram que sim, sete (47%) que não e um (6%) que às vezes falava. Os que disseram que sim, justificaram pela segurança que isso dava aos pais, em especial à mãe.

Sim, se ocorrer algo sabem onde estou. (Jovem 1);

Sim, para dar segurança para ela. Eu não acho importante, mas é preciso. (Jovem 4);

Sim, para ela não ficar preocupada. (Jovem 5);

Sim, se acontecesse alguma coisa comigo ou com eles iam saber onde eu estava. (Jovem 8);

Sim, por que eu era de menor e se acontecesse alguma coisa comigo minha mãe já sabia onde eu estava. (Jovem 11);

Sim, para minha mãe ficar sabendo, ela perguntava. (Jovem 14);

Às vezes. Achava importante para se acontecesse algo. (Jovem 7);

Três respostas negativas demonstram também compromisso com ao pais.

Não, só quando ia num lugar longe ia demorar avisava. (Jovem 9);

Não. Confia em mim. Eu nunca precisei falar aonde vou. (Jovem 6);

Não, por que fico aqui na rua. (Jovem 13);

Há três respostas que indicam enfrentamento em relação à autoridade dos pais.

Não, vergonha, pois os pais não davam conselho, davam quando aprontava. (Jovem 10);

Não. Coisa de adolescente. Você não pensa!. (Jovem 12);

Não. Eu saía escondido mano! Eu ia para o Café Cancun e se não me deixavam, eu saía escondido. (Jovem 15)

A preocupação com a segurança dos filhos fomenta as justificativas dos jovens informarem aos pais aonde iam. Por outro lado, há respostas negativas que evidenciam confiança ou situações às quais os filhos estão seguros por estarem por perto e desta forma bem poderiam ser agregadas às demais respostas afirmativas. Apenas duas respostas negativas sinalizam enfrentamento familiar.

As famílias impunham alguns limites aos jovens. Somente dois disseram que não. Treze (87%) jovens disseram haver coisas que os pais não permitiam que fizessem. Por elas, é possível ter uma ideia das vulnerabilidades identificadas pela família no ambiente de vivência do jovem.

Ir para a beira do rio, ficar na rua até tarde ou ficar perto de pessoas que mexiam com droga. (Jovem 2);

Sim, não deixava sair muito, minha mãe, mas mesmo assim eu saía. (Jovem 3);

Bastante, não deixava eu sair para rua, não deixava jogar bola aí no campo por causa das companhias. Eu achava que ela tinha que deixar pois achava que não tinha perigo, hoje não acho mais. Hoje eu acho que ela estava certa. (Jovem 4);

A única coisa que ela fala é para não ficar usando droga. (Jovem 5);

Antes tinha, agora não tem mais, as amizades, dependendo das amizades ele não gostava. (Jovem 6);

Sim, ficar na rua por causa das companhias onde morava. (morava no Centenário, na mesma rua de infratores). (Jovem 7);

Beber e usar droga. Mas eu bebia e usava drogas por que ela proibia, por que tudo que é escondido é mais gostoso, mais da hora. Se ela liberasse, eu parava. E aconteceu. Liberou, eu parei. Não bebo, não uso droga, só a única coisa que eu tenho de ruim é fumar cigarro. (Jovem 8);

Não lembro o que, sempre tem. (Jovem 9);

Coisas erradas, bagunça, balada, brigas de rua. (Jovem 10);

Sair sozinho. (Jovem 11);

Sair com más companhias. (Jovem 12);

Roubar, usar droga. (Jovem 14);

Fumar cigarro. Mas eu fumava escondido. (Jovem 15)

Observa-se, nas respostas, o padrão moral familiar: condenavam-se as más companhias, a droga, o fumo, brigas, baladas, o roubo. Observa-se também o cuidado ao se temer o que representava perigo: beira do rio, ficar na rua até tarde, más companhias.

Uma vez que havia regras que a família estabelecia a serem cumpridas, os jovens foram questionados sobre as conseqüências caso descumprissem-nas.

Batiam sem dó. Eu ficava tentado fora da escola. Se você não está naquela coisa ruim, você não é ruim, mas se você crescer naquela ruindade... (Jovem 2);

Brigavam. (Jovem 3);

Ela me batia, agora não bate mais, fica brava. (Jovem 5);

Conversava, mas saía mesmo assim. (Jovem 6);

Davam sermão. (Jovem 8);

Eles xingavam ou batiam. (Jovem 10);

Ela batia. (Jovem 11);

Levava puxão de orelha. (Jovem 12);

Ela ia me bater. (Jovem 14);

Batiam em mim. (Jovem 15)

Entre as regras que muitas vezes os pais impõem aos filhos está o estabelecimento de horário para voltar para casa quando saem. Doze (80%) disseram que havia horário estabelecido. Dois (13%) disseram que não e um (7%) disse: “Não, chegava cedo.” (Jovem 7).

Até 15 anos tinha. (Jovem 1);

Ah! Umas 10 horas, por que essa vila já era perigosa, morreu bastante gente nessa época aí. Só que eu saía para que? Ia para frente da escola, lá tinha a mulherada, você não fica dentro de casa. Daí eu voltava a hora que eu queria, eu pensava que eu era dono de mim já. Voltava até duas horas, voltava tarde. As vezes tinha dia que nem voltava, pousava na casa de amigo. Eu ficava com medo de andar na rua tarde, não era nem por causa de bandido, era mais por causa de polícia. A polícia, eles paravam a gente na rua, arrancavam mesmo o couro. (Jovem 2);

Hoje em dia ela não impõe mais horário, só que eu não extrapolo. Tem só que ela não fala nada por que sabe que eu não chego tarde. (Jovem 4);

Voltar cedo, mas quando eu saio com uma amiga que tem carro, ela não liga de eu ficar até umas 2 ou 3 horas da manhã, por que ela sabe que eu estou com uma pessoa, acompanhado. Mas, aí, quando eu saía sozinho, falava para eu voltar cedo. (Jovem 5);

22 horas. (Jovem 8);

Meia noite. (Jovem 9);

22 ou 23 [horas]. (Jovem 11);

22 horas. (Jovem 12);

1 hora. (Jovem 13);

Antes das 23 horas. (Jovem 14);

Meia noite era o máximo. (Jovem 15)

Chamou a atenção o depoimento do Jovem 2 que denuncia o risco que era permanecer na rua no bairro em que morava, mostrando o precoce contato com situações extremamente violentas como a morte por razões não naturais e ainda o fato do risco de que algum mal fosse causado pela polícia, mostrando como há a inversão do papel da polícia de acordo com a região da cidade na qual ela atua ou a categoria social da pessoa. Situação como esta também pôde ser observada em estudos realizados no Brasil sobre as relações sociais nas áreas de vulnerabilidade e que até a música já denunciara há tempo.

Era a dura, numa muito escura viatura
 Minha nossa santa criatura
 Chame, chame, chame lá
 Chame, chame o ladrão, chame o ladrão
 (Acorda Amor – Chico Buarque)

Onze (73%) jovens disseram nunca terem fugido de casa. Dos quatro que afirmaram terem fugido de casa, alegaram:

Por que eu queria jogar bola aí no campo. (Jovem 4);

Várias vezes. Por que ela proibia de namorar com ela [aponta para a companheira]. Fui pra casa da atual companheira. (Jovem 8);

Por que meu pai queria me bater, fui pra casa de um colega meu. (Jovem 9);

Sim. 4 dias, peguei o trem cargueiro e fui para Campinas. (Jovem 10)

O Jovem 4 considera o fato de ter ido ao campinho jogar bola como uma fuga pois a mãe o proibia de ir ao campinho pois considerava que lá não havia boas companhias para o filho. Ele próprio reconhece que foi lá que fez as amizades que depois o levaram a praticar o ato infracional.

Trabalho, inserção no mercado de trabalho e expectativas

Onze (73%) jovens disseram contribuir com a renda familiar com algum tipo de trabalho. Desses, as ocupações declaradas foram: operador de máquinas; pintor/pedreiro; auxiliar de produção; trabalho registrado de servente de pedreiro; pedreiro; trabalho em construtora; seguro desemprego, “trabalhava no mutirão da dengue, parei faz um mês por que acabou o contrato”; trabalho em metalúrgica; bico de servente; “faço bicos, o que aparece pra fazer, tirar entulho. Qualquer coisinha que aparece aí eu faço”; serviços gerais, lavando carro.

As ocupações são de baixa remuneração e requerem baixa qualificação profissional, aliás são condizentes com a escolaridade dos jovens já apresentada anteriormente. Uma das respostas aqui dada traz à tona algo considerado importante ao trabalhador brasileiro, não apenas ao dos estratos mais baixos da população, que é a questão da falta de registro em carteira de trabalho. Além do fato de que isso representa uma segurança ao trabalhador permitindo-lhe até a longo prazo garantir a renda na senilidade, para esses jovens que vivem na vulnerabilidade o registro em carteira os coloca num *status* de maior blindagem quanto a abusos de autoridade no caso de uma abordagem policial. Para a polícia, o jovem perde um pouco a aura de malandro adquirindo o de trabalhador. De acordo com uma conversa com a mãe de um dos jovens que deveria ter sido entrevistado (a mãe me atendeu na calçada à entrada do barraco que ficava em um declive acentuado e de onde estávamos via-se apenas o telhado de amianto do barraco logo abaixo), o filho encontrava-se preso pois tinha conseguido liberdade condicional porém não conseguiu registro em carteira fazendo o juiz reconduzi-lo ao cárcere. Ela se lamentava sobre a falta que o filho fazia em casa pois ela não podia trabalhar uma vez que cuidava do marido, doente crônico.

Questionados sobre se gostam do trabalho que executam 9 disseram²⁹ que sim e 3 que não.

- a) Sim, por que tem que ganhar dinheiro. (operador de máquinas);
- b) Sim. (pintor/pedreiro);
- c) Não, por que exploravam demais (sem trabalho, trabalhava como empacotador em supermercado);
- d) Não, não é o trabalho que eu sonho. (auxiliar de produção);
- e) Sim, por que é o que aprendi com o pai. (trabalho registrado de servente de pedreiro);
- f) Sim, gosto, vixe! Ganha bem. Não, não ganha bem. Razoavelmente bem. (pedreiro);
- g) Não, gostar eu não gosto, mas tem que trabalhar. Senão como que eu vou ganhar dinheiro? (pedreiro em construtora);
- h) Sim, para pegar experiência (metalúrgica);
- i) Sim. (mutirão da dengue);
- j) Sim. Ah! Tem que gostar né! É a vida. Não tem outro jeito. (servente);
- k) Sim. (servente de pedreiro);
- l) Sim. (lavador de carro)

Dos 9 que responderam “sim”, as razões podem ser classificadas. Para alguns, interesse. Para os outros, as razões se centram na tradição, de algo que sempre foi assim: um por ser respeitoso, outros por conformismo. Dos 3 que responderam “não” (um dos quais, pelo trabalho progressivo, já que estava sem trabalho), as respostas se centraram também no interesse e na afetividade.

Em sete das respostas (a, d, e, f, g e j) os jovens sinalizam, de acordo com as tipologias de Merton (1970), que se enquadram na tipologia de *conformidade*, quer dizer, diante da situação a qual se encontram, que é de viverem em um contexto de meios limitados à concretização das metas culturais, adaptam-se à realidade absorvendo as metas culturais e aceitando os

²⁹ Algumas questões não terão as respostas com a indicação dos jovens que as deram para preservar a identidade dos mesmos.

meios institucionalizados estabelecidos pela sociedade. É perceptível que o trabalho em si não é o fator que motivou a resposta positiva, mas sim a possibilidade de sobrevivência dentro dos padrões de licitude aceitos e impostos pela sociedade “tem que trabalhar. Senão como que eu vou ganhar dinheiro?”, “gosto, vixe! Ganha bem. Não, não ganha bem. Razoavelmente bem.”

Questionados sobre o tipo de trabalho já realizado anteriormente os jovens elencaram: campo de golfe, coveiro (duas respostas), instalador de ar condicionado, com gelo, fábrica, frentista de posto de gasolina, empacotador de supermercado, serviços gerais, borracheiro, apanhador de laranja, café, pintor (duas respostas), operador de manufatura, gesseiro, ajudante de pedreiro, assentador de piso, servente de pedreiro (três respostas), em lava rápido.

As expectativas ou anseios dos jovens puderam ser descobertas mediante as respostas à questão: “que tipo de trabalho você gostaria de ter ou o que você gostaria de fazer?”

- a) Trabalho registrado de pedreiro, pintor, pois preciso de registro para mostrar para a polícia e é mais seguro;
- b) Mecatrônica ou eletricista, informática;
- c) Trabalhar em empresa;
- d) Dança profissional;
- e) Metalúrgico, torneiro mecânico, deve ter mais adrenalina que trabalhar de pedreiro. Eu gosto de algo difícil para fazer;
- f) Um trabalho suave, que não chega a fazer muito serviço;
- g) Operador de máquina;
- h) Não tem não;
- i) Ah! De pintor também vira né?!
- j) Gostaria, mas não tem estudo. Eu não tenho noção muito bem, mas queria um trampo que desse mais dinheiro;
- k) De assentamento de piso para mim estava bom.
- l) Ah! O que eu gosto mais é o negócio do ar condicionado e da fábrica que eu trabalhava. O problema era o patrão. O bom é ser empresário por que aí você não precisa fazer nada, você só manda;

De uma maneira geral, à exceção das respostas dos itens D e J as quais os jovens evidenciam buscar um trabalho com prestígio e remuneração bem acima da condição sócio-econômica na qual vivem, os demais tipos de trabalho citados transparecem que os jovens assimilaram as metas culturais pertinentes ao estrato social o qual pertencem, ou seja, ocupações marcadas pela subalternidade e remuneração ainda não muito vantajada. Na resposta I o jovem mostra uma indiferença o que sugere o retraimento nos termos de Merton. Relembrando Merton (1970), pobreza e limitação de oportunidades não são elementos que geram um comportamento desviante para a criminalidade. A elas deve estar associado o mecanismo de busca por ascensão social ou acúmulo material.

Indagados sobre o que fazem com o dinheiro que ganham, os jovens, de uma maneira geral, responderam que contribuem para a sobrevivência familiar.

Ajudo em casa e ajudo a minha filha;

Mantenho a casa;

Ajudo aqui em casa, a minha mãe, e gasto comigo. Agora tem meu filho, tem que comprar as coisas para o meu filho. Casado, complicou a situação;

Compro coisas para o filho e guardo;

Pago as contas, faço meu pedido. O resto dou para minha mulher. Quem dirige essa coisa de dinheiro é ela. Eu deixo tudo na mão dela. Eu não tomo conta do meu dinheiro;

Administro minhas contas, ajudo em casa;

Pago as contas;

Ajudo minha mãe;

Eu sustento minha família;

Ajudava em casa;

Eu compro uma cesta básica aqui para o meu barraco, compro as coisas para minha filha que mora separado. Tenho uma outra filha, ajudo aqui.

Apenas dois afirmam gastar apenas consigo próprio.

Sumia, comprava calça, chiclete; comprava roupa, celular novo, em lanchonete;

Eu ganho pouco. É mais gasto comigo mesmo. Eu pagava minha moto, agora não pago mais. Uma comida, um tênis, uma coisa pra comer na rua;

No intuito de identificar os anseios do jovem entrevistado foi perguntado sobre o que faria ou compraria se tivesse dinheiro.

Abrir uma casa para crianças carentes que vivem na rua. (Jovem 1);

Se eu tivesse pelo menos uns 800 na carteira, eu ia pagar as contas e ia juntando para comprar um terreno para sair fora daqui por que aqui é do meu pai. É isso daí. Ia ajeitando a vida. Eu não queria ficar aqui não, nas costas do meu pai eu não queria ficar, comprando um carrinho, essas coisas. (Jovem 2);

Uma casa. (Jovem 3);

Comprava um carro. (Jovem 4);

Compraria uma casa para meu pai, uma para minha mãe, compraria umas casas de aluguel para gerar dinheiro. (Jovem 5);

Faria uma casa nova, um carro novo. Faria um mercadinho para fazer um investimento próprio. (Jovem 6);

Compraria um terreno ou casa. (Jovem 7);

Uma casa. (Jovem 8);

Compraria um terreno ou uma casa pronta para ter um lugar pra mim morar só meu. (Jovem 9);

Construir a casa e depois um carro e, se sobrasse, faria uma faculdade. (Jovem 10);

Uma outra casa. (Jovem 11);

Faria minha própria casa, meu carro. (Jovem 12);

Dava uma força. (Jovem 13);

Reformava minha casa. (Jovem 14);

Eu tentava mudar a minha vida, mano. Tentava mudar a minha vida para melhor. Ah! não sei, ia comprar uma casa, ajudar o filho. (Jovem 15)

Novamente a segurança de um imóvel próprio aparece visto que doze (80%) jovens citaram a casa como algo que teriam se tivessem mais dinheiro. A casa é uma moradia melhor para a família dada a precariedade da que vivem, ou então uma casa própria por viver de aluguel ou ainda a própria casa para sair da casa dos pais para poder morar com a família já constituída ou que virá a constituir. Investir na própria formação não é algo vislumbrado por eles, mesmo no caso do Jovem 10 que tocou no assunto da faculdade. Coloca o estudo caso sobrasse dinheiro depois de atendidas duas outras necessidades/anseios. O caráter altruísta do Jovem 1 pareceu condizente com a impressão que transmitiu durante a entrevista demonstrando ser uma pessoa bastante consciente dos direitos, determinado a construir uma carreira profissional promissora, inclusive ciente das oportunidades que pode dispor para alcançar tal objetivo. Dessa forma, não utilizar o dinheiro para si transparece a confiança que tem de que será capaz de atingir seus objetivos de mudança social e que, portanto, poderia dispor de dinheiro para auxiliar outros que necessitam.

As lembranças

As recordações boas ou ruins que se tem da infância nos ilustram como foram no passado as relações familiares, as condições de vida, etc. Sobre isso foram feitas duas questões aos jovens: do que você sente saudade em sua infância? Do que você não sente saudade em sua infância?

Para a primeira questão cinco (33%) jovens disseram que não sentem saudade de nada, um emendou: “nunca foi boa.” (Jovem 8). Os outros elencam amizades, brincadeiras, ingenuidade da vida, não ter obrigações de responsabilidade, entes queridos perdidos como coisas que sentem falta.

Soltar pipa (Jovem 1);

Só dos colegas mais pequenos. Brincava. (Jovem 2);

De alguns amigos. (Jovem 4);

Quando você era menor você era bajulado por todo mundo, não tinha tanta maldade no mundo. Antes era bem melhor. Hoje todo mundo enfia a faca no outro, um dá tiro no outro. (Jovem 5);

É a época de infância, tempo de infância, que eu podia fazer tudo sem me preocupar com nada. Não ficava pensando em dívida. Dívida deixava com os pais. (Jovem 6);

Brincar, soltar pipa. (Jovem 7);

Da idade, o tempo está passando vou ficando velho. Era boa a infância. (Jovem 9);

Brincar, morava na chácara. (Jovem 10);

Do meu pai, do meu avô, da minha família. (Jovem 14);

Ah! Do que eu sinto saudade é dos familiares que ficavam perto de mim antes né, mano, e foi embora, morreu. Ah! Meu pai, minha avó, meu tio, meu irmão, meu irmão um pouco mais novo que eu, mas meu irmão de sangue, tá ligado? Morreu de ... ele teve

meningite quando era criancinha. Aí morreu de parada respiratória, parada cardíaca. (Jovem 15)

Em relação à segunda pergunta, nove (60%) disseram apenas que não sentem saudade de nada. Um deles argumenta: “vixe, nada, se eu pudesse voltar a infância de novo, aproveitava o máximo.” (Jovem 15). Os que citaram coisas que não sentem saudade focam a pobreza/miséria, rigidez da educação dos pais/apanhar.

Nem de festa, nem de nada, nem de festa de Natal. Por que era muita falta de dinheiro, né, e você não podia colocar comida em casa. Faltava isso, faltava aquilo. Inclusive só ganhava brinquedo na rua por que meu pai e minha mãe não tinham capacidade para comprar essas coisas. Agora é diferente. Hoje em dia eu coloco o meu dinheiro aqui em casa. Era diferente, só no ano novo, por que no ano novo não tem aquelas frescuras, brinquedos, você via muita criança que tinha brinquedo melhor que o seu. (Jovem 2);

Educação da minha mãe que era muito brava. (Jovem 4);

Não gosto muito de lembrar da minha infância não, sempre foi ruim, nunca foi boa. (Jovem 8);

Um monte de coisa, meu pai me batia quando era pequeno. (Jovem 9);

Apesar do fato de que de uma maneira geral a vida desses jovens ser marcada por situações de violência, como será abordado na sequência, e muitas privações, esses temas não mereceram grande destaque em suas falas na última questão em específico. O fato de que essa realidade não é exclusiva deles e seus familiares ou amigos, mas disseminada pela vizinhança e bairro, locais onde se situam seus grupos de referência, talvez faça com que realizem um processo de naturalização da violência e da privação, assumindo-as como normais ou a regra e, portanto não despertando grande atenção em suas lembranças.

A violência

A violência é uma realidade bastante presente na vida dos jovens entrevistados. Entretanto há gradações entre as experiências presenciadas por eles que vão desde briga na porta da escola até assassinato. Treze (87%) afirmaram já terem presenciado algum ato de violência.

Saindo da escola, briga, vi, mas não participei. Eram alunos da escola. (Jovem 1);

Já vi muito já. Já vi gente morrer na minha frente, baleado, aqui no bairro. Colega meu também morreu ali na esquina. Ninguém sabe quem foi. Um cara passou, de moto, deu um tiro na esquina que acho que nem era para ser para ele e morreu e o rapaz que era para morrer pegou um tiro na cabeça e está vivo até hoje, eu conheço também. Só que teve um outro, também, não foi nessa vila aqui, foi na vila mais para baixo, que eu peguei, eu vi, também passaram peneirada de carro. Acho que foi por causa de droga. Picaram ele na bala. Acho que foram 27 tiros nele. Eu vi, eu vi sem querer ver. Você está passando e tem que se esconder. Pensava que ia tomar tiro também, assustado. Ah! Eu fui crescendo assim, desse jeito fui crescendo. Assim. Fui vendo essas coiseiras. Era briga, gente batendo uns nos outros. Polícia batendo na gente. Com isso que você vai convivendo, se acontecer perto de mim você nem liga, nem liga, você vê e nem liga. (Jovem 2);

Agressão física. Um fomos nós mesmos. Eu e uns amigos meus, molecada tonta. Sai de casa pra arrumar briga ao invés de se divertir. Morei em Campinas já vi algumas mortes já. Estava indo para a casa de um amigo meu, só que lá é tudo biboca né, tem uma vila lá que é, filho, para você andar lá dentro. Aí teve pá pá [fez som de tiros] aí saí correndo. (Jovem 3);

Juntou um pessoal aí e começou a bater. Eu conhecia quem apanhou. Aí eu ajudei a separar. (Jovem 4);

Já vi bastante briga já. Quase todos os lugares em que eu vou, sempre tem um engraçadinho que quer fazer graça. Aí provoca o outro, aí sai na mão com o outro. (Jovem 5);

Na minha própria casa, meu pai quis bater na minha mãe, briga na porta de escola. (Jovem 6);

Na semiliberdade quando mataram o monitor, fiquei triste. (Jovem 7);

Vários, comigo mesmo, apanhava na escola direto. Apanhava de mais de 10, 12 pessoas. (Jovem 8);

Um cara foi dar uma de estuprador. Aí tinha um terreno, ele passou e veio uma mulher correndo falando que ele estava atrás dela. Daí um cara pegou o cachorro, um Pit Bull e soltou o cachorro no cara. Aí o cachorro ficou grudado no cara.(Jovem 9);

Briga de mãe e pai, parente, briga de rua. (Jovem 10);

Tiro né, troca de tiro, morte também. Eu era pequeno, foi aqui na rua. (Jovem 11);

Briga,já vi um monte, familiar, na rua. (Jovem 14);

Ah! De briga, várias brigas eu já vi aí pela rua. Não só aqui, mas como quando eu vou para umas baladas com uns amigos meus, saiu maior briga, mas eu não gosto de briga não, sou tranquilo. (Jovem 15)

Para aprofundar sobre o tema da violência, outras questões foram feitas aos jovens. Uma delas levantou a existência de violência doméstica. Nove (60%) disseram que não sofreram ato de violência em casa. Os seis que disseram já ter sofrido ato de violência doméstica expuseram o ocorrido.

Apanhei dos pais quando criança. (Jovem 1);

Quando a polícia invadiu, [a casa] e eu era de menor nesse tempo. (Jovem 2);

Apanhar. Já apanhei do meu pai depois de grande. (Jovem 3);

Apanhei do meu pai de fio de ferro. Já apanhei de caibro. Já quase me matou afogado. (Jovem 8);

Apanhei do pai. (Jovem 9);

Apanhei do pai. (Jovem 10)

Ampliando as possibilidades de situações de violência sofridas pelos jovens, abriu-se espaço para falarem sobre terem sofrido algum tipo de violência fora de casa. Dez (67%) disseram que não sofreram violência fora de casa. O Jovem 2 não especificou a violência que sofreu uma vez que já havia relatado anteriormente as diversas situações de violência (física e simbólica) pelas quais passou. Os outros depoimentos são expressos a seguir.

Agressão física. Nós catamos uns moleques. Os moleques cataram nós. Daí um dia nos encontramos sozinhos. Da polícia também, os caras batem! Você está no meio de rodinha, fizeram a abordagem, começa a perguntar as coisas. Aí você meio irritado fala, responde para eles. Os caras vêm com agressão física. O cara anda com uma farda e um revólver na cintura, te bate com o cassetete, com a mão. (Jovem 3);

Eu quase fui pelos policiais. Eles pegaram eu e o outro. Aí levaram a gente. A gente estava indo, trouxeram a gente para cá, fizeram boletim. Pegaram um cara também, maior de idade. Aí eles falaram: “vamos estourar uma boca de um bairro aí e falar que eles cagoetaram”. Aí um deles falou: “vamos levar eles para o NAI.” (Jovem 4);

Tortura com alicate, apertando a barriga [polícia]; tijolada, pisada no estômago (ganguê de 15 pessoas). (Jovem 10)

São perceptíveis dois agentes promotores das ações violentas sofridas pelos jovens: ataques de grupos/gangues e a polícia. No que tange as ações dessa última visualiza-se a reprodução da mesma situação também identificada nos diversos outros estudos sobre o tema violência realizados no Brasil já citados durante o debate nos capítulos iniciais deste trabalho.

Ampliando o círculo de relações dos jovens serão abordadas a seguir as situações de violência sofridas por amigos. Sete (47%) disseram não saber de amigos que foram alvo de violência. O Jovem 2 já havia relatado

diversas situações violentas nos locais de convívio por isso não especificou as sofridas por amigos. As violências sofridas pelos amigos são descritas como:

Briga com os outros. (Jovem 1);

Uns que eu conheço aqui já tomaram facada, normal. (Jovem 3);

Os novos amigos não sei disso, mas os antigos que eu tinha, já. (Jovem 4);

Vários amigos meus apanharam na rua. Um folga com o outro, um olha para a mulher do outro. Aí sai briga. (Jovem 5);

Tem um amigo meu que sofreu uma violência boa, até morreu. Em época de escola, eu não sabia que ele era isso né. A gente conversava numa boa, não sabia o que ia acontecer com ele. Depois que eu comecei a trabalhar, ele começou a mexer com droga, daí eu acho que ele ficou devendo para alguém aí, arrancaram tudo, todos os órgãos dele. Tacaram lá na nascente. (Jovem 6);

Todos. Ah! Briga né. Briga à toa por aí, de um olhar para a cara do outro invocar e não gostar. (Jovem 8);

Pai e mãe batem. Briga de rua. (Jovem 10);

Além dos amigos, os irmãos são jovens/crianças de faixa etária próxima aos entrevistados vivendo na mesma situação, portanto identificar a presença da violência entre os irmãos auxilia na montagem do quadro que circunda esses jovens. Doze (80%) disseram que os irmãos não sofreram atos de violência. Os demais apontaram:

Se a polícia invadir em casa, mas não rela a mão no meu irmão mesmo. A gente se mata aqui. Hoje em dia eu sou mais grande e tudo mais, chama advogado, dá um jeito. (Jovem 2);

Meu irmão mais velho, ele tem um cara que está preso e ele era casado ou namorado amigado com uma mulher, daí ele foi preso, ficou um bom tempo na cadeia. Está um bom tempo na cadeia. Para ela aqui fora ela está livre, para ele lá dentro, fala que ela é mulher dele ainda. Daí meu irmão passou a conhecer ela e passou a

frequentar a casa dela, e começou a sair com ela. Daí o cara ficou sabendo e mandou uns caras catar ele dentro da casa dela. Abriram a porta, meu irmão estava dormindo lá dentro, cataram um pedaço de caibro e foram pegar ele, meu irmão foi se defender. Aí até que eles pararam de bater e foram embora. Meu irmão foi pra Santa Casa e eu fui buscar ele lá. (Jovem 6);

Um quase espancou até a morte, o outro briga normal na escola. (Jovem 8);

Briga de rua. (Jovem 10)

Em um ambiente no qual a situação de violência é uma presença constante além da possibilidade de ter sofrido violência, também pode-se ser o autor dela. Os jovens refletiram sobre algum ato violento por eles praticado. Sete (47%) disseram não serem autores de ações violentas, sete (47%) admitiram terem praticado violência. A resposta de um deles, embora negativa, foi contestada por uma pessoa que estava acompanhando a entrevista e esse foi o momento que provocou reflexões e dúvidas mais intensas de todas as experiências vivenciadas nas entrevistas. Ao ser feita a pergunta “Você já praticou algum ato violento?” a resposta foi: “Não.” Depois da resposta negativa ser dada de imediato, a pessoa que estava ao lado acompanhando a entrevista intervém expressando um sonoro e longo “hummmmm”, e ele responde: “o que? Pratiquei?” E ela: “nunca matou ninguém?” E ele: “não.”

Aqui abro um parêntese para discutir esta e outras questões da pesquisa que, inclusive, derivam de determinados procedimentos que foram adotados para a pesquisa. Não se pode ignorar que os jovens estavam desempenhando um papel durante as entrevistas. A pesquisa não foi resultado de uma observação participante, o contato com o pesquisador era nenhum até o momento no qual os jovens eram abordados à porta de suas casas. Havia ainda entre eles, certamente, a desconfiança de que o pesquisador pudesse ser algum informante ou ter algum vínculo com alguma instituição pela qual eles já haviam passado e, dessa forma, a entrevista bem podia ser tomada como mais um tipo de inquérito para saber se continuam a praticar atos ilegais.

Desta maneira, embora muitas das respostas dadas por eles certamente correspondem à realidade, não se pode deixar de considerar que também os jovens puderam ocultar, modificar ou ampliar as informações (isso foi possível identificar uma vez que tanto as fichas quanto a planilha de Excel a que o pesquisador teve acesso nas quais constavam os dados dos jovens permitiam cruzar alguns dados com os informados pelos jovens durante as entrevistas). Era possível saber quantas vezes o jovem tinha sido atendido no NAI, tanto que foi esse um dos critérios para dividi-los em quatro grupos para a entrevista, e qual(is) ato(s) infracional(is) havia praticado, por exemplo, se era roubo ou tráfico, porém não estava disponível a informação especificando o que havia sido roubado ou qual droga estava traficando. Na ficha de nenhum dos jovens selecionados constava homicídio como ato infracional praticado.

Foi possível perceber que um dos jovens, apesar de não se ter recusado a conceder a entrevista, respondeu às questões seguindo uma linha que não condizia com a trajetória expressa em sua ficha. Na sua ficha constava que havia cometido furto, tráfico de drogas e descumprimento de medida judicial. Todavia durante a entrevista as respostas fugiram completamente desta linha.

Dado o caráter exploratório da pesquisa, era sabido que muitas informações importantes sobre o tema seriam trazidas à tona. Todavia, não seria capaz de atingir um nível de imersão mais substancial no trabalho de campo que são possíveis em uma observação participante. Retornando.

Os atos de violência que os jovens afirmaram terem realizado consistiram em

Discutir.

Briga.

Só com uns amigos aí.

Briga de escola.

Várias vezes, espancamento, tortura.

Briga de rua com pessoas que folgaram.

Ah! Já pratiquei bastante. Ah! Briga. Por que tem bastante gente que quer ser mais que os outros. Tem gente que bate em você por que é de outra vila, mais fraco. Aí eu não vou, vou me defender. E eu ia me defender! Batia nos outros, deixava no chão. Aprendi essas coisas. Batia nos outros. Não tinha mais dó de ninguém, ninguém tinha dó de mim. Tem gente que dá para você ver na cara que não gosta de briga nem nada, mas tem pessoa que queria ver seu sangue ali no chão. Pessoa que é boa que não faz nada para você, passa, cumprimenta, você cumprimenta normal, você tem até amizade com aquela pessoa. Você sabe a pessoa que é do bem e a que quer fazer mal. Pessoa que só gosta de fazer ruindade para os outros, maldade assim, eu já me defendi muito eu, a minha mãe. Não é qualquer um não. Eu bater em um coitado só por causa que ele não pode erguer o braço não pode isso. Vou brigar com pessoas que estão no meu nível, que sabem brigar. Bater por igual.

As relações familiares, amizades e as referências dos jovens

Dentre as pessoas com as quais os jovens têm relações familiares a que a maioria – 9 (60%) – considera que tem a melhor relação é com a mãe. As outras pessoas são:

Com a esposa e a mãe pois dão bastante apoio, escutam o que está falando. (Jovem 2);

Todas. (Jovem 7);

Minha mulher. (Jovem 8);

Minha mãe. Minha mãe é a única pessoa que eu sinto bem para trocar ideia. (Jovem 9);

Irmã e tios. (Jovem 10);

Meu irmão. Conversa bem, sai junto. (Jovem 11);

Minha mulher. (Jovem 12);

Meu pai e com meus irmãos. (Jovem 13);

Com a minha mãe e com o meu irmão. (Jovem 15)

Sobre as pessoas que o jovem tem pior relação em casa, três disseram que não há ninguém. Para os demais:

Irmão mais velho. Não sei, mas isso daí é difícil acontecer por que ele usa também droga, mas não é uma pessoa sabe daquele jeito que sai roubando pai e mãe. Ele sabe controlar, mas às vezes sai briga, bate no outro por causa da droga. Chega estourado. Aí já perde a paciência. (Jovem 2);

Irmã, nós não se bica desde pequeno. (Jovem 3)

Tudo que a gente faz aqui é tudo normal. (Jovem 5);

Meu irmão mais velho, por que ele é muito xereta, fuça nas minhas coisas, empresta minhas coisas para os outros. (Jovem 6);

Mãe. (Jovem 8);

Às vezes tenho uma discussão com o marido da minha mãe. (Jovem 9);

Sogra. (Jovem 10);

Meu irmão caçula. Ele apronta muito, mexe nas minhas coisas. (Jovem 11);

Meus primos. (Jovem 12);

É tudo humilde. (Jovem 13);

Com minha irmã. (Jovem 14);

Agora, com minha ex mulher por que ela quer morar perto de mim e eu não quero que ela more aqui. (Jovem 15)

As ações e atitudes das pessoas que moram com o jovem podem ser referência para ele. O que ele vê que essas pessoas fazem e o que ele aprova ou desaprova nessas ações elucidam os valores que estão presentes na vida dele,

portanto, as suas disposições. Duas perguntas foram feitas sobre este tema. Em relação às pessoas que moram com você qual ação/atitude acha bacana ou gosta? Quem é a pessoa? Em relação às pessoas que moram com você qual ação/atitude não acha bacana ou não gosta? Quem é a pessoa?

Respondendo à primeira questão os jovens disseram:

Mãe. Apóia bastante. (Jovem 1);

Aqui acho que não tem. (Jovem 2);

Não reparo nisso não. (Jovem 3);

Quando minha mãe está precisando de alguma coisa, minhas irmãs sempre ajudam ela. Sempre estão disponíveis. (Jovem 4);

Meu irmão me apóia bastante. (Jovem 6);

Ajudam, apóiam, estão sempre juntos. (Jovem 7);

Ajudar o próximo. (Jovem 8);

Nada, só estudar. Eu não vejo nada demais neles. (Jovem 9);

Cunhado tem bom emprego e melhor condição de vida. (Jovem 10);

Não tem nada não. (Jovem 11);

O esforço que elas fazem para sustentar os filhos. (Jovem 12);

Meus irmãos ficam estudando aí. (Jovem 13);

Eu admiro negócio de batalhar né, correr atrás, meu tio, irmão do meu finado pai, que me criou. (Jovem 15)

Respondendo à segunda questão os jovens disseram:

Não há. (Jovem 1);

Também não. Aqui é tudo meio sossegado. (Jovem 2);

Eu implico com a minha irmã direto. Eu falo da louça que ela lava, da comida que ela faz. (Jovem 3)

Ah! Tem uma irmã que é casada, minha mãe se mete muito no casamento dela. (Jovem 4);

Mexer nas minhas coisas. (Jovem 6);

Não. (Jovem 7);

Derrubar o próximo. (Jovem 8);

Minha irmã. Eu não acho bom quando ela fica dando bola para malandro, que tem bastante cara que é zóio gordo né. Aí quando eu vejo com muita conversinha eu corto. (Jovem 9);

Tio bebe e desistiu de trabalhar. (Jovem 10);

Também não. (Jovem 11);

Fofoca entre si. (Jovem 12);

Ficar na rua até de madrugada. (Jovem 13);

Minha irmã e meu irmão que usam droga. (Jovem 14);

Deixo ver aqui, uma coisa que eu não acho legal é que meu primo é veado. (Jovem 15)

Ampliando a abordagem sobre o tema em tela nas duas questões anteriores, os jovens foram convidados a pensar sobre as pessoas com as quais têm contato fora de casa. Em relação às pessoas que você tem contato fora de casa qual ação/atitude acha bacana ou gosta? Quem é a pessoa? Em relação às pessoas que você tem contato fora de casa qual ação/atitude não acha bacana ou não gosta? Quem é a pessoa?

Respondendo à primeira questão os jovens disseram:

Amigos, falam a verdade. Não há falsidade. Ir à igreja, incentivar ir à igreja. (Jovem 1);

Gente que tem serviço, Tecumseh, vai lá consegue comprar as coisas dele, moto. Por que tem serviço né, por que errado você só arruma encrenca e morte ou prisão. Só tristeza. (Jovem 2);

Ajudar o próximo. Amigos meus, gente que eu já trabalhei. (Jovem 3);

Se você precisar de ajuda, ele te ajuda. (Jovem 4);

Tem um amigo meu que trabalha no Exército e eu acho da hora. Eu gosto. Se eu pudesse entrar no Exército eu teria entrado, só que meu caso eu não tenho coordenação motora do lado esquerdo. Por que se eu tivesse condições físicas de ir, eu ia estar indo também. (Jovem 5);

Tratar bem. (Jovem 6);

Fazer bem feito os trabalhos (serralheiro). (Jovem 7);

Ajudar o próximo. (Jovem 8);

Eu acho legal quem sabe um esporte, pratica. (Jovem 9);

Amigos que fazem faculdade e tem bom emprego. Tem oportunidades. (Jovem 10);

Não. (Jovem 11);

Não sei muito bem. (Jovem 12);

Pessoa que ajuda o próximo né!! (Jovem 14);

O que eu admiro é isso daí mesmo. O cara tem que batalhar para conseguir as coisas. (Jovem 15)

Respondendo à segunda questão os jovens disseram:

Falsidade de pessoas no trabalho, próximos a chefe. (Jovem 1);

Tem bastante vizinho que não gosta. Direto polícia vindo, tem bastante vizinho. (Jovem 2);

Desrespeito. Às vezes você vai num lugar, o nego não olha nem na sua cara pela forma que você está vestido! O jeito que você fala, o povo já fica meio ressabiado. Aquele negócio de excluir o outro, eu nunca gostei. Até já discuti com uns par de camarada meu aí, esse negócio de excluir os outros. Quando andava tudo junto num mesmo caminho, daí uns começaram a ir para um caminho mais pesado, também, ontem mesmo eu discuti com um amigo meu. Fazia um tempão que eu não via ele. Ele está num caminho meio desandado. Falei um monte na cabeça dele. É droga, droga mais pesada né. Consome, eu estava falando na cabeça dele: “você quer fumar maconha fuma, que é natural, é uma planta, mas esse negócio de química não.” A hora que você cai naquilo... Ontem encontrei ele, falei um monte na cabeça dele. (Jovem 3);

Ah! Meio que fofoca, essas coisas aí. (Jovem 4);

Daí um monte, nego que usa droga, que bate em mãe. (Jovem 5);

Não tem muita coisa. (Jovem 6);

Não. (Jovem 7);

Pessoa usar droga. Quem fuma maconha até eu não tenho nada contra, mas esse *crack*, cocaína, ainda mais em bairro periférico tem bastante disso, não é bom. (Jovem 9);

Colega que é traficante, rouba e é dependente. (Jovem 10);

Também não. (Jovem 11);

Nada também. (Jovem 12);

Não sei não. (Jovem 14);

Ah! Esse bando que fica falando da vida dos outros, não gosto disso daí não. (Jovem 15)

Lazer e religião

As opções de lazer dos jovens são:

Treinando dança ou com a filha. (Jovem 1);

Assistir TV, Jogar vídeo game. (Jovem 2);

Meu lazer é sair andando. Pego a pista, vou lá para a Federal. É isso mesmo que eu gosto. Não é por falta de opção. (Jovem 3);

Às vezes vou jogar bola, mas é difícil. A maioria das vezes eu fico lendo leituras da Testemunha de Jeová. (Jovem 4);

Pescar, comer lanche, passear no parque ecológico. (Jovem 5);

Jogar bola, passeio com a namorada, computador. (Jovem 6);

Passear com o filho, jogar bola. (Jovem 7);

Jogar vídeo game, conversar, sair. (Jovem 8);

Jogo bola, fico em casa vendo TV (jornal). (Jovem 9);

Jogar futebol na rua. (Jovem 10);

Assistir filme de ação, comédia no DVD. (Jovem 11);

Jogar bola. (Jovem 12);

Fumar um baseadinho e ficar de boa. (Jovem 13);

Erguer peso. Eu faço na academia, mas agora tá de férias na LA. [Liberdade Assistida. Na LA há uma academia para os jovens] (Jovem 14);

Eu fico lá no lava rápido com os meleques ou vou andar para rua. (Jovem 15)

De uma maneira geral os jovens não utilizam muitas opções de lazer públicas, contudo as que são utilizadas correspondem a:

Cinema. (Jovem 1);

Cinema, andar pela rua. (Jovem 3);

Jogar bola no SESC. (Jovem 4);

Bailes, praças. (Jovem 5);

Festa de igreja. (Jovem 6);

Sorveteria. (Jovem 12);

Festas. (Jovem 13);

Praças. (Jovem 14);

Balada no Banana Brasil. [Banana Brasil é uma boate popular]
(Jovem 15)

O tema da religiosidade foi abordado e sete (47%) jovens disseram que não praticam nenhuma religião. Os demais disseram:

Evangélica batista. (Jovem 1);

Católica. (Jovem 2);

Testemunha de Jeová. (Jovem 4);

Católica. (Jovem 6);

Católica. (Jovem 7);

Evangélica. (Jovem 8);

Evangélica. (Jovem 10);

Apesar de um dos jovens ter afirmado que não segue nenhuma religião, disse:

Eu não gosto muito da forma como eles pregam, padre católico, pastor. Uma coisa que eu andei interessando um tempo foi rastafári que é aquele negócio, uma forma de vida. Eles têm a crença tudo só

que não tem que ter aquela pregação, aquele negócio. Luta pela liberdade. Comecei a ouvir Bob Marley. Aí tem algumas músicas que ele falava do rasta. Comecei a ir procurando, aí comecei a me aprofundar mais aí eu sempre gostei de *reggae*. (Jovem 3);

Violência e infração

O tema do ato infracional começou a ser abordado gradativamente durante a entrevista. Inicialmente o jovem foi questionado sobre se algum membro da sua família já cometeu algum ato infracional. Oito (53%) disseram que não, porém, o irmão de um dos entrevistados também estava entre os selecionados para ser entrevistado por ter cometido ato infracional. Os que se posicionaram positivamente a respeito elucidam:

Um tio meu com droga. Tem eu também que já tive problema, meu pai já fez uma agressão na rua.

Meu irmão, quando era menor de idade ele ficou um tempão na chacinha, no NAI. Agora que ele ficou maior de idade ele aprumou. Quando ele era menor, agora parou, graças a Deus. Ele já vendeu droga, já assaltou, já roubou também.

Irmão. Dois moleques roubaram um carro. Daí eles foram tentar dar sumiço para o carro e deram para o meu irmão. Daí meu irmão entrou dentro do carro e saiu andando. É a mesma coisa que se ele tivesse roubado o carro. Daí veio a polícia procurar ele aqui em casa e falou para minha mãe deixar ele sair para ir lá para o NAI. Não foi ele que roubou, mas se ele andou dentro do carro e estava ciente que o carro era roubado mesmo assim ele fica.

Tio, irmão, primo, tio e avô. Briga, porte de arma de fogo, tráfico, roubo.

Bastante da minha família cometeu. Meus primos, meus irmão, meus tios. Roubou, foi preso.

Padrasto, 157, assalto a mão armada, estava tentando roubar dinheiro. Foi em 2004.

Ainda abordando a questão da relação da família do jovem com situações de conflito com a lei perguntou-se: “Algum membro da sua família está ou esteve preso?” Seis (40%) jovens disseram que não. As respostas positivas continham as seguintes informações:

Primo. Foi para a Febem. Homicídio, saiu, melhorou, tem família. Mas ele não passou no NAI pois ainda não tinha. O irmão dele passou.

O irmão.

Tio. Desde os 12 anos e está com 38 agora. Desde os 12 anos foi para a Febem depois de lá foi para a cadeia. Aquele lá gosta! Roubo, furtinho, coisa pequena. Ele é besta, não tem o que falar. Ladrão de galinha.

Mãe. Ficou detida em Araraquara. Ela perdeu o benefício dela, aí se alterou no INSS, quebrou um computador, mordeu o braço do guarda. Aí levaram ela para fora falaram que iam fazer uma entrevista. Lá fora deram voz de prisão, só que ela ficou um dia presa. Ela pagou a fiança e foi liberada.

Irmão, primo, tio e avô por porte de arma, roubo, briga.

Irmão. Roubou um cara.

Meu tio, irmão da minha mãe, usuário de droga.

Sobre o mesmo tema, porém ampliando-a ao círculo de relações sociais compreendido pelos amigos fez-se a pergunta: “Algum amigo seu já cometeu algum ato infracional?” Quatro (27%) jovens disseram que não. Os atos infracionais cometidos pelos amigos consistiram em:

Mexer com droga, tráfico. Vários foram presos. Matou, assaltou. Ah! Foi um monte de coisa. Tem uns que até morreram, outros... [pausa] É normal, acostuma. Eu não fui por esse caminho por causa de serviço, por que eu não quis, por que eu achei que eu ia acabar com a vida da minha mãe. Toda fodida, ainda mais aparecer com mais problema ainda. Minha mãe falava: “Pelo amor de Deus, você faz tudo mas não faz isso com os outros não me mata ninguém.” Eu

já fui arrastado por gente de laranja, acabou dando nisso, acabei parando lá onde eu parei lá no NAI. Aí colocaram meu nome lá. Aquela vez que entraram, forjaram mesmo. Aqui, meu pai e minha mãe trabalhando, fiquei sozinho com o pequeno, fui dar comida para ele e mandar para a escola. Eu estava aqui em casa sozinho. A polícia entrou, por aqui. Não tinha ninguém mais aqui para me defender. São 6 policiais contra dois. Eu tinha 13 anos. Entraram, reviraram toda a casa, não acharam nada. Daí foi lá e apareceu com um pacotinho de pedra, um papelzinho de maconha. Meu irmão tinha uma espingardinha de chumbo que meu avô deu para ele quando morreu. Eu falei que era minha por que meu irmão é de maior. Aí eu segurei eu mesmo. Aí já me colocaram que era arma não sei do que, aumentaram um monte. Apareceu dinheiro, não tinha nem dinheiro, apareceu dinheiro. Vixe! Apareceu um monte de coisa, cara! E eu não tinha como me defender né, não tinha advogado, não tinha como provar isso daí, Fiquei nessa, aí eu passei pelo juiz, Dr. João, falei para ele e ele falou: “Não, você está achando que policial é mentiroso.” Aí acabei me ferrando. Pensaram assim sabe, juiz sabe quem é errado quem não é, o juiz está te julgando por que tem que te julgar por que ao invés de escutar a minha versão e ver o que eu tenho a dizer, não ele foi lá e me fodeu mais ainda. Ele falou que policial não mentia, que policial não mente. Todo policial é igual, ele acha né! Tem policial que faz serviço certo, mas tem policial que não. Não existe só policial certo. Tem policial que quer fazer nome para ganhar mais dinheiro, e isso daí acaba prejudicando nós né. Se o salário deles está baixo devia juntar eles lá e conversar lá com o batalhão. Acho que devia fazer isso daí do que fazer uma coisa dessas. Em vez de ferrar meio mundo. Metade da população se não gosta deles é por causa dessas coisas. A gente fica com medo. Eu não saio nem daqui de noite, não saio, só saio com ela [mostra a esposa] por que daí com ela é seguro. Eles não param eu. Agora andando sozinho, de dia mesmo não posso andar muito longe por que, sabe, de dia tenho medo deles colocar coisa no meu bolso como já fizeram, uma droga que não é minha. Eu fiquei com isso na cabeça. Isso daí eu não esqueço mais, por que tem gente que é inocente e você fala que o policial pode fazer isso, isso e aquilo daí ele fala não, não sei que tem, ele não faz isso daí não, não faz? Colocam um negócio no seu bolso, daí você fica com seu nome marcado lá embaixo e daí depois eles podem te levar toda hora e o nome que você tem lá sujo acaba

provando que eles estão certos e eles vão ferrando a gente. Enquanto isso eles vão levando a vida deles sossegado e você lá na merda. Olha aí agora mesmo eu vou ter que ir lá na DIG quarta feira e vou perder o dia de serviço por causa disso, enquanto isso eles estão sossegados.

Vixe! Um monte! Assassinato, tráfico de drogas, consumo de drogas, roubo, todo mundo que eu convivo mexeu e mexe com isso.

Roubar fios, coisas de mercado, casas que não tinha ninguém, para arrumar droga.

Uns par. Eu já tive amigo que matou já. Tive amigo que traficou, foi preso também. Estava lá em Araraquara lá, aí estava ele e o amigo dele e trocaram tiro com a polícia e matou um policial. Estava roubando daí a polícia foi lá e trocou tiro com a polícia e matou a polícia. Matou um policial e está preso. Aquele lá vai encher o cu de cadeia até. Não era muito amigo, era colega. Eu nunca saí com ele, conversava só. Eu conheci ele lá na Vila Nery, na praça lá. [nesse episódio, na troca de tiros com a polícia, morreu um jovem que havia sido um dos sorteados para ser entrevistado]

Tem um que já matou e já está morto. Conheço um que roubava. Aqui mesmo do lado eu estava carpindo terreno, tinha uns 12 anos. Eu não andava com ele, era meu irmão que andava com ele. Daí falou para mim ficar quietinho, não ameaçou nem nada, mas falou para ficar quieto, acho que ele pensava assim: “Ah! Se ele conversa comigo não vai dedar eu.” Daí pegaram, tacou pedra em cima da casa do vizinho só que o cara tem problema no ouvido, não é que ele é surdo mas não ouve tão bem. Aí passaram e tacaram de novo. A hora que eles tacaram da segunda vez viram que ninguém saiu pularam dentro da casa e começaram a forçar a porta. Daí ele ouviu, catou a espingardinha de chumbo e deu um tiro na porta e se eu não me engano acertou no tênis dele no pé. Daí eles pularam e correram. Ele perguntou para mim quem foi, eu falei que não fazia ideia, eu conhecia, entendeu?! Tem um monte de gente, que nem um colega meu, estudou comigo da 5ª a 8ª série, não sei se ele matou ou foi acusado que matou, tá preso hoje também. Vixe! Tem um monte de coisa, se eu ficar falando para você você vai ficar o dia inteiro aí.

Roubar objetos, casas para comprar droga.

Todos. Tráfico, homicídio por causa de droga, furto de residência, relojoaria pra gastar pra noitada.

Tem bastante. Um amigo meu, amigo não, conheço, conhecido, ele foi preso num assalto a mão armada daí saiu e desistiu dessa vida. Os outros, não lembro.

Tráfico de drogas.

Eu conheço vários que tem aqui na favela. Roubo, mais roubo, celular, bicicleta, saem para cidade assim.

Tem uns amigos que acontece de ir preso de negócio de tráfico.

Permanecendo no levantamento de informações sobre o mesmo tema, fez-se a pergunta: “Algum amigo seu está ou esteve preso?” Quatro (27%) jovens disseram que não. As situações que levaram os amigos a serem presos compreendem:

Alguns por que mataram por briga, discussão, droga, dívida. Outros por que roubaram, tráfico de drogas, tudo isso.

Roubar fios, coisas de mercado, casas que não tinha ninguém, para arrumar droga.

Tem vários. Homicídio, furto, droga.

Tráfico de drogas.

Está preso por que não foi à audiência por que tinha traficado.

Estava preso, mas já saiu. Foi pego com droga.

Vários amigos meus, por tráfico. Eles moram aqui na rua.

Sobre as relações que o jovem estabelece foi questionado sobre se tem filhos. Seis (40%) disseram que não têm filhos, oito (53%) têm um filho e um (7%) tem dois filhos.

É uma coisa que me descansa um pouco a cabeça de coisa errada, daí eu fico mais sossegado, tranquilo, você fica um pouco mais contente né. (Jovem 2)

Oito (53%) jovens disseram que não fumam. Dos que afirmaram fumar um fumou pela primeira vez aos nove anos e pegou o cigarro da mãe, outro afirmou que fumou pela primeira vez com 15 e outro com 16. Um disse fumar cigarro de maconha.

Dez (67%) jovens disseram que não tomam bebida alcoólica. Dentre os que disseram que ingerem bebida alcoólica, as respostas foram: “sim, (tinha) uns 12 anos, tomava cerveja que nem louco, por que eu não gosto de bebida forte, cerveja é bom.” (Jovem 2); “sim, (tinha) 06 anos, com o pai. Cerveja, vinho, pinga.” (Jovem 3). Dois disseram beber cerveja e um não especificou.

Foram indagados se consomem ou já consumiram droga. Cinco afirmaram que não consomem ou consumiram droga. Dos que afirmaram consumir ou ter consumido obteve-se as seguintes respostas.

Maconha, cocaína. Hoje em dia eu parei com tudo. Tinha 14 anos quando experimentei pela primeira vez. As pessoas na rua te oferece, só que você sabe onde que você está, no mais fraco ou no mais forte, vai no mais forte quem quer, eu fui numa mais fraca por que eu sabia que dali eu podia voltar, agora se você pisou num abismo você não volta.

Maconha, cocaína, balinha, docinho (ecstasy, chá de cogumelo). Maconha com 11 anos. Fui na casa de um cara que eu sabia que vendia, daí fui lá e peguei, eu e um amigo meu.

Maconha, cocaína. [tinha] 15/16 anos. [conseguiu com] amigos.

Maconha, cocaína, tinha 10 anos, consegui na escola.

Maconha, tinha 15 anos, consegui na escola.

Consumi, maconha, cocaína. Tinha 14 anos, consegui com amigos.

Cocaína, comprei.

Maconha, tinha 15 anos, comprei.

Maconha. Tinha 16 anos. Consegui com meus colegas. Um intimou o outro. Já experimentei cocaína.

Maconha, tinha 12 anos. No mundão você acha tudo. Já experimentei cocaína, mas não gostei.

Os que afirmaram consumir droga foram indagados sobre o que sentem quando a consomem. As respostas obtidas foram:

Deixa mais tranqüilo. Esquece um pouco os problemas, a maconha. Agora a cocaína te deixa elétrico. Agora fazer maldade com as pessoas isso eu não fazia não.

Fica sossegado. Esquece um pouco da vida, dos problemas, para para pensar melhor nas coisas, não fica estressado, relaxa bem.

Ficava alegre.

Me sentia mais que os outros, mais valente.

É calmante.

A maconha dá dor de cabeça, ficava elétrico, coração bate mais forte, falta de ar.

Reage muito ruim, Brigo muito, fico muito alterado.

Como um rango. Dá fome.

A maconha dá uma sensação boa. Dá ânimo.

A maconha, eu fico mais calmo e a cocaína você fica meio alucinado.

O consumo da droga pode ser resultado de algo bom. Perguntou-se então: “O que é bom ao usar droga?”

Não fica estressado.

Ficava alegre.

Nada, é a pior coisa que existe.

Na medicina a maconha é usada como calmante, é medicinal, eu penso assim.

Nada.

Nenhum.

Distrai. A maconha, não, a droga [referindo-se a outra droga que não a maconha]. Dá sono, mano, dá fome, apetite.

Dá fome, dá bom humor para você, se você estiver triste você reanima.

Relaxa. Aliás, eu acho que a maconha devia ser liberada, você fuma um baseadinho dá sono, você acalma, eu acho que devia proibir a pedra né mano. Tem gente aí que estudou comigo quando era criança aí está nesses barato aí, vixe, acabou com a vida, mano.

Por outro lado, a droga pode ter aspectos ruins na avaliação dos jovens. Indagou-se sobre o que é ruim ao usar droga e as respostas obtidas foram:

Ela pode trazer mal para a saúde, pulmão saúde neurônios. A cocaína mesmo pode fazer mal para o coração. O coração incha e a cocaína pode estourar uma veia da cabeça. Acaba com a saúde da gente e você vai morrer mais rápido.

Brigas.

Faz mal para a saúde.

Não te leva a nada. Você só gasta dinheiro.

O vício, por que você vicia. Eu considero que eu estou viciado, tem uns 4 anos que eu fumo.

Dependência e acaba com a vida da pessoa.

Fica devendo para os outros.

Acaba com a vida, né, mano.

Prejudica o pulmão, prejudica a saúde.

É ruim que faz mal.

Tratando-se de algo ilícito, ter acesso à droga pode requerer alguma estratégia. BECKER (2008) aborda esta questão em sua observação participante com fumadores de maconha. Os jovens foram indagados sobre como conseguem a droga e disseram:

Os amigos ofereciam.

Compro.

Trabalhava e comprava.

Amizade, ganhava.

Compro um caroço e deixo guardado e durante o mês eu fumo. Fumo mais no final de semana. Durante a semana eu trabalho daí não fumo.

Amigos e comprava.

Compro.

Na rua.

Aqui na favela mesmo, eu compro.

Eu compro.

Como os jovens se vêm

Com o objetivo de obter uma percepção da auto-estima do jovem e qual leitura ele acredita que os outros têm dele foram feitas as quatro questões a seguir.

O que mais gosta em você?

O jeito de ser, de falar com as pessoas. (Jovem 1);

Que eu trato os outros bem, com respeito. (Jovem 2);

O meu jeito de ser, sossegado, calmo, às vezes estressado, por que não tem como. Ninguém é de ferro né?! Eu tenho facilidade de fazer amigo na rua mesmo. Não tem tempo ruim, onde está, está bom. (Jovem 3);

Esforço, quando eu quero alguma coisa eu me esforço. (Jovem 4);

Eu acho que eu sou um cara muito, um rapazinho muito, sabe muito gente boa, eu sou se eu puder arrancar a minha roupa e dar para os outros eu dou. (Jovem 5);

Saúde. (Jovem 7);

Tudo, me acho um cara especial. Em primeira mão sou eu e minha família, eu e minha mulher. (Jovem 8);

Da minha parte profissional, sou trabalhador e os outros admiram isso em mim. (Jovem 9);

Esforço. (Jovem 10);

Nada não. (Jovem 11);

Da minha personalidade. (Jovem 12);

A minha humildade. (Jovem 13);

Acho que é a minha pele, a minha cor. (Jovem 14);

O que menos gosta ou não gosta em você?

Ignorante. (Jovem 1);

Sei lá, acho que não tem nada não. (Jovem 2);

Tem algumas coisas que eu implico. Daí gera discussão. (Jovem 3);

Às vezes eu fico estressado fácil, perco a paciência. (Jovem 4);

Nada, não tem nada que eu não goste. (Jovem 5);

De algumas atitudes. Eu me altero por pouca coisa. (Jovem 6);

Nada, não há. (Jovem 7);

Atitude. Estressado de vez em quando, de vez em quando eu sou calmo. (Jovem 8);

Ser feio, eu queria ser um pouco mais bonito. (Jovem 9);

Insônia e ansiedade. (Jovem 10);

Nada não. (Jovem 11);

De vez em quando a minha arrogância. (Jovem 12);

Não tem nada. (Jovem 13)

Meus dedos da mão, são tortos. (Jovem 14);

Meu pé mano, eu acho meu pé muito feio. Ah! Muito grande. (Jovem 15)

O que acha que os outros mais gostam em você?

A resposta de oito jovens sinaliza o bom relacionamento com as pessoas ser algo que gostam neles. A amizade, a humildade, a sinceridade mostraram-se presentes nos argumentos.

Amizade. (Jovem 1);

Sou amigo. (Jovem 4);

Sei lá, isso daí eu não sei. Falam que eu sou tipo uma pessoa especial, tem gente que fala que eu sou uma pessoa boa. (Jovem 5);

Do modo de tratar a pessoa. (Jovem 6);

Minha bondade. (Jovem 12);

A humildade. (Jovem 13);

Meu jeito de ser, da convivência um com o outro. (Jovem 14);

Ah a verdade né. (Jovem 15)

Três jovens afirmaram que o bom humor, o despojamento, o espírito fanfarrão são atitudes que as pessoas gostam neles.

Ah! Isso de brincar, brincalhão, toda hora estar rindo. (Jovem 2);

Quando vou para a zoeira, para a balada com os amigos. (Jovem 3);

Meu jeito de ser e zuo para caramba. Brinco para caramba. (Jovem 8);

Ser esforçado, responsável e trabalhador são atitudes que três jovens consideraram em suas respostas.

Caráter, responsabilidade, simplicidade. (Jovem 7);

Ser trabalhador. (Jovem 9);

Esforço. (Jovem 11);

Um jovem não apontou o que as pessoas gostam nele.

Nem. (Jovem 10);

O que acha que os outros menos gostam ou não gostam em você?

Ser convencido, arrogante ou metido são coisas que três jovens consideraram atitudes as quais as pessoas não gostam neles.

Quando me vêem dançar acham que sou convencido e, depois, quando conversam vêem que sou diferente. (Jovem 1);

Arrogância. (Jovem 12);

Tem gente que acha que eu sou metido. Às vezes não vejo a pessoa e não cumprimento. (Jovem 6);

Cinco jovens declararam que a pouca paciência, ser estressado, briguento ou bravo são atitudes que as pessoas não gostam neles.

Do meu modo de lidar, chego estressado e acabo descontando na pessoa que ta mais próxima. (Jovem 6);

Acho que quando eu estou meio estressado, bravinho. (Jovem 4);

Ficar bravo quando fazem coisa errada. (Jovem 7);

Meu *stress* que eu desconto em quem estiver na frente. (Jovem 8);

Brigar, pouca paciência. (Jovem 10);

Seis jovens afirmaram não saber o que as pessoas não gostam neles.

Ah! Tem bastante. (Jovem 2);

Não sei, só quem anda comigo poderia responder. (Jovem 3);

Ninguém fala nada que não gosta em mim. (Jovem 5);

Isso eu não sei. Vai do pensamento deles. (Jovem 9);

Nada também. (Jovem 11);

Nada. (Jovem 13);

Dois jovens deram respostas distintas das anteriores.

Eu sou meio chatinho de vez em quando, de vez em quando eu nego algumas coisas. (Jovem 14);

A verdade mano, eu falo a verdade. (Jovem 15)

Os jovens foram levados a realizar uma reflexão sobre suas ações passadas por meio da questão: “Já fez algo de que se arrependeu?” Seis disseram que não. Um argumento não demonstra indiferença em relação às ações equivocadas que já realizou “por que tudo que se faz nessa vida é uma

lição por que se você fizer de novo lá na frente você vai se ferrar de novo, daí você aprende.” (Jovem 3);

Os que disseram que já fizeram algo do qual se arrependeram afirmaram:

Sim. Teve um dia que faltei da escola e os meninos roubaram uma coisa, fios, e daí veio a polícia e levou todos para o NAI e os meninos falaram a verdade para a polícia (que eu não tinha roubado os fios) mas fui para o NAI mesmo assim. (Jovem 1);

Bastante coisa. Ficar perto de gente que mexe com droga, sair de um serviço, eu tinha um serviço bom, lá no Damha. Por causa de bagunça, de balada, e não tinha ninguém pra me orientar no serviço, por que eu era de menor cabeça meio fraca, se eu tivesse com a cabeça que eu tenho hoje eu estava lá.(Jovem 2);

Ih! Muitas. Ah tipo isso, roubar, roubei. Fugi de casa, fui jogar bola. (Jovem 4);

Ter dirigido sem carta, ido preso, essas coisa. Fui umas 5 vezes para o NAI, por dirigir sem carta. Só essa última vez tem um policial aí em cima que ele sempre prendeu meu tio né, então ele tem raiva do meu tio e ele estudou com o meu pai. É amigo do meu pai, só com o meu tio que ele é revoltado. Aí ele pegou birra de mim. Toda vez ele encontrava eu, ficava zoando eu, ficava zoando de mariquinha, sabe. Ele ficava de campana quando ele estava de folga. Eu ia no posto ali pôr crédito no celular ou encher o pneu da bicicleta, uma coisa assim, ele ficava zoando eu, fazendo eu passar vergonha na frente dos outros. Aí fui eu e meu pai na minha bisavó lá no Bangu. Ele viu nós descendo do carro e veio falar que tinha droga no carro, que tinha arma no carro. Aí meu pai pegou e deu a chave na mão dele: “tó, vê aí, pode olhar.” Quem não deve não teme né. Olhou, olhou, olhou, ele viu que não viu nada. Aí para arrumar uma coisa ele falou que era eu que estava dirigindo o carro. Tacou tudo no meu rabo, por que eu já tinha passagem por falta de habilitação já, aí socou tudo no meu rabo. Fui preso por causa disso, daí de novo, mas das outras vezes eu fui lá, falei que era eu que estava dirigindo mesmo. Dessa vez eu fui lá, dei queixa dele também e ele falou que quando eu fizer 18 anos ele vai botar droga em mim para mim ser preso. Falou um monte de bosta para mim. Aí

eu já fui lá no juiz e abri uma queixa contra ele. Esses dias meu irmão sofreu um acidente de moto aqui na frente. Ele foi lá atender a ocorrência e começou a falar de mim para o meu irmão. Que eles pensam que eu sou bandidinho de meia tigela. Que eu penso que ele esqueceu de mim. Que o meu vai vir rapidinho a hora que eu fizer 18 anos. Fazendo graça. Olha, falar uma coisa, eu conheço bastante policial que é uma pessoa boa. Eu conheço. Mas tem uns que eu vou falar para você, tem uns que pensam que só por que está com aquela farda suja e um revólver na cintura, o cara pensa que é alguém. (Jovem 5);

Roubei pessoas, dinheiro, entrei armado e roubei com revólver 28. (Jovem 7);

Um monte já. Fumar maconha, ah não muito, às vezes me esqueço de arrepender. De ter ido para o NAI também. Por que eu estava morando sozinho aí quando a gente não tem um apoio moral assim para ajudar você entra em enrascada né, (Jovem 9);

Roubar, fumar droga, não ter estudado, não honrar pai e mãe, desgosto para a família. (Jovem 10)

4.3 “Fala garoto”: o ato infracional

Os dados a seguir trazem algumas informações sobre a idade dos jovens entrevistados ao praticar o primeiro ato infracional e os atos infracionais praticados pelos jovens entrevistados.

Observa-se que um jovem tinha 11 anos quando praticou o primeiro ato infracional, três tinham 12 anos, quatro tinham 13 anos, dois tinham 14 anos, um tinha 15 anos e quatro tinham 16 anos,

Tabela 34: Idade dos jovens entrevistados quando praticaram o primeiro ato infracional

Idade	N
11	01
12	03
13	04
14	02
15	01
16	04
Total	15

Observados os tipos de atos infracionais praticados verifica-se que em primeiro lugar vem o furto, com 19 ocorrências, seguido de outros, com 9 ocorrências, depois descumprimento de medida judicial com 6 ocorrências seguida de averiguação/suspeito e tráfico de drogas com 5 ocorrências. A seguir temos porte ou uso de drogas com 4 ocorrências, dano/dirigir sem habilitação/lesão corporal com 2 ocorrências e finalmente desacato/porte de arma de fogo/roubo simples com uma ocorrência.

Tabela 35: Tipos e quantidade de atos infracionais praticados pelos jovens entrevistados

Atos	N
16 - furto	19
33 - outros	9
09 - descumprimento de medida judicial	6
29 - tráfico de drogas	5
34 - averiguação/suspeito	5
23 - porte ou uso de drogas	4
21 - lesão corporal	2
10 - dirigir sem habilitação	2
07 - dano	2
08 - desacato	1
22 - porte de arma de fogo	1
27 - roubo simples	1

Os jovens falaram sobre os atos infracionais.

Tinha 13 anos. Fui levado junto com os meninos que haviam roubado os fios.

Tinha 12. Eu estava aqui dentro de casa e pegaram meu primo, que é um ano mais velho que eu, com droga lá no Jacobucci. Daí eles vieram. Aqui tem uma janela, aí nisso eles pularam aqui, os PM eles acharam que eu estava participando, mas eu não estava, aí eles entraram de lá, entraram daqui, e eu não tinha como fazer mais nada. Eles me pegaram, bateram em mim, aí levaram para lá. Depois teve outra vez que me pegaram com uma bicicleta que eu não tinha dinheiro para comprar bicicleta da loja né. Peguei uma bicicleta usada e tem gente que usava bicicleta roubada, só que a minha não era roubada. Tinha pego no ferro velho, só por que não tinha nota eles me levaram para baixo. Só que eu não tinha como provar nada por que a bicicleta veio do ferro velho. Como eu ia ter nota? Nisso aí eu já apanhei também bastante. Outra vez eu estava perto de um colega meu perto da padaria aqui [nome]. Aí pegaram e me levaram junto com uns caras que eu não sabia que eles estavam vendendo droga. Tinha um cara novo, não tinha ainda experiência, aí pegaram ele rapidinho, e me pegaram junto, não tinha como eu falar nada, você está junto, você vai junto. E eu não sabia. Depois até brigamos por que eu acho que se estava com droga assim vendendo, devia falar para as pessoas. Daí fodeu minha vida né,

Tinha 15 anos. Roubei [indicação da pessoa]. Menor de idade foi só um, depois de maior fui pego com maconha.

Tinha 16 anos, roubei.

Estava dirigindo moto sem carta, as 4 vezes eu peguei a moto emprestada.

A diretora chamou a polícia.

Tinha 17 anos, roubo.

10 anos, uso de droga e tráfico também, furto, resgatar na cadeia o amigo que cometeu o homicídio.

16 ou 17 anos, eu morava com mais dois amigos. Aí chegou um lá e falou assim “ô você não ajuda a carregar uma coisa ali?” Eu fui lá, montei na minha bicicleta. Aí os homens pegaram nós e as coisas eram roubadas. Aí os homens bateram em nós. Aí o moleque entregou, falou “eu roubei assim assim assim.” A polícia foi lá, nos pegou e passei uma noite, uma madrugada lá no NAI. Não era amigo, era conhecido do outro que morava comigo lá.

14 anos, briga na escola (primeiro), roubo de carro, casa, loja, bicicleta, supermercado.

15 anos, bati num moleque. Por droga. Tráfico, vendendo droga, tinha uns 14, 16 anos. Fui três vezes.

17 anos, acusado de bater na mulher de policial. A mulher falou que os olhos da pessoa eram parecidos com o meu. Acharam que era eu, prenderam eu para investigação e não era eu.

15 anos. Passei duas vezes, uma por tráfico e outra por que estava dirigindo sem carteira.

15 anos, eu estava com celular roubado e a polícia pegou eu. Meu colega tinha roubado e passado para mim. Da segunda vez pegou nós de novo roubando bicicleta, nós estávamos na cidade, é nós estávamos em um monte, aí nós estávamos voltando de lá. Viram uns moleques, aí decidiram pegar.

16 anos, tráfico, quando eu era de menor eu vendia muita droga. Ah! Não tinha serviço.

O jovem foi questionado sobre como se sentiu quando estava praticando ato. Cinco não responderam. Três disseram que não sentiram nada. Dentre os que argumentaram, um alegou ter se arrependido.

Arrependimento de estar ali, poderia estar em outro lugar.

Três jovens demonstraram apreensão, nervosismo ou tensão.

Ah! estou fodido. Vai acabar com a minha vida, vão me bater lá dentro, vão me mandar para a Febem. A primeira vez eu fui de laranja, laranjão mesmo, eu pensei na minha mãe e minha mãe não estava aqui, estava trabalhando, e meu irmãozinho eles deixaram na vizinha. Por que para o NAI ele não ia, mas não ia mesmo. Falei, “eu vou sozinho mas ele vocês não levam não, meu irmão, mais novo.” Eu tinha uns 12 anos. Deixaram eu lá no NAI. Apareceu minha mãe, meu pai, daí eu fiquei mais tranquilo né! Eles sabiam que eu não mexia com droga, eles ficaram arrasados. Eles perguntaram sobre a espingarda de chumbinho, e meu pai falou que era do meu avô, confirmou o que eu já tinha dito. Passou todo esse tempo, mas como eles sabiam que meu nome estava sujo, nunca mais parou.

A adrenalina vai lá em cima.

Culpado, não se sente bem, coração avisa que não é certo. Com o dinheiro do roubo comprava roupa, gastava dinheiro na balada.

Dois jovens destacaram o resultado material que norteou a ação, o objetivo, ter sido atingido.

Eu sabia que era roubado. Não senti nada, senti que queria fazer um adianto. Se era coisa roubada e ia vender fazer um dinheiro eu ia pegar a minha parte.

Sentia na hora que eu chegava em casa, eu sentia uma felicidade por que estava com dinheiro no bolso. Nós precisávamos de um dinheiro para comprar um leite. Aí não tinha. Quando eu vendia

[droga] estava sempre com dinheiro, precisava de um baratinho comprava.

Um jovem respondeu de forma superficial.

Coisa de momento.

O que passou pela cabeça do jovem quando estava praticando o ato foi uma pergunta realizada. Apenas quatro falaram e obteve-se como resposta:

Queria estar em outro lugar fazendo outra coisa.

Queria zoar, eu roubei um doce de leite para comer e ele um perfume no mercado que eu trabalhava. Só que eu trabalhava em um e fomos em outro.

Era mais para falar que era bandido, para se sentir mais que os outros, para provar que eu sou mais que os outros. Não era para comprar droga, não precisa comprar hoje em dia. Eu comprava de tudo com o dinheiro. O pessoal me respeitava mais e tem respeito até hoje. Não é uma das coisas que eu me orgulho não. Eu tento tirar da minha cabeça.

Não é certo.

Indagou-se o jovem sobre como descobriram o que havia feito e as respostas foram:

Pegaram eu na porta. Na verdade, eu trabalhava lá, não nesse, no outro. Só que eu fui lá, e eu conhecia o pessoal, aí peguei e tinha um cara que estava roubando carne. Aí chegou polícia para pegar esse cara. Na hora que ele saiu pegaram ele. Foi rápido. Eu fiquei lá, burro né. Aí perguntaram: “que negócio é esse no seu bolso aí?” Tinha uma bisnaga de doce de leite. Pegaram eu e ele e levaram a gente. e o [nome] já era meio manjado. Eu fui burro, logo que eu entrei, o gerente já ficou olhando ele. Já marcou ele! Eu vi, eu percebi que estava se armando o cerco, só que aí eu não liguei para isso e continuei. Mas foi até bom isso ter acontecido. Eu até agradeço por ter me pego por que se eu não tivesse sido pego naquela hora eu ia fazer mais.

A polícia descobriu pois a câmera do mercado filmou e depois de alguns dias vieram na casa, mandaram carta, pediram a arma e levei.

Uma vez só descobriram. Foi a vez que eu caí pelo furto de um carro. Eu e mais quatro. Ah! Pegamos o carro, demos uma volta e aí, na hora de entregar, o rapaz que estava comigo tinha muita passagem. Os homens tipo prenderam numa *blitz*. Fechou nós e eu corri deles. Foi a hora que eles começaram a atirar em mim e num outro, corri para dentro de casa. Minha mãe me aceitou. Ela estava junto comigo, minha mulher estava grávida. Me entreguei, não reagi. Pegamos o carro para zoar.

A polícia cruzou nós de frente. Mandou nós parar e fez a abordagem e descobriu que era roubado depois. No andamento da investigação descobriu. Esse que foi chamar a gente lá na casa depois de um tempo ele arrumou uma briga com um cara e matou o cara e foi preso. Depois ele fugiu e depois cataram ele de novo. Eles viram, eu corri, aí pegou e levou para o NAI. Não relaram a mão nem nada.

Eu estava na rua. Eles viram eu mexendo e daí me pegaram. Me levaram para a viatura, bateram, deram soco, chute.

Ah, cataram eu na esquina meu. Cataram eu na esquina. Eu tava vendendo pedra. Crack. Queriam catar meu cara, né. Mata eu mas eu não cagoeto nada para ninguém não. A droga é minha, sempre é minha. Complica a minha vida e complica a vida dos outros. Aí não, mano. Nem que for para tomar na mão deles. Me levaram para o Marrom Glacê³⁰.

A ideia presente nesse último depoimento se assemelha à presente na experiência de campo de Whyte que relata a relação de cumplicidade estabelecida entre os rapazes da gangue da esquina.

A composição estável do grupo e a falta de segurança social de seus membros contribuem para produzir uma taxa muito alta de interação social dentro do grupo. A estrutura grupal é um produto dessas interações. A partir delas surge um sistema de obrigações mútuas fundamental para a coesão do grupo. A fim de realizar suas atividades como grupo, há muitas ocasiões nas quais os rapazes

³⁰ Marrom Glacê é como é vulgarmente conhecida delegacia da Polícia Militar onde se situa a cadeia. Sendo menor de idade deveria ter sido encaminhado ao NAI e não à delegacia.

devem fazer favores uns aos outros. O código do rapaz da esquina impõe que ele ajude seus amigos toda vez que possa e se abstenha de fazer qualquer coisa para prejudicá-los. (WHYTE, 2005, p. 262)

As relações estabelecidas com a polícia ou as instituições oficiais são efêmeras. O cotidiano do jovem se dá no bairro, muitas vezes pelo fato de viver de bicos ou do tráfico, faz com que seu percurso diário não ultrapasse o entorno do local de moradia, dessa forma, as relações sociais mais consistentes que possui são, além da própria família, as dos grupos por ali formados: amigos, gangues ou a “empresa” do tráfico.

Relembrando o que afirma Abramovay (2002, pág. 16) em situações nas quais os laços de solidariedade com uma sociedade mais ampla se rompem, os indivíduos buscariam em grupos menores satisfazer suas necessidades de sobrevivência e assim haveria a sobreposição das lealdades privadas em relação às públicas ocorrendo assim o processo de erosão das relações de cidadania.

Cohen (1968, pág. 193) já apresentou as razões que fazem não se delatar um dos seus, podemos destacar, neste caso: prejuízo pessoal e manutenção da boa imagem que possui no grupo.

Focando agora outro depoimento dado para a mesma questão, no caso do Jovem que foi pego pela polícia em carro roubado, pode-se refletir que Becker fala sobre adolescentes de classe média quando cometem infrações não sofrem sanções da mesma maneira que os de classes mais baixas. Experiência de roubar carro para se divertir já foi vivida pelo cantor e compositor Chico Buarque que aos 17 anos roubou juntamente com um amigo um carro para dar umas voltas e foi pego pela polícia, foi fichado e passou a noite na cadeia. Seu disco ParaTodos, de 1993, traz na capa a foto que foi tirada para a ficha policial.

Depois de descoberto o jovem foi levado para algum lugar e isso pode ter despertado algum sentimento, para identificá-lo foi realizada a questão: O que você sentiu quando o levaram?

Magoado comigo mesmo.

O coração vai a milhão. Senti medo. Senti raiva de mim mesmo. Senti tristeza pensei, pô! Acabou tudo, to ferrado.

Que iria ficar longe da família.

Vergonha, ofendi minha família, minha mulher grávida e eu ali algemado sem poder fazer nada. Tinha 15 anos. Fui para vários lugares por que faltavam dois para pegar e nós apanhamos muito por causa desses dois. Mas nós não falamos quem que era. Uma sessão de espancamento que começou às 10 horas foi parar às 4 horas da manhã. Eu cheguei no NAI acho que eram umas 5 horas da manhã.

Arrependimento.

Vixe! É ruim né?!

Nossa! Minha mãe vai falar um monte pra mim! Só isso.

O coração bateu forte.

Senti revolta. [O motivo da revolta é por que alegou não ter culpa uma vez que o autor do ato infracional era outro.]

Após o jovem ser levado, os responsáveis foram comunicados do fato. Perguntou-se ao jovem: “Como seus responsáveis reagiram quando souberam o que você tinha feito?”

Surpresa, chateada.

Xingaram para caramba. Todo mundo ficou nervoso e eu ria.

Foi de raiva, de tristeza, de decepção. A prensa que ela me deu não resolveu nada. Ela ficou nervosa. Mas já foi, aconteceu. Ao invés de ajudar não, só botaram para baixo.

Decepcionados, ficaram bravos, conversaram, falaram que não pode fazer isso.

Desânimo.

Ela achou que eu estava fazendo uma coisa errada e eu estava. Ficou brava. Ela conversou, falou um monte deu o maior sermão.

Ficavam com desgosto.

Ela ficou brava, xingou.

Xingou.

Ficou brava.

Minha mãe falou para eu mudar né.

O jovem pode avaliar a reação dos responsáveis e foi questionado como avaliou a reação deles.

Foi ruim.

Normal.

É minha mãe. Às vezes não pensa do jeito que você pensa. Toda mãe quer o bem para o filho.

Estavam certos.

Eu parei. Ela falou “para tudo” e eu parei.

Tem que ser assim.

Ah! eu mudei né! Não vale a pena. O que o diabo dá com uma mão tira com a outra, filho.

Após a audiência com o Juiz da Vara da Infância e Juventude houve a determinação de alguma medida sócio-educativa a ser cumprida pelo jovem. Abriu-se espaço para o jovem falar qual medida sócio-educativa foi submetido após cometer o ato infracional.

Teve audiência com o juiz. Daí passou uns dias e veio uma cartinha para comparecer lá. Daí fizeram uma carteirinha para comparecer lá. Tinha que ir toda semana, assinava a carteirinha, fazia origami de papel, fomos na Faber [indústria Faber Castell], na TAM [centro de manutenção de aviões da TAM], na Volks [indústria de motores da Volkswagen]. Aprendi bastante coisa, consegui um curso de padeiro e confeito no Salesianos. Daí acabou meu tempo aí parei.

Eu não morava aqui, morava em Campinas. Eu vim de lá para cá para passar o final de semana. Foi quando eu fiz a fita [...], aí eu voltei para lá. Aí teve a audiência. O juiz determinou que o processo fosse transferido para lá, só que nesse meio tempo eu voltei para cá, a morar aqui, por que meu pai teve uma desavença lá. O processo voltou para cá e, como já fazia um tempo, ele só deu dois meses de LA pra mim.

Seis meses de LA, ia lá, assinava, conversava um pouco, ia lá, toda terça, fazia umas perguntas para mim.

A primeira, a segunda e a terceira era o Dr. João Galhardo. O Dr. João era amigo meu. Ele que correu atrás de uns negócio para mim, pôs bastante pessoas boas na minha vida para me ajudar, e da, quarta vez, mudou o juiz, um tal de Dr. Cláudio aí, o homem é bravo, heim! Ele deu pena para mim na LA, nos Salesianos. O meu era PSC aí ia ajudar a animar as crianças na Santa Casa que não tem nem pai nem mãe, tinha coisa de decoração para fazer lá dentro por que eu já tinha as manhas de fazer as coisas.

Fiquei no NAI 15 dias. Voltei por que fui pego com outro revólver que havia comprado. Comprei por que achava legal ter. Depois disso fiquei 23 dias no NAI e 7 meses na semi.

Determinou para mim assinar a ficha, eu só me livreí de assinar a ficha por que minha mulher tava grávida e eu precisava trabalhar, aí me livreí.

O juiz deu maior sermão e pediu pra eu não aprontar mais. Aí ele mandou para LA.

LA na Rui Barbosa, trabalhos, esportes.

Quando eu fui na primeira vez fui liberado. Da segunda também. Da terceira eu ia para a Febem e daí eu parei.

LA, dois meses, tinha que assinar papel só.

O jovem pode refletir sobre a medida sócio-educativa cumprida.
“Você considerou justa a medida aplicada? Por que?”

Eu gostava para caramba: das conversas, gente de bem que escuta a gente, ouviam a gente. Foi bom pra mim deu para aprender bastante coisa, ensinaram bastante.

Foi normal. Achei que ia ser pior. Se tivesse ficado o processo lá em Campinas eu ia para a Febem. Se eu tivesse ido para FEBEM eu acho que não teria sido justo. A polícia me pegar já deu um susto, mas não tomei muito jeito não. Depois continuei a fazer uns atos infracionais. Roubar mesmo. Dinheiro, na rua, invadia casa, para ter dinheiro para sair para a balada. Fazia festa. Até comprava pizza para os amigos meus, mas das outras vezes não fui pego. Fui pego uma vez só por burrice minha.

Foi justa. Eu só pensava em ir lá, cumprir e terminar o mais rápido possível.

Sim, por que estava com algo ilegal.

Ah! ajuda né! Ajuda você saber o que é certo e o que é errado. Foi justa.

Sim, ir para a FEBEM seria pior pois os conselhos dos que estão lá iriam influenciar para pior.

Acho que foi.

Alguns dos depoimentos dos jovens evidenciam a questão de que a internação na Febem (hoje Fundação CASA) não seria a medida mais adequada no sentido não da punição, mas da reabilitação que é o que interessa à sociedade. Misse (2007) discute esta questão e uma outra que também vem à tona nos depoimentos desta parte da pesquisa que é a do tratamento como criminoso dado pela polícia a alguns dos jovens.

como se sabe, são tão raros os criminosos que começam sua carreira após os 25 anos, quanto os que continuam na carreira após os 40. A escolha por uma carreira criminal se faz na adolescência e na juventude, raramente depois. Uma parte dessas escolhas, como dizia David Matza, resulta de pura 'deriva' juvenil que terminou em processo de incriminação e sujeição criminal. Se o jovem não foi, então, acusado, tenderá a retornar à sociedade abrangente ou mesmo a jamais entrar para o 'mundo do crime'. Mas aqueles entre os que 'derivam' e que passam ou passaram pela experiência do internamento dificilmente escaparão de uma carreira criminal (MISSE, 2007, pág. 197)

Becker lembra bem que o desvio ou comportamento normativo estão ligados ao processo de compromisso pelo qual a pessoa "normal" torna-se progressivamente envolvida em instituições e comportamentos convencionais. Um jovem teria, assim, uma possibilidade maior a ser desviante que um

adulto, visto que estabelece relações institucionais menos sólidas que os adultos. Por outro lado, um indivíduo desviante que já tenha estabelecido diversas relações de compromissos com outros desviantes teria uma possibilidade maior em manter esse tipo de conduta e isso é propiciado na medida em que é custodiado em uma instituição.

O depoimento do jovem que afirma que roubava e dava festas e comprava pizza para os amigos também o fora observado por Whyte (2005) que relatou que é esperado que o rapaz com dinheiro ajude os amigos. O gastador é popular e respeitado. A liderança e o prestígio diante do grupo depende desse tipo de relação e atitude. O líder é, deve ser e espera-se que seja um gastador. Nesse sentido, é possível que acabe entrando em uma espiral. Para manter o prestígio necessita proporcionar coisas aos amigos e para tanto deve buscar os meios lícitos ou ilícitos para tanto.

Desde que comete o ato infracional um jovem passa por diversos locais podendo ser tratado de maneiras diferentes. Foi aberta a oportunidade para falar sobre isso indagando sobre como se avalia o tratamento que se recebe nos locais em que se passou desde que se comete o ato infracional.

Bom. Menos a polícia. No NAI trataram bem.

Podiam ter colocado no patrulheiro, arrumar um serviço para a gente para sustentar a família, para ir aprendendo pra poder arrumar um serviço bom. Por que se você não sai dessa merda você não melhora nada. E é uma forma de você não se envolver com nada mais.

Até lá, no NAI, não posso reclamar de nada, até da medida mesmo. Peguei gente boa para caramba. Nós nos divertíamos conversando na sala lá. Os policiais, por que os policiais se sente o máximo, aí começa a dar ordem. Nesse dia só tomei um tapa.

Quando a polícia me levou para cá, tranquilo. Aí lá na delegacia, os policiais começaram a debochar, começaram a ser sarcásticos, irônicos. Aí entrei no carro e levaram a gente lá no NAI. Não chegaram a bater, no caminho, dentro do carro. Um fez a cabeça do outro pra ir para o NAI, senão já era. Esse policial tava a fim de ferrar a gente, mas também acho que o cara vive estressado. Eu não culpo ele, mas deve ter alguma coisa. Eu não julgo, vai que o cara

ganha pouco e daí vai que o cara recebe uma pena que ele acha que é injusta e daí ele está na rua de novo. Essas coisas deixam o cara louco.

Da última vez que eu cheguei lá tinha um segurança que era folgado, um carinha folgado mesmo, tanto é que meu pai apareceu lá. Por que meu pai não costuma andar com documento né, aí, só que meu pai tem toda a numeração dos documentos guardada na cabeça dele. Aí chegou lá e o cara, maior folgado. Ficou dando risada de mim lá. Um bombadinho que ficava lá. Meu pai chegou lá ele pediu o RG do meu pai, meu pai disse não tenho RG mas eu tenho a numeração certinha de cabeça né. Meu pai saiu ali do NAI no centro, veio aqui em casa perto da Vila Isabel a pé. Chegou lá, você sabe o que ele fez, nem olhou o RG do meu pai. Só anotou o número do RG. Nem olhou na foto se era a foto do meu pai memo.

Excelente, conversava, chamava para falar, dava conselhos, ensinar o que pode e o que não pode, a polícia falava que ia matar, sumir, batia na rua.

Vixe! Como eles dizem que é a porta de entrada do crime, que você vai receber a educação para te endireitar, mas não endireita assim não endireita nunca. Se for depender deles pega mais raiva ainda e sai cometendo mesmo só para provocar. [referindo-se à polícia e à violência praticada contra o jovem]

Normal. Não fui discriminado por que eu tenho uma passagem na policia.

A polícia tratou mal, xingou, torturou, sofri maus tratos. Na LA fui bem tratado.

Fui bem tratado.

O tratamento foi normal.

Foi bom, até a polícia me bater foi bom. Lógico que foi, para aprender, né! Tem que bater, se não batesse eu voltava no mesmo ritmo.

Foi uma fase meio que vai ficar marcada, mas fez muita diferença, ruim, por que não podia ter acontecido isso, eu podia estar melhor né.

Estava bom.

O atendimento que o jovem obteve nas diversas localidades pelas quais passou após cometer o ato infracional pode tê-lo surpreendido de alguma forma, então questionou-se: “você recebeu algum tipo de tratamento que não esperava após cometer o ato infracional?” Nove (60%) disseram que não. Os que disseram que sim afirmaram:

Achei que iam me prensar, falar coisa na cabeça da gente, mas não foi isso. Aprendi coisas que não sabia. Aprendi a tomar cuidado com certas pessoas. Podia melhorar essa parte do serviço que a gente precisa arrumar. Arrumaram um lugar para eu estudar, no Sesi, e era à noite. Falaram que lá não iam me tratar mal, não tinha nada de melecada lá dentro. Só tinha pessoa de mais idade que eu.

Uma semana depois me chamaram lá no NAI de novo, só que aí era a [nome]. O tratamento que ela me deu eu não esperava, tipo “por que que você fez isso, você é burro.” O tratamento que ela me deu eu não esperava.

Ah! Psicólogo, maior barato né. Para mim não tinham essas coisas nesses lugares.

O jovem pode ter vivenciado alguma situação de afronta à dignidade nos locais onde obteve atendimento após cometer o ato infracional e foi indagado: “você acha que recebeu um tratamento digno ou se sentiu desrespeitado, humilhado após cometer o ato infracional?”

Quando esse policial me trancou no xilindró lá na São Joaquim³¹, me prenderam numa sala toda escura, me algemaram que nem bandido. Cada coisa. Nossa!

Humilhado só pela polícia.

Não. Só a polícia que bateu em mim. Tirando isso, normal.

³¹Na Polícia Militar, o jovem alega que não foi levado para o NAI o que contraria o ECA.

Quando você cometeu o ato infracional estava consciente de quais seriam as conseqüências?

Sim, o que aconteceu mesmo, sabia de tudo o que ia acontecer.

Não, na hora você não pensa.

Não. Ir para o NAI e sairia, que ia para o NAI e soltaria que deixaria até ser maior para ser preso.

Sim, mais ou menos. Eu não imaginava que eu ia apanhar daquele jeito.

Sim. Que a polícia ia pegar nós e ia para a delegacia.

Sim, ir preso.

Sim, ir preso.

Sim. Que eles podiam pegar eu e ia preso ou não podia pegar eu.

Não. Ir preso eu sabia, mas não esses barato aí. [Ele refere-se à estrutura de acompanhamento existente na LA.]

O futuro

Os jovens puderam manifestar suas percepções no que diz respeito ao futuro respondendo a algumas questões. Inicialmente foram indagados sobre quais sonhos têm para o futuro.

À exceção do jovem que afirmou “Não tenho nada.” (Jovem 13), os demais explanaram sobre seus sonhos. Os mesmos foram classificados segundo o referencial de WEBER (2004, pág. 15):

a) Ação de modo racional referente a fins. Nesse caso as questões profissional e/ou ter um imóvel (casa) são apontados.

b) Ação de modo racional referente a valores. Ir morar em local com os que compartilham a mesma fé.

c) Ação de modo tradicional. Constituir família. Nesse caso, ter a casa é uma condição para uma ação tradicional primeira que é reproduzir um comportamento costumeiro no grupo que é a formação de uma família.

Representar o Brasil na dança em eventos internacionais na França. (Jovem 1);

Ah! Eu tenho bastante sonho, eu tenho. Tenho sonho de trabalhar num lugar legal tipo, na TAM, sabe, um serviço bom na Tecumseh, em empresa. Agora, sei lá, arrumar um lugar bom para morar, sair daqui para não ficar mais lembrando dessas coisas que aconteceram comigo. (Jovem 2);

Trabalhar para conseguir se manter. Só. Ter a minha casa. (Jovem 3);

Meu sonho era entrar no Exército. Não deu certo por que eu me alistei no tiro de guerra e o meu sonho era ter ido para o tiro de guerra fazer uma prova e ter ido para Pirassununga. Aí não deu certo. No momento eu não tenho sonho nenhum. O que eu gosto também, não gosto como o negócio do exército, mas eu gosto também é de cozinhar. Tenho vontade de fazer um curso de culinária. A moça do NAI deu uma carta para mim para ir no Senac tentar arrumar um curso. Com a carta dá para ganhar o curso. (Jovem 5);

Eu pretendo talvez dificilmente fazer uma faculdade, ou arrumar um bom emprego e ficar na minha. Não tenho alvos muitos grandes. Ou talvez tentar ir para Betel [onde os Testemunhas de Jeová fazem as publicações]. (Jovem 4);

Comprar um terreno, montar uma casinha nele, ter uma profissão boa, me formar em alguma profissão boa, me estabilizar em uma firma ou um negócio que eu abrir. (Jovem 6);

Ter casa, seguir a vida com a mulher, o filho, arrumar um trabalho melhor. (Jovem 7);

Ter minha casa. (Jovem 8);

Ter minha casa, minha família e ser um cidadão comum como outro qualquer aí. (Jovem 9);

Fazer Engenharia de aeronaves. (Jovem 10);

Muitos! Trabalhar, ter minha casa, minha família. (Jovem 11);

Era ser jogador de futebol, mas agora já é tarde. Era meu sonho desde pequeno. Além desse é ser alguma coisa na vida. (Jovem 12);

Eu queria entrar para o Exército né, mas não sei se vai dar né, por causa da minha perna né, por causa do acidente. (Jovem 14);

Crescer, construir minha casa, viver tranquilo. (Jovem 15).

“Quais as dificuldades que você vê na realização dos seus sonhos para o futuro?”

Falta de apoio. Só apóiam quando tem resultado. (Jovem 1);

Eu preciso pelo menos de um emprego. Se eu conseguisse um serviço bom, que tivesse um registro na carteira. Parece que eu não tenho muita sorte, não tem ninguém do meu lado nessas horas aí. Queria arrumar serviço. Ir para frente né. Estou achando que é por causa do meu nome, nome sujo, né, ou é isso ou é por que não tem registro na carteira. (Jovem 2);

A dificuldade de um emprego. Está feio nessa cidade. Em São Paulo ou Campinas eu arrumo emprego facinho, aqui é difícil. (Jovem 3);

Um monte que eu nem sei dizer. Vão aparecer. (Jovem 4);

Não sei que dificuldade que tem. Eu preciso arrumar um serviço pra ajudar aqui em casa também. (Jovem 5);

A verba. Dinheiro é tudo hoje em dia. Sem dinheiro você não consegue um estudo mais completo, Para você ter oportunidade, você tem que disputar com milhões. Com dinheiro não. Você chega lá. Que nem, estava vendo um absurdo aí a mãe de um recebe mais de 20 mil por mês, pai de outro é dono de firma e a mãe de outro é dona de negócio de evento e tiveram a oportunidade de 100% de bolsa grátis na universidade. Não precisava. Podia dar para outra pessoa.³² (Jovem 6);

³²O Jovem se refere a casos divulgados pela imprensa de pessoas que usufruíam de bolsa do ProUni e que possuíam padrão de vida elevado. O artigo elucida a questão abordada pelo Jovem.

Salário pequeno, demorar para juntar e o sorteio da PROHAB é difícil. (Jovem 7);

Todas. A sociedade não te aceita como você é. Você subir muito rápido você está traficando. Se subir devagar, está traficando do mesmo jeito. (Jovem 8);

Vejo dificuldade. Só que é normal ter dificuldade. Para você ser alguém na vida tem as dificuldades. Se você não tiver conta nem nada, nunca vai ter nada. Dificuldade financeira. Se você não tem trabalho não tem dinheiro. Ter uma boa esposa pra lá na frente não ter dor de cabeça. (Jovem 9);

Prestar o vestibular. (Jovem 10);

Não. (Jovem 11);

Vixe! Muita dificuldade mano! A primeira dificuldade que tem é o meu serviço. O serviço de registrado tá difícil. (Jovem 15)

A fala do Jovem 2 geralmente deixa transparecer o processo que Misse chama de sujeição criminal impedindo o indivíduo de seguir outra trajetória que não a que ficou marcada por um comportamento desviante ocorrido no passado.

Bolsistas do ProUni que têm carro de luxo perdem benefício

Folha de S.Paulo

13/05/2009

O Ministério da Educação cancelou a bolsa de 143 bolsistas do ProUni que não se enquadravam nos critérios socioeconômicos do programa. Desses, 30 possuíam carros de luxo, 10 tinham rendimentos superiores a R\$ 100 mil por ano e 103 estavam matriculados em alguma universidade federal. Para entrar no programa, os estudantes precisam ter renda familiar mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.395).

O cancelamento das bolsas ocorre após auditoria do Tribunal de Contas da União, revelada pela **Folha**, que apontou indícios de irregularidades em 30,6 mil bolsas do programa (do total de 385 mil) após fazer cruzamento entre a lista de alunos e os cadastros do Renavam (registro nacional de veículos), da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e do sistema que lista alunos de federais.

A partir dos registros, da documentação dos alunos passada pelas instituições de ensino e, em alguns casos, de visitas de assistentes sociais, o MEC definiu os casos que se enquadravam ou não como fraude.

Entre os 39 donos de carros de luxo, 9 tiveram as justificativas aceitas -segundo o MEC, havia casos como o de um aluno que usava o automóvel como táxi, ou do deficiente físico que comprara o veículo adaptado com benefícios fiscais.

Apurou-se que, dos 956 alunos que estavam no cadastro do ProUni e das universidades federais, 71 já tinham se formado nas instituições públicas e estavam em situação regular. Os outros casos ainda estão sendo analisados.

Em relação aos 17 estudantes que, segundo o Ministério do Trabalho, tinham renda anual acima de R\$ 100 mil, o MEC aceitou as justificativas de 7. Nesta semana, a pasta começa a analisar os casos de 315 estudantes com renda anual entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil.

A legislação não fixa limite de renda para permanência no programa, só para ingresso. Mas, segundo a secretária de Educação Superior Maria Paula Bucci, o MEC desligará o aluno sempre que for constatada alta "substancial" da renda.

Na sujeição criminal encontramos esses mesmos processos [de rotulação e estigmatização], mas potencializados por um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência (ou ocultação social) à estigmatização e pela dominação (mais que apenas pelo predomínio) da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo. O rótulo 'bandido' é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. (MISSE, 2010, pág. 24)

O Jovem 2 deixa mais explícito este processo pelo teor de seu discurso ser o de não querer viver como desviante no sentido da ilegalidade de seus atos. Outros jovens entrevistados podem não se incomodar com o estigma de desviante por já o terem considerado fundido à sua identidade pelas situações já vividas.

Como você acha que vai ser seu futuro?

Bom. (Jovem 1);

Se Deus quiser meu futuro vai ser do meu jeito. (Jovem 3);

Ter uma casa, ter um trabalho fixo, tipo trabalhar para o governo, estável. (Jovem 4);

Tomara que seja bom, né! (Jovem 5);

Do jeito que eu sou, eu vou me esforçar bem e vou conseguir o que eu quero. (Jovem 6);

Bom, com o meu filho e a minha mulher. (Jovem 7);

Só Deus sabe. (Jovem 8);

Se eu for um rapaz trabalhador e com a mente no lugar vou ser normal como outro cidadão que é respeitado pelos demais. Com saúde já. (Jovem 9);

Bom. (Jovem 10);

Vai ser bom. (Jovem 11);

Vai ser ótimo, vai ser bom. (Jovem 12);

Não sei não. (Jovem 13);

Vai ser eu casar, ter um emprego digno e uma casinha. (Jovem 14);

Acho que vai ser melhor mano. (Jovem 15)

Expectativas quanto ao mundo

Os jovens foram indagados com a seguinte questão: se você tivesse poder, o que mudaria no mundo? Com ela é possível perceber os anseios ou necessidades que são resultado das disputas coletivas e não de cunho individual, como foi o caso das questões formuladas anteriormente.

Guerras, matanças, tragédias, mais incentivo à cultura hip hop, afro, dia da consciência negra. (Jovem 1);

O jeito de tratar os outros, não ficar batendo nos outro na rua, ajudar os outros, arrumar um lugar para as pessoas morarem. Ih! Um monte de coisa boa! Melhorar os professores, (Jovem 2);

A desigualdade de vida de todo mundo, deixar todo mundo no mesmo patamar de vida. (Jovem 3);

Mudaria as pessoas. Ah! Egoísmo! Tiraria a pobreza. (Jovem 4);

Um monte de coisa. Mudaria esse negócio de droga, desemprego, que não iam precisar mais vender droga. (Jovem 5);

Tirava todos os políticos do mundo. Tirava o poder deles. (Jovem 6);

Violência, de casa, da rua, da droga. (Jovem 7);

Tudo. Desde o começo ao fim. Igualdade para todo mundo. Só por que você é pobre, você é tratado de um jeito. Por que você tem tatuagem você é tratado daquele jeito que você já é criminoso, você já é bandido, ladrão. Se você entra num supermercado de camiseta cavada e você tem tatuagem, já olham para sua cara pensando que você vai roubar, ou dentro de uma loja, olham para

sua cara, não, você vai roubar. Se for uma madame, para de carro. Ixe! É um tratamento que você fala “meu Deus” até cafezinho servem. Um dia eu entrei numa loja para comprar uma roupa para minha filha e a vendedora falou que não tinha com a roupa na minha frente. Eu não sei. Falam que eu tenho cara de marginal. Eu não me acho assim, eu acho que tenho cara normal como todo mundo. Olham para mim já pensam que sou bandido. Sou um cara normal, sou um cara feliz. (Jovem 8);

A desigualdade. Acabaria com ela. (Jovem 9);

Desigualdade, violência e preconceito. (Jovem 10);

Tudo. Está tudo errado. Ah! Parar com droga. (Jovem 11);

A justiça. Pessoas sendo presas inocentes. Pessoas sendo julgadas inocentes, pessoas sendo torturadas pela polícia inocentemente também. (Jovem 12);

No mundo? Eu? Parava, cortava as droga. Acabava e fazer uns barato aí, abrir várias fábrica pra todo mundo trabaiaar. (Jovem 13);

Tiraria todas as drogas que existe, por que a droga está destruindo o mundo. (Jovem 14);

Não sei não. Eu acho que eu não mudaria não. Eu só tentaria ajudar quem precisa, véio. (Jovem 15)

De uma maneira geral há um espírito de mudanças presente e que reflete as vivências inerentes ao universo no qual sobrevivem. Injustiça, droga, miséria, violência, preconceito, desigualdade são questões que são resultado das relações econômicas, políticas, sociais nas quais estão inseridos. Modificações nessas esferas só podem ocorrer por ações e processos coletivos.

Por fim abriu-se espaço para uma questão aberta: existe alguma coisa a mais que queira dizer?

Apenas dois utilizaram o espaço aberto para falar nesta última questão. Um disse que sofre preconceito por causa da cor, os conselhos que recebeu na LA foram importantes para mudar e que mudou por causa da

esposa e da religião. O outro disse: “Ah então falar lá para dar uma força dentro de casa, não tem nada mano.”

Considerações finais

A pesquisa como um todo, em suas várias etapas e fases, representou um substancial aprendizado. Com a revisão bibliográfica e o debate teórico aprofundou-se, evidentemente, o conhecimento sobre o tema, mas, sobretudo e principalmente, foi possível articular e ordenar as correntes teóricas e isso representou um exercício cognitivo fundamental para fomentar a capacidade de análise sociológica. A pesquisa documental ensinou que os obstáculos que surgem no decorrer da pesquisa não devem desencorajar a continuidade do trabalho, e que devem ser buscadas estratégias capazes de superá-los. Cumprir essa etapa permitiu também aprender a observar dados ainda não organizados ou analisados, sistematizá-los e refinar a leitura e análise para posteriormente levantar hipóteses e ir desenhando as características do objeto estudado. A pesquisa de campo permitiu exercitar o que foi aprendido com os que já tiveram esse tipo de experiência – antigos professores e autores lidos – e ainda deixou claro que a simplicidade e a naturalidade são quesitos indispensáveis para um contato satisfatório com as pessoas. A quantidade de informações e dados reunidos desde o início da primeira etapa requereu atitude sistemática e organizada e aí está outro ensinamento percebido.

Nesse momento, será realizada uma análise geral dos quatro objetivos que nortearam esse trabalho confrontando-os com os resultados obtidos. Os dois primeiros objetivos (identificar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes que os levaram a ser atendidos pelo NAI; analisar as mudanças ao longo do tempo (de 2002 a 2008) da frequência desses mesmos atos infracionais) nos permitiram identificar que, dos 3252 indivíduos atendidos pelo NAI entre 2002 e 2008, 2633 (que correspondem a 80,96%) tiveram entre um e dois atendimentos, sendo que a maioria absoluta, 66,97% foi atendida uma única vez. O ato infracional que apresentou maior ocorrência foi o furto que, embora oscile ao longo do tempo, teve uma frequência em torno de 22%. O envolvimento com o universo da droga é perceptível pelos dados referentes ao porte ou uso de drogas que apresentou frequência próxima de 9% e também pelo tráfico de drogas de quase 6%.

Ficou evidente o maior envolvimento do adolescente ao longo do tempo com o tráfico de drogas uma vez que, em 2002, teve-se 20 casos que correspondem a 1,77% de atendimentos relativos a essa infração enquanto no ano de 2008 chegou-se a 97 casos perfazendo 14,41%, um aumento de 485%, bem superior ao aumento demográfico. Esse dado aponta para o que deve ser, talvez, o maior elemento de vulnerabilidade dos adolescentes em São Carlos, quadro não exclusivo desse município e, portanto, esperava-se que questões relacionadas à droga aparecessem durante as entrevistas o que de fato acabou se confirmando.

O terceiro objetivo visou comparar os resultados obtidos em São Carlos e em outros municípios – São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto – e com São Carlos mesmo em períodos anteriores à implantação do NAI. Os dados provenientes de estudos realizados em São Paulo, Brasília, Ribeirão Preto e São Carlos puderam ser confrontados com os provenientes da presente pesquisa. O que se observou é que os atos infracionais contra o patrimônio – furto e roubo – se sobressaem tanto naqueles casos quanto nos dados levantados nesta pesquisa. Deve-se ressaltar que há estudos que apontam uma taxa elevada também para homicídio, fato que não foi constatado em São Carlos. Em pesquisa anterior (EL-KHATIB, 2001) realizada em São Carlos pode-se observar que a droga já figurava como uma das principais infrações cometidas pelos adolescentes, sendo que nos outros municípios a proporção era menor.

O quarto objetivo – identificar os elementos de vulnerabilidade da população adolescente que a levaram a praticar os atos infracionais e caracterizar os sujeitos entrevistados – foi atingido com a pesquisa de campo. A partir dos depoimentos colhidos com as entrevistas realizou-se um exercício de descrever o comportamento dos jovens e compará-lo com o que as perspectivas teóricas apresentam. Um primeiro exercício foi descrever como os jovens se comportaram frente às entrevistas acreditando que isso pudesse indicar outras tendências comportamentais.

Três jovens mostraram-se pouco envolvidos com a entrevista. Talvez quisessem apenas responder rapidamente as questões para encerrar logo a conversa, como quando se faz ligeiramente uma tarefa da qual não pode fugir. É possível também que suas vidas se apresentem com poucos

horizontes e isso os faz nem ter muitas respostas para determinadas questões. Elias & Scotson analisam o comportamento dos jovens do “loteamento” e afirmam que a condição de *outsiders* a qual estavam relegados os fazia agir com indiferença em relação ao futuro, não eram capazes de pensar a vida em longo prazo e, dessa forma, suas ações sinalizavam buscarem satisfações imediatas. Outras razões podem ter guiado esse comportamento. Não é possível saber. O breve contato com eles não nos permitiu ir além de algumas suposições. Pareceu constituírem a adaptação de retraimento apontada por Merton pois não demonstraram ter objetivos difíceis de serem alcançados para a condição social na qual vivem e ao mesmo tempo não sinalizaram que os meios institucionalizados devem ser levados em consideração para a sobrevivência.

Os diferentes tipos de relações sociais que o jovem pode estabelecer não representam necessariamente diferentes possibilidades de escolha. Estabelecer relações comunitárias com o grupo local pode colocar o indivíduo como refém dessa relação. Isso foi percebido por Whyte (2005) quando detecta a diferença entre dois grupos de rapazes: os formados e os da gangue da esquina. Os primeiros encontraram mecanismos de romper com os vínculos que os faziam permanecer indefinidamente na gangue da esquina. Quanto maior for a dependência do jovem em relação ao grupo local, menor será a possibilidade de romper com a relação pois mais fidelidade deverá demonstrar ao grupo a fim de que seu status perante o grupo seja elevado e consiga manter relações coesas com o grupo, quer dizer, manter em vigor o sistema de obrigações mútuas que garantem a sua sobrevivência. Essa relação de obrigações mútuas e a dependência em relação ao grupo local (relações comunitárias) podem fazer com que o jovem valorize o grupo, suas normas e as respeite. Em contrapartida, haverá uma desvalorização para com as relações que poderia estabelecer com os grupos de fora. Essa desvalorização pode ser acompanhada da deslegitimação desses grupos como referencial ou meta ou desvalorizar as instituições que representam esse mundo, tal como a escola. Ao desvalorizar os demais grupos e focar apenas a permanência no local, suas possibilidades de se desvencilhar desse grupo local são anuladas. Há uma relação de poder entre o grupo e o indivíduo. Esse poder pode ser utilizado para cooptar o indivíduo a prestar serviços que dêem vantagens ao

grupo. Os serviços podem ser tanto legais quanto ilegais e consistem em servir como trabalhador em ações ilícitas, sujeitar-se a trabalhar por valores menores que os do mercado ou fazer o pacto do silêncio para preservar o grupo, por exemplo. Quanto maior for a precariedade de vida da família (moradia, renda e emprego), mais propenso está o jovem a estar engessado por esse tipo de relação social.

Dois jovens aparentaram estar se comportando como se houvessem incorporado um personagem de maneira que não deixassem de responder as questões formuladas nem tampouco se recusassem a conceder a entrevista. As respostas pareciam minimizar, ocultar ou inventar situações que não condiziam com a trajetória presente no cadastro de cada um deles disponível ao pesquisador na etapa anterior da pesquisa.

Dos cinco jovens (os três pouco envolvidos e os dois aparentemente incorporando personagem) quatro apresentam, em relação aos demais entrevistados, baixa renda, moradia precária, baixa escolaridade e família sem estrutura para desvencilhá-los da dependência em relação às relações comunitárias. Os vínculos com grupo local os aprisiona e eles não sinalizam desejo de mudança. O quinto jovem também de renda e escolaridade baixas, porém, possui família que promoveu o processo de ruptura dele com o grupo ao mudarem-se de bairro tirando-o desse mecanismo aprisionador e inserindo-o em outro conjunto de relações. A mudança de bairro foi percebida como uma atitude importante para alterar as relações sociais aprisionadoras que estabelecia com o grupo local e que o colocava em uma situação de vulnerabilidade e risco.

Os demais, que perfazem dez jovens, demonstraram mais interesse e espontaneidade diante das questões formuladas relatando, inclusive, situações que vão além das informações prévias que o pesquisador dispunha sobre eles e as infrações.

Um deles conversou bem desinibido, parecia falar à vontade e realizou um relato de vida bastante interessante, focando as dificuldades, as necessidades, as poucas oportunidades, porém, não buscando justificar-se para as ações que praticou quando adolescente. Fuma maconha mas não utiliza meios para que os outros e a polícia não percebam que é fumante de maconha, como Becker identificou nos sujeitos os quais teve contato com sua pesquisa.

Consumir a maconha não é classificado pelo fumante como algo repreensível e, portanto, defende que não seja considerado ilegal. O jovem demonstrou-se consciente da realidade na qual vive e confessou ter vendido droga quando era adolescente pois não tinha trabalho e precisava ajudar em casa. Há familiares, amigos e vizinhos envolvidos com ações ilegais e alguns presos. Isso evidencia uma conjunção entre oportunidades – vender drogas é algo muito acessível no entorno de sua casa, ao mesmo tempo em que outras oportunidades de trabalho são escassas – e aprendizagem cultural pelo contato com pessoas que já sabem como cometer ações ilegais. Por outro lado, valoriza pessoas na família que trabalham muito para sustentar os filhos. Como já é pai, tomar essas pessoas como grupo de referência o faz condenar ações que possam prejudicar a vida, sejam ilegais ou autodestrutivas, como usar cocaína ou crack. Tanto a rebelião quanto a conformidade como formas de adaptação aparecem na sua fala e estão presentes na sua vida. A rebelião é indicada ao questionar as regras e a legislação vigente, sugerindo que a maconha seja liberada deixando transparecer que não aceita plenamente os padrões dominantes. Contudo, nas falas, também vem à tona anseios de se enquadrar nas regras de mercado de trabalho, de obter qualificação profissional, situações que estão presentes na vida de indivíduos de outro estrato social. Esse jovem não está propriamente preso ao grupo local, porém, não mantém vínculos com grupos de fora.

Outro desses jovens encontrei empinando pipa com as crianças na esquina da casa dele. Durante a conversa, demonstrou-se descontente com a realidade na qual vive e transpareceu que têm, como grupo de referência, pessoas de outra classe social. Valoriza pessoas que estudam e tem bom emprego, deseja fazer faculdade mas lamenta não ter valorizado a escola. Embora já tenha concluído o Ensino Médio, considera que poderia ter aproveitado melhor a escola. O ambiente cultural – amigos e parentes cometeram ações ilegais e estão ou estiveram presos – e a classe média como referência o levaram a roubar para ter um nível de consumo acima do seu. Comprava roupas e ia a baladas com o dinheiro dos roubos. Também já fugiu de casa por uns dias. O casamento, a paternidade e a religião o colocam em um conjunto de normas que o fazem buscar mudar de vida, de bairro e estudar pela via do trabalho. Quando jovem, a inovação prevalecia – tinha claramente

objetivos de outro estrato social, entretanto não respeitava os meios institucionalizados para atingí-los, pois roubava, por exemplo – e, no momento, a conformidade está presente visto que, embora tenha objetivos mais elevados, procura atendê-los de acordo com os meios institucionalizados. Sua cor o faz sentir-se estigmatizado e *outsider*. Já sofreu muita violência inclusive da polícia, mas não transpareceu revoltar-se com isso.

Um terceiro jovem não quis ninguém ouvindo a conversa. Talvez para poder falar mais à vontade sobre detalhes da vida. As oportunidades e companhias o conduziram ao ato infracional. Não roubou mas manuseou coisas roubadas por amigos. Não estava morando com a família. Estava, então, distante do controle dos adultos. A adaptação ritualista é indicada pelo fato de que não se sente satisfeito com o trabalho que executa, acha enfadonho, com pouca recompensa, mas aceita essa condição pois que é a única que não infringe os meios institucionalizados legais.

O quarto jovem acredita que os outros acham que tem cara de marginal. Sente-se estigmatizado, mas não um *outsider* pois não aceita o estigma. Reage à rotulagem. Já viu e praticou muita violência. Amigos já roubaram, traficaram, cometeram homicídio. Os relatos do que já fez de ilegal indicam muito mais do que o que consta em seu cadastro, inclusive reconhece que sabia como fazer para não ser pego pela polícia. Tudo isso não parece condizer com a fala macia e tranquila e a polidez com que trata as pessoas. Na vizinhança, a violência, o tráfico e a ilegalidade geram oportunidades e amizades que o conduziram a traficar e a mostrar sua personalidade valente e de liderança. Gosta de desafios e como não deva tê-los encontrado no esporte ou escola, a vida do crime os proporcionou. Isso ficou para trás. Não se orgulha do que fez, entretanto o passado faz com que seja respeitado no bairro. Desafiador de regras, descumpria-as quando adolescente pelo fato delas existirem. A adaptação ritualista esteve presente em alguns momentos, como se pode perceber, mas a conformidade aparentemente predomina pois tem objetivos mais elevados e utiliza-se do trabalho para atingi-los.

Entre os que demonstraram espontaneidade pode-se observar um caso de estigmatização, tal qual o descrito por Goffman. Esse jovem, o quinto, se desentendeu com a diretora da escola. Vive em um bairro onde a

ilegalidade, a droga e a violência são constantes: já teve amigo da escola assassinado – não sabia que ele “mexia com droga” quando o conhecia, se soubesse teria mantido distância –, o irmão mais velho cometeu atos infracionais. Leva uma vida de trabalho e almeja poder ir além do ensino médio, já concluído, assim poderia ter um emprego melhor. Apesar da rotulagem, mantém sua auto-estima elevada, não aceita o rótulo, portanto não assume uma condição de *outsider*. A namorada, a família e a igreja que frequenta o colocam em um conjunto normativo que fazem o contrapeso à realidade vivida no bairro e no passado. Embora a inovação pudesse orientá-lo – deixa claro que tem objetivos presentes em estratos sociais superiores e tem contato com meios não institucionalizados que poderia dispor para atingí-los – adota a adaptação conformista utilizando-se dos meios institucionalizados para atingir os objetivos.

Dois jovens têm um perfil bastante parecido. As companhias os levaram ao furto. Um realmente o cometeu e o outro estava acompanhado dos que o cometeram e foram levados pela polícia. Ambos terminaram o ensino médio e continuam estudando. Possuem uma vida familiar simples, mas aparentemente regrada, segundo as conversas que tive com as mães de ambos. Almejam fazer faculdade e se envergonham de terem se aproximado das companhias que os levou a serem pegos pela polícia. Praticam religião e demonstraram isso ter grande importância para suas vidas. Enquadram-se na adaptação conformista mantendo as metas culturais de um grupo de referência que ocupa um estrato social superior e prezam os meios institucionalizados para atingi-las.

Nos comentários de outro jovem, aparece a satisfação em desafiar a família, professores e a polícia. A vida tanto no bairro no qual vive, quanto em experiências em outra cidade, foi e é cercada de violência e ilegalidade. Já viu pessoas morrerem, já se envolveu em brigas, já roubou para satisfazer o consumo pouco acessível à sua condição social: baladas, comidas, bebidas, etc. Vive em um ambiente no qual se conjugam companhias e oportunidades para a ilegalidade. Entretanto, está mais para a rebelião que a inovação, segundo as categorias de adaptação de Merton, visto que desafia a ordem por não concordar com ela e desejar outra ordem. Consciente que as mudanças são

difíceis, acaba tentando um comportamento conformista para tentar sobreviver, não descartando a inovação caso não o consiga.

O nono jovem vive em um bairro no qual a polícia suspeita de todos e por isso sofre processo de rotulação que embora resista a aceitar, percebe que não consegue convencer os estabelecidos do contrário. Apesar de não aceitar o rótulo, percebe-se na condição de *outsider* o que deprecia sua autoestima. Isso é reforçado pelo fato de que no passado sofreu processo de rotulação na escola por ser pobre. O bairro o confina a um isolamento em relação à sociedade estabelecida. Para fugir disso entende que mudar para outra área que não carregue estigmas é a melhor solução. Quer a conformidade e deixar o bairro é a estratégia para isso. Entretanto o contexto no qual vive cria barreiras, colocando-o em uma adaptação ritualista. O preconceito, a rotulação e a condição de *outsider* experimentados na escola o levaram a evadir e não terminar o ensino fundamental. Isso, somado ao estigma que carrega pelo bairro no qual mora, dificultam a inserção no mercado de trabalho formal e o obriga a viver de bicos oriundos de trabalhos manuais resultando em uma renda baixa de meio salário mínimo. Consequentemente não consegue reunir recursos suficientes para mudar-se do bairro e a sua condição se torna estática e se perpetua.

Por fim, o décimo jovem não mora em um bairro no qual o contato com ilícitos ou a violência são constantes quanto o vivenciado pelos outros apresentados anteriormente. Todavia, frequentava uma praça de outro bairro e ali teve contato com jovens infratores, inclusive um deles deveria ter sido entrevistado mas faleceu em um assalto. Apesar do contato, não depende desse grupo para a sobrevivência não estando, assim, sob a esfera de poder do mesmo.

A partir da análise dos perfis dos jovens entrevistados foram identificadas e definidas quatro categorias para os classificar:

1. A caracterizada por vínculos com grupo local que aprisionam e sem demonstrações de desejo de mudança.

Quatro jovens estão nessa categoria. Todos têm baixa escolaridade possuindo ensino fundamental incompleto e a renda per capita é baixa variando de 0,04 SM a 0,5 SM e nenhum deles têm emprego regular. Moram no mesmo bairro que é o que apresentou a maior incidência de jovens

selecionados para a entrevista. Durante as entrevistas, ao serem questionados sobre terem feito algo que se arrependessem, todos responderam negativamente.

2. A caracterizada por relações com os grupos locais, porém, sem submeter ao poder do grupo de maneira que se é possível estabelecer relações com grupos de fora, mesmo sem o conseguir.

Três jovens encontram-se nessa categoria. Um tem ensino fundamental incompleto, outro fundamental completo e outro médio incompleto. Não apresentam empregos regulares e possuem renda per capita que varia entre 0,20 SM a 0,50 SM.

3. A caracterizada por vínculos com o grupo local que aprisionam, porém com os quais se rompe.

Um jovem está nessa categoria. De todos os entrevistados foi o que teve o maior número de atendimentos pelo NAI: 19 vezes. O primeiro atendimento ocorreu aos 15 anos por furto. Possui ensino fundamental incompleto, trabalha regularmente e tem renda per capita de 0,67. A família, contudo, foi responsável por promover a ruptura do poder que o grupo exercia sobre ele.

4. A caracterizada por não dependência aos grupos locais e estabelecimento de relações com outros grupos em geral pela via do trabalho e/ou estudo.

A maioria, sete, encontra-se nessa categoria. Quatro têm ensino médio completo, dois têm ensino médio incompleto e um possui o ensino fundamental incompleto. Os jovens que possuem a maior escolaridade estão nesse grupo. A renda per capita varia de 0,43 SM a 1,33 SM e esse grupo comporta os que possuem melhor renda. Somente um deles não tem emprego regular. Somente um deles mora no bairro no qual moram os jovens que se encontram categoria 1.

Retomando os pontos de acordo entre as teorias apresentado por Dubar, temos que:

- Pontos de Acordo: Quem são os delinquentes?
- 1/ Jovens RAPAZES (10 a 15% de moças)
- 2/ Adolescentes: Entre 8-10 anos e 17-18 anos

- 3/ Moradores em bairros e vizinhanças pobres
- 4/ Imigrantes recentes
- 5/ Famílias com problemas
- 6/ Dificuldades escolares

Em relação aos seis itens anteriormente apresentados podemos inferir que embora se tenha desconsiderado na pesquisa os atendimentos relativos às adolescentes estas representaram uma parcela pequena em relação aos adolescentes o que condiz com o que indica o item 1.

Para os demais itens, pode-se identificar o perfil geral dos adolescentes selecionados para as entrevistas e inferir que em relação ao item 2 que diz respeito à faixa etária, segundo os dados presentes nas tabelas 29 a 32, pode-se perceber que o primeiro ato infracional, no geral, é praticado mais precocemente à medida que o número de atos infracionais se eleva. Em relação ao item 3 todos os selecionados são moradores em bairros e vizinhanças pobres, como pode ser constatado pelos mapas 1 a 7. No que tange o item 4, ou seja, serem provenientes de famílias imigrantes, essa situação não foi constatada pelas informações oriundas dos jovens entrevistados visto que suas famílias não são provenientes de outro local e já estando fixadas na cidade há um certo tempo. O próximo item, número 5, que foca a família o que se pode identificar em relação aos jovens entrevistados é que a maioria vivencia a ausência paterna (pelo falecimento ou separação entre os pais), há membros da família que ou foram/estão presos, cometeram ações ilegais, a precariedade sócio-econômica também predomina de acordo com as informações sobre renda, renda per capita e condições da moradia e emprego. Por fim, o item 7, pode ser constatado ao identificar que para os jovens entrevistados a maioria não possui Ensino Médio completo, já reprovou e evadiu da escola.

As informações apresentadas e analisadas até o momento nos permitem identificar propriedades e disposições³³ relacionadas aos jovens entrevistados e que os colocam em maior ou menor grau de vulnerabilidade e

³³Disposição é um termo de longa data empregado na Sociologia, como pode ser verificado em Weber (2004; 2004a). Segundo Rosenberg (1976) uma disposição refere-se não a uma condição ou estado do indivíduo, mas a uma tendência de reagir de certa maneira, em determinadas circunstâncias. Propriedade pode ser distinguida de uma disposição por constituir a primeira uma característica relativamente duradoura, que não depende das circunstâncias para sua ativação. Sexo, raça, religião, estado civil são exemplos de propriedades.

situação de risco. Pode-se identificar que há maior disposição para a prática de ações que conflitam com a lei e permanecer nessa condição quando: a) há ingresso precoce na prática de ato infracional; b) baixa escolaridade; c) vínculos com grupo local que aprisionam e sem demonstrações de desejo de mudança (categoria 1); d) relações sociais comunitárias com grupos de vizinhança mais coesas que relações societárias com grupos de fora; e) família incapaz de promover a ruptura do jovem com as relações comunitárias de vizinhança.

No que diz respeito à baixa escolaridade, muitas vezes esse dado só pode ser perceptível quando a carreira infracional já está em curso. Entretanto, se uma criança demonstra pouco envolvimento com os assuntos escolares e for autora de ato infracional e se conjugarem outras propriedades anteriores está evidente sua situação de elevado risco e ações esporádicas adotadas pelas instituições públicas não atenuarão essa situação de risco.

Os jovens que agreguem as propriedades anteriormente elencadas necessitam de reconfiguração nas relações sociais responsáveis pela sua sobrevivência. Como preconiza o ECA, a internação deve ser a última medida sócio-educativa a ser adotada. E mesmo que seja, seu efeito de tirá-lo da carreira de infrações é momentâneo, quiçá enquanto estiver custodiado, com o agravante de que na custódia ao invés de se arrefecerem os laços de relações comunitárias com grupos ligados à vida infracional, se potencializarão as relações e se reforçará as propriedades C e D apresentadas.

* * *

Os conceitos desenvolvidos na Sociologia para pensar sobre o tipo de relações sociais – exemplificadas pelos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica trazidos por Durkheim – ajudam a pensar nas relações sociais entre o grupo local e a cidade mais inclusiva. O indivíduo, na cidade, possui relação de interdependência econômica com outros indivíduos e depende de outras pessoas para ter acesso a bens e serviços. Os fortes laços que o indivíduo estabelece com a localidade (bairro, amigos, grupos, gangues) e que propiciam a sua sobrevivência contrastam-se com os laços fracos existentes com as demais áreas da cidade – instituições econômicas, políticas e sociais. Isso torna o indivíduo dependente da

dinâmica local e é com ela – e muitas vezes somente com ela – que poderá contar para sobreviver. Dependendo dos tipos de grupos da localidade com os quais o indivíduo tem contato, se legais ou ilegais, será dado o norte às suas ações. A relação de solidariedade orgânica, nesse ambiente heterogêneo, coloca o indivíduo em conflito com grupos que possuem parâmetros diferentes do que é normal ou desvio e, portanto, o coloca em uma situação de risco (Becker). Há, então, representações coletivas distintas entre os grupos e isso não só permite leituras diferentes sobre um mesmo processo, mas, sobretudo, ações, relações e reações particulares.

Durkheim argumenta que o crime pode evidenciar uma necessidade de mudanças não exatamente em seu autor, mas no arranjo social que o levou àquela ação. Qual é o arranjo social que está presente na vida dos jovens entrevistados?

É perceptível o abismo que existe entre o jovem, seu mundo e as instituições que o socializariam para ingressar em um mundo mais amplo que o da periferia na qual vive. Partindo das próprias instituições escolares que apresentam um mundo no qual o jovem não se vê inserido, há ainda o despreparo de muitos dos profissionais (professores, coordenadores, diretores) para lidar com situações consideradas por eles estranhas ou exóticas mas que são a essência da vida das crianças e jovens – pobreza, violência, perspectiva limitada de horizontes, baixa auto-estima, carências múltiplas etc. – que leva esses indivíduos em formação a passarem por um processo de rotulação e de ir construindo sua identidade influenciada por esse processo.

O despreparo da instituição escolar aniquila com a primeira possibilidade do poder público utilizar suas estruturas no intuito de criar oportunidades às crianças e jovens vulnerabilizados. É muito precária a ação dos agentes educacionais na identificação das crianças e jovens que merecem uma atenção mais focada, como ocorre nas instituições educacionais privadas. Quando muito, a escola informa as autoridades sobre as crianças e jovens que se evadem ou se ausentam frequentemente das aulas. Aprelhar as instituições que atendem a vizinhança poderia levar a ampliar os meios necessários à concretização das metas culturais.

O ECA deixa bastante claro em suas proposições que não é apenas a família a responsável pelo zelo e bem estar das crianças e adolescentes. Somos todos nós adultos, independentemente dos laços estabelecidos. Não se trata de tomar o lugar ou de substituir a família, mas de realizar uma ação complementar a esta.

Na escola “rola de tudo”, como foi dito por um jovem em um depoimento, ou ainda que a droga foi conseguida na escola, ou que o professor pratica ações reprovadas. A escola funciona assim como outro referencial ao jovem ou um reprodutor do que já vivencia no bairro? Se, como foi dito também pelo jovem, na escola você aprende de tudo, do bem e do mal, é a hora de se refletir sobre o fato de que a educação escolar não é apenas trabalhar com conteúdos mas também condutas, procedimentos e valores. Deve abrir perspectivas aos jovens, orientá-los.

Comemoramos o fato de termos diminuído, nos últimos 40 anos no Brasil, a mortalidade infantil, porém há que se considerar perversa não apenas uma sociedade que permite que seus bebês e crianças morram precocemente, mas também as que permitem que eles sobrevivam, cresçam, criem sonhos e expectativas para depois morrerem antes da idade adulta de forma violenta.

Recordando os dados apresentados por El-Khatib para a década de 80, havia naquele momento uma relativamente baixa cooptação dos jovens para a droga se comparado à atualidade. Isso não significa que os jovens de antes tinham maior autocontrole em relação ao envolvimento (uso e tráfico) com as drogas. Havia também menores oportunidades ao jovem para que este contato ocorresse. É a questão já debatida de que se o jovem tem a droga nas mãos isso é resultado de inúmeras outras relações sociais prévias que incluem a produção da mesma, como também a educação recebida por ele, as oportunidades, as perspectivas de vida, os grupos de referência, as rotulações ocorridas.

Dada a incapacidade da instituição escolar, nesse momento, proceder uma educação que não ignore a sua clientela e seja capaz de orientar suas ações, é salutar a existência de uma instituição como o NAI que realize um processo de atendimento ao adolescente em situação de risco, evitando um processo de rotulação que o estigmatize, sem contudo promover a aplicação de uma medida socioeducativa e um acompanhamento das ações do jovem. A

trajetória de atuação do NAI demonstrou a viabilidade ao mesmo tempo da aplicação do que preconiza a legislação e a proteção ao adolescente da vulnerabilidade de ser cooptado para a carreira criminal. A ampla maioria dos adolescentes que pelo NAI passaram não foi encaminhada à FEBEM. A ampla maioria não teve contato com adolescentes já inseridos em uma carreira criminal. A internação não irá deixar de existir ou ocorrer, contudo a maioria dos adolescentes não precisará passar por ela se houver outras medidas à disposição.

Entretanto, o NAI não deixa de ser um instrumento de dominação de classe o qual representa o mecanismo disciplinador para o cumprimento das normas definidas pela sociedade legalmente estabelecida e que age como elemento disciplinador exclusivamente para os grupos desfavorecidos visto que, como já discutido anteriormente, os demais possuem formas de não serem submetidos às instituições corretivas oficiais.

* * *

A amplitude do tema e a necessidade de aprofundamentos que o delimitem mais precisamente indicam que a pesquisa realizada não esgota o tema e nem tampouco ela se esgota aqui. A discussão teórica realizada, os dados quantitativos coletados, sistematizados, agrupados e apresentados, o consequente e necessário mapeamento das áreas de maior concentração de jovens em conflito com a lei, a pesquisa de observação não-participante permitiram uma percepção da realidade os resultados, integrados ou separados, poderão contribuir para investigações futuras ou outras conclusões que poderão ser tiradas pelos que se utilizarem do material aqui compilado. Esta razão fez com que se optasse por apresentar o material oriundo das transcrições das entrevistas praticamente na íntegra. Salvo algumas omissões necessárias à preservação da identidade dos jovens entrevistados, as falas não foram na essência alteradas. Chegar até as entrevistas representou grandes dificuldades a serem superadas, como explicitado. Isto posto, refletiu-se sobre tornar acessível praticamente a totalidade das informações necessárias não apenas a este trabalho, mas que pudessem servir a outros pesquisadores ou profissionais de alguma forma ligados ao tema. Embora a apresentação quase na íntegra das entrevistas torne esta parte do trabalho bastante extensa, creio

será muito mais útil que guardadas nas memórias de um pesquisador ou no disco rígido de um computador. Além disso, o próprio contato *tête-à-tête* com as pessoas no campo não permitem ao pesquisador uma leitura isenta de subjetividade. É impossível dissociar a tentativa de montagem do complexo quebra cabeça que são as experiências do campo das lembranças do tom de voz dado em uma frase durante uma entrevista. Mesmo que já não as ouvisse dando *replay* na gravação, cada vez que lia determinados trechos, as vozes soavam em meu ouvido. Para muitos, o que estará escrito serão meras palavras, para o pesquisador são pessoas! Vantagem ou desvantagem o que importa é que leituras distintas poderão ser feitas percebendo dimensões outras nas palavras dos jovens.

É impossível após uma pesquisa de campo ser indiferente às pessoas com as quais se teve contato. Diz-se frequentemente que escrever uma tese é um parto. Pensando nessa comparação, uma gestação, às vezes de risco, precede um parto. Nos exatos cinco anos de doutoramento – longa gestação, portanto – sem contar o tempo anterior de elaboração do projeto – muitos foram os riscos que poderiam ter comprometido o trabalho, em especial os riscos quanto à possibilidade de acesso aos dados no NAI e os endereços dos jovens. Quando enfim se dá o trabalho por finalizado, sente-se um vazio, assim como muitas mães se sentem quando nasce o filho.

Indo além das reflexões emotivas, um avanço investigativo posterior que a pesquisa sinaliza seria a realização de uma pesquisa etnográfica a partir das informações contidas do mapa de zoneamento aqui já apresentado sendo elencada uma zona para tanto. Pela experiência vivenciada e extraída do campo aliada a todo o arcabouço teórico e empírico proveniente de inúmeras leituras realizadas ao longo de anos pelo pesquisador versando sobre o tema arriscaria sugerir que a zona 6 seria uma área privilegiada para a etnografia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude , violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary Garcia. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes.** Brasília: Unesco, 2003
- ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. *In:* MARTINS, José de Souza. (Coord.) **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- ADORNO, Sérgio *et al.* Adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *In:* **São Paulo em perspectiva**, 13(4) 1999.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção. Homo Sacer, II.** Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARAÚJO, Silvana Miceli de. **De pivete a criança: um estudo em uma instituição de menores.** Rio de Janeiro, 1979. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional – UFRJ
- ARENDT, Hannah. **Da violência.** Brasília: UnB, 1985.
- **Crises da república.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ASSIS, Simone G. de. Situación de la violencia juvenil en Rio de Janeiro. *In:* **Taller sobre la violencia de los adolescentes y las pandillas [maras] juveniles.** Auspiciado por Oficina Panamericana de la Salud (OPS/OMS). San Salvador, El Salvador, 7-9 mayo 1997.
- . **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- AVRITZER, Leonardo. Habermas e Weber: da instrumentalização da moral aos fundamentos morais da democracia. *In:* SOUZA, Jessé. (org) **A atualidade de Max Weber.** Brasília: UnB, 2000.
- BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em perspectiva**, 18(4): 8-19, 2004
- BECKER, Howard Saul. **Uma Teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

----- **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Floriano de Souza Fernandes (Trad.). 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 247 p. (Coleção Antropologia; v.5)

BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.

----- Código de menores. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.

----- Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BUGEDA, Jose. **Manual de técnicas de investigación social**: detección y análisis. 2. ed. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1974.

BURGESS, Ernest W. & BOGUE, Donald J. "The delinquency research of Clifford R. Shaw and Henry McKay and Associates." *In*: BURGESS, Ernest W. & BOGUE, Donald J. (Eds.) **Contributions to urban Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 1, 2005.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COHEN, Albert K. **Delinquent boys**: the culture of the gang. London: Routledge & Kegan Paul, 1956. (International Library of Sociology and Social Reconstruction)

----- **Transgressão e controle**. São Paulo: Pioneira, 1968. (Série Fundamentos da Sociologia Moderna)

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Trad. T. Bueno. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. *in*: NUNES, Edson Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

------. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. 3 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

------. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUBAR, Claude. Os “ensinamentos” dos enfoques sociológicos da delinquência juvenil. *In:* SENTO-SÉ, João Trajano & PAIVA, Vanilda Pereira. (orgs) **Juventude em conflito com a lei.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. *In:* **Os Pensadores.** V. XXXIII, São Paulo: Abril Cultural, 1973a.

------. As formas elementares da vida religiosa. *In:* **Os Pensadores.** V. XXXIII, São Paulo: Abril Cultural, 1973b.

------. **Da divisão social do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EL-KHATIB, Umaia. **Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social:** que problema é esse?. Tese de doutorado. Departamento de Saúde Materno-infantil, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2001.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders.** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira & SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei.. *In:* **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 9, n. 3, p. 357-367, set./dez. 2004

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana:** a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/ Ed. 34, 1999.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão:** um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas, SP : [s. n.], 2008. (tese de doutorado em Ciências Sociais IFCH-Unicamp)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

----- **Em defesa da sociedade.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 382 páginas.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas.** O Antropólogo como Autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

----- **O Saber Local.** Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As idéias de Durkheim.** Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1978.

----- **Sociologia.** Trad. Sandra Regina Netz, 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma.** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

----- **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** 8. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

----- **Manicômios, prisões e conventos.** 6. ed., São Paulo: Perspectiva, 1999a.

GUIMARÃES, Carlos E. & ALVES, Magali M. B.. Política habitacional de interesse social: um estudo de caso da implantação do Parque da Cidadania. *In:* CARVALHO, Joelson G. (org.) **Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico de São José do Rio Preto.** São José do Rio Preto: Microlins, 2007.

HENRIQUES, Ricardo. (org) **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LIMA, Agnaldo Soares. **Implantação de redes de atendimento ao adolescente com envolvimento em ocorrência de ato infracional.** Módulo II: Núcleo de Atendimento Integrado – NAI (São Carlos). Salesianos: São Carlos, s.d.

MACAULAY, Fiona. Prisões e política carcerária. *In:* LIMA, Renato S. & PAULA, Liana de. (orgs.) **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- McKINNEY, John C. **Tipología constructiva y teoría social**. Buenos Aires: Amorrortu, s/d.
- MEAD, Margaret. **Adolescência y cultura em Samoa**. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1973.
- MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição. Uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. **NOVOS ESTUDOS. CEBRAP** no 72, julho. pp. 79-98, 2005.
- MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. *In: SENTO-SÉ, João Trajano & PAIVA, Vanilda Pereira. (orgs) Juventude em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- . Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**. São Paulo, 79: 15-38, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. *In: SILVA, Fernando Teixeira da et al. (org.) República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.) **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Estado de Sítio)
- PARK, Robert E. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **American Journal of Sociology**. vol. 20, n. 5, Março 1915, pp. 577-612.
- PARKER, T. & ALLERTON, R. **The courage of his convictions**. Londres: Hutchinson & Co., 1962.
- PAULA, Liana de Encarceramento de adolescentes: o caso Febem. *In: Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* Renato Sergio de Lima & Liana de Paula. (orgs) São Paulo: Contexto, 2008.
- ROBERTS, Ana Mércia S. **Cidadania interdita**: um estudo de condomínios horizontais fechados (São Carlos-SP). IFCH-Unicamp, Campinas-SP: [s.n.], 2002. (tese de doutorado)
- ROSENBERG, Morris. **A lógica da análise do levantamento de dados**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- SALLAS, Ana Luisa Fayet & BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma sociologia da juventude – releituras contemporâneas. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. PUC-MG, 2005.

SANTOS, João Diógenes dos. A delinquência juvenil – uma alternativa de sobrevivência? XII Congresso Brasileiro de Sociologia, PUC-MG, 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Brasil contemporâneo: Estado de exceção?. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.) **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Estado de Sítio)

SCHMITT, Carl. **La dictadura**. Madrid: Revista de Occidente, 1968.

----- **O conceito do político**. São Paulo: Vozes, 1992. (Clássicos do Pensamento Político)

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVERINO, Francisca Eleonora Santos. **Memória da morte, memória da exclusão**: prostituição, inclusão marginal e cidadania. 2. ed. São Paulo: Universitária Leopoldianum, 2004.

SILVA, A.P.S. **O jovem no conflito com a lei na cidade de Ribeirão Preto (SP)**: 1986-1996. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, FFCL/USP, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 1998.

SHAW, Clifford & MCKAY, Henry D. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 212 pág., 2003.

----- (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? *in*: **Lua Nova**, n.59, pp.51-73, 2003a.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y asociación**. Barcelona: Ediciones 62, 1979.

----- **Principios de Sociologia**. México-DF: Fondo de Cultura Economica, s/d.

TURNER, Victor. **Dramas, fields and metaphorsn**. Symbolic action in human society. S. L.: Cornell University Press, 1975.

VELHO, Gilberto. O futuro das Ciências Sociais e a importância de seu passado. *In*: **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, 2005, pp. 11-18

VICENTIN, Maria Cristina G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Fapesp, 2005.

VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. **O dilema do decente malandro**: um estudo sobre a identidade do menor institucionalizado. São Paulo, 1981. Dissertação de mestrado, Psicologia Social, PUC

VOLPI, Mario (org). **O adolescente e o ato infracional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva. vol. 1. Brasília: UnB, São Paulo: IOESP, 2004.

----- **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área pobre e degradada. Trad. Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.


WIRTH, Louis. Culture conflict and misconduct. **Social forces**, vol. 9, n. 4, jul. 1931. Pp. 484-92

Periódicos

Folha de S. Paulo. 40% dos jovens na antiga Febem não deveriam estar lá, Caderno cotidiano, 01.05.2010

Folha de S. Paulo. Fundação Casa mostra avanços, mas fantasmas da Febem ainda assombram, 30.01.2011.

Anexo I – Instrumento de coleta de dados – questionário

	<p style="text-align: center;">Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rodovia Washington Luís, km 235 – cx. Postal 676 Fone/fax: (16) 3351-8673 Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br</p>
---	---

Tema da pesquisa: Estudo das políticas públicas aplicadas aos adolescentes em situação de risco.

Realização: Carlos Eduardo Guimarães – Cientista Social

I – Identificação:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Estado civil: () solteiro(a) () casado(a) () mora junto ()
 outro _____

Raça/cor: () amarela () indígena () preta () parda () branca

II - Condições de vida

1. Moradia

1.1. Você reside com:

() pai () padrasto () mãe () madrasta () irmão(s) () avô/avó
 () companheiro(a) () cônjuge () tio/tia () primo/prima ()
 outro _____

1.2. A moradia é:

() própria () alugada () cedida/emprestada () ocupada ()
 outro _____

1.3. Quantas pessoas moram com você?

() moro sozinho () 1 pessoa () 2 pessoas () 3 pessoas
 () 4 ou mais pessoas

1.4. Quantos cômodos possui a moradia?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais

1.5. Na sua moradia tem:

- Televisão: 1 2 3 4 ou mais
- Rádio: 1 2 3 4 ou mais
- Toca CD: 1 2 3 4 ou mais
- Aparelho de DVD: 1 2 3 4 ou mais
- Videocassete 1 2 3 4 ou mais
- Geladeira simples 1 2 3 4 ou mais
- Geladeira duplex 1 2 3 4 ou mais
- Freezer 1 2 3 4 ou mais
- Computador: 1 2 3 4 ou mais
- Carro: 1 2 3 4 ou mais
- Motocicleta: 1 2 3 4 ou mais
- Máq. lavar roupa: 1 2 3 4 ou mais
- Banheiro: 1 2 3 4 ou mais

2. Formação:**2.1. Formação escolar de seu pai:**

- analfabeto
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- superior incompleto
- superior completo

2.2. Formação escolar de sua mãe:

- analfabeta
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- superior incompleto
- superior completo

2.3. Sua formação escolar:

- analfabeto
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo

2.4. Está freqüentando escola?

Sim se sim, em qual série está? _____

() não (por que não?) _____

2.5. Com que idade ingressou na escola? _____ anos

2.6. Você já foi reprovado? () sim () não. Quantas vezes foi reprovado? _____

2.7. Você saberia dizer por que foi reprovado?

2.8. Como era a escola em que estudou?

2.9. Você mudaria alguma coisa na escola?

2.10. Como você se relacionava com seus professores?

2.11. A escola traz a você lembranças boas? () sim () não
O que?

2.12. A escola traz a você lembranças ruins? () sim () não
O que?

3. Ambiente familiar:

3.1. Em relação a seus pais:

() moram juntos () não moram juntos

3.2. Em relação a seus pais:

conhece seu pai? () sim () não

seu pai está vivo? () sim () não

quantos anos têm seu pai ou com quantos faleceu? ____ anos

qual a ocupação de seu pai? _____

conhece sua mãe? () sim () não

sua mãe está viva? () sim () não

quantos anos têm sua mãe ou com quantos faleceu? ____ anos

qual a ocupação de sua mãe? _____

3.3. Você tem irmãos?

() Não

() Sim. Quantos? _____ Qual a idade deles? _____

Quantos moram com você? _____ Quantos trabalham? _____

3.4. Quando você sai de casa, costuma falar para seus responsáveis aonde irá?

() não

() sim. Por que? _____

3.5. Existem coisas que seus responsáveis não permitem que você faça?

() não () sim. O que?

3.6. Se você fizer coisas que seus responsáveis não permitem que você faça, o que eles fazem?

3.7. Quando você sai de casa, existe um horário estipulado para que retorne?
 não sim. Qual horário?

3.8. Quando você sai de casa e não retorna no horário estipulado o que acontece?

3.9. Você já fugiu de casa?

não sim. Por que? Para onde
 foi? _____

4. Condições de sobrevivência:

4.1. Qual é a soma da renda mensal aproximada de todas as pessoas que moram com você?

- sem renda
 1 salário mínimo
 2 salários mínimos
 3 salários mínimos
 4 salários mínimos
 5 salários mínimos
 6 ou mais salários mínimos

4.2. Você contribui para essa renda?

não sim. De que
 forma? _____

4.3. Você gosta desse trabalho? sim não Por
 que? _____

4.4. Onde já você trabalhou?

4.5. Que tipo de trabalho você gostaria de ter ou o que você gostaria de fazer?

4.6. O que você faz com o dinheiro que ganha?

4.7. Você considera que a renda das pessoas da sua casa é suficiente para a sobrevivência? sim não

4.8. Se você tivesse dinheiro, o que compraria ou faria?

4.9. Vocês recebem alguma ajuda externa para sobreviver? não. sim.

Se sim, qual?

 cesta básica. Quem fornece? _____ bolsa escola bolsa família vale gás outros _____**4.10. Em relação à casa em que você mora o que você se sente satisfeito?**

4.11. Em relação à casa em que você mora o que você se sente insatisfeito?

4.12. O que você gostaria que sua casa tivesse? Por que?

5. Ambiente de convívio social:**5.1. Em que bairro você mora?** _____**5.2. Há quanto tempo você mora lá?** _____**5.3. O que você acha de morar aí?****5.4. Você gostaria de morar em outro lugar?** sim não.

Onde? _____ Por que? _____

5.5. Você mudaria alguma coisa em seu bairro? sim não. O que?

5.6. Do que você sente saudade em sua infância?

5.7. Do que você não sente saudade em sua infância?

5.8. Você já presenciou algum ato de violência?

() não () sim.

Especifique. _____

Quem praticou? _____

5.9. Você já sofreu algum tipo de violência em casa?

() não () sim. Que tipo? _____

Quem praticou? _____

5.10. Você já sofreu algum tipo de violência fora de casa?

() não () sim. Que tipo? _____

Quem praticou? _____

5.11. Entre seus amigos você sabe informar se já sofreram algum tipo de violência?

() não () sim. Que tipo? _____

Quem praticou? _____

5.12. Entre seus irmãos você sabe informar se já sofreram algum tipo de violência?

() não () sim. Que

tipo? _____

Quem praticou? _____

5.13. Você já praticou algum ato violento?

() não () sim. Que

tipo? _____

Por que? _____

5.14. Com qual pessoa você considera que tem melhor relação em sua casa? Por que?

5.15. Com qual pessoa você considera que tem pior relação em sua casa? Por que?

5.16. Em relação às pessoas que moram com você qual ação/atitude acha bacana ou gosta? Quem é a pessoa?

5.17. Em relação às pessoas que moram com você qual ação/atitude não acha bacana ou não gosta? Quem é a pessoa?

5.18. Em relação às pessoas que você tem contato fora de casa qual ação/atitude acha bacana ou gosta? Quem é a pessoa?

5.19. Em relação às pessoas que você tem contato fora de casa qual ação/atitude não acha bacana ou não gosta? Quem é a pessoa?

5.20. No momento de lazer o que faz?

não tenho momento de lazer.

opções de lazer: _____

5.21. Que opções públicas de lazer você identifica em seu bairro ou na cidade?

piscina cinema show festas bailes praças

andar pela rua teatro

outras _____

5.22. Você é praticante de alguma religião? não sim. Qual?

evangélica católica espírita outra _____

5.23. Algum membro da sua família já cometeu algum ato infracional?

não sim. Qual parentesco? _____

Qual ato
 cometeu? _____

 Você considera que exerceu alguma influência em
 você? _____

5.24. Algum membro da sua família está ou esteve preso?

() não () sim. Qual parentesco? _____

Por qual

razão? _____

5.25. Algum amigo seu já cometeu algum ato infracional?

() não () sim. Qual ato

cometeu? _____

Foi antes ou depois de você ter

cometido? _____

Você considera que exerceu alguma influência em
você? _____

5.26. Algum amigo seu está ou esteve preso?

() não () sim. Por qual

razão? _____

6. Suas ações:**6.1. Tem filho?**

() não () sim. Quantos? _____ Qual idade? _____ Quantos anos tinha quando foi pai pela primeira vez? _____

6.2. Você fuma?

() não () sim. Quantos anos tinha quando fumou pela primeira vez? _____

6.3. Você toma bebida alcoólica?

() não () sim. Quantos anos tinha quando bebeu pela primeira vez? _____

() cerveja () vinho () pinga () vodka ()

outra _____

6.4. Consome ou já consumiu drogas?

() não () sim. Qual? () maconha () cocaína () crack ()

outra _____

Quantos anos tinha quando consumiu droga pela primeira vez? _____

Como você teve acesso à droga? _____

6.5. O que você sente quando consome droga?

6.6. O que é bom ao usar droga?

6.7. O que é ruim ao usar droga?

6.8. Como você consegue a droga?

6.9. O que mais gosta em você?

6.10. O que menos gosta ou não gosta em você?

6.11. O que acha que os outros mais gostam em você?

6.12. O que acha que os outros menos gostam ou não gostam em você?

6.13. Já fez algo que se arrependeu?

() não () sim. O

que? _____

6.14. Já se envolveu em briga fora de casa? Estava sozinho ou em grupo? Qual foi o motivo? O que aconteceu?

6.15. Quantos anos você tinha quando cometeu o primeiro ato infracional?
Qual ato você cometeu?-----

6.16. Você cometeu o ato sozinho? () sim () não.

6.17. Quem estava com você?-----

6.18. Você está sempre com essas pessoas? () sim () não

6.19. Você estava sob o efeito de droga? () sim () não

6.20. Como você se sentiu quando estava praticando ato?

6.21. O que passou pela sua cabeça quando estava praticando o ato?

6.22. Como foi que descobriram o que você havia feito?

6.23. O que você sentiu quando o levaram?

6.24. Quando seus responsáveis souberam o que você havia feito?

6.25. Como seus responsáveis reagiram quando souberam o que você tinha feito?

6.26. Como você avalia a reação deles?

6.27. Qual medida sócio-educativa você foi submetido após cometer o ato infracional?

6.28. Onde você cumpriu a medida?

6.29. Você considerou justa a medida aplicada? Por que?

6.30. Como você avalia o tratamento que recebeu nos locais em que passou desde que cometeu o ato infracional?

6.31. Você recebeu algum tipo de tratamento que não esperava após cometer o ato infracional? () não () sim. Qual foi? Qual(is) pessoa(s) foi(ram) responsável(is)?

6.32. Você acha que recebeu um tratamento digno ou se sentiu desrespeitado, humilhado após cometer o ato infracional?

6.33. Quando você cometeu o ato infracional estava consciente quais seriam as conseqüências?

() não () sim. Quais conseqüências você achava que teria? _____

6.34. Quais são seus sonhos para o futuro?

6.35. Quais as dificuldades que você vê na realização dos seus sonhos para o futuro?


6.36. Como você acha que vai ser seu futuro?

6.37. Se você tivesse poder, o que mudaria no mundo?

6.38. Existe alguma coisa a mais que queira dizer?

Muito obrigado pela sua atenção!!

Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido

	<p style="text-align: center;"> Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rodovia Washington Luís, km 235 – cx. Postal 676 Fone/fax: (16) 3351-8673 Endereço eletrônico: ppts@ufscar.br </p>
---	---

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O seu representado legal, adolescente _____, está sendo convidado para participar da pesquisa: **Estudo das políticas públicas aplicadas aos adolescentes em situação de risco.** Seu representado legal foi selecionado por se enquadrar na categoria adolescente em situação de risco e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento seu representado legal pode desistir de participar e o consentimento poderá ser retirado. A recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição (A pesquisa e o pesquisador não têm nenhum vínculo com o NAI ou o juizado). Os objetivos deste estudo são: Identificar o perfil dos adolescentes em situação de risco; avaliar a eficácia das políticas públicas que estão sendo aplicadas aos adolescentes em situação de risco. A participação de seu representado legal nesta pesquisa consistirá em: entrevista com o pesquisador a ser realizada em local combinado (residência do adolescente ou outro local adequado) com a anuência do representante legal. Os riscos relacionados com sua participação são: como sua participação na pesquisa consistirá em entrevista apenas, não se considera que haja riscos além dos relacionados à auto-estima. Os benefícios relacionados com a sua participação são: poderá ajudar a melhorar o trabalho futuro realizado com os adolescentes em situação de risco na cidade e em outras cidades do Brasil; você poderá se sentir bem sabendo que sua contribuição ajudará outras pessoas. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Somente o pesquisador terá acesso às informações da sua entrevista e quando a pesquisa for divulgada ninguém saberá seu nome. Os nomes de todas as pessoas serão trocados para que não possam ser identificados. As situações que você descrever na entrevista não serão divulgadas exatamente como falado na entrevista para que não se possa identificar a sua pessoa. Nenhuma informação será utilizada sem o seu consentimento e que não seja para os objetivos da pesquisa. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da Universidade do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Carlos Eduardo Guimarães
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal de São Carlos –UFSCar - Rodovia Washington Luiz, Km.
235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos – SP Fone: 3351-8673

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do meu representado legal na pesquisa e concordo com sua participação.

São Carlos, ____/____/____.

Adolescente participante * (assinatura)

responsável legal (assinatura)

Nome: _____

Nome: _____

* Quando o sujeito da pesquisa for criança, adolescente, ou pessoa com discernimento prejudicado pegar também a assinatura do pai/mãe ou responsável legal.

Anexo III – Pareceres do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
 Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
 Via Washington Luís, km. 235 - Caixa Postal 676
 Fones: (016) 3351.8109 / 3351.8110
 Fax: (016) 3361.3176
 CEP 13560-970 - São Carlos - SP - Brasil
propp@power.ufscar.br - <http://www.propp.ufscar.br/>

CAAE 0163.0.135.135-08

Título do Projeto: Estudos das políticas públicas em relação aos adolescentes em conflito com a lei: estudo de caso dos adolescentes atendidos pelo NAI

Classificação: Grupo III

Pesquisadores (as): Carlos Eduardo Guimarães, Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso (orientadora)

Processo nº.: 23112.004295/2008-21

Parecer N°. 034/2009

1. Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em ___/___/___ e ao término do estudo.

2. Avaliação do projeto

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar) analisou o projeto de pesquisa acima identificado e considerando os pareceres do relator e do revisor DELIBEROU:

Todas as pendências e exigências foram atendidas.

3. Conclusão:

Projeto aprovado

São Carlos, 25 de fevereiro de 2009.


 Prof.ª Dra. Cristina Paiva de Sousa
 Coordenadora do CEP/UFSCar



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA**

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Via Washington Luis, km. 235 - Caixa Postal 676

Fones: (016) 3351.8109 / 3351.8110

Fax: (016) 3361.3176

CEP 13560-970 - São Carlos - SP - Brasil

propq@power.ufscar.br - <http://www.propq.ufscar.br/>

CAAE 0163.0.135.135-08

Titulo do Projeto: Estudos das políticas públicas em relação aos adolescentes em conflito com a lei: estudo de caso dos adolescentes atendidos pelo NAJ

Classificação: Grupo III

Procedência: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Pesquisadores (as): Carlos Eduardo Guimarães, Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso (orientadora)

Processo nº: 23112.004295/2008-21

Parecer Nº. 160/2009

1. Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em ___/___/___ e ao término do estudo.

2. Avaliação do projeto

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar) analisou o projeto de pesquisa acima identificado e considerando os pareceres do relator e do revisor DELIBEROU:

O CEP considerou que as modificações solicitadas não alteram, em essência, o protocolo. Conforme o parecer anterior, o protocolo atende as normas éticas vigentes (Res. CNS 196/96 e complementares).

3. Conclusão:

Projeto aprovado

São Carlos, 3 de junho de 2009.


 Prof. Dra. Cristina Paiva de Sousa
 Coordenadora do CEP/UFSCar

Anexo IV – Autorização do Juiz da Vara da Infância e Juventude

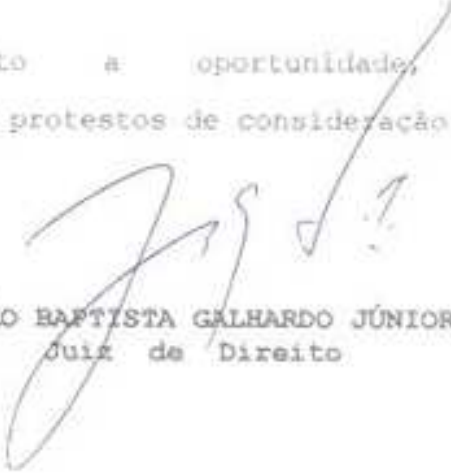
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
COMARCA DE SÃO CARLOS - SP

São Carlos, 25 de agosto de 2008.

Senhor Pesquisador:

Através do presente, em atenção aos ofícios que me foram encaminhados pela professora doutora Maria da Glória Bonelli, informo que autorizei as referidas pesquisas, mantendo a identidade do adolescente infrator sob sigilo, nos termos da lei, bem como autorizando a participação dos infratores e seus familiares quando estes assim concordarem.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Senhoria meus protestos de consideração.



JOÃO BAPTISTA GALHARDO JÚNIOR
Juiz de Direito

Ao
Ilmo. Sr.
PESQUISADOR CARLOS EDUARDO GUIMARÃES
SÃO CARLOS-S.P.

Anexo V – Artigos jornalísticos

Nas próximas páginas foram inseridos os artigos de jornal publicados no ano de 2009 tornando pública a disputa ocorrida entre as autoridades locais do município de São Carlos e o governo estadual cuja razão foram a instalação da Semiliberdade e da unidade da Fundação CASA.

Jornal Primeira Página

Polícia A11

Domingo, 05 de abril de 2009

Inauguração

Fundação Casa sairá até setembro

A Unidade da Fundação Casa de São Carlos, que está sendo construída em uma área com 6.543 m², localizada à rua José Andrielli, Chácara 48, do loteamento Chácara das Flores, deverá ser inaugurada em Setembro se as obras continuarem no ritmo em que está. A informação foi divulgada esta semana pelo Promotor de Justiça Marcelo Buffulin Mizuno, durante entrevista no programa Carlinhos Lima na Rádio Clube AM. O promotor disse que a informação foi passada a ele pela presidente da Fundação Casa Berenice Maria Gianella.

Alvo de muita discussão e polêmica entre representantes do Governo Municipal e do Estado, a obra chegou a ser notificada e embargada por fiscais municipais no ano passado.

A unidade que está sendo construída em São Carlos, segue o novo modelo de descentralização planejado pelo Estado onde se busca garantir que os jovens infratores sejam atendidos próximos de suas famílias e comunidades.

A unidade terá capacidade máxima para receber 56 adolescentes, 40 deles em internação e 16 em internação provisória. Com esta capacidade reduzida, é possível fazer um trabalho de atendimento individualizado com os jovens.

Esteticamente, as unidades lembram escolas, em contraposição à imagem prisional dos complexos da antiga Febem. Elas têm três pisos, com salas de

aula e recreação, dormitórios, consultórios médico e odontológico e uma quadra poliesportiva (no último andar). Para a segurança dos adolescentes, as casas são monitoradas por câmeras digitais.

A meta do Estado é construir 57 unidades de internação nas cidades do Interior e Grande São Paulo, segundo o site da Fundação, até agora 34 unidades casas já foram inauguradas.

Caderno: Polícia

Sexta-feira, 22 de maio de 2009.

Semi para adolescentes voltará em um mês

Jota Ribeiro Filho

A presidente da Fundação CASA, Berenice Giannella, confirmou durante Colóquio “Adolescentes em conflito com a lei: problema ou prioridade social?”, realizado na última terça-feira (19) na Uniara em Araraquara, que a unidade CASA de São Carlos será mesmo entregue entre os meses de setembro e outubro deste ano. O encontro reuniu diversas autoridades, juízes e promotores da Infância e Juventude. São Carlos esteve representado pelo promotor Marcelo Mizuno e pelo juiz Claudio do Prado Amaral. Outro anúncio feito durante o encontro foi a de que São Carlos passará a contar no prazo de um mês com o retorno da medida sócioeducativa de semi-liberdade. Só que agora a medida será desenvolvida nos moldes da Fundação CASA e não como era realizada anteriormente na cidade. Entre as mudanças está a instalação física. Em São Carlos, anteriormente a medida era cumprida em uma chácara localizada no Recreio São Judas Tadeu, onde segundo relatos dos próprios adolescentes não havia um controle rígido de entrada e saída. O local inclusive foi palco de um crime que revoltou a região no ano passado, o assassinato do educador do Salesianos Artur Carlos de Lima de 38 anos, ocorrido na noite de 11 de março. Lima foi executado a tiros no interior da chácara por um adolescente de 17 anos que cumpria medida na casa. O rapaz de 17 anos deixou a chácara e voltou depois de um tempo armado com revólver 38.

A nova unidade de cumprimento da semi-liberdade irá seguir as recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

(SINASE). A unidade deverá ter a concepção de uma residência, em área urbana e o mais próximo possível da rede sócio-assistencial, de fácil acesso para o adolescente e sua família.

O espaço da residência deverá comportar 20 adolescentes do sexo masculino e deve conter: quartos para comportar cinco adolescentes, três banheiros dois para (*sic*) o infratores e um para a equipe de trabalho) copa para refeições, sala de convivência, sala de atendimento individual, sala para administração, espaço para atividade pedagógica (multiuso), cozinha, lavanderia, almoxarifado e um espaço para a revista pessoal de quem entra e sai (*sic*) das casa.

Outra recomendação interessante é quanto à disposição dos adolescentes no quarto. A mesma deve ser realizada de forma a separar por compleição física, idade e considerando se o adolescente é proveniente de uma internação ou de primeira medida sócio-educativa. Segundo informações, falta ainda escolher um que local esta casa será instalada.

REINCIDÊNCIA – Durante o encontro ocorrido em Araraquara Giannella informou que a reincidência na medida socioeducativa de internação caiu de 16%, no final de 2008, para 14,18% nestes cinco primeiros meses do ano. A taxa de reincidência na internação é um dos termômetros do atendimento da Fundação. Em 2006, quando a antiga Febem ainda sofria com rebeliões e o atendimento não estava totalmente descentralizado, o índice era de 29%. De lá para cá, foram construídas 44 unidades na Capital e no Interior – 42 das quais com capacidade máxima para 56 adolescentes. Em 2007, o índice de reincidência já havia caído para 19% baixando para 16% do final do ano passado.

O índice foi um dos resultados demonstrados pela Fundação CASA no colóquio, no qual Berenice fez um balanço de gestão.

Caderno: Opinião

Domingo, 24 de maio de 2009.

A Saga Azarada da oposição são-carlense (4º capítulo: A Fundação Casa)

Newton Lima Neto (o autor, 56, doutor em Engenharia para USP, foi prefeito de São Carlos por dois mandatos (2001-2004/2005-2008)

Corriam os primeiros dias de dezembro de 2006. Aflito ao telefone, o Padre Agnaldo, então secretário municipal da Infância e Juventude, me informava que descobrira, ao ler o Diário Oficial do Estado, que o Tribunal de Contas analisava edital para construção de uma Unidade de Internação da Fundação Casa (antiga Febem) em São Carlos.

Surpreso, porque jamais havíamos recebido qualquer comunicação oficial sobre o assunto, fomos conferir. Infelizmente, apesar dos desmentidos da oposição, era verdade. Indiferente à notável, admirada e premiada atuação da nossa cidade na aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Governo do Estado impunha uma Unidade de Internação em terreno desapropriado para tal fim.

A comunidade, indignada, mobilizou-se. Câmara Municipal, vários conselhos (Tutelar, Municipal de Segurança, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Municipal da Juventude), além de várias personalidades e entidades empresariais e sociais manifestaram-se contra. Afinal, o reduzidíssimo número de jovens são-carlenses internados em outras cidades não justificava medida tão descabida. Além disso, não havia no país quem não reconhecesse que, com o advento do NAI e da semi-liberdade dos Salesianos, derrubáramos desde 2001 os índices de infrações cometidas por nossos jovens.

E qual foi o comportamento da oposição nesse episódio? De pronto, os dirigentes do PSDB municipal condenaram a obra. Relembremos as palavras do deputado federal Lobbe Neto, publicadas neste jornal em 10/12/2006: “São Carlos não tem vocação para receber uma Febem, pois tem outra mentalidade. Temos um modelo em São Carlos que é o NAI. Se precisarmos conversar sobre o NAI, vamos conversar. Se ele precisa ser expandido, vamos expandir”.

Já o presidente local do PSDB, Paulo Altomani, foi ainda mais longe. Em dezembro de 2007 afirmou também neste jornal: “Infelizmente o governo Serra tem alguns burocratas ou tecnocratas que fazem as coisas independente do entendimento político que precisa existir com as lideranças do partido. Aliás, é preciso falar com a própria Prefeitura da cidade que é quem governa o município. Queria dizer que goela abaixo nenhuma cidade recebe nada. Temos que priorizar o desejo de São Carlos, embora o governador seja do PSDB”.

Ter a oposição ao lado do Governo Municipal e de toda a cidade era bom demais para ser verdade. E, para azar da oposição são-carlense, o governador Serra foi mais uma vez intransigente e, da noite para o dia, mudou o discurso dos tucanos de São Carlos. Estes passaram, então, com argumentos pífios, a defender o falido e ultrapassado modelo de internação oficialmente vigente em nosso estado.

Ao passar a apoiar a unidade de internação da Fundação Casa, o PSDB voltou as costas para a cidade e seus jovens. De quebra, impediu que um novo modelo de internação – desenvolvido em conjunto com a Prefeitura, Salesianos, Vara da Infância e Juventude e entidades sociais –, pudesse ser implantado na sede do NAI, a ser construído no complexo de segurança com recursos do Governo Federal (processo de licitação já aberto).

Como resultado, a Fundação Casa será, lamentavelmente, inaugurada ainda em setembro deste ano na região próxima ao nosso pavilhão de eventos São Carlos Exposhow, trazendo consigo todas as conseqüências nocivas para os jovens internados e para a vida da nossa cidade. Para felicidade geral da oposição e goela abaixo dos são-carlenses.

P.S.: Para aqueles que insistem em defender o chamado novo modelo da Fundação Casa, é bom não esquecer que durante a última semana ocorreu mais uma morte de um interno na unidade Encosta Norte, no bairro Itaim Paulista, na capital. Outros 11 internos ficaram feridos após terem ateado fogo num dos quartos da unidade.

Caderno: Opinião

Sábado, 30 de maio de 2009.

A demagogia do Doutor Lima Neto

Lucas Tavares (jornalista e assessor de comunicação da Fundação CASA)

Recorrendo a argumentos ideológicos para tratar de tema que exige seriedade e apuro técnico, o engenheiro e doutor pela USP Newton Lima Neto usou este importante espaço do Jornal Primeira Página para desinformar a população no que tange à questão do atendimento ao adolescente autor de ato infracional.

Acadêmico de prestígio, Lima Neto pecou, em artigo que publicou, pela falta de critérios objetivos e científicos na análise do atendimento socioeducativo. Na contramão do bom senso, preferiu vestir a carapuça da demagogia.

Portanto, esclarecimentos se fazem necessários. Em primeiro plano, o ex-prefeito diz que a instalação de uma unidade de internação da Fundação CASA no município seria “descabida”, em face do “reduzidíssimo” número de adolescentes locais internados pela prática de atos infracionais.

Aqui está a primeira inverdade cometida pelo professor Lima Neto. A instalação de uma unidade do novo modelo adotado pela Fundação CASA é mais do que necessária em São Carlos. Afinal, o número de jovens que tiveram a medida socioeducativa de internação decretada pela Justiça saltou de 19, em maio de 2005, para 38 no mesmo período de 2009.

No mesmo artigo, mais adiante, um novo “equivoco” na análise do doutor. Escreveu ele: “com o advento do NAI e da semiliberdade dos Salesianos, derrubáramos desde 2001 os índices de infrações cometidas por nossos jovens”. Triste dizer, mas, como comprova o parágrafo acima, a marquetagem ideológica do ex-prefeito de São Carlos não conseguiu mudar a realidade fática.

É evidente, por outro lado, que o trabalho do NAI é válido. Tanto é verdade que o núcleo é gerido e custeado pela Fundação CASA, que lá mantém a maioria dos funcionários que trabalham no estabelecimento, fato que o senhor ex-prefeito lamentável e malandramente omitiu em seu artigo. Para se ter uma idéia, a CASA investe, anualmente, mais de R\$ 1 milhão na manutenção do NAI. Valor bem superior, diga-se, ao investido pela Prefeitura.

Trata-se. Sem dúvida, de um equipamento que agiliza o atendimento dos adolescentes, mas que não serve para aqueles que precisam dos recursos pedagógicos e do acompanhamento de uma unidade de internação. Por isso, estes jovens – 38 são-carlenses! – estão sendo atendidos em unidades distantes de seus lares. E é exatamente esta distância que será quebrada com o advento da unidade de São Carlos.

A Fundação CASA, diferentemente do que faz crer o ex-prefeito, mudou. São 44 novas unidades com capacidade máxima para 56 adolescentes – 40 em regime de internação e 16 em internação provisória. Esta nova concepção privilegia e possibilita o atendimento individualizado.

Neste modelo, a reincidência caiu de 29% para 14% nos últimos três anos e as rebeliões viraram coisas do passado. Porém, de maneira deselegante, numa tentativa de embaralhar a opinião pública, o doutor ainda citou a morte de um jovem em uma de nossas unidades, “esquecendo-se”, no entanto, de que a própria unidade de semiliberdade gerida pela Prefeitura local – um modelo de atendimento, segundo o ex-prefeito – registrou, em março de 2008, o assassinato de um monitor.

Caderno: Opinião

Domingo, 31 de maio de 2009.

A Saga Azarada da oposição são-carlense

Newton Lima Neto (o autor, 56, doutor em Engenharia para USP, foi prefeito de São Carlos por dois mandatos (2001-2004/2005-2008))

Sobre o artigo de ontem publicado neste jornal, do senhor Lucas Tavares, assessor de comunicação da Fundação Casa, apenas dois comentários:

1º) Se ele tivesse lido direito meu artigo perceberia que me referia ao reduzidíssimo número de jovens são-carlenses internados no período 2001-2007 (dados oficiais da Fundação Casa). Citar os números de hoje – cujo crescimento assustador exige explicações da própria Fundação Casa – é grosseira manipulação.

2º) Defender o modelo fracassado de internação do governo estadual que, como se sabe, está longe de recuperar os jovens infratores, isso sim é partidarizar o debate. Só falta esse senhor defender as cartilhas que o governo do Estado distribuiu aos alunos da 3ª série, contendo palavrões e insinuações sexuais.

A2

Domingo, 19 de julho de 2009.

Caderno Opinião

Lula, Serra e o municipalismo

Newton Lima Neto

Terminou com sucesso na última quinta-feira em Brasília a 12ª edição da Marcha dos Municípios. Como vem acontecendo desde que tomou posse em 2003, agindo diferentemente do que fazia seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, o presidente Lula compareceu acompanhado por 22 ministros para dialogar com prefeitos e prefeitas e, sobretudo, receber a pauta de reivindicações do municipalismo brasileiro.[..]

Na oportunidade, [Lula] invocando o testemunho do prefeito de São Paulo Gilberto Cassab (DEM), disse ainda o presidente: “Duvido que algum prefeito diga que foi destrutado por mim por pertencer a outro partido político. Agora, nós sabemos que tem gente que é discriminada, que tem governador que não faz a mesma prática... Nossa relação não pode ser perversa, pequena, de que onde tem amigo tem dinheiro e onde não tem é pão e água”. Mais uma vez o presidente foi ovacionado porque não há prefeito Brasil afora que deixe de reconhecer o comportamento republicano do presidente Lula. Já no Estado de São Paulo é sabido que os prefeitos de oposição ao governo são discriminados. E, quando ousam discordar do governador Serra, sofrem dura perseguição. O preço pago pela sociedade são-carlense ao se colocar contra a instalação da unidade da Fundação Casa (Febem) não nos dá direito nem sequer, ao pão e água.

A14

Domingo, 26 de julho de 2009.

Caderno: Polícia

Casa já abriria esgotada em São Carlos

Quantidade de menores internados pode começar a cair a partir da próxima terça-feira com a inauguração da Casa da Semiliberdade

Jota Ribeiro Filho

A unidade de internação da Fundação Casa de São Carlos, que está sendo construída na região da Chácara das Flores, às margens da rodovia Professor Luís Augusto de Oliveira (SP-215), se fosse inaugurada hoje, estaria já com sua capacidade esgotada. Foi o que apurou o Primeira Página na última sexta-feira com a assessoria de imprensa da Fundação. Atualmente existem 52

adolescentes de São Carlos cumprindo medidas sócio-educativas fora da cidade, desses 50 são medidas de internação e dois semiliberdade. A nova unidade tem capacidade para abrigar 56 adolescentes, sendo 40 vagas para internação e 16 internação provisória (custódia). A quantidade de menores internados pode começar a cair a partir da próxima terça-feira (28) com a inauguração da Casa da Semiliberdade no Centro da cidade (ver Box). A mesma irá comportar 20 adolescentes.

A unidade de internação deve mesmo ficar pronta em setembro, no máximo em meados de outubro. O prédio está sendo construído em uma área com 6.543 m², na rua José Andrielli, Chácara 48, no loteamento Chácara das Flores.

A unidade segue o novo modelo de descentralização planejado pelo Estado, no qual se busca manter os jovens infratores perto de suas famílias.

A unidade terá capacidade máxima para receber 56 adolescentes, 40 deles em internação provisória. Com essa capacidade reduzida, é possível fazer um trabalho de atendimento individualizado com os jovens.

Hoje, em todo o Estado de São Paulo existem 6.580 adolescentes cumprindo medida sócio-educativas de semiliberdade e internação.

Semiliberdade será entregue na terça-feira

A Fundação Casa entregará na próxima terça-feira (28) a unidade de semiliberdade de São Carlos. Diferente da antiga chácara da semi, localizada no Recreio São Judas Tadeu, a nova unidade funcionará em uma ampla casa localizada na rua Marechal Deodoro, 222, em frente à Escola Estadual Sebastião de Oliveira Rocha.

O espaço da residência comporta 20 adolescentes do sexo masculino e contém: quartos para comportar cinco adolescentes, três banheiros, copa para refeições, sala de convivência, sala de atendimento individual, sala para administração, espaço para atividade pedagógica (multiuso), cozinha, lavanderia, almoxarifado e um espaço para a revista pessoal de quem entra e sai da casa. A unidade São Carlos será a 26ª a entrar em funcionamento no Estado de São Paulo. A cerimônia de inauguração vai acontecer às 14 horas e contará com a presença já confirmada da presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella.

B5

Quarta-feira, 29 de julho de 2009.

Caderno: Polícia

Casa inaugura 24ª unidade em São Carlos

Presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella, esteve presente na inauguração da unidade de Semiliberdade

Jota Ribeiro Filho

A Fundação Casa inaugurou, ontem à tarde, a sua unidade de Semiliberdade em São Carlos. A inauguração contou com a presença da presidente da Casa, Berenice Giannella, do promotor público Marcelo Mizuno, do presidente do Centro de Educação e Formação do Adolescente (Cefa) “Professor Cida Silva César”, Vicente de Paula da Silva, dos secretários municipais Marcos Martinelli (Governo), Roseleine Mendes dos Santos (Cidadania e Assistência Social) e Roberto Ferreira de Menezes (Infância e Juventude) e demais autoridades civis e militares.

A solenidade foi iniciada pelo presidente do Cefa, Vicente de Paula da Silva. Ele explicou que a entidade a qual preside a um ano é filantrópica e tem como função proporcionar (*sic*) a criança e ao adolescente uma oportunidade de vida desenvolvendo projetos em conjunto com o município, Estado e a União. Atualmente o Cefa tem 446 participando de algum tipo de curso, 213 adolescentes desenvolvendo atividades dentro de empresas, 60 adolescentes no projeto SOS Bombeiros e agora terá mais 20 nesta nova parceria com a Fundação Casa.

“Hoje o Cefa está assumindo uma nova frente que é essa parceria com a Fundação Casa. Essa parceria, às vezes, o pessoal entende ela de uma forma errada, entende como um problema, o Cefa não entende isso como problema. Entendemos como solução e por isso que estamos aqui hoje mostrando para todos que a gente tem condição de fazer um trabalho bem feito, a gente acredita no adolescente”, disse Silva sobre a parceria com a Casa.

Ele demonstrou para todos os presentes sua decepção quando ficou sabendo que os vizinhos estavam se sentindo incomodados com a unidade que estava

sendo inaugurada naquele imóvel. “aí, quando você ouve um vizinho seu do espaço que a gente locou virar para você e falar que não acredita e não sabe por que surgiu esse problema, a gente mostra pra ele de onde surgiu o problema e mostra a solução. Às vezes não é a solução que ele quer ouvir. Infelizmente a associação dos moradores veio até nós porque eles querem marcar uma reunião com a gente para conversar a respeito dessa instalação. A gente marcou uma reunião, agora vamos conversar e explicar realmente qual é o nosso trabalho para eles conhecerem e poderem divulgar na cidade”.

Silva sinalizou agradecendo a confiança que a Fundação Casa deu ao Cefa e disse que ela é (*sic*) muita bem vinda a entidade.

Fundação Casa

Presidente frisa importância de ação

A presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella usou a palavra e iniciou explicando como funciona a unidade e fez uma comparação dos serviços que são prestados pelo Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e pela Fundação. Giannella disse que o NAI presta o primeiro atendimento ao adolescente infrator. “Em alguns locais, como é o caso de São Carlos, o adolescente em vez de ir para uma delegacia, vai para o NAI que é uma parceria da Fundação Casa com a prefeitura desde seu início. É um trabalho conjunto, só depois que se determina ou a internação provisória ou alguma outra medida como semiliberdade ou internação. Esse adolescente precisa de um local para ser encaminhado, então o NAI representa apenas essa pequena parcela inicial de atendimento que é importante”.

Ela também falou da construção da unidade de internação que deverá ser entregue em outubro. “Hoje não temos uma unidade de internação aqui em São Carlos. Os 56 jovens de São Carlos que estão cumprindo medida de internação, a cumprem em outros municípios, ou seja, estamos tirando a possibilidade dos jovens de São Carlos de serem atendidos próximos das suas famílias, pela comunidade local e a experiência desses quatro anos à frente da Fundação tem demonstrado que a descentralização é um sucesso. Eu tenho a absoluta convicção que ela é o principal motivo das mudanças positivas que aconteceram na Fundação”.

Ela encerrou explicando a todos os presentes que a Fundação não pode mais ficar mandando os infratores da cidade para outros municípios e pediu que a população entenda isso. “Os meninos de São Carlos precisam ser atendidos em São Carlos. Não dá mais a gente mandar esses meninos para Ribeirão Preto, Araraquara ou São Paulo. É importante que as pessoas entendam que o que a gente está fazendo não é trazer problemas para São Carlos. Nós estamos pegando esses meninos e deixando-os aqui no seu município. Nós temos certeza que a Prefeitura já tem um trabalho de longa data na área social e eu tenho certeza que a Prefeitura será uma grande parceira nossa no atendimento à família, no atendimento ao adolescente quando ele sair da Fundação para a inserção no mercado de trabalho; a gente tem certeza que essa unidade vai dar certo”.

Polêmica (sic)

Vizinhos reclamam de instalação de Semiliberdade

Jota Ribeiro Filho

Moradores vizinhos da nova unidade da Semiliberdade da Fundação Casa, inaugurada na tarde de ontem (28), revelaram aos órgãos de imprensa presentes à solenidade que não sabiam que a casa situada na rua Marechal Deodoro, 222, serviria como uma unidade da Fundação. O engenheiro Célio Augusto Cardinalli era um dos moradores indignados com a notícia. Ele disse que os moradores estariam entrando na Justiça para tentar reverter este quadro. Ele revelou que nem o dono do imóvel sabia que o prédio teria este destino. “Nós fomos pegos de surpresa, eu sou vizinho direto do prédio e o contrato de locação deste imóvel está em nome do Centro de Educação e Formação ao Adolescente (CEFA) para fins administrativos e cursos profissionalizantes, essa foi a alegação do contrato que consta como comercial e contrato comercial, segundo informação jurídica que a gente tem, depende de horário de funcionamento, não pode ser pernoite e muito menos um sistema prisional que é esse regime semi-aberto”.

Cardinalli disse que a informação que os moradores tinham era de que o Cefa iria manter um centro de formação e apoio a adolescentes e não a adolescentes infratores da lei.

“Nós achamos que estava sendo instituído aqui na região um centro de formação social para educação de adolescentes, por isso aceitamos. A gente tem aqui na frente a escola Sebastião de Oliveira Rocha, várias escolas de idiomas, o asilo, achamos que seria mais um, só que fomos pegos de surpresa ao lermos o jornal Primeira Página, no último domingo, de que na realidade isso aqui será uma unidade prisional de regime semi-aberto”.

Ele informou também que mantém amizade com o dono da casa e garantiu que ele também não sabia do uso que a mesma teria. “O proprietário alugou o imóvel para uma finalidade e o imóvel está sendo usado para outra finalidade. Ele não sabia, fui eu quem o comuniquei que a Fundação Casa estaria sendo estabelecida no imóvel dele. Ele tomou um choque no domingo, nós todos aqui estamos nos sentindo maridos traídos”.

Cardinalli deixou bem claro que não é contra a Fundação Casa, mas ele acredita que o local escolhido não é o melhor lugar para a instalação da semiliberdade. “Eu peço à população que esteja indignada, demonstre isso de alguma forma pelo modo que ela foi feita. Não é que somos contra a instituição, mas tudo tem o seu lugar, a sua hora e o seu momento”.

Contraponto

Presidente do Cefa alega que local é escola

Jota Ribeiro Filho

O presidente do Centro de Educação e Formação ao Adolescente (Cefa) “Professor Cid Silva César”, Vicente de Paula Silva, disse à reportagem que apenas um vizinho se pronunciou e que o proprietário do imóvel ainda não havia entrado em contato com a entidade.

Ele não concorda em chamar a unidade de um espaço de cumprimento de medida sócio-educativa, mas sim de um espaço educacional. “Na verdade não existe o espaço de semiliberdade, na verdade aqui é um espaço educacional, é uma escola, isso não é um presídio, nós vamos aqui educar um jovem”, falou. Ele admitiu que não informou o que seria feito na casa porque, senão, correria o risco de não fechar o contrato de locação. “Na verdade isso aqui é uma instituição educacional, realmente não foi informado isso para eles porque se informássemos a gente não teria essa possibilidade de fechar esse contrato. A

gente gostaria que esse vizinho, toda a vizinhança que encara de forma errônea o que é a Fundação Casa aqui dentro, para que na próxima segunda-feira eles viessem aqui na parte da manhã, tomar um café com a gente para a gente explicar que isso aqui não irá trazer transtornos ou problemas para eles”, explicou.

Silva também garantiu que toda a documentação da Casa está em ordem para seu pleno funcionamento. Ele confirmou que o proprietário sabia que ali será uma locação comercial e explicou que não tinha necessidade de informar qual a atividade seria realizada no prédio. “o contrato não reza isso, não existe a necessidade de o contrato reza isso, o que vai ser no espaço, um espaço comercial no caso nosso, espaço educacional, não existe uma a necessidade de uma informação como essa ao proprietário. O espaço não vai ser depredado, a segurança da vizinhança não será colocada em risco de forma alguma. Então não existe em um contrato de locação, feito através de uma imobiliária, a necessidade de citar o que será feito aqui dentro, aqui não é nada ilegal, não é nada ilícito”, falou Silva.

Ele salientou que mais problemático é abandonar um adolescente na rua do que assisti-lo e acompanhá-lo dentro de uma casa 24 horas por dia. “É muito mais problemático, às vezes, esse adolescente ser jogado na rua e não ter uma solução para ele do que ter esse adolescente dentro de uma casa controlada 24 horas por dia. A casa vai ser toda monitorada por câmeras e sensores. Esse adolescente não é obrigado a ficar dentro da casa, ele vem para cá cumprir o regime dele, não é um adolescente violento. Esse adolescente, que qualquer um encontra ele na rua, ele não vai ser mais um problema no bairro, o bairro está encarando o espaço como um problema e não vai ser, esse espaço causa menos problemas, às vezes, uma república, uma indústria ou empresa, esse é um espaço controlado”.

CASA – A presidente da Fundação Berenice Giannella foi questionada pela reportagem sobre o impasse. Ela disse que não sabia do problema e que se de fato houver, cabe ao Cefa resolvê-lo. “Eu desconheço esse fato, foi o Cefa que fez a locação do imóvel e eles vão tratar desse assunto. As pessoas precisam entender que os jovens que vão ficar aqui são os adolescentes do município que transitam pela rua e que agora vão ficar aqui dentro, são aqueles que praticaram crimes mais leves”.

Caderno Política

Quinta-feira, 13 de agosto de 2009.

“Panelaço” ocorrerá no dia 22 de agosto

População segue mobilizada contra a semiliberdade da Fundação Casa que foi instalada no centro

Renato Chimirri

O vereador Edson Fermiano (PR) confirmou ontem, 11, que os moradores da região onde está instalada a Semiliberdade da Fundação Casa promoverão um protesto que vem sendo chamado de “panelaço” no dia 22 de agosto. “Os moradores promoverão um protesto pacífico contra aquilo com que não concordam”, disse.

A unidade de Semiliberdade, gerida pelo CEFA “Professor Cid da Silva César” e inaugurada no dia 28 de julho, pelo governo José Serra (PSDB), vem tendo sua localização – na rua Marechal Deodoro No 222 – contestada por moradores vizinhos. A contestação ganhou força na terça-feira, 11, quando uma moção de apelo do vereador Edson Fermiano foi aprovada por unanimidade, inclusive pelos tucanos, contra a instalação da Semiliberdade naquele local.

Fermiano explica que a manifestação deve ocorrer às 15 horas do dia 22 de agosto e será em frente à unidade de Semiliberdade. “Inclusive a adesão da população ao protesto vem sendo grande e de maneira pacífica, pois ninguém quer gerar nenhum tipo de confusão”, observou.

A reportagem apurou que os moradores da região estão confeccionando panfletos convocando a população para a manifestação contra a Semiliberdade. “Os moradores esperam ser atendidos no seu pleito de ver essa unidade instalada num local apropriado, ninguém é contra a instalação, mas desde que exista diálogo entre as partes e, neste caso, isso não ocorreu”, ponderou.

Segundo o vereador a unidade não dispõe de alvará de funcionamento para as finalidades a que se destina. Ele disse que a certidão datada de 3 de junho, obtida pela CEFA junto à Secretaria Municipal de Habitação e

Desenvolvimento Urbano para instalar-se na Zona 1 – ocupação induzida, disciplinada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento (Lei No 13.691/05), se refere apenas à instituição de assistência social sem fins lucrativos “desde que atenda às determinações das legislações municipais relativas às medidas mitigatórias necessárias para eliminar incômodos que possam ser geradas pelas atividades do estabelecimento”.

Fermiano pondera que o Plano Diretor prevê Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) para este tipo de serviço. “O Código Civil estabelece que o proprietário ou possuidor de prédio tem direito de cessar interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e saúde provocadas pela utilização de propriedade vizinha é artigo 1277”, finaliza.

Sexta-feira, 14 de agosto de 2009

Manchete principal: Fundação Casa sai da rua Marechal

A3

Caderno Política

Cefa anuncia saída de Semiliberdade do Centro

Prefeito Oswaldo Barba explicou que um novo local será procurado pelo Cefa com o apoio da Prefeitura

Renato Chimirri

O prefeito Oswaldo Barba (PT) anunciou na tarde de ontem, 13, que a unidade de Semiliberdade da Fundação Casa em parceria com o Cefa “Cid da Silva César” não será mais instalada na rua Marechal Deodoro, 222, no Centro de São Carlos. O local chegou a ser inaugurado pela diretora-presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella, porém, o Cefa decidiu que procurará outro lugar onde o serviço possa ser executado com tranquilidade. No dia de ontem, o representante do Cefa, Vicente Paula da Silva, disse que uma reunião marcada para terça-feira, 18, decidirá qual o melhor lugar para a Semiliberdade. Apesar da pressão popular, Silva voltou a destacar que a região onde seria a Semiliberdade é uma zona mista e não uma zona residencial como alegaram alguns moradores.

A definição do prefeito Oswaldo Barba para a atitude do Cefa foi a de que “agora o caminho está sendo o mais correto”. Barba explicou que a prefeitura ajudará o Cefa na localização de um lugar que seja ideal para receber a Semiliberdade, sem que a entidade sofra pressão externa. “Tudo deve acontecer com respeito aos jovens e a vizinhança”, disse.

Reiterando o apoio dado ao Cefa, Barba definiu o centro como parceiro antigo do município que merece todo o apoio da Prefeitura, pois o governo entende que a Semiliberdade é fundamental para o município. “Nos sete meses que ficamos sem a Semiliberdade nossos jovens foram levados para outras cidades e até para o regime fechado”, afirmou.

Oswaldo Barba reiterou que São Carlos é completamente a favor da Semiliberdade no processo de recuperação dos adolescentes que cometem infração. O prefeito revelou inclusive que o próprio Ministério Público iria pedir na Justiça a interdição do local onde seria a Semiliberdade. Entretanto, Barba revelou que isso não precisou ser feito, pois a decisão do Cefa de se instalar num local mais apropriado tem o apoio e terá o auxílio da Prefeitura. Barba ressaltou que um dos locais que podem receber a Semiliberdade é a própria chácara Lucas Perroni Jr, onde existia o convênio com os Salesianos que no ano passado não foi renovado pelo Governo do Estado. Naquele local, ocorreu o assassinato de um dos monitores dos menores.

Barba fez questão de destacar que a Fundação Casa tem o costume de implantar a revelia das leis municipais suas unidades nos municípios. “Isso é prática deles”, disse.

FORÇA – O presidente da Câmara Municipal, Lineu Navarro (PT), disse que a audiência pública que estava marcada para hoje no legislativo irá ocorrer e que os vereadores querem discutir o assunto com as entidades e também com a sociedade.

Lineu destacou que a pressão popular foi fundamental para que o Cefa revisse a decisão de se instalar naquele lugar. Os vereadores Dé Alvim (PT) e Edson Fermiano (PR) que apoiou desde o início a iniciativa dos moradores para retirar a Semiliberdade da rua Marechal Deodoro, 222, também esteve no evento.

Sábado, 16 de agosto de 2009.

Opinião

A mobilização venceu o descaso

Newton Lima Neto

Parece incrível, mas o Governo do estado aprontou mais uma contra São Carlos. A inauguração, sem alvará de funcionamento da prefeitura, da nova unidade da Semiliberdade da Fundação Casa (ex-Febem), mais uma vez demonstra o descaso e o desprezo do governo estadual com nossa cidade.

O que era para ser comemorado – o reinício de uma indispensável medida sócioeducativa para a recuperação de jovens em conflito com a lei, meses depois de ser interrompida em decorrência da não renovação do convênio com os Salesianos -, transformou-se num pesadelo.

Isto porque a Fundação Casa instalou a Semi num local inapropriado, sem o estudo de impacto de vizinhança e em flagrante desrespeito para com os moradores e o poder público municipal. Recorde-se que o mesmo acontecera com a Unidade de Internação. Às escondidas, a Fundação Casa contratou inicialmente a obra para um terreno no Distrito Industrial “Miguel Abdelnur”, confrontando-se com o Plano Diretor Municipal e provocando a reação contrária dos industriais vizinhos. Como um dos afetados era o empresário e presidente local do PSDB, o esperneio junto ao governador Serra, devidamente respaldado pelos deputados Lobbe e Massafera, deu resultado e a obra foi transferida para outro local (Chácara das Flores), igualmente inadequado e à revelia da prefeitura e da sociedade são-carlense. O escárnio é de tal ordem que, até o momento e com o prédio quase concluído, o governo estadual não providenciou ainda a regularização daquela construção, apesar do embargo inicial das obras e das freqüentes notificações encaminhadas pela prefeitura.

Marginalizada do processo de implantação da Semiliberdade, a população da região do Santa Mônica mobilizou-se pela transferência da unidade inaugurada no final de julho. A repercussão foi tal que a Câmara Municipal, por proposição do vereador Edson Fermiano, aprovou unânime moção de apoio aos moradores e seu presidente Lineu Navarro convocou audiência pública sobre o assunto na tarde da última sexta-feira. O resultado não

poderia ter sido melhor: a Semi será transferida para outro local, graças à pressão popular.

A solução do impasse foi construída a partir da interveniência positiva do prefeito Oswaldo Barba e da atuação de três conselheiros municipais (de Defesa da Criança e do Adolescente, Tutelar e de Assistência Social) que, aliadas ao bom senso da direção do CEFA – respeitada entidade filantrópica são-carlense responsável pela administração da Semi -, resolveram a questão.

Isso porque, se dependesse da contumaz intransigência da Fundação Casa (demonstrada em nota na última quinta-feira, 13/08) e da omissão dos deputados tucanos neste caso, a cidade sairia mais uma vez perdendo com a lambança patrocinada.

Espero que a definição do novo local, agora a partir dos indispensáveis procedimentos democráticos e legais, se dê com rapidez para que o CEFA possa iniciar a recuperação desses meninos. E isso é o mais importante dessa história toda.

Caderno: Política

Sábado, 16 de agosto de 2009

Ex-Febem

Audiência pública avalia mudança como positiva

A Câmara Municipal realizou na tarde desta sexta-feira uma audiência pública, para tratar da questão da unidade da Fundação casa (ex-Febem), cuja retirada do imóvel localizado na rua Marechal Deodoro 222 foi anunciada na véspera pelo presidente do CEFA “Cid Silva César”, Vicente de Paula e Silva. Durante a audiência o vereador Edson Fermiano (PR) fez uma avaliação positiva do episódio e comentou que “foi uma vitória da democracia e do estado de direito”. “É a vitória dos moradores da região que lutaram contra a instalação da semiliberdade”, acrescentou. A seu ver, o CEFA “infelizmente errou em escolher o local para atender os 20 adolescentes infratores, mas reconheceu o erro e corrigiu a tempo”.

O presidente do legislativo Lineu Navarro (PT), comentou que o assunto da ex-Febem mudou de foco, “pois há três dias atrás o problema era a instalação

da semiliberdade no local inadequado e com a declaração do presidente do CEFA na última quinta-feira que a Fundação Casa não iria mais se instalar na região central pela rua Marechal Deodoro o foco da audiência passou a ser onde será instalado a semiliberdade da Fundação Casa. Lineu destacou também que não é (sic) contrario à instalação da semiliberdade em São Carlos “desde que o local seja adequado e favorável a instalação da unidade”.

O presidente do Cefa, Vicente Paula Silva, se desculpou pelo transtorno causado e disse que a intenção é ajudar e trabalhar com o jovem infrator para que ele possa retornar à sociedade. Segundo Vicente, no dia da inauguração da semiliberdade um morador chegou (sic) ate ele e disse: “Eu não quero o lixo da sociedade próximo da minha casa”. Devido às críticas, resolveram então entregar a residência, mas pediu uma solução de onde poderá ser instalada a semiliberdade em São Carlos.

Estiveram presentes na audiência (sic) publica os vereadores José Alvim Filho (PT), Julio Cesar (DEM), Laíde Simoes (PMDB), Ditinho Matheus (PMDB). Compareceram o secretário municipal de governo Marcos Martinelli, secretário municipal especial de Infância e Juventude, Roberto Menezes, a secretária municipal de Cidadania e Assistência Social Rosilene Mendes dos Santos, o conselheiro municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Carlos Alberto Caromano e moradores da região onde estava instalada a unidade da ex-Febem.

Uma solução para o impasse na instalação da unidade no município será buscada em reunião marcada para a tarde da próxima terça-feira na Prefeitura Municipal.

B4

Caderno Polícia

Sexta-feira, 11 de setembro de 2009.

MP interdita prédio da Semiliberdade

Ordem foi cumprida pelos fiscais da Prefeitura por volta das 18h de ontem; juiz da Infância e Juventude deverá ser consultado pela entidade sobre destino de menores da Semiliberdade

Jota Ribeiro Filho

A polêmica que envolve a instalação da unidade da Semiliberdade da Fundação Casa em São Carlos ganhou mais um capítulo na noite de ontem. Após denúncia de que o prédio localizado na rua 7 de Setembro, 1777, no Centro já estaria em funcionamento, o Ministério Público, através do promotor de Justiça, Sérgio Domingos de Oliveira, mandou a Prefeitura Municipal interditar o local. A ordem foi cumprida pelos fiscais da Prefeitura por volta das 18h.

O promotor esteve na parte da tarde vistoriando o local e constatou a veracidade das denúncias. Foi verificada a existência da ficha de entrada e saída de adolescentes, bem como cartazes indicando o local onde as medidas são cumpridas no interior da casa.

Segundo o documento expedido pelo MP, há pelo menos cinco dias o prédio estava sendo ocupado por cinco adolescentes infratores. Como o Cefa não podia desocupar o imóvel devido à permanência destes menores, tal atitude só poderia ser tomada por ordem da Vara da Infância e Juventude. Não restou aos fiscais municipais outra coisa a não ser registrar no Plantão Policial um boletim de desobediência. O Primeira Página acompanhou o trabalho da equipe da fiscalização que chegou para cumprir a decisão judicial por volta das 18h.

Após a chegada da reportagem e da PM, o movimento de diretores aumentou consideravelmente no local.

À noite, o Primeira Página conversou com a procuradora-geral do Município, Carolina Garcia Batista e o secretário municipal da Habitação, Alberto Engelbrecht.

A procuradora informou que o Cefa assumiu o compromisso de não colocar o imóvel da rua 7 de Setembro em funcionamento antes de obter o alvará de funcionamento da Prefeitura Municipal. Na quarta-feira, a Prefeitura teve a denúncia de que havia no local cinco menores abrigados cumprindo medida socioeducativa no prédio sem ter o alvará.

“Nesta quinta-feira o promotor Sérgio Domingos de Oliveira fez uma vistoria na unidade e com a presença de um fiscal da Prefeitura constatou a presença de menores abrigados”, disse Carolina. Ela informou que caso a Prefeitura não cumprisse ontem a ordem, ela (Prefeitura) poderia ser alvo de uma ação judicial.

Ela também explicou que o Cefa informou que não tinha como retirar os adolescentes que já cumprem medida no prédio sem a ordem do juiz da Infância e Juventude e por isso a entidade ia descumprir o auto de interdição da Prefeitura. “Por conta disso, o fiscal da Prefeitura solicitou a presença da Polícia Militar para estar lavrando um boletim de ocorrência e registrando esse fato para preservação de direitos e agora amanhã (hoje) vai ter que se definir o que será feito com esses menores. É uma questão que realmente envolve o juiz da Infância e Juventude que deverá ser consultado pela entidade”.

Já o secretário Alberto Engelbrecht explicou que o Cefa protocolou parte dos documentos solicitando o Alvará de Funcionamento no último dia 28 de agosto. O processo já está em análise, restam ainda documentos como o alvará do Corpo de Bombeiros e o relatório de impacto da vizinhança.

O prazo legal que a Prefeitura tem para expedir o alvará é de até 45 dias, isso se o solicitante, no caso em questão o Cefa, apresentar toda a documentação em ordem, porém o secretário admitiu que por ser uma questão polêmica, os conselhos municipais envolvidos diretamente com o assunto deveriam se reunir o mais breve possível para decidir se o local é ou não apropriado para a instalação da unidade da semiliberdade. A reportagem tentou conversar com algum representante do Cefa, mas não teve sucesso.

B3

Caderno Cidades

Domingo, 13 de setembro de 2009.

Fundação Casa deve obedecer Plano Diretor

Moradores apontaram a falta de alvará para funcionamento e sustentaram que novamente não se atentou ao impacto de vizinhança.

A exemplo do que ocorreu com relação ao imóvel da rua Marechal Deodoro, que foi desocupado pela Fundação Casa após pressão popular, também os moradores da rua Sete de Setembro, nas proximidades do número 1777 não querem o funcionamento da semiliberdade nesse endereço. Um abaixo-assinado foi entregue ao vereador Edson Fermiano (PR), que elaborou moção

na Câmara Municipal, manifestando apelo para que seja revista a localização da unidade. Os moradores apontaram a falta de alvará para funcionamento e sustentaram que novamente não se atentou ao impacto de vizinhança. Na quinta-feira (10), por determinação do Ministério Público, foi interditado o prédio alugado pelo CEFA para abrigar a unidade.

Na moção, Fermiano observa que os moradores das imediações consideram o local inapropriado para receber os 20 adolescentes da cidade e municípios que fazem parte da 12ª Circunscrição do Poder Judiciário Paulista.” Ali residem idosos e crianças, além disso, está localizado perto do Teatro Municipal de São Carlos e das futuras instalações da Creche Mãe Comerciária”.

Também aponta a legislação que assegura prioridade à segurança e ao sossego, “bem como, a lei ainda em vigor que proíbe a construção ou instalação de unidade de internação de adolescente em todo território do Município”. A implantação da unidade da Fundação Casa nesse local irá ferir dispositivos legais”, adverte.

A manifestação reitera a necessidade premente para a elaboração do relatório de impacto de vizinhança que sejam ouvidos os Conselhos Municipais envolvidos diretamente com o assunto, e também os moradores e freqüentadores dos arredores da casa onde possivelmente será instalado o regime de Semiliberdade. “Vê-se com meridiana clareza que o local não é apropriado para instalação da referida Unidade, afrontando visivelmente o impacto de vizinhança”, declara Fermiano, ao pleitear que a unidade de semiliberdade seja instalada “em local compatível com o Plano Diretor do Município de São Carlos, a fim de que se preserve o direito dos moradores de residências circunvizinhas à necessária tranqüilidade”.

B5

Caderno: Polícia

Terça-feira, 15 de setembro de 2009.

Juiz assegura Casa da Semi por 30 dias

Decisão foi proferida no sábado pelo Juiz da Infância e Juventude; ofício foi encaminhado ao prefeito Oswaldo Barba ontem pelo juiz substituto

O Juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos, Cláudio Prado do Amaral, determinou, no último sábado (12), a reabertura da unidade da Semiliberdade da Fundação Casa, instalada na rua 7 de Setembro, 1777, Centro, e garantiu o funcionamento da mesma por mais 30 dias, até que se regularize a sua documentação junto aos órgãos públicos municipais. Com isso, a Cefa “Professor Cid Silva César” ganha um tempo para poder trabalhar e providenciar as documentações exigidas. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa da Fundação Casa e secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal.

A reportagem teve acesso ao documento assinado pelo juiz. Composto por seis páginas, o juiz criticou a atitude tomada pelo promotor de Justiça, Sérgio Domingos de Oliveira, que determinou a interdição da Casa na quinta-feira passada. Nele consta: “Que o imóvel não foi interditado por falta de condições de segurança ou por ausência de relatórios e estudos de impacto sobre vizinhança ou ambiental. A informação prestada é unicamente, frise-se, ausência de alvará municipal de funcionamento”.

O documento frisa ainda que o representante do Ministério Público que efetuou a visita “nada informou, tampouco (sic) a municipalidade, nem (sic) o Promotor de Justiça que atua junto a esta Vara da Infância e Juventude”.

O juiz critica também o fato de nem ele ter sido comunicado da decisão tomada na quinta-feira passada, por esta razão restou a ele a única informação passada oficialmente que foi por intermédio da direção da unidade da Semi.

Uma outra observação feita pelo juiz em seu despacho é quanto à localização do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), situada apenas “alguns quarteirões distantes da unidade de semiliberdade”.

O juiz também destacou que (sic) não esta não foi a primeira vez que impediram a unidade de funcionar. “Não é a primeira vez que a unidade é impedida de funcionar. Em data recente, já inaugurada, por solenidade inclusive, sofreu pressão de setores sociais diversos e sequer chegou a ser instalada. Não se discute aqui os motivos daquele evento, nem isso é cabível. Mas, é cabível, sim, pontuar que um novo formal impedimento cria aura de rejeição social projetada contra os adolescentes incluídos em medidas sócio-educativas de semiliberdade, no contexto de ausência de risco acima referido e precedido de amplo espaço de dialogar para a instalação”.

Amaral ainda invocou os poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto da Criança (sic) Adolescente (ECA) em que cita que cabe ao juiz da Infância e Juventude fiscalizar a unidade de semiliberdade, inclusive interditando-a. “Uma vez que é permitido o mais, é também permitido o menos e nada obsta deferir o funcionamento em caráter provisório”.

Amaral encerrou o despacho informando que irá ainda investigar as condições concretas em que se deu o fechamento da unidade na semana passada.

O ofício foi encaminhado para o prefeito Oswaldo Barba ontem pelo juiz substituto Robson Barbosa Lima.

MP MANDOU INTERDITAR – a Casa da Semiliberdade, localizada na rua 7 de Setembro 1777, no Centro, havia sido interditada pela Prefeitura Municipal na última quinta-feira (10) por determinação do Ministério Público, através de decisão tomada pelo Promotor de Justiça, Sérgio Domingos de Oliveira. Tal determinação se deu porque a casa estava abrigando cinco adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas, sem estar devidamente regularizada perante os órgãos municipais, isto é, sem o alvará de funcionamento.

B1

Cidades

Quinta-feira, 24 de setembro de 2009.

“NAI não tem alvará”, denuncia Arcerito

Diretor da Fundação Casa revela que programa tido como modelo não tem atestado da Vigilância Sanitária e muito menos o estudo de impacto de vizinhança

Marco Rogério

O diretor da unidade de semiliberdade da Fundação Casa que funciona na rua Sete de Setembro, ao lado do Teatro Municipal, José Luís Arcerito, esteve visitando a redação do Primeira Página anteontem e fez uma revelação que deve surpreender a toda a sociedade São-carlense. De acordo com ele, o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), propalado como um projeto modelo para cuidar do menor infrator e que funciona à rua Marechal Deodoro, na região central da cidade, não tem alvará. Nesta entrevista ele também fala da

exclusão que parte da sociedade deixa clara ao não aceitar a implantação do núcleo de semiliberdade no centro do município.

PRIMEIRA PÁGINA – O que falta para que a unidade de semiliberdade da rua Sete de Setembro tenha o alvará de funcionamento?

JOSÉ LUÍS ARCERITO – Na verdade não falta mais nada. Os documentos necessários já foram conseguidos, como o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e também o atestado da Vigilância Sanitária e o estudo de impacto de vizinhança está pronto. Tudo isso foi entregue. Tanto a Fundação Casa quanto o Cefa, que é a entidade parceira, já cumpriram com suas obrigações. Falta somente a prefeitura cumprir a parte dela e entregar o alvará de funcionamento da casa. As coisas estão prontas e estamos apenas aguardando a manifestação da prefeitura.

PP – Quantos menores serão atendidos naquele núcleo?

ARCERITO – A unidade de semiliberdade vai receber no máximo 20 adolescentes que vão receber a medida socioeducativa de semiliberdade.

PP – Porque a unidade de semiliberdade tem que estar na região central?

ARCERITO – A questão de ser no centro é para facilitar a integração dos adolescentes junto aos serviços públicos, como transporte público, serviço de saúde pública, serviço de educação pública. O centro facilita o acesso do adolescente aos serviços. Além disso, temos que favorecer a inclusão social do adolescente. A semiliberdade não é uma unidade de regime fechado. O adolescente deve ser incluído na sociedade, participando dos serviços e deve também sentir, porque as coisas falam, uma coisa fala sem a palavra.

PP – Explique melhor isso.

ARCERITO – Se o adolescente é colocado à margem da cidade, em um local afastado, ele vai interpretar aquilo como exclusão. Então, daí a importância incluir o adolescente também num local, a partir do local onde a medida é executada. Então, é importante que seja numa residência, que seja uma casa. É importante que esta casa esteja bem localizada, que favoreça a utilização dos serviços públicos. E é daí que a gente procura uma casa, como manda a lei, como manda o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo) que diz que a Casa de semiliberdade deve estar em região de zoneamento misto, onde haja residências, serviços, comércio, escolas, etc. A

gente está seguindo a determinação tanto do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto do Sinase. É por isso que tem que funcionar no centro da cidade. Assim como também é o NAI, que aplica medida sócio-educativa e também está na região central de São Carlos. Então, é igual. Se o NAI pode ser no centro, a unidade de semiliberdade também pode ser no centro, até porque o adolescente em semiliberdade não está preso, não está internado, mas sim num regime especial de acompanhamento sócio-educativo.

PP – Como o senhor vê pessoas que tem uma retórica de fraternidade e amor querendo que esse adolescentes sejam colocados na Amazônia ou na Lua?

ARCERITO – Essa é a exclusão de fato. As pessoas têm um discurso religioso, participam de cultos e etc e tal, lêem a Bíblia, participam de religiões, têm discurso humanitário e etc. Mas na hora do vamos ver, que tem um problema concreto, para facilitar a inclusão de uma pessoa na vida da sociedade, estas pessoas querem que este problema esteja o mais longe possível da vida deles, da casa deles, da circulação deles na cidade. Na prática, o que He é uma exclusão, que não resolve nenhum problema da sociedade, muito menos o de adolescentes em conflito com a lei.

PP – O senhor chegou a ler o despacho do juiz Cláudio Amaral, que reverteu a interdição da sua unidade quando ele fala da rejeição social?

ARCERITO – Ele (o juiz Cláudio Amaral) foi coerente inclusive com o seu trabalho. O juiz da Infância e da Juventude é que vai julgar e precisa dos equipamentos públicos para a execução da sentença. Se o juiz dá a sentença de semiliberdade e não há o espaço educativo para se cumprir a determinação, o trabalho do juiz no campo do direito e da legislação fica brecado. Ele foi incisivo no que falou. Ele inclusive disse que quem interditou a casa sequer teve a pachorra de comunicá-lo. Então, nem o promotor da Infância e Juventude nem o juiz de Infância e Juventude, que são as autoridades competentes até para a interdição de um projeto sócioeducativo, foram sequer comunicados de uma possível interdição. Houve atropelo realmente das autoridades da área. E no despacho do juiz ele reclama com palavras educadas, mas reclama da falta de comunicação e da surpresa da decisão de se interditar a casa.

PP – Ele foi incisivo e duro na sua decisão.

ARCERITO – Ele cita que houve uma primeira rejeição no primeiro endereço e está havendo uma nova rejeição no segundo endereço. Em sua análise no processo, o juiz indica que isso está tomando ares de exclusão social. Isso merece estudo e decisão competente para que este tipo de exclusão e rejeição seja bloqueado.

PP – O NAI sofreu uma fiscalização tão rigorosa como está sofrendo esta unidade da Fundação Casa para poder funcionar?

ARCERITO – Nesta questão de documentação necessária para o funcionamento do projeto, a semiliberdade já tem os documentos necessários. Então, se formos fazer uma análise mais profunda vamos saber que o NAI, o Núcleo de Atendimento Integrado, nesta parte documental também não está em dia. Nunca esteve. O auto de vistoria do Corpo de Bombeiros só existe e foi conseguido em 2008 e só existe porque a Fundação Casa pressionou tanto o juiz da Infância e Juventude quanto a prefeitura, para que fosse feito o auto de vistoria. Não existe, por exemplo, para o NAI a atestado da Vigilância Sanitária e nem o estudo de impacto de vizinhança. Ele nunca foi feito. Assim, o NAI não tem alvará. Então o NAI sempre viveu numa situação de irregularidade documental para seu funcionamento. E, não obstante, ele sempre documentou e ninguém diz nada.

Cidades

B1

Sexta-feira, 25 de setembro de 2009.

Falta de alvará do NAI é confirmada

Durante debate, secretário não negou em momento algum que faltam ao NAI os mesmos documentos que hoje são cobrados da Fundação Casa

Marco Rogério

O secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Alberto Engenbrecht, confirmou, ontem, em entrevista a uma emissora de rádio local, que o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), divulgado como um projeto modelo para cuidar do menor infrator e ganhador de prêmios, não tem alvará de funcionamento.

Em primeiro momento, ele disse que a questão do alvará estaria contemplada na lei municipal que criou o NAI, mas não garantiu que o núcleo tivesse o documento. Diante da insistência do jornalista Nei Santos, ele disse que “é preciso estar aprofundando mais esta questão”, mais uma vez desconversando. Assim, durante o debate, Engenbrecht acabou referendando a revelação que o diretor da Fundação Casa, José Luís Arcerito, fez com exclusividade ao Primeira Página em matéria publicada ontem.

Engenbrecht esteve no debate acompanhado da secretária municipal de Cidadania, Rosilene Mendes dos Santos. O secretário disse que o NAI também não tem o estudo de impacto de vizinhança porque esta norma somente surgiu em 2005. “O NAI surgiu em 2001 e a lei não retroage”, comentou ele. Ele não negou que o NAI esteja também sem o atestado da Vigilância Sanitária.

Quanto à demora na entrega do alvará para a Fundação Casa, outra reclamação de Arcerito, Rosilene disse que a instalação da unidade de Semiliberdade em casa da rua Sete de Setembro está sendo avaliada pelos conselhos municipais. Ela disse que estes conselhos representam a população de São Carlos e devem ser ouvidos. “Mas estamos dentro do prazo”, ressaltou ela.

Rosilene criticou o que ela chama de “falta de diálogo” da direção da Fundação Casa e também reclamou da forma como o imóvel da rua Sete de Setembro foi ocupado. “Não há interesse em estar rejeitando ninguém. A comunidade rejeita porque não conhece. Somos a favor da Semiliberdade. Errada está sendo a forma como tal programa está sendo implantado em São Carlos. A cidade é pautada pelo diálogo, mas o Cefa e a Fundação Casa pararam de dialogar. Defendemos que a Semiliberdade seja implantada na cidade, seja no Centro ou em um bairro”.

A secretária confirmou também que os adolescentes que estarão na Semiliberdade não são perigosos. “Eles não são de alta periculosidade e não têm que estar confinados. Eles vão estar na comunidade, na escola durante o dia e à noite têm que estar lá, na Semiliberdade, por ordem do juiz. Mas quando não se conhece, se rejeita”.

PRÊMIO INOVARE – O Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) chegou a proporcionar ao ex-juiz da Infância e Juventude de São Carlos, Joao Batista Galhardo Júnior, que foi um dos criadores do programa ao lado do diretor dos

Salesianos, padre Aguinaldo Soares de Lima, o Prêmio Inovare de Justiça, recebido em 2008, em Brasília, no Ministério da Justiça.

Caderno Política

A3

Terça-feira, 29 de setembro de 2009

Semiliberdade

Sessão pode ter protestos na Câmara

Renato Chimirri

A polêmica da semiliberdade pode chegar, mais uma vez, à Câmara Municipal hoje, data de sessão legislativa. A reportagem apurou que moradores poderão tentar usar a tribuna livre para expor seu posicionamento contrário a instalação da semiliberdade na região, mesmo expediente adotado pelos moradores da região da rua Marechal Deodoro que também protestaram no legislativo, inclusive ganhando o apoio do vereador Edson Fermiano (PR) que na época protocolou moção apelando contra a instalação naquela região.

No dia de ontem, a reportagem apurou na Câmara que não existia pedido oficial dos moradores para o uso da tribuna livre da Câmara Municipal para tratar do assunto, porém fomos informados que oficialmente o pedido ainda não foi feito. Contudo, o pedido pode ser feito hoje, pela manhã.

Por enquanto, a casa está instalada na rua Sete de Setembro, 1777, entre as ruas 9 de Julho e José Bonifácio. A casa fica em frente à Cúria Diocesana e as reclamações recomeçaram. Uma das entidades que protestou foi o Sindicato dos Comerciários que instalará a creche Mãe Comerciária ao lado do prédio da semiliberdade.

A polêmica continuou, pois após receber uma denúncia de que o prédio (sic) localizada na rua 7 de Setembro 1777 no Centro já estava em funcionamento, o Ministério Público através do Promotor de Justiça Sérgio Domingos de Oliveira, mandou a Prefeitura Municipal interditar o local. A ordem foi cumprida pelos fiscais da Prefeitura. O prédio ainda não tinha o alvará de funcionamento.

Contudo, o juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos, Cláudio do Prado Amaral, expediu um documento que garantiu o funcionamento da casa

da semiliberdade, mesmo sem o alvará de funcionamento da Prefeitura Municipal, pelos próximos 30 dias. A decisão provisória foi assinada no sábado (12 de setembro). Com isso, a Cefa “Professor Cid Silva César”, ganhou um tempo para poder trabalhar e providenciar as documentações exigidas pela legislação municipal.

Polêmicas marcam Semiliberdade

Desde novembro de 2008, as polêmicas marcam a questão da Semiliberdade em São Carlos. Naquele mês, o então prefeito Newton Lima enviou ofício ao governador do Estado, José Serra, pedindo uma audiência para tratar do encerramento das atividades da medida socioeducativa de semiliberdade no município. Um convênio entre a Fundação Casa e o Salesianos São Carlos mantinha o tratamento dos menores em conflito com a lei por meio dessa medida, no entanto, o contrato não foi renovado porque o governo do Estado tinha um novo plano de trabalho, diferente da proposta pedagógica aplicada em São Carlos há oito anos.

No mesmo ano, Newton Lima se reuniu em São Paulo com a presidente da Fundação Casa, Berenice Gianella, quando aproveitou para discutir também o encerramento do convênio. Newton Lima também já havia solicitado do secretário Estadual de Justiça, Luiz Antonio Marrey providências para o restabelecimento dessa medida.

Mas em 28 de julho de 2009. A Fundação Casa inaugurou uma unidade de Semiliberdade em São Carlos. O estabelecimento, com capacidade para atender a 20 adolescentes, será o 24º do Estado a contemplar esta modalidade de medida socioeducativa. A unidade será gerida pela instituição em parceria com o Centro de Educação e Formação ao Adolescente (CEFA) Professor Cid da Silva César. A unidade estava localizada na rua Marechal Deodoro 222, no centro da cidade. A casa fica ao lado da escola estadual Sebastião de Oliveira Rocha.

No mesmo dia um grupo de moradores vizinhos à nova unidade revelaram que não sabiam que a casa serviria para abrigar menores da Fundação Casa. O engenheiro Célio Augusto Cardinalli, um dos moradores indignados com a notícia disse que os moradores estariam entrando na Justiça para tentar reverter este quadro. Cardinalli disse que a informação que os moradores

tinham era de que o Cefa iria manter um centro de formação e apoio a adolescentes e não a adolescentes infratores da lei.

A polêmica cresceu ganhou contornos na cidade e com o envolvimento da Câmara Municipal ocorreu a desistência de se instalar a semiliberdade no local. Agora, uma nova polêmica do mesmo tipo pode ocorrer novamente.

Caderno Política

A3

Quarta-feira, 30 de setembro de 2009.

Semiliberdade

Ofício pede indeferimento de alvará

Renato Chimirri

O promotor Sérgio Domingos de Oliveira, do meio-ambiente e urbanismo, enviou na última sexta-feira, 25, ofício ao prefeito Oswaldo Barba (PT) recomendando que a Prefeitura indefira o pedido de funcionamento da semiliberdade em imóvel situado na rua 7 de setembro 1777.

O pedido do promotor está baseado em documentação que ele encaminhou para o prefeito municipal. Segundo o promotor, ele não é contra a medida de semiliberdade na cidade, mas sua posição contrária ao local para o serviço se baseia no modo que segundo ele foi “totalmente ilegal, desrespeitoso e desastroso dos dirigentes do Cefa e da Fundação Casa conduzirem essa instalação, pois como já está cabalmente sabido e provado, os mesmos ousaram sem o imprescindível alvará de funcionamento”, que implica na obtenção, é claro, do alvará da vigilância sanitária, da vistoria do corpo de bombeiros, e, ainda do Estudo de Impacto e Vizinhança.

Em seu ofício o promotor diz que o estabelecimento começou a funcionar em 3 de setembro de 2009 e que as autoridades só foram comunicadas do funcionamento no dia 10 de setembro, data em que ocorreu a fiscalização e interdição do local por parte do MP. Inclusive, Sérgio Domingos de Oliveira anexou em seu ofício documento enviado pelo promotor da infância, Marcelo Mizuno, datado do dia 15 de setembro onde o mesmo reconhece que até a data

da interdição do local ele não havia sido comunicado tanto pela Fundação Casa, quanto pelo Cefa da instalação da unidade.

O promotor encerra seu ofício dizendo que permitir a instalação da semiliberdade neste local “é dar azo à ilegalidade, ao risco, ao perigo, sermos indiferentes quanto a premente necessidade de protegermos nossas crianças, e, permitir, inclusive que interesses estatais se sobreponham em detrimento dos interesses coletivos desta comunidade”.

Funcionando

Por enquanto, a casa está instalada na rua Sete de Setembro, 1777, entre as ruas 9 de Julho e José Bonifácio. A casa fica entre a Cúria Diocesana, e as reclamações recomeçaram. Uma das entidades que protestou foi o Sindicato dos Comerciários que instalará a creche Mãe Comerciária ao lado do prédio da semiliberdade.

A polêmica continuou, pois após receber uma denúncia de que o prédio (sic) localizada na rua 7 de Setembro 1777 no Centro já estava em funcionamento, o Ministério Público através do Promotor de Justiça Sérgio Domingos de Oliveira, mandou a Prefeitura Municipal interditar o local. A ordem foi cumprida pelos fiscais da Prefeitura. O prédio ainda não tinha o alvará de funcionamento.

Contudo, o juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos, Cláudio do Prado Amaral, expediu um documento que garantiu o funcionamento da casa da semiliberdade, mesmo sem o alvará de funcionamento da Prefeitura Municipal, pelos próximos 30 dias. A decisão provisória foi assinada no sábado (12 de setembro). Com isso, a Cefa “Professor Cid Silva César”, ganhou um tempo para poder trabalhar e providenciar as documentações exigidas pela legislação municipal.

Nota Prefeitura de São Carlos

A prefeitura de São Carlos comunica que encaminhará a recomendação do promotor de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo de São Carlos, Sérgio Domingos de Oliveira, para análise dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Segurança Pública e de Desenvolvimento Urbano.

O promotor recomenda que a Prefeitura negue o alvará de funcionamento do imóvel situado na rua 7 de Setembro, 1.777, no centro, onde está em funcionamento uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade da Fundação Casa. O promotor justifica a recomendação em virtude do impacto de vizinhança, alegando incompatibilidade entre a semiliberdade e a Creche “Mãe Comerciária” que irá funcionar ao lado.

Segundo a Procuradora Geral do Município, Caroline Garcia Batista, a Prefeitura vai aguardar a manifestação dos Conselhos Municipais para depois emitir um parecer. “Pretendemos concluir essa análise no prazo concedido pelo juiz da Vara da Infância e Juventude de São Carlos, Cláudio do Prado Amaral, que vence no dia 12 de outubro”, afirmou.

Vale lembrar que a Prefeitura em nenhum momento se manifestou contrária à instalação da semiliberdade em São Carlos, apenas exigiu do Cefa, responsável pela gestão da semiliberdade, os documentos necessários para a liberação do alvará, porém, antes da emissão do documento, o Cefa iniciou as atividades de forma irregular, provocando uma ação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo, que solicitou à Prefeitura a interdição do local.

B2

Sexta-feira, 2 de outubro de 2009.

Fundação Casa

Arcerito vê incoerência em “promotor”

Marco Rogério

O diretor da Fundação Casa, José Luís Arcerito, afirmou ontem que o promotor Sérgio Domingos de Oliveira, do meio ambiente e urbanismo, ao enviar ofício ao prefeito Oswaldo Barba (PT) recomendando que a Prefeitura indefira o pedido de funcionamento da unidade de semiliberdade da entidade em imóvel localizado à rua Sete de Setembro, número 1.777, está agindo com total “incoerência”. Para Arcerito, o promotor está sendo “muito intransigente e maldoso”.

“Ele não tem a menor coerência. Se tivesse, teria pedido a interdição do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), que não tem o atestado da Vigilância Sanitária nem o estudo de impacto de vizinhança e muito menos o alvará. A matéria já foi publicada há uma semana no Primeira Página e, no caso do NAI, ele não toma qualquer providência”, comentou Arcerito.

Por outro lado, Arcerito disse que o promotor não tem poder de impedir o funcionamento da unidade de semiliberdade. “A documentação está toda com a Prefeitura e é o Poder executivo quem concede o alvará e não o promotor. Ele apenas fez uma recomendação, que não tem valor legal algum. Estamos dependendo da decisão da gestão municipal. Na verdade não falta mais nada. Os documentos necessários já foram conseguidos, como o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e também o atestado da Vigilância Sanitária e o estudo de impacto de vizinhança está pronto. Tudo isso já foi entregue”.

De acordo com Arcerito, tanto a Fundação Casa quanto o Cefa, que é a entidade parceira, já cumpriram com suas obrigações. “Falta somente a prefeitura cumprir a parte dela e entregar o alvará de funcionamento da casa. As coisas estão prontas e estamos apenas aguardando a manifestação da prefeitura. A unidade de semiliberdade vai receber, segundo o diretor, no máximo 20 adolescentes que vão receber a medida sócio-educativa de semiliberdade”.

Ele explica que a semiliberdade tem que ser no centro da cidade para facilitar a integração dos adolescentes com os serviços públicos, como transporte público, serviço de saúde pública, serviço de educação pública. “O centro facilita o acesso do adolescente aos serviços. Além disso, temos que favorecer a inclusão social do adolescente. A semi-liberdade não é uma unidade de regime fechado. O adolescente deve ser incluído na sociedade, participando dos serviços e deve também sentir, porque as coisas falam, uma coisa fala sem a palavra.

Além disso, Arcerito cita o fato de empurrar os jovens para a periferia como a comprovação da rejeição. “Se o adolescente é colocado à margem da cidade, em um local afastado, ele vai interpretar aquilo como exclusão. Então, daí a importância incluir o adolescente também num local, a partir do local onde a medida é executada.

A3

Política

Sábado, 3 de outubro de 2009.

Moção pede retirada de Semiliberdade

Documento foi apresentado pelo vereador Edson Fermiano ao prefeito Oswaldo Barba e será enviado ao governador José Serra

Renato Chimirri

O vereador Edson Fermiano (PR) apresentou na Câmara moção de apelo no sentido de que seja revista a localização da unidade de Semiliberdade da Fundação Casa em São Carlos, transferindo-a para local compatível com o Plano Diretor do município.

Edson Fermiano disse que apresentou a moção porque moradores das imediações procuraram seu gabinete enviando um abaixo-assinado. “Estavam solicitando as providências cabíveis, visto que, novamente não se atentou a entidade para o impacto de vizinhança, e conforme o Sim (Sistema Integrado do Município) conformou que até o dia 1º de setembro, o local não possui alvará para funcionamento”, disse.

O vereador ressaltou que moradores consideram o local inapropriado para abrigar a unidade. “Ali residem idosos e crianças, além disso, a unidade está localizada perto do Teatro Municipal de São Carlos e das futuras instalações da Creche Mãe Comerciária”, lembrou.

Ele afirma que há legislações onde se deve priorizar a segurança e o sossego, bem como, a lei ainda em vigor que proíbe a construção ou instalação de unidade de internação de adolescentes em todo território do município. “A unidade da Fundação Casa no local acima mencionado irá ferir dispositivos legais”, ressalta.

A unidade de Semiliberdade da Fundação Casa de São Carlos se encontra em funcionamento, em imóvel situado à rua Sete de Setembro, 1777, com a autorização especial do juiz da Infância e Juventude.

A unidade terá a capacidade de atender a 20 adolescentes da cidade e municípios que fazem parte da 12ª Circunscrição do Poder Judiciário Paulista.

B1

Cidades

Sábado, 3 de outubro de 2009.

Cefa cancela parceria com a Fundação Casa

Diretor da entidade disse que existe rejeição social e que sem projetos para recuperar os menores infratores, serão criados grandes bandidos.

Marco Rogério

O Centro Educacional de Formação do Adolescente (Cefa) anunciou ontem o cancelamento da parceria que a entidade mantinha com o Governo do Estado de São Paulo para atuar em conjunto na gestão da unidade de semiliberdade da Fundação Casa. O diretor do Cefa, Vicente Paula da Silva, afirmou que o contrato com o governo estadual será rescindido. Em 60 dias devem ser canceladas todas as atividades que eram realizadas através do convênio. Segundo Silva, vai ser necessário ainda um tempo para se definir para qual local os adolescentes infratores serão enviados.

“A decisão é irrevogável. Já tomamos a decisão. Teremos um prazo para remanejar os adolescentes e encerrar o convênio”, ressaltou ele.

O diretor disse que vai debater com a Fundação Casa sobre as penalidades que o Cefa pode sofrer pelo rompimento do contrato. “Representamos uma entidade idônea e vamos negociar da melhor maneira para que nem a entidade e nem o Estado tenham prejuízo com o final da parceria”.

Silva questiona também a proposta do prefeito Oswaldo Barba (PT) apresentada ao secretário estadual de Justiça, Luis Antonio Marrey, onde sugere que a unidade de semiliberdade seja implantada no complexo de segurança. “O detalhe do funcionamento da semiliberdade no município é que realmente ela precisa dar um ambiente para que aquele adolescente infrator nos moldes de uma casa. Não adianta colocar estes adolescentes num ambiente onde vão estar próximos de uma unidade da polícia, próximo de uma delegacia. Isso traria segurança para a população se é o que ela imagina isso como segurança. Mas não traria benefício na recuperação do adolescente. Você está muitas vezes sendo (sic) coagidos pelas pessoas que trabalham nas proximidades. No meu ponto de vista a semiliberdade próxima de unidades policiais é inviável. O adolescente vai se sentir constrangido de ficar neste espaço”.

REJEIÇÃO SOCIAL – O diretor do Cefa também reclamou do preconceito da população de São Carlos, que não quis entender o conceito de semiliberdade e, segundo ele, não quer oferecer oportunidades para a recuperação dos menores em conflito com a lei. “O que vemos é uma rejeição social existente. Já ouvimos de pessoas do centro e que moram a 3 km da casa, que isso vai trazer problemas para elas. Então, quer dizer, as pessoas não dão oportunidades. Isso é lamentável porque estas pessoas, depois, não vão poder reclamar e afirmar que ninguém tentou ajudar ou recuperar o adolescente.”

Segundo ele, se a sociedade de São Carlos não permitir que as entidades e os governos em suas três esferas – municipal, estadual federal – busquem alternativas para recuperar os menores infratores, eles se tornarão grandes criminosos no futuro. “Se agirmos assim, vamos criar grandes badidos”.

OUTRO LADO – A assessoria de imprensa da Fundação Casa informou que, como o Cefa terá, obrigatoriamente, cuidar do projeto durante 60 dias, durante esse período vai se definir uma forma de garantir o atendimento e o programa da semiliberdade em São Carlos.

B5

Polícia

Sábado, 28 de novembro de 2009.

Casa vai administrar Semiliberdade

Em outubro, Prefeitura de São Carlos havia concedido alvará provisório de 90 dias para o funcionamento da referida unidade

A Fundação Casa é quem vai administrar a unidade da Semiliberdade em São Carlos, em substituição ao Cefa “Cid Silva César” que desistiu do convênio, após inúmeras confusões e pela polêmica formada em torno do assunto. Em outubro, a Prefeitura havia concedido alvará provisório de 90 dias para o funcionamento da unidade.

A informação sobre a decisão da Fundação Casa foi confirmada ontem pelo deputado federal Lobbe Neto (PSDB), durante entrevista ao programa Intersom Debates.

Por enquanto quem ainda está administrando a Semi é o Cefa. O documento provisório foi concedido para o atual endereço da unidade, na rua 7 de Setembro, 1777, Centro, até o dia 1º de janeiro de 2010, quando deve entrar em funcionamento a Creche Mãe Comerciária, vizinho ao prédio da Semi.

Durante a entrevista Lobbe Neto afirmou acreditar que a Semiliberdade deva continuar funcionando no mesmo endereço, porém a Prefeitura, em outras ocasiões, afirmou que a concessão do alvará definitivo ficou condicionada à análise de um novo Estudo de Impacto de Vizinhança.

POLÊMICA – Toda a confusão envolvendo a unidade da Semiliberdade em São Carlos começou quando a mesma foi inaugurada na rua Marechal Deodoro, 222, Centro, no dia 28 de julho. Os moradores daquela região protestaram. Em 13 de agosto, o Cefa anunciou que deixaria o local. Um dia depois, o Centro deixou o prédio.

A partir de então, algumas reuniões foram realizadas para tentar um consenso e encontrar um novo endereço para a instalação da medida socioeducativa. No final de agosto, o Cefa divulgou que a Semiliberdade seria instalada na Sete de Setembro, 1777, Centro.

As polêmicas ressurgiram. No dia 10 de setembro, o promotor Sérgio Domingos de Oliveira pediu a interdição da casa que já abrigava 5 adolescentes. O promotor argumentava que a Semiliberdade funcionava naquele endereço sem a documentação necessária, inclusive alvará.

Em 14 de setembro, o juiz da Infância e Juventude, Claudio do Prado Amaral, garantiu o funcionamento da Semiliberdade por 30 dias, mesmo que a documentação necessária estivesse sendo providenciada.

Um dia depois, o promotor do Meio-Ambiente e Urbanismo, Sérgio Domingos de Oliveira, pediu o indeferimento do alvará de funcionamento da semiliberdade. O promotor observava que não era contra o funcionamento da medida socioeducativa na cidade, mas condenou a forma “desrespeitosa e desastrosa” com que o assunto foi tratado entre a Cefa e a Fundação Casa.

Por fim, no dia 2 de outubro, o Cefa anunciava o rompimento do convênio com a Fundação Casa.